

ZILAS NOGUEIRA DE QUEIROZ

**ORGANIZAÇÕES DE ESQUERDA E A PERSPECTIVA DA
CENTRALIDADE DA POLÍTICA NO BRASIL: A TRAJETÓRIA
DO PARTIDO DOS TRABALHADORES**

**FLORIANÓPOLIS
2011**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

Zilas Nogueira de Queiroz

**ORGANIZAÇÕES DE ESQUERDA E A PERSPECTIVA DA
CENTRALIDADE DA POLÍTICA NO BRASIL: A TRAJETÓRIA
DO PARTIDO DOS TRABALHADORES**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Doutor em Sociologia Política.
Orientador: Prof^o. Dr. Ricardo Muller.

FLORIANÓPOLIS
2011

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária
da
Universidade Federal de Santa Catarina

Q9o Queiros, Zilas Nogueira de
 Organizações de esquerda e perspectiva da centralidade
 da política no Brasil [tese] : a trajetória do Partido
 dos Trabalhadores / Zilas Nogueira de Queiros ; orientador,
 Ricardo Gaspar Müller. - Florianópolis, SC, 2011.
 200 p.: tabs.

 Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina,
 Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-
 Graduação em Sociologia Política.

 Inclui referências

 1. Sociologia política. 2. Partidos políticos. 3. Trabalho.
 4. Direita e esquerda (Ciência política). I. Müller, Ricardo
 Gaspar. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa
 de Pós-Graduação em Sociologia Política. III. Título.

CDU 316

AGRADECIMENTOS

Aos professores Ricardo G. Muller e Ivo Tonet.

Aos meus amigos Paulo Cândido, Adriano Nascimento e Marcos A. Tavares.

À Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL.

Aos meus pais, Neyde e Mariano; irmãs, Claudia e Carla; e tia Lena, pelo apoio incondicional.

Aos que compõem o programa de pós-graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

À minha adorável companheira, Ana, por nossos dias em Floripa.

A todos, agradeço sinceramente.

RESUMO

No presente trabalho desenvolvemos uma reflexão sobre a trajetória do Partido dos Trabalhadores. Verificamos como as mudanças que ocorreram na evolução histórica desta organização estão inseridas, de um lado, em transformações mais gerais que vinham acontecendo na esquerda mundial, desde o fim do século XIX, e, de outro lado, demonstram uma particularidade relacionada a elementos objetivos e subjetivos próprios da realidade brasileira. Desse modo, mesmo sendo parte de um movimento mais geral, o PT se formará com algumas peculiaridades que nos chamaram a atenção e foram o foco de nossas discussões. Ao analisar este fenômeno, tentamos fugir das explicações mais comuns. Em outras palavras, não aceitamos as afirmações que apontam o partido como sendo, desde o início, integrado ao sistema, sendo, portanto, a sua trajetória apenas a afirmação constante desta sua característica essencial. Mas, também não compreendemos o PT como um partido que nasce revolucionário e que se torna, posteriormente, reformista e, finalmente, um agente do capital, sendo este caminho resultado de “desvios” dos seus dirigentes. A nossa argumentação, no decorrer deste estudo, é a de que a perspectiva da centralidade da política termina por se impor como “momento predominante” na vida teórica e prática do partido, depois de um breve momento em que disputava a hegemonia com o ponto de vista da política fundada na lógica radical do trabalho, no interior do Partido dos Trabalhadores. Este processo foi resultado de uma série de fatores objetivos/subjetivos que tentamos delinear no desenvolvimento do texto. Assim, concluímos que, ainda em meados dos anos 1980, o PT já não podia conduzir a classe trabalhadora a uma luta efetivamente revolucionária, orientada, portanto, pela compreensão do trabalho como protoforma do ser social, e já não poderia nem sequer defender reformas radicais que viessem a se chocar frontalmente com a ordem capitalista. Isto porque, já nesse período, a perspectiva da centralidade da política era predominante no partido.

Palavras-chave: Esquerda. Centralidade da política. Centralidade do trabalho. Partido dos Trabalhadores.

ABSTRACT

In this paper we develop a reflection on the trajectory of the Workers Party. We look at how the changes that occurred in the historical evolution of this organization are inserted on one side, in general transformations that were happening in the world left since the end of the nineteenth century and on the other hand, show a characteristic related to objective and subjective elements themselves Brazilian reality. In this way, even being part of a wider movement to form the PT with a few quirks that caught our attention and were the focus of our discussions. In analyzing this phenomenon try to escape the most common explanations. In other words, do not accept the statements that link the party as from the beginning, being integrated into the system, therefore, its trajectory only statement made in this its essential character. But also do not understand the PT as a revolutionary party that is born and becomes, later, reformist and finally an agent of capital, this path is the result of "deviations" from their leaders. Our argument in the course of this study is that the perspective of the centrality of political ends by imposing itself as "time prevailing" theory and practice in the life of the party, after a brief moment that disputed the hegemony to the point of view policy based on the radical logic of labor within the Workers Party. This process was the result of a number of objective factors / subjective that we try to outline the development of the text. Thus, we conclude that even in mid-1980 the PT could not lead the working class to revolutionary struggle effectively targeted, so by understanding the work as proto-forms of social being, and I could not even defend radical reforms to come to clash head on with the capitalist order. This is because since that time the perspective of the centrality of politics was rife in the party.

Keywords: Left. Centrality of politics. Centrality of work. Workers' Party.

RESUMEN

En este trabajo desarrollamos una reflexión sobre la trayectoria del Partido de los Trabajadores. Vamos a ver cómo los cambios que ocurrieron en la evolución histórica de esta organización se inserta en un lado, en las transformaciones generales que estaban ocurriendo en la izquierda mundial desde finales del siglo XIX y por otro lado, muestran una característica relacionada con elementos objetivos y subjetivos propios la realidad brasileña. De esta manera, aun siendo parte de un movimiento más amplio para formar el PT con algunas peculiaridades que nos llamó la atención y fueron el centro de nuestros debates. Al analizar este fenómeno, tratar de escapar de las explicaciones más comunes. En otras palabras, no aceptan las declaraciones que vinculan al partido como desde el principio, siendo integrado en el sistema, por lo tanto, su declaración de trayectoria, sólo, en este su carácter esencial. Sin embargo, tampoco entienden el PT como un partido revolucionario que nace y se convierte, más tarde reformistas y, finalmente, un agente de la capital, este camino es el resultado de "desviaciones" de sus líderes. Nuestro argumento en el curso de este estudio es que la perspectiva de la centralidad de los fines políticos mediante la imposición de sí mismo como "el tiempo prevalece" la teoría y la práctica en la vida del partido, después de un momento que se disputaban la hegemonía en el punto de vista política basada en la lógica radical del trabajo dentro del Partido de los Trabajadores. Este proceso fue el resultado de una serie de factores objetivos / subjetivos que tratamos de esbozar el desarrollo del texto. Por lo tanto, llegamos a la conclusión de que incluso a mediados de 1980, el PT no podría llevar a la clase obrera a la lucha revolucionaria eficazmente su objetivo, por lo que mediante la comprensión de la obra como proto-formas del ser social, y ni siquiera podía defender las reformas radicales que vienen a chocar de frente con el orden capitalista. Esto es así porque desde entonces el punto de vista de la centralidad de la política era moneda corriente en el partido.

Palabras clave: La izquierda. La centralidad de la política. Centralidad del trabajo. Partido de los Trabajadores.

LISTA DE TABELA

Tabela 1: Votos dados para o governador aos partidos nas eleições gerais de 1982. Por unidade de federação188

Tabela 2: Votos dados para deputados, vereadores e prefeitos ao PT nas eleições gerais de 1982. Por unidade de federação.....189

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	25
PARTE I – QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS FUNDAMENTAIS	41
CAPÍTULO 1 REFERENCIAL TEÓRICO	42
1.1 A RELAÇÃO SUJEITO-OBJETO NA FILOSOFIA DE MARX E A SUPERAÇÃO DA TRADIÇÃO OCIDENTAL	42
1.1.1 A centralidade da objetividade e da subjetividade na filosofia ocidental	42
1.1.2 Marx e a nova concepção de objetividade	47
1.2 TRABALHO E ESTRUTURAÇÃO DO REAL	51
1.2.1 Trabalho e o complexo social da política	66
1.3 CENTRALIDADE DO TRABALHO, ESTADO E POLÍTICA	69
1.3.1 Concepção onto-negativa da política	73
1.3.2 Trabalho e prática política	79
1.4 O PROBLEMA DA CENTRALIDADE DA POLÍTICA.....	82
PARTE II – PANORAMA DA ESQUERDA NO BRASIL E A PERSPECTIVA SUBJETIVISTA DE TRANSIÇÃO	91
CAPÍTULO 2 O PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB), E A PERSPECTIVA DA PRIORIDADE DA POLÍTICA NA CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO	93
2.1 LINHAS POLÍTICAS E A AÇÃO DO PCB	93
2.1.1 Introdução	93
2.1.2 Trajetória do PCB e a centralidade da política	94
2.1.3 Conclusão	112
CAPÍTULO 3 FRAGMENTAÇÃO DA ESQUERDA: PARTIDOS E ORGANIZAÇÕES QUE EMERGIRAM NAS DÉCADAS DE 1960/70 E O “SUBJETIVISMO HIPERBÓLICO”	115
3.1 INTRODUÇÃO	115
3.2 MUDANÇAS NA FORMA; CONTINUIDADE NA ESSÊNCIA	118

3.3 CONCLUSÃO	126
---------------------	-----

PARTE III – O PARTIDO DOS TRABALHADORES E A CENTRALIDADE DA SUBJETIVIDADE127

CAPÍTULO 4 GÊNESE DO PT129

4.1 CONTEXTO HISTÓRICO GERAL	129
------------------------------------	-----

4.2 A FORMAÇÃO DO PT	135
----------------------------	-----

CAPÍTULO 5 O PT E A DIALÉTICA ENTRE AS CONDIÇÕES OBJETIVAS E SUBJETIVAS NO INÍCIO DE SUA TRAJETÓRIA149

CAPÍTULO 6 TEÓRICOS PETISTAS E A RELAÇÃO ENTRE DEMOCRACIA E SOCIALISMO159

6.1 MARILENA CHAÚÍ E O APELO INTERNO DA DEMOCRACIA AO SOCIALISMO	160
--	-----

6.2 CARLOS NELSON COUTINHO E O VALOR UNIVERSAL DA DEMOCRACIA	165
--	-----

6.3 FRANCISCO C. WEFFORT: AMPLIAÇÃO DA DEMOCRACIA E SOCIALISMO	172
--	-----

6.4 FLORESTAN FERNANDES: A RECUPERAÇÃO DA CATEGORIA REVOLUÇÃO	176
---	-----

CAPÍTULO 7 TEORIA, PRÁTICA E A CENTRALIDADE DA POLÍTICA NO PT185

CAPÍTULO 8 O DEBATE SOBRE A TRAJETÓRIA DO PT216

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS235

REFERÊNCIAS240

INTRODUÇÃO

Desde a segunda metade do século XX, observamos que as organizações partidárias de esquerda em todo mundo, e também no Brasil, vêm sofrendo profundas transformações teóricas e práticas. Já no século XIX, fundamentalmente na segunda metade dos anos 1800, os trabalhadores associaram-se em organizações partidárias a fim de defender seus interesses de classe e, em muitos casos, para orientar suas lutas no sentido de superar a ordem social capitalista e constituir uma sociedade efetivamente livre, igualitária e fraterna. Durante todo século XX, estas organizações consolidaram-se e tornaram-se importantes protagonistas no cenário político mundial.

Ideais socialistas, dos mais variados matizes, sempre estiveram presentes nos partidos criados pelos trabalhadores. Contudo, a teoria socialista que, de forma mais profunda e duradoura, influenciou as lutas da classe trabalhadora foi aquela elaborada por K. Marx e F. Engels.

Mas, ao observarmos a história dos partidos e demais organizações de esquerda no decorrer do século XX, observamos que a maior parte deles afasta-se gradualmente desta concepção e, conseqüentemente, desenvolve um conjunto de concepções e práticas reformistas ou, de outro lado, assume o poder político, não sendo capaz de instaurar o socialismo, criando, ao contrário, as bases para uma forma diferente de manifestação do capital que prescindia ao próprio capitalismo (MÉSZÁROS, 2009; CHASIN, 1989).

Nossa intenção será, nesse sentido, de refletir acerca da trajetória dessas organizações, tentando propor uma base explicativa para este movimento de afastamento em relação ao pensamento original de Marx e Engels.

A questão fundamental aqui se apresenta da seguinte forma: por que ocorre na história da esquerda um movimento que parte de um primeiro momento em que há uma luta ofensiva contra o capital, na qual o horizonte é a construção do socialismo estruturado em uma forma específica de organização da produção – o trabalho associado, e chega-se a um conjunto de concepções marcadas pela defesa da ordem e das regras democráticas como objetivo final das lutas sociais, sendo que, em alguns casos, pensa-se até na possibilidade de uma associação entre trabalhadores e capitalistas, unidos para o bem comum?

Nossa hipótese de trabalho, que servirá de fio condutor para toda nossa argumentação no decorrer do texto, é a de que esta trajetória da esquerda tem como “causa primeira” uma mudança de orientação teórico-prática, em que se abandona paulatinamente uma perspectiva

filosófica de caráter ontológico, e suas consequentes imposições a respeito da revolução e do socialismo, tal como fora formulada por Marx e Engels. E, por outro lado, aproxima-se cada vez mais de concepções mecanicistas ou idealistas, tomando-as como ponto de partida para o pensamento e ação. Estas últimas, por sua vez, que serão aprofundadas neste trabalho, expressaram-se basicamente em teorias politicistas, ou seja, que reconhecem a política como complexo social pertencente à própria essência do mundo dos homens e o Estado como manifestação da racionalidade e universalidade humanas.

E, nesse contexto, analisaremos como se coloca a esquerda brasileira no interior deste movimento de transformação de eixo teórico-prático, lançando nossas vistas especialmente para o Partido dos Trabalhadores (PT).

Tentaremos argumentar em favor da ideia de que o PT emerge nos anos 1980, já demonstrando em suas determinações essenciais um forte caráter politicista. Desse modo, examinaremos como o PT, dentro das possibilidades e limites delineados pelas determinações socioeconômicas da sociedade brasileira (em especial nos anos 1980/90), elabora sua linha política e realiza suas ações práticas. Isto para tentarmos identificar como as concepções, de fundo idealista, da esquerda mundial refletiram-se na trajetória do partido aqui no Brasil.

Passemos, agora, a discutir um pouco mais alguns aspectos desta hipótese.

Começemos deixando claro que, quando falarmos de organizações e particularmente de partidos de esquerda, daqui por diante, estaremos nos referindo àquelas associações que postulam como horizonte a construção do socialismo, ou seja, um tipo de organização social radicalmente diferente daquela estruturada pelas relações de capital. E, como comentamos anteriormente, os dois principais teóricos que mais avançaram na formulação de uma crítica à realidade existente e no estabelecimento de diretrizes que poderiam reger uma nova sociedade foram Marx e Engels – autores estes que realizaram uma importantíssima renovação no campo do conhecimento. Acreditamos que, com suas obras, nos encontramos em um novo patamar científico-filosófico que propiciou a constituição de uma nova concepção de mundo.

Ao contrário da tradição filosófica da modernidade, Marx e Engels ocuparam-se em procurar os fundamentos das ideias nas coisas, no mundo material, e não nas próprias ideias. Nesse sentido, podemos ler, na Ideologia Alemã:

As premissas com que começamos não são arbitrárias, não são dogmas, são premissas reais, e delas só na imaginação se pode abstrair. São os indivíduos reais, a sua ação e suas condições materiais de vida, tanto as que encontraram como as que produziram pela sua própria ação. (MARX; ENGELS, 1984, p. 14).

Com esta nova orientação, de tomar a realidade concreta como ponto de partida, a reflexão e os parâmetros de ação para os homens retomam seu caráter ontológico. Tendo como base essa nova maneira de perceber o mundo, esses teóricos entendem, ainda, que a produção da realidade funda-se na interatividade entre os homens e destes com a natureza, com o mundo objetivo. Esse processo tem como protoforma o trabalho – atividade teleologicamente orientada que transforma, em alguma medida, a natureza, bem como o próprio sujeito que trabalha.

São nos atos de trabalho que emergem as interações entre sujeito e objeto que fundamentam a constituição do real. Esta atividade, própria dos homens, representa o processo de entificação das coisas a partir de uma ideia previamente existente na consciência humana. Constitui-se, portanto, de uma constante objetivação da subjetividade. O homem se afirma enquanto *ser humano* e ao mesmo tempo constrói o mundo real, dando forma humana às coisas. Por outro lado, apenas pode existir forma humana (subjetiva) no mundo, se ela for efetivamente realizada em alguma coisa (objetiva). Verificamos, então, que objetividade e subjetividade, dispondo de um mesmo estatuto ontológico, interconectam-se para a constituição do real.¹

Dois pontos podem ser destacados nas investigações dos pensadores analisados: primeiro, o trabalho aparece como a raiz mais profunda da vida dos homens, sendo responsável pela própria gênese do ser social e seu fundamento insuperável; segundo, e como consequência do primeiro ponto, a história humana, diferentemente do desenvolvimento de qualquer ser no mundo natural, é caracterizada por um processo de autoconstrução dos homens que se dá por meio da atividade que lhe é específica.

Desse modo, o trabalho é entendido como a base sobre a qual se erguem todos os demais complexos sociais, não lhes determinando de forma unilateral, mas relacionando-se de maneira interativa, apresentando-se, assim, como “momento predominante” da relação.

¹ No capítulo seguinte, trataremos com mais vagar sobre esta nova impostação filosófica.

Consequentemente, a superação da sociedade capitalista e instauração de uma nova e superior ordem social, que no caso dos autores em destaque só poderia ser a socialista, somente poderia acontecer tendo como base uma nova organização do trabalho. Em outras palavras, o socialismo só poderia emergir na medida em que os trabalhadores se apropriassem, de forma livre, consciente e coletiva, do processo de produção.

Podemos inferir, do que foi dito acima, que a transição para o socialismo deve caracterizar-se, antes de tudo, por um conjunto de transformações radicais na base produtiva da sociedade. E seus contornos mais nítidos começam a aparecer quando o processo de trabalho for reformulado de tal maneira que não seja fonte de alienação dos homens, de miséria material e espiritual e, portanto, de desumanização. Ou seja, as reais mudanças surgem quando o próprio trabalho começa a ser a expressão das forças essenciais dos homens que poderão se constituir livremente como seres autenticamente humanos, que participam da “vida genérica do homem”; isso porque “a vida produtiva é a vida genérica. É a vida criando vida. No tipo de atividade vital está todo o caráter de uma espécie, o seu caráter genérico; e a atividade livre, consciente, constitui o caráter genérico do homem”. (MARX, 2004, p. 116).

A ideia sobre a qual gostaríamos de refletir no decorrer do presente texto é a de que as organizações de esquerda, por incompreensão, por limites objetivos, ou por escolhas conscientes, afastam-se gradativamente dessas concepções fundamentais de Marx e Engels. Assim, a perspectiva, de caráter ontológico, de que o trabalho funda e estrutura a realidade social universalmente, sendo responsável, em última instância, pelo processo de autoconstrução humana, é cada vez mais deixada de lado e, consequentemente, a prioridade na transformação revolucionária da sociedade vai sendo assentada em outros complexos sociais, preponderantemente a política.

Este afastamento em relação aos fundadores do socialismo científico é responsável, pensamos, pela particular trajetória das organizações de esquerda, de maneira geral, no ocidente, no decorrer do século XX. É evidente que cada uma se desenvolve com especificidades que não podem ser desconsideradas, mas há um movimento tendencial, que abarca todas elas, no qual suas teorias e práticas vão se orientando cada vez mais para uma perspectiva politicista. Ou seja, há uma tendência, no transcurso dos anos 1900, para a supervalorização da política e de suas instituições que serão entendidas, de maneira cada vez

mais fetichizada, como meio privilegiado de resolução dos graves problemas humanos.

Enquanto as ideias de Marx e Engels possuem um nítido cariz ontológico, em que o próprio Ser é entendido como ponto de partida do pensamento e da ação dos homens, os partidos e órgãos de esquerda, na medida em que teorizam e agem como se a política fosse eixo central das transformações sociais, vão na contramão das concepções dos autores alemães. Conscientemente ou não, inserem-se em um campo intelectual próprio da modernidade, o idealismo, que fora questionado, de maneira radical, pelos autores do *Manifesto do Partido Comunista*. Mas, em muitos casos, mantém-se a aparência de que estão sendo fieis às concepções marx-engelsianas.

Em nosso ponto de vista, foi justamente esta mudança de orientação teórico-prática – na qual se passa de uma perspectiva de cunho ontológico, em que o trabalho é compreendido como o fundamento mais profundo da realidade social, para outra de raiz idealista onde a subjetividade é apontada como ponto de partida para o conhecimento e para a ação dos homens e que, desse modo, propõe que a política pode efetuar tarefas positivas na construção de uma nova sociedade – que balizou a trajetória das organizações de esquerda no decorrer do século XX.

Se considerarmos que para cada uma destas orientações, referidas acima, correspondem determinadas formas de entender e avaliar a realidade e, também, de agir sobre ela, veremos que a partir do conhecimento de tais perspectivas teórico-práticas poderemos compreender os rumos tomados pela esquerda em geral e também pelas organizações particulares. Dessa forma, apresentam-se, em nosso entendimento, como possíveis referenciais explicativos para o estudo que pretendemos fazer aqui.

Assim, em nossa hipótese está a ideia de que, ao partir de uma perspectiva idealista para pensar a realidade e propor ações práticas, a maioria dos partidos (e das organizações de esquerda em geral, ou seja, aquelas que tem como horizonte o socialismo) esboçam uma concepção positiva da politicidade e do Estado, que significa a compreensão de que ambos podem ser reorientados e “utilizados” em favor dos trabalhadores, podendo, inclusive, erguer as estruturas fundamentais de uma sociedade emancipada; e por isso, priorizaram as lutas que possam viabilizar a conquista do poder político.

Durante todo século XX, cada um desses partidos e organizações apresentaram fórmulas próprias para a transformação radical da sociedade, mas todos entendiam que a conquista do Estado e

sua administração, dirigida para a satisfação dos interesses dos oprimidos, era o elemento mais importante para a instauração de uma nova ordem social.

Dessa maneira, os partidos de esquerda vão, cada vez mais, enfatizar a possibilidade e a necessidade de participar do jogo político-democrático para, a partir dele, realizar as tarefas indispensáveis para as transformações que conduziriam ao socialismo. O eixo das lutas dos trabalhadores deveria, neste caso, deslocar-se do mundo do trabalho para o âmbito da política e, em muitos casos, os embates contra a classe dominante deveria se dar exclusivamente dentro da ordem, pela via parlamentar/institucional. Essa mudança teve como consequência uma reformulação das estratégias de ação da esquerda em todo o mundo no decorrer do século XX.

Nesse contexto, o ponto de partida de nosso estudo é, como já aventamos acima, a observação de um fenômeno histórico de longa duração, a saber: a trajetória dos partidos políticos de esquerda que, desde fins do séc. XIX, se afastam progressivamente da nova impostação ontológica proposta por Marx e Engels, e de suas consequências no âmbito teórico-prático, e tais organizações, por sua vez, formulam alternativas históricas de lutas que dão ênfase a um caráter positivo do poder político,² postulando, assim, que tomando a política como eixo de suas ações seria possível edificar o socialismo.

As formas de alcançar este poder variavam no tempo e no espaço conforme a realidade objetiva enfrentada pelos partidos socialistas. Por um lado, parte da esquerda (influenciada pelos processos revolucionários ocorridos no século XX, principalmente aqueles levados a cabo na Rússia, na China e em Cuba) defende que os trabalhadores deveriam tomar o Estado “de assalto”, por meio de uma revolução violenta e, assim, controlar as instituições estatais, impondo, por meio destas, a instauração do socialismo.

De outro lado, estavam aqueles que propunham a realização de uma revolução de caráter processual. Os trabalhadores, então, por meio de suas organizações e representantes políticos, conquistariam gradativamente o poder do Estado. Nesse caso, a luta parlamentar seria apresentada como atividade prioritária para as conquistas no campo político e econômico dos trabalhadores. Consequentemente, as batalhas pela ampliação e consolidação dos direitos democráticos teriam destaque no enfrentamento dos trabalhadores contra o capital. Porém,

² Para uma análise mais aprofundada acerca desta trajetória ver: *Os descaminhos da esquerda: da centralidade do trabalho à centralidade da política* (TONET; NASCIMENTO, 2009).

em muitos casos, a luta pela democracia e pela ampliação dos direitos civis e políticos tornam-se fim e não meio para a construção de uma sociedade efetivamente justa.

Nessa concepção, imagina-se ser possível alcançar, gradativamente, melhorias no plano econômico e, com isso, abrir espaços no âmbito político para a hegemonia dos trabalhadores frente à burguesia em seu próprio campo de batalha. Assim,

[...] no último quartel do século XIX e princípio do século passado, devido a um determinado contexto histórico-cultural, foi se desenvolvendo a tese de que o socialismo viria como resultado das conquistas democráticas da massa operária, que mediante suas reivindicações ‘edulcoraria’ a exploração capitalista, de modo que a transição para uma forma de sociabilidade mais justa e igualitária seria consequência de um processo gradativo e contínuo de ganhos econômicos, políticos e civis. (NASCIMENTO, 2003, p. 19).

Contudo, tentaremos demonstrar, ao longo do trabalho, que, independentemente da tática adotada, a ideia que servia como ponto de partida não foi apropriada para alcançar os fins propostos. Conquistar o poder estatal e, a partir dele, implementar medidas (políticas) que impulsionassem a sociedade em direção ao socialismo demonstrou-se ineficaz, tanto no caso do modelo da tomada de poder de assalto (revolução bolchevique) quanto nas tentativas dentro dos marcos democráticos (mandatos exercidos por socialistas no poder legislativo e executivo).

Este movimento histórico mais amplo realizado pela esquerda, que vai de uma orientação, que apontava o trabalho como elemento central da construção do socialismo, para o entendimento da política como meio privilegiado na instauração de uma sociedade emancipada, será caracterizado, em nosso trabalho, como um movimento de transformação teórico-prática, em que a esquerda parte de um ponto de vista filosófico da centralidade do trabalho e desloca-se para uma perspectiva fundada na centralidade da política.

Partindo da observação desta trajetória da esquerda (como um todo) no curso dos anos 1900, nossa intenção neste trabalho é, precisamente, examinar um caso particular inserido neste processo mais amplo. Assim, nos esforçaremos em analisar a esquerda brasileira e, mais especificamente, um dos mais importantes partidos do quadro

político brasileiro: o Partido dos Trabalhadores (PT). Este recorte é imprescindível para o êxito de nossa pesquisa, fundamentalmente porque a “esquerda brasileira” é uma categoria muito elástica, e tentar investigá-la em sua totalidade seria uma tarefa hercúlea, que fugiria de nosso alcance. Além disso, acreditamos que um estudo aprofundado acerca do PT pode nos revelar aspectos essenciais a respeito da trajetória da esquerda no Brasil, sendo que alguns deles podem, inclusive, ser generalizados e, assim, servir de base para estudos de outras organizações.

Antes de prosseguirmos em uma definição mais apurada de nosso objeto, é importante que façamos algumas observações de caráter metodológico.

O fato de a esquerda brasileira e, conseqüentemente, o Partido dos Trabalhadores estarem inseridos em um movimento mais amplo (da esquerda mundial) não significa que necessariamente eles, enquanto casos particulares, perfaçam suas trajetórias de modo idêntico àquela realizada pela totalidade.

O caminho percorrido pelos partidos de esquerda, em geral, não é feito de forma linear ou automática. Este percurso é repleto de contradições, de avanços e recuos. É, em última instância, um movimento tendencial. Desse modo, as manifestações particulares deste movimento geral podem apresentar formas de expressão as mais variadas. E nem sempre o trajeto seguido por um caso particular revelará, em si mesmo, o movimento da totalidade em toda sua complexidade.

Por outro lado, é importante observar que a tendência geral é consubstanciada a partir da síntese de atos singulares, resultantes de escolhas alternativas, que desencadeiam, por sua vez, conseqüências causais, que terminam por produzir conexões que conformam as tendências universais. Segundo Lukács:

[...] todo ato singular alternativo contém em si uma série de determinações sociais gerais que, depois da ação que delas decorre, têm efeitos ulteriores (independentes das intenções conscientes), ou seja, produzem outras alternativas de estrutura análoga e fazem surgir séries causais cuja legalidade termina por ir além das intenções contidas nas alternativas. (LUKÁCS, 1979, p. 64).

Aqui podemos verificar que, embora as tendências que orientam o desenvolvimento social sejam síntese da atividade consciente dos homens, ou de grupos sociais específicos, estes não conseguem dominá-las de forma integral e, conseqüentemente, não conseguem direcionar o movimento da história de forma teleológica. “As legalidades objetivas são indissolúvelmente ligadas a atos individuais de caráter alternativo, mas possuem ao mesmo tempo uma coercitividade social que é independente de tais atos” (LUKÁCS, 1979).

O que gostaríamos de destacar é o fato de que há uma dependência ontológica e, ao mesmo tempo, uma independência relativa dos processos e produtos sociais frente às ações conscientes dos indivíduos ou de grupos de indivíduos reunidos em organizações. Nesse sentido, os atos singulares são a base das tendências histórico-sociais mais amplas, e estas, de seu lado, retroagem sobre os indivíduos impondo certos limites na forma, no ritmo e na direção de seus atos.

Diante disso, entendemos que o movimento efetuado pela esquerda, que a conduz em direção a uma perspectiva em que a prioridade, na teoria e na ação, está posta na esfera da subjetividade, representa uma tendência geral, que começa a se delinear em fins do século XIX e se desenvolve por todo século XX. E este movimento é, como argumentamos acima, a síntese das ações e escolhas (estratégicas e táticas) feitas pela esquerda nesse período. Tais escolhas e ações, por sua vez, estão intimamente relacionadas às possibilidades e limites impostos pela ordem social capitalista a cada momento.

Ao analisarmos o Partido dos Trabalhadores, o entenderemos como um caso particular inserido em uma totalidade que se desenvolve a partir de uma tendência geral. Tentaremos, então, compreender a interação existente entre a história do PT, como um momento particular, e a tendência mais universal que orientou a trajetória da esquerda, enquanto totalidade.

Nossa investigação visa, portanto, apreender o caminho percorrido pelo Partido dos Trabalhadores no Brasil que, mesmo sendo entendido como parte de um movimento mais geral, apresenta certas especificidades, relacionadas, sobretudo, ao peculiar desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

Para tanto, concomitantemente a uma investigação do contexto histórico do período de nascimento e desenvolvimento do PT, faremos um exame das concepções de socialismo e transição, presentes nos documentos oficiais e nos órgãos de difusão teórica do partido, sempre os relacionando com as ações práticas por eles inspirados ao longo de sua história. Compreendendo o Partido dos Trabalhadores como parte de

um movimento mais geral da esquerda, poderemos entender melhor as transformações pelas quais passou o partido desde sua origem até os dias atuais.

Evitaremos, dessa maneira, interpretações unilaterais do fenômeno estudado. Por exemplo, veremos, no decorrer do trabalho, que não se pode afirmar que o PT nasce com a perspectiva do Socialismo Revolucionário, tal como pensada por Marx e Engels. No entanto, também não é verossímil a ideia de que o partido, em sua origem, não tenha representado uma alternativa radical em relação às demais organizações de esquerda existentes no Brasil.

O PT emerge no seio dos movimentos sociais, sobretudo dos sindicatos dos trabalhadores industriais da região mais desenvolvida do país. Estes, por sua vez, constituíam o eixo e o polo aglutinador de muitas outras demandas sociais – daí o seu crescimento, de forma nenhuma desprezível, nos primeiros anos de vida. O partido tinha, naquele momento, uma relação intrínseca com o mundo do trabalho, e a sua função principal era conduzir as lutas sociais dos trabalhadores e seus aliados sem priorizar, naquele momento, a disputa parlamentar. Assim, ao nascer, “o PT introduz na estrutura partidária elementos para uma ligação mais estreita com suas organizações de base, dando maior ênfase às lutas sociais e menor importância, comparado aos outros partidos, à luta eleitoral-parlamentar” (MENEGUELLO, 1989, p. 41).

Em um documento oficial do partido, “A tese de Santo André”, afirma-se que o PT nasce com uma concepção diferente dos demais partidos que têm seus esforços concentrados unicamente na ascensão ao parlamento. Diz o documento que não é a intenção do Partido dos Trabalhadores ser,

[...] um partido eleitoreiro que simplesmente eleja representantes na Assembleia, Câmara e Senado, mas que, além disso e *principalmente*, seja um partido que funcione do primeiro ao último dia do ano, todos os anos, que organize e mobilize todos os trabalhadores na luta por suas reivindicações e pela construção de uma sociedade justa, sem exploradores e explorados (PT, 1999, grifo nosso).

Em outro documento, “A carta de princípios”, também de 1979, percebemos de forma ainda mais clara a prioridade estabelecida pelo partido em seu momento genético:

[...] o PT proclama que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão a seu objetivo maior que é o de estimular e aprofundar a organização das massas exploradas (PT, 1999).

E, mais do que em documentos, veremos que as ações do PT em seus momentos iniciais, junto aos trabalhadores, demonstravam que o partido continha em suas estruturas fundamentais uma *dynamis* (no sentido aristotélico de potência) que poderia se realizar orientando o partido para uma atuação pautada na lógica radical do trabalho. Ou seja, o PT apresentava, naquele instante, uma possibilidade de ser (e, enquanto mera potência, também a de não ser) um partido orientado teórica e praticamente pelas concepções do Socialismo Revolucionário. Porém, é importante ressaltarmos que estas possibilidades apresentavam-se de maneira desigual. Pelas próprias determinações históricas particulares e gerais, bem como pelo movimento tendencial da esquerda, no qual o próprio PT estava inserido, a probabilidade de se tornar uma organização orientada efetivamente pela lógica radical do trabalho era menor do que a de se tornar um partido adequado à dinâmica do capital, como de fato ocorreu. Mas, isso não significa que havia uma total impossibilidade de ocorrer o contrário.

Neste quadro, a partir de nossa hipótese explicitada acima, é necessário que busquemos responder também algumas questões importantes para a compreensão da trajetória do Partido dos Trabalhadores: quais determinações objetivas e subjetivas influenciaram no predomínio da perspectiva de caráter idealista/subjetivista a respeito da política? Como e por que esta perspectiva torna-se predominante e determina toda a vida teórica e prática do partido, inclusive substituindo progressivamente o horizonte socialista como meta final pela democracia, que será apontada, por fim, como objetivo último das lutas sociais?

Este movimento do Partido dos Trabalhadores é bastante complexo e contraditório em sua evolução. Na tentativa de apreendê-lo da melhor forma possível, dividimos o presente texto em três partes.

Na primeira parte, explicitaremos os referenciais teóricos que serviram como lentes por meio das quais visualizamos o problema. Nesta primeira etapa tentaremos, também, deixar claro o “fio condutor” que nos guiará no decorrer de toda a pesquisa. Dessa forma, discutiremos, já nos primeiros capítulos, o significado das categorias da

centralidade da objetividade e centralidade da subjetividade, no que tange as proposições teóricas e ações práticas da esquerda.

Mostraremos, ainda, como a primeira categoria, citada acima, está relacionada com a perspectiva da centralidade ontológica do trabalho, tal como fora elaborada por Marx e Engels. E a segunda é herdeira da tradição filosófica da modernidade, ou seja, tem suas raízes fincadas no solo da racionalidade burguesa. E, nesse sentido, aponta o poder político e o Estado como algumas das mais altas manifestações da razão humana, representando a vontade geral e o bem comum.

Tomando como base estas questões de fundo, faremos uma rápida análise da trajetória da esquerda mundial no séc. XX. Não é necessário dizer que se trata de um olhar panorâmico, pois apenas pontuaremos algumas questões que vão contribuir para o desenvolvimento de nosso trabalho. O que tentaremos ressaltar nessa exposição será o movimento tendencial da esquerda, já apontado acima.

Na segunda parte, examinaremos a esquerda brasileira em sua inserção neste movimento mais geral. O escopo dos capítulos inseridos nesta seção será fundamentalmente a compreensão dos antecedentes históricos (em especial os aspectos políticos e econômicos) da formação do Partido dos Trabalhadores. Por isso, nossa intenção não será abranger toda a esquerda no Brasil, e sim nos restringiremos a algumas organizações que julgamos mais importantes neste período, basicamente o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e as organizações e partidos que emergiram em meio às cisões e dissidências desta agremiação, e também nos limitaremos a um dado período histórico, dos anos quarenta aos anos setenta do século XX.

O PCB, mesmo sofrendo as agruras da ilegalidade durante a maior parte de sua história, era, até os anos 1960, praticamente, a única organização comunista com alguma influência efetiva na política brasileira. A partir da década de 60, a importância deste partido no cenário político brasileiro começa a declinar, por uma série de fatores objetivos/subjetivos que analisaremos em um capítulo dedicado ao PCB; e, no decorrer dos 1980, perde definitivamente a hegemonia no movimento dos trabalhadores para um partido recém-fundado: o PT.

Também, analisaremos os documentos (e as ações orientadas por estes) das organizações e partidos surgidos a partir da desagregação do PCB.

O que tentaremos demonstrar com tal estudo é que o Partido Comunista Brasileiro, que de forma geral buscou alcançar o socialismo pela via democrática, encontrava-se sob a égide da perspectiva da centralidade da subjetividade. Mas, de outra parte, argumentaremos,

ainda, que o grande número de organizações surgidas na década de 60 do século passado, que de maneira oposta ao PCB defendiam a necessidade da luta armada para se chegar ao socialismo, também refletiam, em seus documentos e em suas ações, a mesma perspectiva, contudo sob um formato diferente daquele assumido pelo PCB naquele período.

Na terceira e última parte, trataremos, em cinco capítulos, da trajetória específica do Partido dos Trabalhadores. Acompanharemos as transformações ocorridas no PT em sua jornada até alcançar o poder político.

Tentaremos argumentar que, embora o partido representasse, em vários aspectos, uma novidade no quadro político brasileiro dos anos 1980, o PT, ao nascer, também continha certos elementos de continuidade em suas estruturas fundamentais em relação aos demais partidos de esquerda, os quais intentava superar. Alguns destes elementos tornam-se dominantes e suplantam o que aparecia como novidade.

Para nossa discussão, é suficiente ressaltar que a perspectiva da centralidade da subjetividade apresenta-se como uma das mais importantes características não superadas que, no desenvolvimento histórico do PT, tornam-se momento predominante nas teorias e práticas partidárias.

Acompanhamos a trajetória do PT tentando compreender como ocorreu concretamente este movimento, quais as determinações objetivas e subjetivas o definiram e quais as mediações foram decisivas neste processo.

Por fim, na conclusão, faremos uma síntese das discussões e levantaremos a questão da possibilidade de se levar a cabo uma luta política dentro da radicalidade da lógica do trabalho.

**PARTE I – QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS
FUNDAMENTAIS**

CAPÍTULO 1 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico que servirá de suporte para nossas análises é a filosofia social de Marx e Engels, pois entendemos que os autores alemães elaboraram uma concepção filosófica inovadora e, em muitos aspectos, a mais apropriada para a compreensão profunda do ser social em sua totalidade, quando relacionada com outras escolas filosóficas no âmbito do pensamento ocidental.

Nesse sentido, acreditamos que o elemento diferencial da filosofia política e da teoria social de Marx e Engels encontra-se na “retomada” da ontologia como ponto de partida para suas reflexões, compreendendo esta retomada como um retorno no qual as questões ontológicas são estruturadas sobre novas bases. Esses autores vão, assim, reformular as categorias de realidade, de subjetividade e de objetividade, repensando, também, suas inter-relações.

A um só tempo são superados o “objetivismo”, próprio do mundo greco-medieval e do materialismo de Feuerbach, e o idealismo (subjetivismo), florescente no mundo moderno. Segundo essa nova perspectiva, o idealismo errava quando atribuía a constituição do mundo exclusivamente à subjetividade, e o objetivismo (e o materialismo de Feuerbach) também errava quando apontava a realidade como algo radicalmente exterior ao homem e, por isso, não reconhecia o sujeito como elemento ativo na constitutividade do real.

Pensamos, então, que partindo dessa nova perspectiva filosófica proposta por Marx e Engels, e analisando seu desdobramento na teoria política, poderemos ter um entendimento bastante próximo da realidade no que diz respeito às possibilidades e caminhos para o socialismo, às formas de transição, aos verdadeiros limites e potencialidades da ação política, à trajetória das organizações partidárias de esquerda, às leis e às tendências que regem a sociedade e, em especial, o complexo social da política etc.

Mas, antes de abordarmos as consequências dessa perspectiva no âmbito do pensamento e da prática políticas, examinaremos mais a fundo a construção e os principais elementos dessa nova concepção de realidade, de subjetividade e a sua essencial diferença em relação às anteriores.

1.1 A RELAÇÃO SUJEITO-OBJETO NA FILOSOFIA DE MARX E A SUPERAÇÃO DA TRADIÇÃO OCIDENTAL

1.1.1 A centralidade da objetividade e da subjetividade na filosofia ocidental

Durante o período greco-medieval, o real apresentava-se sob a forma de uma ordem cósmica rigidamente hierarquizada e estática, na qual não havia espaço para o movimento ou transformações estruturais. Nesse contexto, o pensamento e a ação dos homens encontravam-se submetidos a uma realidade exterior, preexistente, em que não era possível interferir.

Tanto a filosofia antiga quanto a medieval buscavam explicar a realidade partindo da certeza de que existia uma lógica imanente no mundo material, dada pelos deuses ou por um conjunto de leis teleológicas próprias da natureza, que não estavam sujeitas à transformação pela ação humana.

A posição do homem era bem definida nesse contexto. Entre o mundo e o homem existia uma distância insuperável. Dessa forma, os homens deveriam, antes de tudo, moldar suas vidas segundo a realidade dada, ou seja, o homem deveria adaptar-se à estrutura do mundo, tendo em vista que não podia alterá-la. O homem deveria colocar-se diante do mundo de forma passiva.

Já o processo do conhecimento apresentaria, nessa circunstância, um caráter essencialmente contemplativo, pois a verdade encontrava-se na estrutura rígida do ser. Bastava, então, clarificar esta verdade existente *a priori*. O conhecer, portanto, tinha um caráter de mera “adequação” da subjetividade ao mundo objetivo.

Espírito e matéria existiam em um distanciamento insuperável, logo, a centralidade no plano do pensamento e da ação humana estava posta na objetividade.

No período de transição da sociedade feudal para o mundo moderno, a realidade natural ainda apresentava-se como algo exterior ao homem. Contudo, em virtude das novas necessidades econômicas surgidas naquele momento, com a ascensão da burguesia, tornava-se imperioso “apropriar-se” da natureza de forma mais eficaz. Nesse sentido, o conhecimento deveria apresentar um caráter primordialmente prático e, consequentemente, os homens, partindo deste conhecimento, deveriam intervir e transformar o mundo natural. Mas, diante disso, o conhecimento não poderia buscar as essências das coisas, pois estas não poderiam ser transformadas e/ou reorganizadas para a satisfação das

necessidades humanas. O conhecimento deveria voltar-se, portanto, para a “apreensão daquelas qualidades que pudessem ser submetidas à mensuração e à quantificação. Deste modo, o próprio conceito de realidade se modificou, passando a definir-se ao nível da empiricidade” (TONET, 2005, p. 41).

Por outro lado, com as transformações decisivas pelas quais passava a sociedade como um todo e o pensamento científico especificamente, evidenciando um mundo em constante movimento e negando as verdades medievais, os homens passaram a questionar intensamente as reais possibilidades do conhecimento. Há, assim, um forte movimento em direção ao ceticismo e ao relativismo. Para exemplificar, basta-nos citar o pensamento de Michel de Montaigne que renuncia a qualquer certeza, pois acredita que ela é intangível e proclama que o homem não pode conhecer nada com segurança, nem o mundo, nem a si mesmo.

Aqui constatamos que os homens caem no ceticismo pelo fato de que perderem o “chão seguro” do fundamento objetivo, absoluto, para a verdade.

No entanto, o pensamento moderno perdendo o fundamento seguro para o conhecimento, que estava presente na certeza do mundo objetivo, irá buscá-lo na subjetividade. O decisivo campo de batalha entre a certeza e a incerteza não seria mais o mundo, mas sim o próprio sujeito.

A filosofia moderna será, então, caracterizada por um deslocamento, no que tange ao pensamento e à atividade dos homens, da centralidade da objetividade, própria do período greco-medieval, para a centralidade da subjetividade.

O pensamento de René Descartes expressa bem, o início dessa mudança do eixo norteador do conhecimento e da ação dos homens neste período. Este filósofo afirma que todas as verdades referentes ao mundo real são instáveis e obscuras e, portanto, incertas. Mas, existem ideias claras e distintas que independem da experiência dos sentidos. Essas ideias, que se apresentam ao espírito com grande nitidez e estabilidade, são, segundo Descartes, inatas, são próprias do sujeito e referem-se às teorias matemáticas. Para o autor qualquer conhecimento deveria partir destas ideias.

Aprofundando seu método e tentando ampliar a dúvida ao extremo, com a intenção de buscar uma base segura a qual pudesse erguer os pilares da ciência, o autor francês encontra, hipoteticamente, uma possibilidade de que tais ideias (inatas) pudessem ser falsas. Esta operação nos levaria à negação de todas as verdades do mundo e então

chegaríamos a uma que seria indubitável, o *cogito* cartesiano: “penso, logo existo”. Eis a primeira verdade sólida e segura: a existência do “eu”. Diante de tal descoberta, a subjetividade aparece como uma forma de garantir uma primeira verdade sobre a qual se erguerão todas as outras verdades do mundo objetivo.

Descartes, muito influenciado pelas matemáticas, concebia o processo do conhecimento como uma progressão matemática, na qual, se conhecermos o primeiro termo, é possível desvendar os outros termos da progressão. Assim, se temos uma primeira certeza (verdade clara e distinta – “penso, logo existo”), podemos partir daí e construir uma cadeia de razões para descobrirmos os termos desconhecidos. Nesse caso, toda a realidade é exterior ao homem. Dessa forma, toda a realidade é constituída a partir do primeiro “elo” da cadeia de razões presente na subjetividade humana. O fundamento sólido necessário para a construção da ciência e estruturação do mundo real está posto, após um longo período de crise. O sujeito aparece, agora, como elemento ativo no processo do conhecimento e como fundamento da relação do homem com a realidade objetiva.

O caminho aberto por Descartes será trilhado por muitos pensadores até chegar a Kant, o filósofo que representa a síntese do pensamento moderno. Com a produção teórica do autor alemão, a subjetividade ocupará definitivamente o lugar central no pensamento e na ação dos homens.

A obra kantiana apresentou-se como um rompimento definitivo com todo o pensamento de caráter ontológico vigente até então. Instaurando, assim, um novo patamar científico-filosófico.

A chamada “revolução copernicana”, proposta por Kant, em oposição ao pensamento greco-medieval, transfere o centro das reflexões e preocupações dos homens da esfera da objetividade para o plano da subjetividade.

Assim, a questão central para a ciência e para a filosofia deixa de estar centrada na problemática do ser e passa a priorizar o problema do conhecimento; suas possibilidades, seus limites e suas esferas de explicação. O filósofo alemão herda do empirismo a ideia de que é possível um conhecimento por meio da experiência. Mas afirma também que o que se conhece a partir da percepção são apenas os fenômenos, isto é a aparência que tais coisas representam para o sujeito. Logo, a experiência sensível por si só não pode produzir juízos necessários e universais. Sempre que o homem se depara com tais juízos o conhecimento deve ser considerado puro ou apriorísticos.

Nesse sentido, verificamos que o conhecimento apenas existe por meio de certos princípios, *a priori*, que conduziriam a uma síntese dos dados apreendidos na experiência. Há, portanto, as formas da sensibilidade (espaço-tempo) e as categorias do entendimento (qualidade, quantidade, relação etc.). Quando o homem entra em contato com um fenômeno, imediatamente este é organizado em sua mente a partir das estruturas apriorísticas da sensibilidade, chegando ao conhecimento empírico. Contudo, o entendimento do objeto requer da subjetividade uma operação de síntese que envolve as categorias *a priori* do entendimento. e tais categorias conduzem ao conhecimento intelectual. Kant nos afirma, na *Crítica da Razão Pura*, que:

Como introdução ou advertência parece necessário dizer apenas que há dois troncos do conhecimento humano que talvez brotem de uma raiz comum, mas desconhecida de nós, a saber, sensibilidade e entendimento: pela primeira objetos são-nos dados, mas pelo segundo são pensados. (KANT, 1996, p. 67).

Portanto, estas estruturas, que têm a função de organizar o conhecimento empírico, são:

[...] condições para que haja esse entendimento, esse conhecimento. Os conteúdos conhecidos advêm da apreensão dos fenômenos, mas tal apreensão só é racional por que há tais estruturas previas, *a priori*, que possibilitam perfazer o conhecimento. Qualquer fenômeno que seja percebido só o será porque há essas estruturas apriorísticas. (MASCARO, 2005, p. 55).

Desse modo, Kant instaura um novo paradigma para a filosofia e para a ciência; deslocando o eixo central da reflexão filosófica, predominante até então, da objetividade e recolocando-o nas questões relativas à subjetividade. A ontologia cede lugar à epistemologia com a filosofia crítica kantiana.

Nessa nova perspectiva, o homem passa a ter um papel ativo no processo do conhecimento e na consubstanciação do mundo objetivo. Com isso, verificamos que para o filósofo alemão:

O mundo só existe para o homem em virtude da atividade do homem: é a subjetividade transcendental que constitui o mundo como mundo-objeto... o sujeito é o elemento decisivo no conhecimento e na ação humanos, pois é o elemento de determinação do processo. (OLIVEIRA, 1995, p. 17).

Manfredo Oliveira, importante estudioso da obra kantiana, sintetiza:

A filosofia de Kant tematiza com toda clareza aquilo que era a tendência oculta da filosofia moderna: a função construtiva da subjetividade no conhecimento. E nisto consiste, precisamente, a reviravolta copernicana da filosofia, ou seja, que o mundo só é articulável como mundo, ou seja, que o mundo só chega a si mesmo através da mediação da subjetividade. (OLIVEIRA, 1995, p. 17).

Segundo Figueiredo, Kant parte da constatação de que o mundo não é senão uma simples ideia da razão. E, em consequência desta descoberta, postula que:

[...] a *Crítica* irá mostrar que nosso saber sobre a natureza, longe de coincidir com a verdade absoluta das coisas, é todo ele travejado por elementos inscritos na nossa faculdade de conhecer, cuja estrutura antecede a experiência e determina os parâmetros no interior dos quais ela se torna possível (FIGUEIREDO, 2005, p. 09, grifo do autor).

Tratando claramente acerca da reviravolta filosófica proposta pelo pensador alemão, o autor citado acima diz ainda que: “Se a verdade concerne, não à essência última das coisas, mas ao modo como as conhecemos, é por que com Kant abandonamos a ontologia em prol de uma simples analítica do entendimento puro” (FIGUEIREDO, 2005, p. 25).

Esta perspectiva da centralidade da subjetividade apresentou-se, por muito tempo, como o caminho mais apropriado para a produção do conhecimento e para o estabelecimento de regras para o agir humano.

A tradição kantiana permanece até os nossos dias influenciando (direta ou indiretamente; consciente ou inconscientemente) os mais variados círculos intelectuais, inclusive parcelas consideráveis do pensamento da esquerda, no decorrer de todo século XX e início do atual, também sofreram tal influência.

Porém, ainda no século XIX, surge a filosofia crítica de Marx que se erguerá sobre uma base inversa ao criticismo transcendental de Kant.

Passemos, agora, para a análise do contraponto proposto por Marx à filosofia moderna.

1.1.2 Marx e a nova concepção de objetividade

O filósofo alemão Karl Marx rompe com toda estrutura e pensamento tradicional e ainda supera as concepções filosóficas de seu tempo. Esta afirmação pode ser comprovada pela reformulação, promovida por Marx, do conceito de objetividade e das categorias sujeito e objeto. Estas novidades vão, por sua vez, repercutir de forma decisiva nas concepções do conhecimento e da ação do homem.

Como vimos anteriormente, o real apresentou-se no pensamento tradicional, de um lado, como algo totalmente exterior ao homem e, de outro, como resultado da atividade da subjetividade humana.

Na filosofia alemã, à época de Marx, as concepções acerca da objetividade, ainda sob a influência da filosofia moderna, que concebia o sujeito como categoria central, tinha um forte caráter idealista. O pensamento de Hegel consolidou-se como o ponto culminante deste idealismo. Porém, no caminho oposto ao de Hegel, contrapondo-se às suas ideias, destacou-se L. Feuerbach. Este criticava de forma contundente a filosofia especulativa hegeliana e buscava uma reflexão a partir da objetividade do ser, lançando as bases para o materialismo.

Marx, por sua vez, percebe que o idealismo errava quando atribuída a constituição do mundo exclusivamente à subjetividade, e o materialismo de Feuerbach também errava quando apontava a realidade como algo radicalmente exterior ao homem, não reconhecendo o sujeito como elemento ativo na constitutividade do real.

Dessa forma, verificamos que há, aqui, uma formulação crítica de Marx em relação a toda a estrutura filosófica de sua época. Esta crítica dirige-se principalmente para a questão da “objetividade social”. Nas filosofias predominantes no séc. XIX, a ação humana na construção do real era sempre vista de forma unilateral: “Enquanto o antigo materialismo desconhece a atividade, inclusive Feuerbach ‘não capta a

própria atividade humana como atividade objetiva, o idealismo só a apreende unilateralmente como atividade abstrata, espiritual.” (CHASIN, 1995, p. 396).

Como vimos acima, o mundo é apreendido ou como algo independente da ação dos homens, ou como sendo exclusivamente fruto da razão subjetiva.

Marx buscará, em primeiro lugar, superar as concepções idealistas. Faz crítica à filosofia especulativa e propõe, em lugar da centralidade do sujeito presente no idealismo, uma análise ontológica da objetividade social. Quer, portanto, tomar como ponto de partida o próprio real. Tratando desta crítica feita pelo pensador alemão à filosofia especulativa, Chasin afirma que:

Dar as costas aos automovimentos da razão e voltar-se para os automovimentos do mundo real, eis o giro marxiano. Calar o pensamento que só fala de si, mesmo quando deseja ardentemente falar das ‘pedras’, para deixar que as ‘pedras’ falem pela boca da filosofia. Esganar a especulação filosófica que fala pelo mundo, para que o mundo possa falar de si pela voz, assim tornada concreta, da filosofia.

Descentrado de si mesmo e recentrado sobre o mundo, o pensamento, rompido o hermafroditismo da especulação, pode abraçar a substância que o forma e fortalece. Procedente do mundo, ao mundo retornará. Não para uma tarefa tópica ou para alguma assepsia formal. Volta ao mundo para tomá-lo no complexo de complexos de sua totalidade. (CHASIN, 1983, p. 37).

Disso podemos inferir que Marx propõe uma retomada da centralidade da objetividade. Mas, cabe-nos apontar o fato de que ele desenvolve uma “reconceitualização” para as categorias sujeito, objeto e realidade. Nesta reconceitualização, e em suas consequências, podemos pontuar a radical diferenciação do pensamento marxiano frente a toda filosofia anterior.

O radicalmente novo aflora quando Marx pensa o real como uma totalidade constituída da interação entre sujeito e objeto, e não apenas como uma objetividade muda, exterior ao homem. Segundo Chasin, “o que constitui o grande mérito e o salto marxiano para além dos indicativos feuerbachianos; a precisa identificação ontológica da

objetividade social – posta e integrada pelo complexo categorial que reúne sujeito e objeto tendo por denominador comum a atividade sensível” (CHASIN, 1995, p. 395).

Verificamos, então, que Marx concebe o real como uma objetividade social que vem a ser, por meio da atividade humana, sensível. O homem, nessa perspectiva, interage com o mundo natural e, com isso, constrói o real. Assim, tanto objetividade quanto subjetividade podem ser apontadas como resultado do processo de autoconstrução humana, que tem, por sua vez, uma base no mundo natural. Os homens são, portanto, os responsáveis, ao mesmo tempo, pela constituição do mundo em que vivem e também da individualidade e do gênero humanos.

O mundo objetivo já não aparece como algo radicalmente exterior e independente da atividade do homem. Ao contrário, ele apenas pode existir em relação e por meio da ação humana. Nesse sentido, na ótica marxiana, o mundo sensível não pode ser algo dado de uma vez para sempre, aprioristicamente, mas sim o resultado de um determinado estágio de desenvolvimento das relações sociais estabelecidas entre os homens. Nas palavras de Marx e Engels:

O mundo sensível [...] não é uma coisa dada diretamente da eternidade, sempre igual a si mesma, mas antes o produto da indústria e do estado em que se encontra a sociedade, e precisamente no sentido de que ele é um produto histórico, o resultado da atividade de toda uma série de gerações, cada uma das quais aos ombros da anterior e desenvolvendo a sua indústria e o seu intercâmbio e modificando a sua ordem social de acordo com as necessidades já diferentes. (MARX; ENGELS, 1984, p. 27).

Nessa passagem de *A Ideologia Alemã*, vemos com bastante clareza que o real, tal como Marx o concebe, tem um caráter produzido. Marx e Engels, ao criticarem o materialismo antigo nas teses sobre Feuerbach, nos dão algumas pistas acerca da simultânea diferenciação e articulação entre sujeito e objeto na estruturação do mundo sensível.

A insuficiência principal de todo materialismo até os nossos dias (o de Feuerbach incluído) é a de a coisa, a realidade, o mundo sensível, serem tomados apenas sob a forma do objeto ou da

contemplação, mas não como atividade humana sensível, práxis, não subjetivamente. [...] Feuerbach quer objetos sensíveis – realmente distintos dos objetos do pensamento: mas não toma a própria atividade humana como atividade objetiva. (MARX, 1984, p. 107)

Partindo do que foi discutido até aqui, poderemos expor com mais nitidez um outro aspecto do pensamento marxiano, que também evidencia o rompimento do autor alemão com o pensamento tradicional.

Se o real, em sua totalidade, é produto da atividade humana sensível, então é radicalmente histórico. A sua constituição dependerá das relações estabelecidas pelos homens entre si e com a natureza em determinadas circunstâncias. E para conceber o ser como radicalmente histórico, Marx precisará recharacterizar também as categorias fenômeno e essência.

Em toda filosofia ocidental, estes dois elementos do ser apresentaram-se como opostos que continham uma diferenciação no “grau de ser”. A essência apresentava uma exclusiva articulação com a necessidade. Era algo dado *a priori* e, por isso, imutável, incorruptível, pleno etc. Já o fenômeno era o campo das transformações e, por isso, das imperfeições, da negação do ser. Logo, essência e fenômeno não poderiam se relacionar. Este modelo de pensamento surge na Grécia Antiga e seu ponto culminante é a filosofia de Platão. A Idade Média, com suas especificidades, reproduz esta dualidade antagônica, quando reflete a respeito do ser. Já o pensamento moderno traz grandes alterações na concepção de mundo, mas também não modifica esta estrutura que opõe essência e fenômeno e continua a analisar o ser como sendo bipartido.

No pensamento de Marx, por outro lado, essa dualidade será vista de uma forma essencialmente nova. Com efeito, nem podemos falar aqui de uma dualidade mas, ao contrário, devemos nos referir a uma totalidade em que fenômeno e essência estão intimamente articulados e têm o mesmo estatuto ontológico.

O essencial e o fenomênico determinam-se mutuamente. São categorias que se articulam e se diferenciam dinamicamente no decorrer da história. Um não é a antítese do outro; ambos relacionam-se de forma ativa na constituição do ser.

Vemos então que a essência, na filosofia marxiana, surge como “o complexo de determinações que permanece ao longo do desdobramento categorial do ser; a essência são os traços mais

profundos que articulam em unidade os heterogêneos momentos que se sucedem ao longo do tempo” (LESSA, 1997, p. 33).

Já o fenômeno é constituído pelos elementos que distinguem cada instante de todos os outros no desenvolvimento histórico do ser. No entanto, pontuemos mais uma vez que estes dois momentos (continuidade e diferenciação) apenas podem existir de forma articulada, ou seja, enquanto totalidade que constitui o ser.

Marx, ao se negar a procurar as ideias nas próprias ideias, tentando encontrá-las nas coisas mesmas, e ao apontar o complexo sujeito-objeto como dois elementos interativos que formam a objetividade social, fundamenta toda uma nova concepção de mundo e não só uma nova maneira de tratar a Ciência, a Economia, a Política etc.

1.2 TRABALHO E ESTRUTURAÇÃO DO REAL

Falamos anteriormente que a novidade da concepção filosófica proposta por Marx, e assimilada por Engels, tem como ponto de partida a ideia de que a realidade é produzida pela interação dinâmica estabelecida entre objetividade e subjetividade. Verificamos, ainda, que este processo apenas pode vir-a-ser por meio da atividade sensível dos homens. Mas, em que consiste esta atividade? Como ela pode unir em um mesmo complexo duas categorias que sempre estiveram cindidas em toda filosofia ocidental?

Debruçar-nos-emos, nesta seção, sobre essas questões, tentando elucidar o que pensamos ser o eixo ao redor do qual gira o pensamento marxiano. Este fio condutor, nos adiantamos em dizer, consiste no reconhecimento da *prioridade ontológica* do trabalho na gênese e contínua reprodução do mundo humano.

A atividade sensível que funda a objetividade social, segundo Marx, é o trabalho. Nesse sentido, o pensador alemão nos dá preciosas indicações em relação ao conceito desta atividade ao afirmar que:

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando sobre a natureza externa e

modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. (MARX, 1994, p. 202).

O trabalho se constitui, por conseguinte, de uma ação transformadora em que os homens, no decorrer da história, vão gradativamente libertando-se das determinações naturais que limitam sua vida, mas sem nunca eliminá-las completamente. E, ao mesmo tempo em que transformam a natureza segundo suas próprias necessidades, também se autoconstroem como seres humanos. A história da sociedade é, nesse sentido, o processo ininterrupto de autoidentificação dos homens por meio de sua atividade sobre o mundo natural, ou seja, pelo trabalho.

O autor citado acima também nos apresenta uma das características mais importantes desta atividade humana:

No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade. (MARX, 1994, p. 202).

Uma das peculiaridades da ação humana sobre a natureza é justamente que esta se dá tendo como base uma ideia previamente estabelecida na consciência. É, portanto, uma atividade teleologicamente orientada; e só o homem é capaz de efetuar tal ação.

Vemos, ainda, que as ações práticas que conduzirão a produção de algo útil devem subordinar-se à finalidade e não à vontade de quem as executa.

Por outro lado, importa destacar que esta prefiguração do objeto e sua posterior realização material também são limitadas pelas leis e pelas determinações no mundo natural. Para se obter sucesso na produção de coisas úteis é imprescindível que a consciência se subordine à realidade objetiva.

A partir destas citações do autor de *O Capital*, vamos nos aprofundar um pouco mais no entendimento dos principais elementos internos, tal como pensados por Marx, que compõem a atividade sensível propriamente humana, e, com isso, compreender porque ela pode ser considerada não só a categoria fundante do ser social, como

também o momento predominante na determinação das relações sociais em qualquer período histórico.

Iniciemos refletindo a respeito do trabalho como gênese do mundo dos homens.

A emergência do ser social em sua radical diferenciação do mundo natural se dá por meio de uma ação teleológica que transforma, em alguma medida, o mundo à sua volta. Esta apresenta-se como uma nova forma de responder as carências e as necessidades vividas na relação com o meio ambiente. Porém é importante ressaltar, junto com Lukács, que:

O momento essencialmente separatório é constituído não pela fabricação de produtos, mas pelo papel da consciência, a qual, precisamente aqui, deixa de ser mero epifenômeno da reprodução biológica: o produto, diz Marx, é resultado que no início do processo existia já na representação do trabalhador, isto é, de modo ideal. (LUKÁCS, 1978, p. 4).

Vemos, então, que não basta que objetos sejam produzidos para que possamos afirmar a gênese do ser social. Segundo Foladori, “Existem centenas de exemplos de utilização de instrumentos por diversas espécies animais. Não obstante, a fabricação de instrumentos pelo ser humano tem vários elementos específicos” (FOLADORI, 2001, p. 69).

Tais objetos têm que ser o produto de uma ação consciente e planejada. Mesmo que alguns animais, na luta pela sobrevivência, realizem atividades semelhantes aos atos humanos, estes têm sua especificidade no fato de que “no fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador”.

A consciência do ser social pode, então, ser considerada o elemento de maior diferenciação entre a busca de satisfação de necessidades e a produção de instrumentos dos animais e dos homens. A favor desta afirmação, pode-se argumentar ainda que é justamente a consciência humana que “distingue a realidade objetiva do seu reflexo, o que leva a distinguir o mundo das impressões interiores e torna possível com isso o desenvolvimento da observação de si mesmo” (LEONTIEV, 1978, p. 75).

Diante disso, o surgimento da consciência humana é:

[...] o início de uma etapa superior ao desenvolvimento psíquico. O reflexo consciente, diferentemente do reflexo psíquico próprio do animal, é o reflexo da realidade concreta destacada das relações que existem entre ela e o sujeito, ou seja, um reflexo que distingue as propriedades objetivas estáveis da realidade (LEONTIEV, 1978, p. 75).

As pesquisas mais recentes sobre a pré-história humana nos dão subsídios para afirmar que a consciência e o trabalho surgiram, mais ou menos, há 1,4 milhão de anos na África, pois, neste período e nesta região, verificou-se que *"pela primeira vez na pré-história, há indícios de que fabricantes de artefatos tinham um modelo mental do que desejavam produzir – que eles estavam impondo intencionalmente uma forma à matéria-prima que utilizavam"* (LEAKEY, 1995, p. 48).

Este teria sido o momento em que o homem rompeu com a estrutura ontológica, com a forma de ser, do mundo natural.

Mas, inicialmente, o homem encontrava-se ainda em um estágio muito pouco desenvolvido no que concerne à constituição de uma sociabilidade propriamente humana. Os elementos do mundo natural ainda estavam muito presentes na reprodução do novo ser. Contudo, a animalidade, através do trabalho, torna-se cada vez mais distante e, em cada momento de seu desenvolvimento, o ser social afasta constantemente as barreiras naturais que travam sua reprodução enquanto ser especificamente humano.

O trabalho apresenta-se como a forma específica de ser do homem. E quando este reproduz a vida, individual e genérica, o faz (por causa de sua práxis) por meio de uma constante produção do novo, diferentemente do que ocorre na reprodução natural marcada por uma constante produção do mesmo. A atividade transformadora dos homens (na qual, como vimos, a consciência tem um papel determinante) é princípio de desenvolvimento, promovendo uma constante elevação do ser social a patamares superiores de sociabilidade. Já a reprodução meramente biológica mantém-se sempre em um estágio estabilizado, como um "beco sem saída" no desenvolvimento.

Mas, como se dá esta passagem do mundo natural para o social? E o posterior desenvolvimento da nova forma de ser?

Movimentos evolutivos no desenvolvimento das diversas formas específicas de ser são reais. Porém, uma passagem do mundo

natural ao mundo social apenas pode se efetivar por meio de um salto. Embora estes processos evolutivos sejam de grande importância para a constituição do ser do homem, podemos constatar que a adaptação dos primatas mais evoluídos, por mais complexa e eficaz, ainda é uma adaptação passiva ao meio. E esta passagem da mera adaptatividade à real atividade sobre o meio ambiente se dá apenas com o rompimento radical do desenvolvimento evolutivo. Esta passagem, por isso, tem o caráter de salto ontológico: “A essência do salto é constituída por esta ruptura com a continuidade normal do desenvolvimento e não pelo nascimento, de forma imediata ou gradual, no tempo, da nova forma de ser” (LUKÁCS, 1996, p. 3).

É certo que o desenvolvimento do ser orgânico, desde sua explicitação, que se dá tendo por base o ser orgânico, até o momento do salto ao ser social, é um processo extremamente longo e complexo que, porém, não retira o caráter de ruptura desta passagem. É interessante ressaltarmos aqui que, após o salto ontológico, a nova forma de ser sempre se desenvolve no sentido de um contínuo aperfeiçoamento. Por isso, às vezes, perde-se de vista o fato de que entre a forma mais evoluída de uma estrutura do ser menos complexa e a gênese de uma nova estrutura há um salto qualitativo, real, no qual as antigas legalidades e princípios são superadas.

Mas, o que impulsiona este salto de uma esfera de ser à outra? Quando analisamos o salto ontológico, percebemos que a forma de ser da esfera que está surgindo tem que se apresentar como momento predominante em um determinado instante do processo de evolução e aperfeiçoamento da esfera já existente. Quando isso acontece, há o salto qualitativo, no qual surgirá a nova forma de ser com suas legalidades e suas especificidades. Podemos, então, apreender com maior clareza a passagem do mundo natural ao mundo social se considerarmos que, neste salto, a categoria trabalho afirma-se como momento predominante, convertendo-se no modelo da nova forma de ser em seu conjunto.

Disto resulta que a forma de se reproduzir específica do homem é fundada pela categoria trabalho. E apenas esta categoria pode mediar a relação entre o homem e a natureza de forma verdadeiramente humana, segundo Lukács:

Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter intermediário: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (utensílios, matéria-prima, objeto do trabalho etc.)

como orgânica, inter-relação que pode até estar situada em pontos determinados da série a que nos referimos, mas antes de mais nada assimila a passagem, no homem que trabalha, do ser meramente biológica ao ser social. (LUKÁCS, 1996, p. 2).

Aqui, percebemos que o trabalho apresenta-se como uma categoria fundamental para a gênese da forma específica de ser do homem. Apenas a categoria trabalho pode articular de forma ativa a interação entre homem e natureza. Apresentando-se, portanto, como categoria central no processo de humanização do homem.

Por meio de uma posição teleológica, o ser social produz uma nova objetividade. Ao idealizar previamente os fins, aos quais sua atividade deve se orientar, o homem também procura meios através dos quais poderá realizar materialmente sua ideia.

Na realização de finalidades, o homem se constrói enquanto homem. Isto, repetimos, apenas é possível pelo papel essencial que a consciência humana exerce nos atos de trabalho. Voltemos a esta questão fundamental, tentando tornar mais claro como a atividade sensível dos homens se impõe como categoria central da existência social.

Já comentamos anteriormente que no mundo natural, em especial entre os animais mais evoluídos, verificamos a existência de uma consciência, mas esta não abandona a forma de mero “epifenômeno” da reprodução biológica. Podemos, então, nos referir à consciência animal apenas como uma forma mais complexa e evoluída de responder passivamente às dificuldades do ambiente. “Na natureza, a consciência animal jamais vai além de um melhor serviço prestado à existência biológica e à reprodução e por isso, de um ponto de vista ontológico, é um epifenômeno do ser orgânico”. (LUKÁCS, 1996, p. 14). No processo de trabalho humano, a consciência passa a agir efetivamente no real e o pensamento torna-se categoria transformadora devido ao fato de que, na práxis humana, é a consciência que impulsiona o processo, pela posição de uma finalidade, e, ao mesmo tempo, orienta todos os estágios do ato de trabalho (busca dos meios e objetivação). É pertinente também ressaltarmos que o homem, ao se defrontar com as necessidades, as carências, enfim, com as dificuldades impostas pelo meio, passa a responder ativamente àqueles problemas, transformando o mundo natural. Mas, para buscar tal resposta, é necessário que coloque seus carecimentos em forma de perguntas. Entretanto, podemos

constatar que este complexo pergunta-resposta apenas pode existir enquanto produto da consciência, que se coloca, dessa forma, como princípio transformador do mundo natural. Não obstante, é importante destacarmos que a consciência, pelo fato de impulsionar e dirigir o processo de trabalho, não perde seu caráter abstrato, contudo isso não significa que ela não tenha uma existência real ou que não seja base para transformações efetivas no real. A consciência humana, ao contrário dos animais, não se desenvolve única e exclusivamente segundo as leis da biologia, assim, superando o caráter puramente epifenomênico do mundo natural, constitui-se como solo genético da reação peculiar do homem, essencialmente transformadora, frente ao meio ambiente.

Mas como ocorre esta interação entre a subjetividade humana e a realidade objetiva? Como se articulam a teleologia, própria da consciência dos indivíduos humanos, e as leis e determinações objetivas do mundo natural? Como a consciência pode atuar sobre o mundo material? Com base nas discussões desenvolvidas por Georg Lukács, a partir da obra de Marx, veremos como, no mundo social, teleologia e causalidade apresentam-se não de forma antípoda mas, ao contrário, apenas existem de forma articulada.

A ação teleológica implica um ato de pôr consciente. E a consciência, por meio deste ato, inicia um processo real que implicará uma transformação do meio ambiente no sentido de realizar, no âmbito material, finalidades já previamente existentes na ideia.

Já observamos que o trabalho se constitui de uma ação orientada a um fim. Mas, quando direcionamos nossas vistas para a história da filosofia, percebemos que grandes pensadores (Aristóteles e Hegel, por exemplo), que apreendem de forma correta o caráter teleológico do trabalho, estendem a teleologia para todas as esferas do ser, transformando-a, com isso, em uma categoria “Cosmológica Universal”. Se, como Lukács, tomamos a causalidade como um princípio de automovimento, que repousa sobre si mesmo e que mantém este caráter mesmo quando uma série causal tenha seu ponto de partida num ato de consciência, percebemos que no interior destas concepções, que ampliam as ações teleológicas a todas as formas de ser, teleologia e causalidade encontram-se em uma relação antinômica e excludente. Desde a Grécia antiga, com Aristóteles, até Kant e Hegel passando pela Idade Média e em alguns aspectos chegando mesmo ao mundo contemporâneo, podemos verificar uma constante luta entre concepções que priorizam a teleologia em detrimento da causalidade e concepções que agem exatamente ao contrário. Uma quando concebem teleologicamente a natureza e a história apontam não somente o fato de

que não apenas o mundo natural como o mundo social têm um fim e que todo seu desenvolvimento e evolução estão direcionados a este fim, mas também que o objetivo final, tanto da natureza quanto da história dos homens, e o movimento da totalidade em direção a este fim devem ser colocados por uma consciência. Toda ação teleológica pressupõe uma consciência que estabeleça um fim e por outro lado direcione o processo conscientemente para que se possa alcançar este objetivo. Nessas ideias encontramos um solo fértil para o surgimento de concepções de mundo místicas e religiosas. Por outro lado, as concepções que concebem tanto o desenvolvimento natural quanto o social como uma determinação de uma causalidade espontânea veem um determinismo rígido da história que se apresenta como resultado de leis autônomas, independentes das ações dos homens e, por isso, não consideram a consciência e a vontade humanas como um fator real de construção da história.

Lukács, a partir de Marx, propõe, no interior desta discussão, um terceiro termo em oposição a estes dois extremos. O filósofo húngaro, em sua ontologia, defende a ideia de que a teleologia é uma categoria exclusiva da práxis humana. Em favor desta tese podemos apontar o papel fundamental da consciência dos homens para a consubstanciação das posições teleológicas. Assim, o trabalho não se apresenta apenas como uma forma de aparência da teleologia, mas como única categoria no interior da qual as posições teleológicas adquirem realidade efetiva. Percebemos aqui, novamente, que o ato de pôr consciente, presente no trabalho humano, é um fator de extrema importância para apreendermos de forma lícita a distinção entre o ser natural e o ser social e o processo no qual, este último, separou-se de sua base e tornou-se um ser autônomo. Por outro lado, temos que observar o fato de que os homens, ao transformarem a natureza e construir um mundo cada vez mais socializado, não podem em nenhum momento anular de uma vez para sempre a legalidade e as leis de desenvolvimento do mundo natural. Assim, a causalidade, enquanto princípio de automovimento, não pode ser anulada da esfera do ser social.

Nesta mediação, regulação, controle, em suma, no intercâmbio entre o mundo dos homens e o mundo natural, a ação teleológica não faz com que a causalidade desapareça. Ao contrário, quando tomamos a categoria trabalho como a única esfera de atuação de posições teleológicas e quando observamos que o ato de trabalho é antes de tudo uma ação de apropriação da natureza pelo homem, constatamos que teleologia e causalidade têm, no ser social, uma existência concreta, real e mutuamente necessária para a reprodução desta forma do ser.

Alertemos aqui que estas duas categorias não se tornam idênticas no mundo dos homens, elas continuam sendo contrapostas, mas o são no interior de um processo real, dialético, que em última instância é unitário. Causalidade e teleologia relacionam-se de forma interativa. Vejamos um pouco mais de perto esta relação.

Ao agir sobre a natureza, por meio do trabalho, o homem faz com que surja algo novo que apenas pode vir-a-ser por sua ação. Entretanto, este novo objeto é constituído de elementos naturais com suas propriedades físicas e químicas que não se alteram após o ato humano. É certo que nenhum desenvolvimento dos processos naturais possibilitará que de uma árvore derive espontaneamente uma mesa, por exemplo. É imprescindível, aqui, a ação humana (incluindo aí o pensamento e a vontade) para organizar, controlar as propriedades da natureza a fim de dar origem a uma nova objetividade. Vemos que no ser-em-si da árvore não há nenhuma possibilidade ou intenção de transformar-se em mesa, cadeira ou qualquer outro objeto. Apenas quando os homens organizam suas qualidades objetivas isso se torna possível. Porém, mesmo não pertencendo mais ao mundo natural, a madeira que está presente em uma mesa continuará com suas propriedades físicas e químicas, tal qual uma árvore no interior da mata virgem. Os homens, por meio de atos teleológicos, utilizam as legalidades presentes na natureza e transformam-nas em causalidade posta, sem, com isso, modificarem ontologicamente seus fundamentos. Aqui podemos apontar o fato de que os nexos causais presentes no mundo natural, ao serem organizados segundo uma finalidade, posta por uma consciência, e inseridos no mundo social, não abandonam suas legalidades naturais, não sofrendo nenhuma transformação interna. A única mudança está no fato de que as categorias naturais tornam-se categorias postas pela ação teleológica. Vemos então que:

[...] por um lado, a posição teleológica ‘simplesmente’ faz uso da atividade que é própria da natureza; por outro lado, a transformação desta atividade torna-a o contrário de si mesma. Isto significa que esta atividade natural se transforma numa atividade posta, sem que mudem, em termos ontológicos naturais, os seus fundamentos. (LUKÁCS, 1996, p. 9).

Além do que já dissemos acima, percebemos também a inseparável ligação existente entre subjetividade e objetividade, no

mundo dos homens, pelo fato de que para agir sobre a natureza é imprescindível que os homens busquem a compreensão das leis e determinações da parcela da natureza que visam apropriar-se, e, a partir de então, têm que descobrir uma melhor forma de transformar o mundo natural para tornar efetivável os fins teleologicamente postos. Esta compreensão do real deve estar presente desde o primeiro ato do trabalho, assim,

Quando o homem primitivo escolhe uma pedra para usá-la, por exemplo, como machado, deve reconhecer corretamente este nexos entre as propriedades da pedra – que nas mais das vezes são causais – e a possibilidade do seu uso concreto (LUKÁCS, 1996, p. 9).

Após essas discussões, podemos concluir que sem esta contínua articulação entre a causalidade e a teleologia, em outras palavras, entre objetividade e subjetividade, o ser social jamais poderia existir. Porém, somente no mundo dos homens esta relação de interação, entre as duas categorias, pode vir-a-ser. Desse modo, constatamos que o mundo natural encontra-se sob o domínio da causalidade espontânea, enquanto o mundo dos homens desenvolve-se pela união e articulação insuperáveis entre causalidade e teleologia, constituindo o que podemos chamar de objetividade social.

Nesse momento é importante ressaltarmos que, em nossa interpretação, a filosofia inovadora de Marx não só indica o trabalho como categoria fundante do ser social, como também postula sua prioridade ontológica na reprodução humana em qualquer período histórico.

Segundo Lukács:

Com o trabalho, portanto, dá-se ao mesmo tempo – ontologicamente – a possibilidade do seu desenvolvimento superior, do desenvolvimento dos homens que trabalham. Já por esse motivo, mas antes de mais nada porque altera a adaptação passiva, meramente reativa, do processo de reprodução ao mundo circundante, porque esse mundo circundante é transformado de maneira consciente e ativa, o trabalho torna-se não simplesmente um fato no qual se expressa a nova peculiaridade do ser social, mas, ao contrário –

precisamente no plano ontológico – converte-se no modelo da nova forma de ser em seu conjunto. (LUKÁCS, 1978, p. 06).

O trabalho seria, então, o “modelo” a partir do qual o ser social em sua totalidade se constituiria. Isso significa que não somente todos os outros complexos sociais se relacionariam com esta base fundamental sob a forma de uma dependência ontológica/autonomia relativa, mas também que toda e qualquer sociedade na história tem o trabalho como categoria central de sua existência.

Netto e Braz indicam que a história pode ser compreendida como:

[...] o processo pelo qual, sem perder sua base orgânico-natural, uma espécie da natureza constitui-se como espécie humana – assim, a história aparece como a história do desenvolvimento do ser social, como processo de humanização, como processo da produção da humanidade através da sua autoatividade; o desenvolvimento histórico é o desenvolvimento do ser social. (NETTO; BRAZ, 2010, p. 38, grifos dos autores).

A própria autoconstrução do homem e, conseqüentemente, a produção da história têm como fundamento o trabalho. É a atividade sensível dos homens que impulsiona constantemente o processo de humanização, ou seja, de constante afastamento das barreiras naturais. Por isso,

O trabalho aparece como a *objetivação primária e ineliminável do ser social*, a partir da qual surgem, através de mediações cada vez mais complexas, as necessidades e as possibilidades de novas objetivações. O trabalho, porém, permanece como objetivação primária do ser social num sentido amplo: as outras formas de objetivação, que se estruturam no processo de humanização, supõem os traços fundamentais que estão vinculados ao trabalho [...] e só podem existir na medida em que os supõe; somente com eles tornam-se possíveis o pensamento religioso, a ciência, a filosofia e a

arte. (NETTO; BRAZ, 2010, p. 41, grifo dos autores).

Assim como os autores citados acima, Teixeira também afirma que o trabalho é o “pressuposto ontológico-fundante da sociabilidade, isto é, o fundamento das diversas formas pelas quais os homens organizam a produção e distribuição da riqueza social” (TEIXEIRA, 1995, p. 49). Mas, alerta que este é sempre historicamente determinado. Já Foladori (2001) indica que a transformação da natureza pelo trabalho corresponde à essência do ser humano. Mészáros (2009 p. 79) afirma que “o trabalho como atividade produtiva sempre permanecerá a condição absoluta do processo de reprodução”. Do mesmo modo, Lessa (2002; 2007a; 2007b) também defende o trabalho como categoria central do mundo dos homens. O próprio Engels indicará esta atividade como elemento central na estruturação da sociedade. Diz ele:

O trabalho é a fonte de toda riqueza, afirmam os economistas. Assim é, com efeito, ao lado da natureza, encarregada de fornecer os materiais que ele converte em riqueza. O trabalho, porém, é muitíssimo mais do que isso. É a condição básica e fundamental de **toda** vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem. (ENGELS, 2004, p. 11, grifo nosso).

Antunes, por sua vez, pergunta sobre o porquê do trabalho possuir o estatuto de centralidade ontológica. O próprio autor responde citando Lukács:

[...] a resposta é mais simples do que pode parecer a primeira vista: isso se dá porque todas as demais categorias dessa forma de ser já têm em sua natureza um caráter social: as suas propriedades e modos de efetivar-se desenvolveram-se somente no ser social já constituído. (LUKÁCS apud ANTUNES, 1999, p. 136).

Ou seja, todos os demais complexos sociais (arte, ciência, política, educação etc.) têm como pressuposto a sociedade, e esta é fundada e se reproduz continuamente por meio da atividade sensível dos homens.

Antunes, então, propõe que o trabalho é a categoria central porque em seu interior “estão pela primeira vez presentes todas as determinações constitutivas da essência do ser social” (ANTUNES, 1999, p. 146).

Do que foi discutido acima, é importante destacar o seguinte fato: a vida humana não se restringe aos atos de trabalho, embora tenha seu fundamento neles. Nesta interação com a realidade objetiva, exterior a si mesmo, e com os demais membros da comunidade humana, os homens produzem determinadas relações entre si que necessitam de outros complexos sociais, que vão além do processo de trabalho. “Os atos de trabalho, necessária e continuamente, remetem para além de si mesmos” (LUKÁCS, 1990, p. 01).

Isso significa que, quando a sociedade alcança certo nível de desenvolvimento, os homens encontram-se diante de alguns problemas que não podem ser resolvidos apenas pela transformação criativa do mundo natural. É necessária, neste momento, a mediação de novos complexos sociais para resolver tais dilemas.

Estes complexos também se constituem de ações teleológicas que, no entanto, não têm a função específica de promover a interação entre homem e natureza (tal como o trabalho, que foi indicado por Lukács como ação teleológica primária), mas partem de uma consciência e direcionam-se a outras consciências, com o objetivo de “convencer” os homens a agirem de determinada maneira e, assim, organizar a vida social e garantir a sobrevivência, manter a ordem estabelecida, questionar esta ordem etc. Estas são ações teleológicas secundárias, as quais o filósofo húngaro denominou ideologia.

Dentre tais ações teleológicas específicas, podemos citar a educação, a arte, a ciência, a ética, a política etc. Estas, por seu turno, embora não sejam diretamente relacionadas com os atos de trabalho e, nesse sentido, possuindo uma autonomia (relativa) frente a esta atividade, apresentam uma dependência ontológica em relação ao ato fundante do ser social.

Isso quer dizer que, embora não sejam determinados diretamente pelo trabalho, ou seja, pela base econômica da sociedade, todos os demais complexos sociais são, em última instância, resultantes das intrincadas relações estabelecidas entre os homens na produção e reprodução da vida.

Porém, ressaltemos, não há aqui uma determinação unilateral. Os complexos sociais retroagem, de alguma maneira, sobre as relações estabelecidas na esfera econômica. O que existe, portanto, é uma *determinação reflexiva*. Contudo, o trabalho é sempre o fundamento

ontológico de todos eles. Por isso, é indicado como objetivação primária do mundo dos homens.

É bom salientar que as ações teleológicas secundárias são secundárias no sentido ontológico e não por que são menos importantes para a vida humana. Além disso, “entre o trabalho (categoria fundante) e as formas superiores de interação, a práxis interativa, existem nexos indissolúveis, por maior que sejam as distâncias, os prolongamentos e as complexificações existentes entre estas esferas do ser social.” (ANTUNES, 1999, p. 146).

Nos *Manuscritos econômico-filosóficos* Marx nos dá outra importante indicação do motivo pelo qual podemos considerar o trabalho como categoria central no mundo dos homens. Ao tratar da alienação, própria da sociedade capitalista, ele diz que:

Certamente, o trabalho, a atividade vital, a vida produtiva, aparece agora para o homem como único meio que satisfaz uma necessidade, a de manter a existência física. **A vida produtiva, entretanto, é a vida genérica.** É a vida criando vida. No tipo de atividade vital está todo caráter de uma espécie, o seu caráter genérico [...]. (MARX, 2004, p. 116, grifo nosso).

Mais adiante, o autor alemão continua:

É exatamente na atuação sobre o mundo objetivo que o homem se manifesta como verdadeiro ser genérico. Esta produção é a sua vida genérica ativa. Por meio dela a natureza nasce como a sua obra e a sua realidade. Em consequência, **o elemento do trabalho é a objetivação da vida genérica do homem.** (MARX, 2004, p. 117, grifo nosso).

Vemos que a construção do mundo social a partir do trabalho propicia a elevação do homem, do seu ser individual ao ser genérico humano, enquanto um ser que “avalia a espécie como seu próprio ser”. Assim, a constituição da humanidade enquanto gênero é também resultado da complexificação social desencadeada pelos atos de trabalho.

Partindo de certa interpretação do pensamento marxiano, chegamos à conclusão de que o trabalho é o complexo social central da

existência humana porque é o responsável por sua gênese ontológica, porque garante a reprodução social em quaisquer que sejam as formas de sociedade, porque é a base sobre a qual se constituem os demais complexos sociais e porque é o processo a partir do qual se efetiva a vida genérica dos homens. Em outras palavras, é o impulsionador de todo processo de autoconstrução humana.

Como consequência do que foi discutido anteriormente é importante inferirmos a ideia de que a realização de uma nova sociedade só é possível na medida em que novas relações de trabalho sejam instauradas. Por isso, a construção do socialismo tem que se orientar, prioritariamente,³ na constituição de outra forma de produção e reprodução da vida.

Conforme Marx, toda a “servidão humana se encontra envolvida na relação do trabalhador com a produção e todos os tipos de servidão se manifestam exclusivamente como alterações ou consequências das referidas relações” (MARX, 1994, p. 121).

Na sociedade capitalista, os fundamentos desta servidão são: a propriedade privada e o trabalho assalariado. Todas as alienações existentes nessa formação social derivam desta relação dos homens com sua atividade vital. Sendo assim, outra sociedade só poderá emergir na medida em que a vida produtiva for radicalmente transformada. Sendo, portanto, esta mudança a base sobre a qual se construirá uma nova forma de sociabilidade.

Nesse ponto de vista, a prioridade ontológica para a constituição de uma nova sociedade encontra-se na categoria trabalho, na “atividade vital” dos homens. Por isso, um processo de transformação revolucionária da sociedade que se oriente para o socialismo, conforme Marx e Engels propuseram, tem que ser capaz de reformular todo o processo produtivo, no sentido de colocar nas mãos dos trabalhadores o controle sobre a produção dos bens necessários à sobrevivência. Isso implicaria, como consequência, uma total reconfiguração *do que* seria produzido e de *como* isso poderia ser produzido. Desse modo, o trabalho como desrealização do trabalhador, como fonte de miséria e de insatisfação do indivíduo tem de ser superado. Sem isso não é possível construir uma nova forma de sociabilidade.

³ Prioritariamente não significa exclusivamente.

1.2.1 Trabalho e o complexo social da política

Já vimos anteriormente que a perspectiva filosófica de Marx é inovadora pelo fato de que, em oposição a toda filosofia tradicional, o autor alemão colocou as categorias econômicas como fundamento de toda vida social. Segundo Lukács, isso representou a constituição de uma ontologia do ser social verdadeiramente materialista; e no interior desta ontologia, o trabalho configura-se como categoria central.

Como esta nova impostação ontológica pode ajudar a compreender a práxis política? É o que tentaremos discutir nos próximos parágrafos.

A política é um complexo social que, conforme discutimos acima, caracteriza-se por ser resultado de posições teleológicas secundárias, aquelas que se destinam à interação intersubjetiva. Esta interação, por sua vez, tem como objetivo, *em última instância*, mediar a produção de valores de uso (LUKÁCS, 1996). Podemos, então, observar que:

[...] o objeto dessa finalidade secundária já não é um elemento da natureza, mas a consciência de um grupo humano; a posição do fim já não visa a transformar diretamente um objeto natural, mas, em vez disso, a fazer surgir uma posição teleológica que tenha, porém, como objetivo alguns objetos naturais; da mesma maneira, os meios já não são intervenções imediatas sobre objetos naturais, mas pretendem provocar estas intervenções por parte de outras pessoas. (LUKÁCS, 1996, p. 24).

Como em todos os outros complexos sociais (educação, direito, ciência, religião), o fundamento primeiro da política deve ser buscado na realidade material, nas relações estabelecidas pelos homens na produção e reprodução da vida.

Marx, no prefácio de *Para a crítica da economia política*, escrito em 1859, nos diz a esse respeito que sua investigação desembocou,

[...] no seguinte resultado: relações jurídicas, tais como formas de Estado, não podem ser compreendidas nem a partir de si mesmas, nem a partir do assim chamado desenvolvimento geral

do espírito humano, mas, pelo contrário, elas se enraízam nas relações materiais de vida, cuja totalidade foi resumida por Hegel sob o nome de ‘sociedade civil’[...] a anatomia da sociedade burguesa (*bürgerliche Gesellschaft*) deve ser procurada na Economia Política. (MARX, 1996, p. 51).

Com esta constatação podemos, logo de imediato, afastar a ideia de que o Estado é uma entidade a-histórica, que transcende o mundo objetivo para configurar-se na realização da razão e, consequentemente, do próprio homem, ideia tão cara ao pensamento político moderno.

Para a filosofia tradicional, a política era entendida como um predicado inseparável do ser social, elemento sem o qual a humanidade não poderia se desenvolver em direção a uma vida verdadeiramente ética. O “Estado racional” seria a única entidade capaz de regular, em defesa do bem coletivo, as relações entre os indivíduos, por isso, imprescindível para a existência da sociedade. Desse ponto de vista, a compreensão do mundo social é submetida às formulações especulativas acerca da razão e do Estado como universalidade humana.

Em contraposição a estas concepções que, segundo Marx e Engels, vão do céu a terra, estes autores propõe uma análise da política, do Estado e da sociedade como um todo, que parte da terra para o céu.

Insistem que a racionalidade humana não é a origem do Estado. As ideias, a consciência e suas representações, afirmam, estão intimamente relacionadas com o intercâmbio material estabelecido entre os homens e destes com o meio natural. Assim, “a estrutura social e o Estado decorrem constantemente do processo de vida de determinados indivíduos; mas estes indivíduos não como eles poderão parecer na sua própria representação ou na de outros, mas como eles são **realmente**” (MARX; ENGELS, 1984, p. 21, grifo dos autores).

São, portanto, os indivíduos reais em suas condições materiais de vida e em suas interações no processo produtivo que constituem o conjunto das ideias, conceitos e representações que lhes são próprias. “A consciência nunca pode ser outra coisa senão o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo real de vida” (MARX; ENGELS, 1984, p. 22).

Assim, a política, enquanto complexo ideológico, e todas as suas instituições também derivam, de acordo com esta concepção, da atividade sensível dos homens, do trabalho. Esta nova imposição

científico-filosófica de Marx e Engels, que retoma a ontologia sob novos parâmetros e que tem como base de sustentação a ideia da prioridade ontológica do trabalho na gênese e reprodução da vida social, quando tomada como ponto de partida e fio condutor de formulações teóricas e práticas no âmbito da política, implica, necessariamente, uma percepção um tanto diferente do pensamento tradicional, no que diz respeito à própria política e às suas possibilidades para a construção de outra ordem social.

O primeiro ponto que, entendemos, deve ser destacado é o seguinte: em consonância ao que discutimos acima, a política, enquanto ação teleológica secundária,⁴ tem seu fundamento último, como todos os outros complexos sociais, na atividade vital humana. Nesse sentido, enquanto realidade fundada, não pode ser a base para a constituição daquilo que é fundante. Ou seja, a política, a partir de si própria, não pode instaurar um novo conjunto de relações produtivas, “não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência”. A partir dessa perspectiva marxiana, podemos inferir que a passagem das relações sociais capitalistas para o socialismo tem como eixo estruturante não as ações políticas, mas as transformações no âmbito do trabalho, da vida produtiva. E estas, por sua vez, é que engendrarão mudanças em toda superestrutura ideológica.

É nesse sentido, precisamente, que entendemos a perspectiva teórica marx-engelsiana, no que concerne ao processo de superação do capital, como sendo um referencial estruturado na *centralidade do trabalho*. Lukács (1979) utiliza este termo quando discute os princípios ontológicos mais importantes de Marx. Comenta que, quando o autor de *O capital* faz da produção e reprodução da vida humana a questão central de sua filosofia e, a partir daí, aponta para uma dupla determinação (em que, de um lado, a base natural é pressuposto para existência da sociedade e, de outro lado, há uma incessante transformação social desta base), “como sempre acontece em Marx, também nesse caso o trabalho é a **categoria central**, na qual todas as outras determinações já se apresentam *in nuce*.” (LUKÁCS, 1979, p. 16, grifo nosso). Também Antunes (1999) e Lessa (2002; 2007b) usam a mesma terminologia. Já Netto e Braz (2010) afirmam que o trabalho constitui-se como “objetivação primária e ineliminável do ser social”,

⁴ É importante frisar mais uma vez. O fato de ser uma ação teleológica secundária não está relacionado a nenhum juízo de valor. Não significa que tais complexos sociais (política, arte, ciência, etc.) não sejam importantes para a vida dos homens.

sendo que esta proposição tem o mesmo significado do termo centralidade do trabalho, sendo uma substituível pela outra.

Dito isso, e continuando com nossa discussão, é de suma importância que pontuemos, neste momento, o seguinte fato: qualquer luta política que pretenda a superação da sociabilidade presente deve ser orientada por essa perspectiva, referida acima. Mas, é importante destacar que isso, em absoluto, significa que se deve desprezar as ações políticas em favor de lutas econômicas.

O que gostaríamos de evidenciar é que, segundo nossa interpretação das concepções marx-engelsianas, a práxis política, que se pretenda revolucionária, deve guiar-se, teórica e praticamente, pela lógica radical do trabalho. Isso significa que tem que abandonar toda e qualquer pretensão teórica, com matriz idealista, que se traduz na crença de que instituições políticas e normas jurídicas congregam em si as possibilidades de realização do bem comum, sendo aceitas e consolidadas pela vontade subjetiva dos homens, ou por um desdobramento da própria razão humana. Desse modo, Estado e política representariam a objetivação da racionalidade e universalidade humanas e, por isso, disporiam de plena autonomia em relação à vida material da sociedade.

Há que se negar também, em uma prática política orientada pelo horizonte socialista, qualquer ambição de determinação onto-positiva da própria política. Deve-se, portanto, recusar as concepções tradicionais que indicam a politicidade como categoria universal do ser social, “positivamente indissociável da autêntica entificação humana, portanto, constitutiva do gênero, de sorte que orgânica e essencial em todas em todas as suas atualizações” (CHASIN, 1995, p. 354).

Historicamente determinada e incapaz, dada sua gênese e função social (nos próximos parágrafos discutiremos estas questões), de realizar a efetiva liberdade humana, assim deve ser considerada a política nesta perspectiva da *centralidade do trabalho*.

Passemos, agora, a discutir um pouco mais de perto os reflexos desta perspectiva sobre os conceitos de política e Estado.

1.3 CENTRALIDADE DO TRABALHO, ESTADO E POLÍTICA

Como vimos acima, o fenômeno da politicidade é considerado, no interior da impostação ontológica de Marx e Engels, como sendo radicalmente histórico. Esses autores tentam analisar sua gênese e determinações ontológicas para compreender, em toda sua

profundidade, qual o papel da política e do Estado na construção de outra forma de sociabilidade.

Engels, em seu estudo *A origem da família da propriedade privada e do Estado*, demonstra que o poder político nasce de uma necessidade social específica, surgida em um dado momento histórico. Isso ocorre quando as forças produtivas alcançam certo grau de desenvolvimento que possibilita aos homens a produção de excedentes. Este fenômeno acontece porque o trabalho, desde o início, tem a “potência” (*dynamis*) de produzir excedente (LUKÁCS, 1990) e, em um determinado período da história, esta potência é convertida em ato (realidade).

Este fato novo cria também a possibilidade, que logo é realizada, da exploração do homem pelo próprio homem e, dessa forma, da apropriação privada das forças sociais (ambas desconhecidas nas sociedades primitivas). Consequentemente, surgem as classes sociais e o antagonismo entre elas.

Para mediar esses conflitos, as formas de controle e liderança existentes até então já não eram suficientes. Estas se baseavam nas tradições, usos e costumes da coletividade, sendo o poder e a capacidade de decisão conferidos de forma espontânea pela comunidade, com base nas qualidades efetivas de certos indivíduos.

Neste momento, porém, com o antagonismo de classes, faz-se necessária uma nova forma de exercício do poder. Este deixa de ser uma força social voltada para o desenvolvimento da comunidade e torna-se meio de defesa de privilégios de uma parte da sociedade e, também, de arrefecimento dos conflitos sociais. O tipo de poder que nasce, então, para cumprir esta função social específica é o poder político.

Nesse sentido, Lênin esclarece, em *O Estado e a revolução*, que:

O Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados. E, reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classe são inconciliáveis. (LÊNIN, 2007, p. 25).

No pensamento marxiano, política e Estado têm, portanto, como função básica garantir a reprodução da sociedade dividida em classes

antagônicas. E esta é derivada da própria constituição ontológica destes complexos sociais. Desse modo, não seria possível, por exemplo, um Estado que não fosse instrumento de dominação de uma classe sobre as outras. Ou seja, é, e sempre será, órgão de dominação de um lado, e submissão de outro; a constante reprodução de uma ordem que legaliza e consolida tal submissão, “amortecendo a colisão das classes” (LÊNIN, 2007).

Importante indicarmos também que o Estado ou a política não são os fundamentos dessa divisão e choque entre as classes. A base desses conflitos encontra-se na esfera produtiva, em relações sociais estruturadas na apropriação privada da produção coletiva. Em outras palavras, é a própria existência da propriedade privada que leva à luta exploradores e explorados e daí a necessidade de se impor um poder que amenize este embate e garanta a manutenção da ordem. Marx e Engels nos dizem que “a estrutura social e o Estado decorrem constantemente do processo de vida” (MARX; ENGELS, 1984 p. 21). E ainda: “o Estado só existe por causa da propriedade privada” (MARX; ENGELS, 1984 p. 101).

Nas *Glosas críticas* Marx nos dá importantes indicações sobre esta questão:

Com efeito, esta dilaceração, esta infâmia, esta escravidão da sociedade civil, é o fundamento natural onde se apóia o Estado moderno, assim como a sociedade civil da escravidão era o fundamento no qual se apoiava o Estado antigo. A *existência do Estado e a existência da escravidão são inseparáveis*. (MARX, 1995, p. 10, grifo nosso).

São, portanto, determinadas relações na esfera produtiva que engendram e servem de alicerces para sustentação do poder político. Essas relações, que dão origem ao Estado, são, por sua vez, estruturadas no trabalho alienado. Por isso, é impossível que um exista sem o outro.

Gostaríamos de insistir em um ponto que julgamos de suma importância. O caráter de dominação, de exercício de poder de uns sobre outros, constitui a própria essência da política e do Estado. Sendo assim, não é possível a constituição de um poder estatal que sirva ao bem comum e que, por conseguinte, concilie as classes antagônicas sem, necessariamente oprimir uma delas. A estrutura ontológica destes complexos está fundada sobre aquelas bases. Segundo Lênin, “todo

Estado, *seja ele qual for*, não poderá ser livre nem popular” (LÊNIN, 2007, p. 41, grifo do autor). Desse modo, o discurso de que a democracia seria a realização política de tal Estado não faz sentido para o revolucionário russo. Este afirma que a república democrática é a melhor forma política dentro do capitalismo, mas ainda pressupõe a desigualdade, propriedade privada e trabalho assalariado, por isso nunca poderá ser expressão da verdadeira liberdade humana.

Ao contrário, a maior parte da Filosofia e Ciência Política tradicional, ao entender que a origem da política encontra-se em uma vontade geral, ou na própria natureza humana, ou na razão, postula que o Estado é um órgão que está acima da sociedade, das classes, um poder que já não é mais controlado pelos próprios homens, mas que controla e submete todos ao seu poder. As forças e capacidades humanas são projetadas em uma instituição que aparece para os homens como superior a eles mesmos, como possuidora de qualidades que estão além do alcance da sociedade.

Já os autores que nos servem de referência defendem, como vimos acima, que a gênese do poder político encontra-se, em última análise, em um determinado grau das relações estabelecidas entre os homens na produção e reprodução material da vida. Ou seja, a origem mais profunda deste complexo social deve ser buscada no processo de trabalho.

Dessa maneira, constatamos que o poder político e o Estado são radicalmente históricos e têm uma função social específica. Segundo Engels,

[...] o Estado não existiu eternamente. Houve sociedades que se organizaram sem ele, não tinham a menor noção de Estado ou do seu poder. Ao chegar a certa fase de desenvolvimento econômico, que estava necessariamente ligada à divisão da sociedade em classes, esta divisão tornou o Estado uma necessidade. (ENGELS, 1984, p. 231).

Destaquemos três ideias fulcrais, expostas até aqui, que devem ficar bem claras para que possamos seguir adiante com mais segurança na argumentação.

Primeira, a política tem como fundamento de sua existência as relações materiais estabelecidas entre os homens na produção e

reprodução da vida e não a natureza humana ou a vontade geral, ou a racionalidade.

Segunda, em decorrência da afirmação anterior podemos apontar que a política e o Estado não são fenômenos sociais que pertencem à *essência* da vida humana, por isso são fenômenos transitórios.

E a terceira ideia é a de que o poder político, por sua própria natureza ontológica, é sempre o “poder organizado de uma classe para a opressão da outra” (MARX; ENGELS, s/d, p. 38).

1.3.1 Conceção onto-negativa da política

Tomando como ponto de partida o que foi discutido na seção anterior e entendendo que Marx e Engels vislumbravam a superação das relações de capital e a instauração de uma sociedade socialista, qual seria o papel da política e do Estado neste processo? É acerca desta questão que faremos algumas reflexões a partir de agora.

Se, por um lado, levarmos em consideração as determinações ontológicas da política e do Estado, delineadas por Marx e Engels, e, por outro, pensarmos em um período de transição para uma sociedade emancipada, constataremos que este complexo social pode apenas realizar tarefas “negativas” e estas, por sua vez, não podem ir além de uma “preparação do terreno” para a consubstanciação efetiva de uma nova forma de relação entre os homens.

Nesse sentido, afirma István Mészáros:

Em agudo contraste com o “falso positivismo” de Hegel, Marx nunca deixou de realçar o caráter essencialmente *negativo* da política. Detendo este caráter, a política é adequada para realizar as funções *destrutivas* da transformação social – tal como a “abolição da escravidão assalariada”, a expropriação dos capitalistas, a dissolução dos parlamentos burgueses etc., realizáveis todas por decreto –, mas não as tarefas *positivas* que devem resultar da própria reestruturação do sociometabolismo. (MÉSZÁROS, 2002, p. 571).

Assim, em um processo revolucionário, a política deveria ser responsável pela quebra do poder da classe dominante, por suplantá-la e, ainda, por dissolver as antigas relações de produção. É o próprio Marx quem nos afirma que

A revolução em geral – a derrocada do poder existente e a dissolução das velhas relações – é um ato político. Por isso, o socialismo não pode efetivar-se sem revolução. Ele tem necessidade deste ato político na medida em que tem necessidade da *destruição* e da *dissolução* (MARX, 1995, p. 17, grifo nosso).

Destaquemos: *destruição* e *dissolução*. Este é o papel da política em uma transição para o socialismo. Diante disso, devemos insistir na seguinte questão: não há desprezo, por parte da teoria marxiana com relação à práxis política. Ela é, sem dúvida, vital para a revolução socialista. Contudo, ela não pode executar as tarefas “positivas” na constituição de um novo ordenamento social. Estas só podem ser realizadas por meio de uma transformação radical nas relações de trabalho, tendo em vista que é a categoria central no mundo dos homens, e é a partir desta atividade que todos os demais complexos sociais são constituídos. Por isso, somente uma modificação nesta base da sociedade representaria uma verdadeira transformação em todas as suas esferas e a ascensão de uma nova sociabilidade.

Dessa maneira, o socialismo, a nova sociabilidade vislumbrada por Marx e Engels, somente pode vir-a-ser na medida em que o trabalho como força social alienada, base de qualquer sociedade de classes, for substituído por relações de produção nas quais o trabalho associado⁵ seja o fundamento da vida social. E, segundo a teoria política marxiana, no instante em que os homens passem a se organizar de forma associada na produção de bens necessários à vida, o próprio Estado e a política perderão suas funções sociais e, portanto, fenecerão. Sobre este aspecto, Engels diz:

A sociedade, reorganizando de uma forma nova a produção, na base de uma associação livre de produtores iguais, mandará toda a máquina do Estado para o lugar que lhe corresponde: o museu de antiguidades, ao lado da roca de fiar e do machado de bronze. (ENGELS, 1984, p. 231).

⁵ O trabalho associado pode ser descrito como “uma forma de trabalho em que os indivíduos põem em comum as suas forças e o resultado deste esforço coletivo é distribuído para todos, de acordo com as necessidades de cada um. Para além de qualquer outra marca, esta forma de trabalho tem como característica essencial o controle consciente e coletivo dos produtores sobre o processo de trabalho”. (TONET, 2002, p. 14).

A partir do momento que não existirem mais classes sociais e, portanto, conflito entre grupos com interesses antagônicos, não há mais necessidade de uma força coercitiva, que embora tenha sua origem na sociedade, tem a aparência de estar acima dela. Dessa maneira,

[...] quando o Estado se torna, finalmente representante efetivo da sociedade inteira, então torna-se supérfluo. Uma vez que não haja nenhuma classe social a oprimir; uma vez que, com a soberania de classe e com a luta pela existência individual, baseada na antiga anarquia da produção, desaparecem as colisões e os excessos que daí resultavam – não haverá mais nada a reprimir, e um poder especial de repressão, um Estado, deixa de ser necessário (ENGELS apud LÊNIN, 1986, p. 20-21).

Importante ressaltarmos que, segundo o pensamento marx-engelsiano, o Estado não é extinto “por decreto”, por uma simples decisão da vontade de alguém ou de um grupo. Ao contrário, ele “definhará” na medida em que as condições sociais objetivas, que conformaram a necessidade de seu nascimento, sejam superadas ao longo de um processo revolucionário. O que ocorre é que o Estado perderá, aos poucos, a sua própria razão de ser, a sua função social. Com isso, não é possível apontar a teoria política marxiana como sendo voluntarista/subjetivista, no sentido de que entenderia o fim do Estado como simples ato de vontade.

Trata-se, pelo contrário, de um ponto de vista enraizado em análises ontológicas e, por isso, “o propósito essencial desta teoria é identificar o caráter da política, esclarecer sua origem e configurar sua peculiaridade na constelação dos predicados do ser social” (CHASIN, 1995, p. 367-368).

A própria ideia de um momento de ruptura com as relações de capital não é encarada como sendo dependente, em primeiro plano, da vontade dos homens. “Uma revolução social radical está associada às condições históricas definidas de desenvolvimento econômico; estas são suas premissas” (MARX apud MÉZARÓS, 2002, p. 573).

Diante do que foi discutido até aqui, podemos indicar que a perspectiva de Marx e Engels, seguida por Lênin, a respeito da política configura-se em uma crítica radical da própria politicidade, que lançará luzes sobre um fato que passou despercebido por toda filosofia

tradicional, qual seja: *a determinação onto-negativa da política*, para usar os termos de José Chasin. A esse respeito, o filósofo brasileiro afirma que a teoria marx-engelsiana é onto-negativa

[...] precisamente, porque exclui o atributo da política da essência do ser social, só o admitindo como extrínseco e contingente ao mesmo [tempo], isto é, na condição de historicamente circunstancial; numa expressão mais enfática, enquanto predicado típico do ser social, apenas e justamente, na particularidade do longo curso de sua pré-história. (CHASIN, 1995, p. 368).

É interessante frisar que não é só o Estado que irá fenecer com a superação do trabalho alienado, a própria política também perderá sua função social, não será mais necessária para ordenar a vida humana.

A teoria marxiana da determinação onto-negativa da política sustenta-se, então, em duas descobertas fundamentais. Primeira, a política por sua própria constituição ontológica não pode dar origem a uma nova sociedade. Pode, sim, contribuir para a demolição da antiga, a qual se pretende substituir. Nesse sentido, além das palavras de Marx transcritas acima podemos, ainda, citar Lênin quando diz que:

As classes exploradas precisam da dominação política para o completo aniquilamento de qualquer exploração, no interesse da imensa maioria do povo contra a ínfima minoria dos escravistas modernos, ou seja, os proprietários fundiários e os capitalistas. (LÊNIN, 2007, p. 47-48).

A segunda descoberta diz respeito à estrita ligação existente entre sociedade dividida em classes e o poder político. E, portanto, a evidencição da transitoriedade deste complexo social. Como vimos anteriormente Engels resume esta proposição da seguinte forma:

Ao mesmo tempo que as classes desaparecerá inevitavelmente o Estado. A sociedade reorganizando a produção sobre a base da associação livre e igual de todos os produtores, enviará a máquina governamental para o lugar que lhe convém: o museu de antiguidades, ao lado da

roda de fiar e do machado de bronze. (ENGELS, 1984, p. 231).

De um lado, como vimos, os trabalhadores têm a necessidade de assumir o poder político para efetivar o processo revolucionário, mas, por outro, assim que assume o controle do Estado automaticamente este deve começar a fenecer. Assim, “o proletariado só tem necessidade de um Estado em definhamento, isto é, constituído de tal forma que comece sem demora a definhar e que não possa deixar de definhar [...]” (LÊNIN, 2007, p. 47). Quando os trabalhadores assumem o poder, por meio de uma revolução, o caráter dos órgãos estatais deve mudar radicalmente. O próprio Estado deve começar a se dissolver. Isso porque a atividade vital dos homens começa a ser totalmente reestruturada sob novos alicerces. Nesse sentido, Marx comenta que

[...] O socialismo não pode efetivar-se sem revolução. Ele tem necessidade deste ato político na medida em que tem necessidade da destruição e da dissolução. No entanto, logo que tenha início a sua atividade organizativa (do socialismo), logo que apareça seu próprio objetivo, a alma social, então o socialismo se desembaraça do seu revestimento político. (MARX, 1995, p. 17).

Aqui nos deparamos com outra questão relevante para nossa discussão. Na citação acima, o autor alemão fala de uma “alma social” da revolução que se oriente para o socialismo. Mas o que significa isso: revolução com alma social?

Em vários textos, Marx discute as diferenças entre uma revolução política e uma revolução social. Afirma que a emancipação política (expressa pela cidadania e democracia), embora seja uma forma mais avançada de liberdade, ainda é limitada, pois não elimina os fundamentos da desigualdade social. Em suas palavras: “Certamente, a emancipação política representa um enorme progresso. Porém, não constitui a forma final de emancipação humana, mas é a forma final desta emancipação dentro da ordem mundana até agora existente.” (MARX, 2004, p. 23-24). Também Lênin diz que a república democrática é “a melhor crosta para o capitalismo”, porém, “a escravidão assalariada é o quinhão do povo mesmo na república burguesa mais democrática” (LÊNIN, 2007, p. 34).

Para se alcançar a liberdade no plano político é suficiente o “aprimoramento” do Estado que representa, neste contexto, a própria

vida genérica, abstrata, dos homens que, por sua vez, está em choque com sua vida real. De um lado, há a vida na esfera política, momento da universalidade humana. Mas, por outro, a vida material que implica a existência egoísta dos homens no âmbito da sociedade civil. Por isso Marx afirma que, onde o Estado e a política atingiram seu pleno desenvolvimento (ou seja, nas democracias modernas), o homem possui uma “dupla essência”. Conforme o autor alemão, “ele vive na sociedade política, em cujo seio é considerado como ser comunitário, e na sociedade civil, onde age como simples indivíduo privado, tratando os outros homens como meio, aviltando-se a si mesmo em seu meio e tornando-se juguete de poderes estranhos” (MARX, 2004, p. 22).

Desse modo, após uma revolução com *alma política*, o homem encontra-se inserido apenas na comunidade *política*, mas segundo o autor alemão:

[...] a comunidade da qual o trabalhador está isolado é uma comunidade inteiramente diferente e de uma outra extensão que a comunidade política. Essa comunidade, da qual é separado pelo seu trabalho, é a própria vida, a vida física e espiritual, a moralidade humana. A essência humana é a verdadeira comunidade humana” (MARX, 1995, p. 16).

Ou seja, por mais que se transforme, por meio de uma revolução, a forma ou os sujeitos que exercem o poder político, ou por mais que um Estado desenvolva dispositivos de participação democrática dos cidadãos nas decisões políticas, caso a “escravidão assalariada”, ou qualquer outra forma que o trabalho alienado possa assumir, não seja superada, a verdadeira emancipação humana jamais será realizada.

Assim, “os limites da emancipação política aparecem imediatamente no fato de o Estado poder libertar-se de um constrangimento sem que o homem se encontre realmente liberto; de o Estado conseguir ser um Estado livre sem que o homem seja homem livre.” (MARX, 2004, p. 20).

A emancipação humana, portanto, apenas pode emergir de uma revolução política, como comentamos em parágrafos anteriores, mas com *alma social*, que significa modificar pela raiz as relações estabelecidas entre os homens na produção e reprodução da vida. E, como resultado desta mudança, a força social dos homens que havia

sido usurpada, privatizada, retornará ao seu controle. Em outras palavras, o próprio processo de autoconstrução humana deverá colocar-se sob o seu domínio livre e consciente.

Emancipação humana significa, então;

[...] a reintegração ou recuperação humano-societária dessas forças sociais alienadas à política, ou seja, que ela só pode se realizar como reabsorção de energias próprias despidas da forma política, depuradas exatamente, da crosta política sob a qual haviam se autoaprisionado e perdido (CHASIN, 1995, p. 368).

Logo, a superação da política é uma condição necessária para a conquista da liberdade efetiva.

Passemos a refletir a respeito de outro conjunto de questões que, tomando como referência o que foi discutido até aqui, aparecem como um desdobramento das concepções marxianas da centralidade do trabalho e da onto-negatividade da política.

1.3.2 Trabalho e prática política

Antes de seguirmos adiante, retomemos algumas ideias que foram expostas anteriormente.

Marx e Engels formulam uma nova interpretação para a relação sujeito-objeto. Identificam nela uma determinação reflexiva em que a objetividade ocupa o papel de momento predominante, e apontam para o fato de que somente com a interação entre elas é que o mundo social pode existir.

A articulação interativa entre estas duas esferas do real se dá por meio do trabalho, sendo este, por isso, a categoria ontológica central da sociabilidade humana. Inferiu-se daí que transformações radicais na sociedade apenas podem acontecer na medida em que as relações de produção modificarem-se de forma igualmente radical.

Dessa perspectiva filosófica⁶ decorre que para a instauração de uma nova forma de sociabilidade (o socialismo) os trabalhadores serão a força política mais importante. Em outras palavras: o postulado da centralidade *ontológica* do trabalho na realidade social implica a centralidade *política* dos trabalhadores como principais agentes na

⁶ E de certas circunstâncias históricas presentes na sociedade capitalista avançada.

transformação radical da ordem social vigente. A esse respeito lemos nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* que

[...] a emancipação da sociedade quanto à propriedade privada, à servidão, adquire a forma política da emancipação dos trabalhadores; não na acepção de que somente está implicada a emancipação dos últimos, mas porque tal emancipação inclui a emancipação da humanidade como totalidade, uma vez que toda servidão humana se encontra envolvida na relação do trabalhador com a produção [...] (MARX, 2004, p. 121).

Marx está apontando que os trabalhadores correspondem à única classe que, se libertando, libertará a sociedade inteira. Isso porque o trabalho alienado é a base de toda alienação (desumanidade) existente na sociedade. Quando a vida produtiva do homem for livre e conscientemente dirigida, a alienação deixará de ser uma dimensão presente em todos os aspectos na reprodução social.

Por isso, no *Manifesto comunista*, tem-se que: “de todas as classes que ora enfrentam a burguesia, só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária”. E, em um pouco adiante, Marx e Engels colocam, ainda: “os proletários não podem apoderar-se das forças produtivas sociais senão abolindo o modo de apropriação que era próprio a estas e, por conseguinte, todo modo de apropriação em vigor até hoje” (MARX; ENGELS, s/d, p. 30).

Também Lênin, em *O Estado e a revolução*, defende a centralidade política dos trabalhadores no processo revolucionário. Nesse sentido, afirma que: “a derrocada da dominação burguesa só é possível pelo proletariado, única classe cujas condições econômicas de existência a tornam capaz de preparar e realizar essa derrocada.” (LÊNIN, 2007, p. 48). Em outra passagem, diz ainda que:

Em virtude do seu papel econômico na grande produção, só o proletariado é capaz de ser o guia de todos os trabalhadores e de todas as massas que, embora tão exploradas, escravizadas e esmagadas quanto ele, e mesmo mais do que ele, não são aptas para lutar independentemente por sua emancipação. (LÊNIN, 2007, p. 48).

O papel político central do proletariado na superação da ordem social capitalista se deve, exclusivamente, à posição que ocupa no processo produtivo e não a um fator numérico, intelectual, ou de qualquer outra ordem. Assim, os próprios trabalhadores devem tomar o poder político e impor-se como classe dominante, executando assim as tarefas negativas de destruição e dissolução da velha ordem para, só então, eles mesmos realizarem a construção de uma nova forma de produção e reprodução da vida. Só os trabalhadores podem derrubar a ordem burguesa, de maneira consciente, porque são eles que a sustentam com seu trabalho.

Sobre este ponto, afirma Lênin:

O derrubamento da burguesia só é realizável pela transformação do proletariado em *classe dominante*, capaz de dominar a resistência inevitável e desesperada da burguesia e de organizar *todas* as massas laboriosas exploradas para um novo regime econômico. (LÊNIN, 2007, p. 49, grifo do autor).

Vemos que o autor afirma a necessidade de tomar o poder político, mas indica como horizonte a ser considerado, de forma prioritária, a construção de um “novo regime econômico”. Só dessa maneira é possível instaurar efetivamente o socialismo. O momento político é necessário, mas não suficiente para tal empreitada.

Nesta ascensão do proletariado à classe dominante, ao poder estatal, vários órgãos políticos podem ser adotados para organizar os trabalhadores nesta trajetória. O partido político é um deles.

Mas o partido que pode conduzir a classe trabalhadora em suas lutas pela emancipação deve apresentar algumas características específicas. Antes de tudo, deve se apoiar nas concepções dos mais importantes teóricos do socialismo, Marx e Engels. Isso porque, em primeiro lugar, estes autores desenvolveram, a partir de uma perspectiva ontológica, toda uma concepção a respeito do ser social, tendo como referência para isso o ponto de vista do proletariado. Em segundo lugar, porque produziram uma explicação dos fundamentos da sociedade capitalista que possibilita conhecer esta formação social em sua essência e, assim, guiar ações práticas que venham a ter algum sucesso em seu interior.

Assim, o partido que pretenda organizar os trabalhadores em sua luta pela superação do capital deve apresentar-se como “instrumento

de mediação política da atividade social conscientemente transformadora, que assume a potência regencial da lógica do trabalho e a este como protoforma de toda prática social.” (CHASIN, 1989, p. 143).

Tal partido, podemos observar, enfatiza a prioridade ontológica da atividade produtiva frente à política. Por isso, não defende, simplesmente, uma transformação social com um conteúdo, uma alma, meramente político. Ao contrário, aponta para o fim da alienação, ou seja, a emancipação humana e a superação da política. Marx e Engels, no Manifesto de 1848, afirmam que a teoria do partido comunista poderia ser resumida em uma frase: abolição da propriedade privada na sua mais desenvolvida expressão – a burguesa. Se considerarmos o texto da *Ideologia alemã*, em que os mesmos autores propõem que o Estado “só existe por causa da propriedade privada”, entenderemos por que o partido, que tem como horizonte o socialismo, deve praticar “uma política orientada pela superação da política, fazer uma política que desfaça a política, pois seu escopo é a reconversão e o resgate das energias sociais desnaturadas em vetores políticos.” (CHASIN, 1995, p. 369).

Em suma, a organização política que vislumbre a emancipação humana deve ter como fio condutor de suas ações a perspectiva da centralidade ontológica do trabalho e, consequentemente, o reconhecimento da centralidade política dos trabalhadores e a clareza do caráter onto-negativo da politicidade.

1.4 O PROBLEMA DA CENTRALIDADE DA POLÍTICA

Na seção anterior, abordamos sumariamente a relação entre a *centralidade ontológica* do trabalho e a *centralidade política* dos trabalhadores. Agora, gostaríamos de discutir outro conceito que também nos servirá, a partir dos próximos capítulos, como matriz explicativa da trajetória percorrida pela esquerda, especialmente no Brasil. Estamos nos referindo a uma perspectiva teórico-prática que entende a política como a práxis social central na construção de uma ordem societária emancipada. Tentaremos argumentar que este ponto de vista é antagônico àquele proposto por Marx e Engels e, no entanto, influenciou decisivamente as organizações de esquerda no decorrer de todo século XX. Aqueles órgãos que tomaram para si esta perspectiva, da *centralidade da política*, não assimilaram, em toda sua profundidade e com todas suas consequências, o caráter ontológico do pensamento marx-engelsiano. Por isso, acreditamos que, mesmo quando defenderam

o socialismo em sua programática, ou quando assumiram o poder estatal e cargos no parlamento em nome dos trabalhadores, não deram passos significativos em direção a uma nova ordem social. Vejamos isso um pouco melhor.

Vimos anteriormente que a modernidade trouxe consigo uma expressiva mudança no pensamento e na atitude dos homens frente à natureza e à sociedade. Esta reviravolta significou fundamentalmente que a realidade objetiva, exterior e independente ao homem, deixou de ser o ponto de partida, o eixo ao redor do qual gravitavam o conhecimento e a ação que se orientavam para o mundo natural ou social. Do entendimento da incapacidade do homem de conhecer a realidade em si, ou mesmo da inexistência desta, emerge a subjetividade como centro das preocupações filosóficas e única instância capaz de sinalizar os caminhos da vida prática. Resumindo, as reflexões que antes eram direcionadas ao Ser (objeto) concentram-se, na modernidade, no conhecer (sujeito).

Este deslocamento, que em Kant e Hegel chega a seu ponto culminante, implicará a consideração do sujeito como responsável pela configuração da própria realidade. O mundo aparecerá como sendo estruturado a partir da razão humana. Em Hegel esta concepção alcança seu grau máximo. Para o filósofo alemão, pensar e ser identificam-se. Ele afirma que o real é racional e o racional real.

Quando esta nova perspectiva filosófica se expressa no âmbito da prática, teremos, quase sempre, concepções (éticas, morais, jurídicas, educacionais etc.) em que a subjetividade é reconhecida como princípio de determinação e orientação das ações humanas.

Se olharmos para a esfera política, veremos que este realce dado à subjetividade pelo pensamento moderno manifesta-se em uma supervalorização da própria politicidade e de suas instituições, que serão vistas como único meio de resolução dos mais graves problemas enfrentados pelos homens na vida social. Assim, a política é entendida como esfera da universalidade humana, representação máxima da racionalidade dos homens. E o Estado, por sua vez, como “demiurgo racional da sociabilidade”.

Dentro dessa forma de pensar, a política teria uma função “positiva” e central na constituição da realidade social em geral.

Ocorre que muitas organizações políticas de esquerda, no transcurso do século XX, não obstante defender o socialismo e, de maneira geral, as ideias dos autores do *Manifesto comunista*, não conseguiram colocar em prática tais concepções em toda sua amplitude e profundidade.

Acreditamos que isso se deve, dentre outras coisas, ao fato de que estas organizações estavam ainda, conscientemente ou não, influenciadas pela impositação filosófica própria da modernidade, tal como a referimos acima. Consequentemente, orientavam-se nas formulações teóricas e nas ações práticas pela perspectiva da centralidade da política.

Nesse sentido, há, progressivamente, uma priorização na conquista do poder político e na ocupação de espaços no parlamento. E isso acontece porque há uma convicção de que a política pode executar tarefas positivas na construção do socialismo. Imagina-se que seria possível assumir o poder do Estado e, a partir dele, implementar medidas que, ao final, constituiriam a base de uma sociedade emancipada.

Muitos, ainda, propuseram que a política e suas instituições seriam complexos universais da existência do ser social. E, assim, defendem que, mesmo em outra formação social, verdadeiramente livre, onde não existissem classes sociais, o poder político e especialmente a democracia seriam insuperáveis. O próprio Marx em sua juventude fora influenciado pela filosofia hegeliana e admitia que o fundamento do Estado encontrava-se na racionalidade. Mas,

[...] desde o instante em que Marx passa a elaborar seu próprio pensamento, que a esfera política perde a altura e a centralidade que ostenta ao longo de quase toda história do pensamento ocidental, cedendo lugar ao complexo da ‘emancipação humana geral’, vinculada a noção de ‘revolução radical’ que ‘organiza melhor todas as condições da existência humana sob o pressuposto da liberdade social’, em contraste com ‘revolução parcial’, identificada à ‘revolução meramente política, que deixa em pé os pilares do edifício.’ (CHASIN, 1995, p. 365).

A perspectiva da centralidade da política é, assim, herdeira da concepção moderna no interior da qual a subjetividade ocupa lugar de destaque na consubstanciação do mundo objetivo. Mas, ao contrário, os autores da *Ideologia alemã* nos ensinam que a política pertence ao campo da ideologia, é uma ação teleológica secundária (nos termos de Lukács). Por isso, não pode ser compreendida como fundamento da existência social, sob nenhuma forma. São, por outro lado, as relações de produção, a vida material dos homens, “a base real sobre a qual se

levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, política e espiritual” (MARX, 1996, p. 52).

Este pensamento, que tem um cariz ontológico, pois parte da realidade objetiva, da vida real dos homens, tentando compreender como ela se reproduz materialmente e nas formas de consciência, não é levado até suas últimas consequências e foi assimilado pela esquerda no século XX de forma parcial, incompleta.

Quando a esquerda imagina que é possível por meio do Estado ou do parlamento construir uma nova sociedade, está invertendo os termos da proposição marxiana. Com isso, a política, que é uma superestrutura ideológica, e, portanto, está no âmbito da subjetividade (embora tenha sua raiz na objetividade das relações materiais de produção), aparece como instrumento mais importante para o revolucionamento da infraestrutura econômica, que tem no trabalho seu fundamento. Neste modo de entender a transição para o socialismo, a subjetividade submete o real à sua vontade, apresentando-se, então, como o elemento prioritário em face da objetividade no processo de transformação das relações sociais vigentes.

Por isso, podemos indicar que estas organizações, que partem da perspectiva da centralidade da política, expressam um forte caráter subjetivista. Pois, como indica Marx nas *Glosas críticas*,

O princípio da política é a vontade. Quanto mais unilateral, isto é, quanto mais perfeito é o intelecto político, tanto mais ele crê na onipotência da vontade e tanto mais cego frente aos limites naturais e espirituais da vontade, e, consequentemente, tanto mais é incapaz de descobrir a fonte dos males sociais. (MARX, 2010, p. 62).

Em outra passagem do mesmo texto, o autor retorna a questão e diz que:

Quanto mais evoluído e geral é o intelecto político de um povo tanto mais o proletariado – pelo menos no início do movimento – gasta suas forças em insensatas e inúteis revoltas sufocadas em sangue. Uma vez que ele pensa na forma política, vê o fundamento de todos os males na vontade e

todos os meios para remediá-los na violência e na derrocada de uma determinada forma de Estado. (MARX, 2010, p. 74).

O que tentaremos argumentar no decorrer do texto é que os partidos políticos de esquerda, durante o século XX, por pensar “na forma política”, colocaram a conquista e a manutenção do poder estatal como prioridade, como objetivo a ser buscado no processo revolucionário, tendo em vista que partiam da concepção de que o Estado ao ser apropriado pelas organizações dos trabalhadores poderia ser redirecionado para realizar os interesses dos oprimidos. Nada mais contrário à perspectiva teórica marx-engelsiana, que deixa claro o fato de que o poder político não muda sua essência quando é tomado pelos trabalhadores, continua sendo a expressão de alienação e de opressão de uns sobre os outros. Por isso, como assevera Lênin, para Marx “o proletariado, só tem necessidade de um Estado em definhamento, isto é, constituído de tal forma que comece sem demora a definhar e que não possa deixar de definhar [...]” (LÊNIN, 2007, p. 47).

Conforme esta ideia, o horizonte de uma revolução socialista, então, não é a conquista do poder estatal para, por meio dele, construir um novo ordenamento societário. É, por outro lado, modificar a relação do trabalhador com a produção, raiz de todas as formas da servidão humana, para que a própria política, enquanto força social alienada e posta a serviço de uma classe, possa desaparecer, e não se fortalecer.

Mas, a esquerda, nos anos 1900, toma um rumo diferente. E cada vez mais enfatiza a necessidade de se apropriar do poder político, ocupar o Estado, para realizar tarefas positivas na edificação do socialismo. Disso resulta que, em meados do século, já podemos observar que a maior parte das principais organizações de esquerda prioriza teórica e praticamente as lutas políticas que se realizam dentro dos marcos democráticos. Há, portanto, um completo domínio da perspectiva da centralidade da política.

A raiz deste “afastamento” com relação à concepção de caráter ontológico a respeito da política de Marx e Engels pode ser identificada bem cedo, ainda no século XIX, com a perspectiva reformista da Social-Democracia alemã.

Já no chamado Congresso de Gotha, em 1875, o SPD, partido de esquerda mais influente à época, já iniciava a adotar uma linha política marcada pelo reformismo e que priorizava reivindicações de caráter imediato (melhoria de vida dos trabalhadores, ampliação dos direitos democráticos etc.). E o meio para se conquistar tais avanços

seria, fundamentalmente, as eleições. Desse modo, “a tese de que reformas imediatas eram etapas, na medida em que elas se acumulariam no caminho de uma reestruturação profunda da sociedade, ganha status de linha geral do partido” (TONET; NASCIMENTO, 2009, p. 48).

Porém, no início do século XX, ocorre algo inusitado. Em meio ao movimento reformista em que a esquerda vem realizando, tendo como principais teóricos Hilferding, Berstein e Kautsky, ocorre uma explosão revolucionária em um país que não pertencia ao centro do capital, mas, ao contrário, emerge em uma região marcada pelo atraso no que diz respeito ao desenvolvimento capitalista, a Rússia.

O advento da Revolução Russa impôs um novo conjunto de questões a serem pensadas pela esquerda, colocando novamente a própria ideia de revolução no centro das discussões.

A vitória bolchevique na Rússia inspirou trabalhadores, partidos, sindicatos etc. por todo o mundo no decorrer do século XX, fazendo emergir partidos comunistas nos quatro continentes.

O modelo da revolução de 1917, a tomada “de assalto” do poder político, foi compreendido como inevitável em sociedades pouco industrializadas como a russa. Isso porque somente assim era possível instaurar certos direitos democráticos, constituir uma sociedade civil ativa e dinâmica, desenvolver industrialmente o país etc. A esse respeito, Gramsci afirma que:

[...] a fórmula (*da revolução explosiva*) é própria de um período histórico em que não existiam ainda os grandes partidos políticos de massa e os grandes sindicatos econômicos, e a sociedade ainda estava, por assim dizer, no estado de fluidez sob muitos aspectos (GRAMSCI, 1991, p. 91, grifo nosso).

Sabemos, no entanto, que a ideia inicial, de Lênin inclusive, era a de que o movimento russo poderia gerar uma reação em cadeia em que os trabalhadores dos países capitalistas mais desenvolvidos se levantariam para fazer a revolução mundial. Isso não aconteceu.

Com a não participação dos demais trabalhadores do mundo, os russos deram um rumo diferente à revolução. O poder seria centralizado nas mãos do Estado e este promoveria o desenvolvimento das forças produtivas, transformando a Rússia de uma nação primordialmente de base agrária em uma enorme potência industrial.

Apesar de todas as dificuldades observadas, a ideia do socialismo em um país só tornou-se um dogma e foi adotado como linha geral do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) e, conseqüentemente, por todos os partidos ligados a ele que estavam espalhados pelo mundo (inclusive no Brasil). Por outro lado, o modelo de transição soviético também será defendido como o paradigma universal da revolução.

No decorrer do século XX, porém, passa a vigorar entre as organizações de esquerda uma concepção diferente no que diz respeito à revolução em países pouco desenvolvidos, como os da América Latina, por exemplo. Defende-se que para estes o primeiro passo do processo revolucionário seria desenvolver as forças produtivas, incentivando a formação de um capitalismo nacional. E, só então, dever-se-ia pensar em uma ascensão proletária ao poder. A ideia era realizar a revolução por etapas. A primeira criaria as condições materiais para a segunda, na qual o socialismo se realizaria.

Interessante salientar que esta concepção etapista expressa-se em duas propostas práticas complementares, em relação à transição para os países de desenvolvimento tardio do capitalismo, adotadas por muitos partidos comunistas. De um lado, era primordial lutar pela promoção de uma ampla reforma agrária, diminuindo o poder da aristocracia rural no país promovendo, com isso, certo equilíbrio na correlação de forças na relação entre capital e trabalho e possibilitando uma produção de produtos agrícolas para o consumo interno, e, de outro lado, o órgão político dos trabalhadores deveria dedicar-se a lutar pelo fim da dependência do capital externo e conseqüente formação de uma burguesia nacional, voltada, portanto, para os interesses nacionais.

Contudo, alguns teóricos e partidos continuavam insistindo que a tomada do poder de assalto, por meio uma revolução já com caráter socialista (como ocorrera na URSS), era o único meio de libertar os países “atrasados” da dependência internacional e promover o desenvolvimento econômico com equidade e justiça social.

Nas décadas de 1960-70 ocorre algo importante para o futuro desenvolvimento da esquerda socialista mundial. Muitos partidos comunistas da Europa iniciam uma oposição mais efetiva às posições políticas da Internacional Comunista e resolvem romper com a burocracia do PCUS.

Há, a partir deste momento, uma reorientação teórica e prática destes partidos que vão enfatizar a aproximação entre os conceitos de socialismo e democracia. Desse modo, apontavam como principal defeito do modelo bolchevique a falta de liberdades democráticas. Se de

um lado tinha alcançado avanços na socialização da economia, de outro, a plena realização do socialismo estava impedida pela falta de democracia.

Dentro dessa perspectiva, a política seria o meio privilegiado para a constituição desta sociedade estruturada na indissociável união entre socialismo e democracia.

Estes partidos foram a base para o que se chamou de eurocomunismo.

Os eurocomunistas tinham como principal orientação teórica uma específica interpretação das ideias do pensador italiano, Antonio Gramsci. Muitos dos seus conceitos centrais foram retomados, tais como hegemonia, acúmulo de forças, dicotomia entre sociedade Ocidental-Oriental, bloco histórico, intelectual coletivo etc.

Quando voltamos nosso olhar para o Brasil, no período posterior aos anos 1960, verificamos que há, também, na esquerda brasileira, um movimento que se opõe cada vez mais ao modelo soviético de transição e de sociedade. A referência, então, passa a ser o “Socialismo Democrático” das concepções eurocomunistas. São construídas, então, novos paradigmas para os conceitos de socialismo e de transição.

Importante para nosso estudo é percebermos que em todas essas formulações, a respeito de uma transformação revolucionária da sociedade (revolução por etapas, tomada abrupta do poder, por meio de uma revolução violenta, ou implantação do socialismo pela via democrática), o papel do Estado é sempre central para a instauração de uma nova sociedade.

E como vimos em outro momento, isto reflete a crença de que se mudando quem administra o Estado é possível colocá-lo a serviço dos trabalhadores. Ou seja, a questão resume-se ao âmbito da administração e, portanto, da vontade. Desse modo, acreditamos que os partidos e demais organizações de esquerda caminham para o lado oposto ao das concepções marxianas.

Concordamos com Chasin (1989), quando propõe que a organização política dos trabalhadores, que realmente se orientem pela ontologia materialista de Marx, deve ser aquela que expressa “a subsunção da vontade ativa à afirmação de uma possibilidade objetiva, racionalmente descoberta e sustentada” (CHASIN, 1989, p. 142).

Passemos, agora, à análise um pouco mais aproximada do peculiar caminho seguido pela esquerda brasileira em meio às transformações que aconteciam em nível mundial, tentando identificar

até que ponto estava inserida no que chamamos aqui de perspectiva da centralidade da política, com todas as consequências que lhe advém.

**PARTE II – PANORAMA DA ESQUERDA NO BRASIL E A
PERSPECTIVA SUBJETIVISTA DE TRANSIÇÃO**

CAPÍTULO 2 O PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB), E A PERSPECTIVA DA PRIORIDADE DA POLÍTICA NA CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO

2.1 LINHAS POLÍTICAS E A AÇÃO DO PCB

2.1.1 Introdução

Nossa intenção, neste momento, será a de acompanhar, de maneira breve, a trajetória do Partido Comunista Brasileiro (PCB) a partir do momento em que sua linha política mais duradoura está começando a ser elaborada (período do pós-II guerra) até o momento de plena consolidação desta orientação (anos 1960), passando, inclusive pelo interregno em que há uma inflexão e o partido volta-se mais à esquerda (1948-1954).

Faremos isso a fim de ressaltar alguns aspectos importantes para nosso estudo

Primeiro, é no intervalo de tempo de 1945 a 1960 que o partido consolida a linha política que marcará toda sua trajetória dali em diante. E é, também, neste período, de relativa estabilidade com relação às questões teórico-práticas, que podemos identificar de forma mais clara como o PCB se insere naquele movimento realizado pela esquerda, que vai de uma abordagem da política baseada na perspectiva da centralidade ontológica do trabalho e segue a outra estruturada em um ponto de vista politicista.

Segundo, mesmo no período de seis anos em que o PCB abandona a orientação política seguida até 1947, de conciliação e colaboração entre classes, não há uma ruptura essencial com as concepções de que o Brasil é um país semifeudal e que, por isso, a revolução deveria ser realizada em etapas.

Terceiro, e em consonância com o parágrafo anterior, a prática partidária e as formulações táticas e estratégicas, neste interregno, estão intimamente relacionadas às teorizações interpretativas da realidade brasileira.

Passemos, então, ao exame da história do partido, na segunda metade do século XX, tentando colocar em relevo esses três pontos fundamentais.

2.1.2 Trajetória do PCB e a centralidade da política

Somente no início dos anos 1940, o PCB começa a se reestruturar após um período de quase inatividade que sucedeu à derrota da insurreição de 35 e a forte repressão imposta aos comunistas pelo governo Vargas. É neste momento que o partido começa a construir a linha política que se tornaria predominante.

Partindo da concepção de que o capitalismo no Brasil ainda era pouco desenvolvido e os direitos democráticos encontravam-se em um estado incipiente, os comunistas elaboraram uma proposta denominada União Nacional.

Essa nova diretriz tinha como norte a política de frentes populares, que punha de lado a tese de classe contra classe, apontando para unidades políticas de caráter pluriclassistas dentro de um largo leque, chamado genericamente de “setores democráticos” da sociedade, no qual situava-se a burguesia “nacional” (MAZZEO, 1999, p. 71).

A ideia era a de que vários segmentos sociais pudessem convergir em um interesse comum: o avanço do capitalismo no país e, conseqüentemente, o desenvolvimento econômico brasileiro. Esta seria a primeira etapa da revolução, que teria um caráter nacional-democrático-burguês.

Dessa maneira, o PCB empenha-se, a partir de 1945, em lutar por um governo que pudesse levar adiante as reformas necessárias para alcançar tais objetivos. Como as interpretações dominantes no interior do partido defendiam que o Brasil era um país semifeudal e dependente, a missão fundamental deveria ser a desarticulação dos dois maiores entraves para o avanço do capitalismo nacional, a saber: o latifúndio e o imperialismo das grandes potências, representado principalmente pelas multinacionais e por setores da burguesia nacional.

Para alcançar tais objetivos, o PCB defendia que a ampliação e consolidação dos direitos democráticos deveriam ocupar lugar de destaque. Assim, havia a luta pela democracia de um lado, e, de outro, a busca de inserção dos comunistas no jogo político parlamentar – ambas situações vão ser características essenciais do partido nesta nova orientação construída no pós-guerra e consolidada nos anos de 1960.

Nesse período, segundo Mazzeo, “o eixo da ação do PCB era permeado por um *politicismo taticista*, que privilegiava a unidade ampla para a consolidação da democracia, por meio de uma luta ‘ordeira e pacífica’”. (MAZZEO, 1999, p. 73, grifo do autor).

Em nosso ponto de vista, na própria formulação de uma revolução realizada em etapas já está presente, de forma inerente, a perspectiva da centralidade da subjetividade, expressa na prioridade da política como elemento central na transformação da sociedade. Isso porque, para a efetivação de cada etapa, a força motriz mais importante seria o Estado, o poder político; e por meio deste poder seria dado o primeiro passo, a “preparação do terreno” para a revolução. Criando, nesta fase, condições para o pleno desenvolvimento do capitalismo, que posteriormente serviria de base sobre a qual seriam implementadas medidas para o avanço em direção ao socialismo.

Dessa forma, independentemente de quem conduziria este processo, se a classe operária, ou os trabalhadores (entendidos de maneira mais ampla), ou uma coalizão de classes, ou a pequena burguesia radical, ou qualquer outra força social, o fulcro da questão é o fato de o poder estatal ser o ator principal da revolução e de que as transformações voltadas para a instauração do socialismo seriam realizadas por meio de resoluções políticas.

Por outro lado, a ascensão ao poder das forças progressistas exigiria, segundo a perspectiva pecebista neste período, uma aproximação entre classes que, a princípio, têm interesses antagônicos, mas que poderiam lutar juntas por um objetivo comum desejado por todas. Daí a ideia de uma União Nacional.

Ao proletariado, então, caberia um papel de colaboração com a burguesia brasileira nacionalista, para o pleno desenvolvimento do capitalismo no país.

Além da necessidade desta União Nacional, essencial para que os representantes mais progressistas da sociedade alcançassem o poder, o PCB ainda defendia que este processo deveria se dar no mais profundo respeito à ordem e à legalidade.

A partir da metade da década de 1940, a linha política que predominou no Partido Comunista (com um intervalo que trataremos mais adiante) apontava para a necessidade de se chegar ao poder político exclusivamente pela via eleitoral-democrática.

Todas estas características das proposições teórico-práticas do PCB confluem para fortalecer nossa argumentação de que a trajetória deste partido representa um fenômeno particular inserido em um movimento mais geral da esquerda (da centralidade da objetividade à

centralidade da subjetividade). Porém, no caso do Partido Comunista Brasileiro, verificamos que já no momento de seu renascimento, nos anos 40 do século XX, e como consequência de sua evolução histórica, esta agremiação incorporava como fundamento de suas ações e construções teóricas a perspectiva da centralidade da subjetividade que predominará em todo o sua trajetória posterior.

Em 1945, com o fim da II Grande Guerra, a vitória dos aliados, e com a política de convivência pacífica entre URSS e EUA, o PCB viverá o momento de maior liberdade em sua história. Os reflexos desta conjuntura logo foram sentidos no Brasil.

O Partido Comunista é legalizado; a anistia é concedida aos presos políticos, inclusive a Luís Carlos Prestes; os comunistas participam das eleições e consagram-se como uma força política de destaque no país.

Os resultados eleitorais colhidos nesse período mostram que o PCB se tornou uma presença efetiva na vida política brasileira, que não poderá mais ser ignorada, detendo pela primeira vez uma influência decisiva sobre grandes massas da sociedade e da própria classe operária (VINHAS, 1982, p. 87).

Esforçando-se para atuar exclusivamente no marco da legalidade burguesa e ao mesmo tempo aproximando-se cada vez mais da classe operária, inclusive tentando organizar o movimento sindical com a criação do Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT), o partido consegue alcançar resultados muito expressivos em eleições e no número de filiados. Segundo Vinas,

O crescimento do PCB é rápido e contínuo; em 1947 atinge 200.000 inscritos, dos quais 60.000 só no estado de São Paulo. A singularidade do fenômeno é evidente: não é apenas a única vez na história em que o PCB se torna um partido de massas, é a única vez na história do país em que surge um verdadeiro e moderno partido de massas (VINHAS, 1982, p. 89).

A sua prioridade era a manutenção e ampliação dos direitos democráticos, mas para este objetivo também era fundamental a conservação da paz social que viabilizaria a política de amplas alianças.

Já na legalidade, o Comitê Central realiza duas reuniões, a primeira em Agosto e a segunda em Novembro, nas quais aprova um programa mínimo eleitoral e defende um caminho pacífico para a solução dos problemas nacionais – vale dizer, a via democrática para a revolução brasileira (VINHAS, 1982, p. 92-93).

No entanto, como seria possível assegurar avanços reais para a classe trabalhadora, que representa boa parte de seus inscritos e simpatizantes, evitando o confronto com as classes dominantes, neste caso a burguesia nacional?

Santana e Silva afirmam que,

O PCB vivia numa encruzilhada. Baseado na orientação de “União Nacional”, na tese de que a revolução brasileira deveria passar pela etapa democrático-burguesa e na disputa por um lugar ao sol do sistema político brasileiro, ele enfrentaria o dilema acerca do que fazer com as crescentes demandas da classe trabalhadora brasileira (SILVA; SANTANA, 2007, p. 107).

Diante desta questão, o caráter de centralidade da subjetividade na linha política do PCB se tornará bastante evidente. Suas diretrizes e suas ações serão orientadas prioritariamente para a defesa da democracia e para a participação no parlamento, tendo em vista que estes eram considerados meios privilegiados de se concretizar as etapas da revolução brasileira.

Os discursos e documentos do partido elaborados nesta época nos dão boas indicações de que no PCB, já neste momento, predominava a perspectiva da centralidade da subjetividade, plasmada na consideração de que o poder político deve ser eixo central das transformações radicais na sociedade. E, juntamente com isso, há a ideia de que a melhor forma de conquistar este poder é respeitando os limites estritamente legais e da ordem estabelecida.

Em discurso realizado em maio de 1945, Luís Carlos Prestes, enquanto representante do Partido Comunista, expõe várias concepções que predominavam na linha política do partido naquele instante. Detenhamo-nos, um pouco, em algumas delas.

Ao comentar a importância da vitória dos aliados na II Guerra, ressaltando o papel da unidade e da “colaboração fraternal” existente entre os “povos amantes da democracia” (trata especialmente da Inglaterra, EUA e URSS), Prestes passa a defender que o mesmo espírito de aliança seja aplicado às questões nacionais. Uma aliança para a democracia. Nesse sentido, declara:⁷

[...] a colaboração para a paz é possível e necessária, tão possível e necessária quanto o foi para a guerra e para a vitória. Mas cabe igualmente a todos nós, os democratas do mundo inteiro, apoiar e sustentar a colaboração das três grandes potências, lutando sem repouso pela paz interna em nossa Pátria, não poupando esforços para encontrar sempre a *solução harmônica e pacífica de todas as divergências e contradições de classes que porventura nos possam separar e dividir* (PRESTES, 1982, p. 100v, grifo nosso).

Em outro momento, o destacado membro do partido revela mais uma ideia que, a nosso ver, é central para o entendimento do PCB como uma organização que, na esteira da esquerda mundial, situa-se dentro de um ponto de vista da centralidade da subjetividade.

Prestes expõe a concepção de que o Estado e a democracia podem ser “utilizados” a favor dos interesses da maioria. Sua função social seria, então, variável na medida em que o poder político fosse conquistado por grupos progressistas ou conservadores. Diz ele:

Antes da guerra, nós comunistas, lutávamos contra a democracia burguesa aliada dos senhores feudais mais reacionários e submissa ao capital estrangeiro colonizador, opressor, explorador e imperialista. Hoje, o problema é outro, a *democracia burguesa volta-se para a esquerda*, a

⁷ Todas as citações de documentos do PCB são feitas a partir de coletâneas reunidas por Moises Vinhas e Edgar Carone e publicadas em livros, que se tornaram referência obrigatória para o estudo deste partido e da esquerda brasileira em geral. Quando fizermos a citação de um documento que se encontra no livro de Vinhas, acrescentaremos um v do lado direito do número da página em que se encontra o documento (por exemplo: PCB, 1882, p. 123 v). O mesmo será feito para aqueles documentos presentes em um dos três volumes de Carone, apenas substituiremos o v por um c. Quando não aparecer nenhuma destas letras é porque a citação é feita a partir da consulta de documentos publicados ou divulgados pelo próprio partido.

classe operária tem a possibilidade de aliar-se com a pequena burguesia do campo e da cidade e com a parte democrata e progressista da burguesia nacional contra a minoria reacionária e aquela parte igualmente reacionária do capital estrangeiro colonizador (PRESTES, 1982, p. 100v, grifo nosso).

Em outro trecho declara, ainda:

Estamos convencidos de que dentro de um parlamento democrático livremente eleito, de que participem os genuínos representantes do povo, será possível e relativamente fácil encontrar a solução progressista de todos os nossos problemas [...] Num parlamento democrático será possível legislar contra o capital estrangeiro [...](PRESTES, 1982, p. 104v).

A política de União Nacional foi complementada com uma outra ideia que também ocupou lugar central nos discursos e documentos do PCB, no período de 1945-47, e que retornará em outro momento, consolidando-se como eixo norteador da atividade do partido.

Se a aliança com setores considerados progressistas, inclusive a burguesia nacional, é um imperativo para a revolução brasileira, então, a luta pela conquista do poder político deveria ocorrer sem violação da ordem e das franquias democráticas. Apenas assumindo esta forma, a aliança seria possível.

Além disso, as vitórias alcançadas pelos comunistas no âmbito parlamentar, o ambiente consideravelmente mais democrático vivido nos anos pós-II Guerra, inclusive com a legalização do PCB, influenciaram o partido a defender esta tese. Contudo, tomada como princípio, a defesa da paz social, da ordem e da legalidade muitas vezes levou o partido a entrar em contradição com os interesses dos trabalhadores, inclusive colocando-se contra e sabotando greves e manifestações.

Esta verdadeira obsessão, verificada em determinados momentos, em não incomodar o poder instituído, é bem ilustrada por um discurso de Prestes, proferido em novembro de 1945, no Recife, no qual ele afirma que “o Partido Comunista não deixou de apontar ao povo o caminho da ordem e da tranquilidade. Mostrava e dizia aos operários – é

preferível, companheiros, apertar a barriga, passar fome do que fazer greve e criar agitações [...]” (VINHAS, 1982, p. 116).

Também em texto publicado no jornal *Tribuna Popular* (06/11/1945), comentando a situação nacional logo após a queda de Vargas, o PCB, dirigindo-se ao proletariado e ao “povo em geral”, vai reafirmar sua posição de luta pacífica pela União Nacional.

A III Conferência Nacional do PCB, realizada em julho de 1946, retoma as posições anteriores e ainda ressalta, de forma peremptória, a importância da luta em defesa da democracia. Nas resoluções aprovadas afirma-se que “o processo de União Nacional pode e precisa ser impulsionado na base de um programa mínimo de defesa e consolidação da democracia” (PCB, 1982, p. 67c).

No item VI destas resoluções, o partido expõe a forma como pretende relacionar-se com o governo:

A III Conferência Nacional reafirma a posição assumida pelo PCB em face do governo de apoio franco e decidido aos seus atos democráticos e de luta intransigente, se bem que pacífica, ordeira e dentro dos recursos legais, contra qualquer retrocesso (PCB, 1982, p. 68c) .

Como vimos, durante todo este período (1945-47), é possível asseverar que o Partido Comunista supervaloriza a democracia, entendendo-a como instrumento mais importante e única via possível para a superação do capitalismo. Em alguns momentos, deixa mesmo transparecer que o socialismo poderia ser consubstanciado a partir da ampliação constante dos direitos democráticos.

No informe político da Comissão Executiva ao pleno do Comitê Nacional, escrito em dezembro de 1946, lemos que:

É, lutando assim, pacificamente (*sic*), e pelos meios estritamente legais que poderemos chegar à democracia progressista capaz de assegurar a solução progressiva dos mais sérios problemas de nosso povo [...] ‘A vantagem desta democracia popular’, diz Dimitrov, ‘é que a passagem ao socialismo torna-se possível sem ditadura do proletariado. Cada país passará ao socialismo pelo seu próprio caminho (VINHAS, 1982, p. 124).

Mais adiante, neste mesmo documento, afirma-se ainda que aqueles que protestam contra a possibilidade de uma “passagem pacífica para o socialismo” são os que não compreenderam que vivemos em novos tempos e que engessaram o marxismo, transformado-o em “dogma morto e frio”.

Não obstante tudo isso, o momento de relativa liberdade e de legalidade do PCB chega ao fim no ano de 1947.

A burguesia se recompõe, nacional e internacionalmente, das dificuldades enfrentadas no período pós-II Guerra. Isso resultará no fim da política de coexistência pacífica, pois a burguesia, por meio do Estado, organizará uma nova ofensiva contra o modelo socioeconômico soviético. Verifica-se, então, um aprofundamento rápido e constante das tensões entre os Estados Unidos e União Soviética, entre os blocos capitalista e socialista – a Guerra Fria.

O comunismo é, então, considerado um perigo para a sociedade em todo o mundo ocidental. Esta mudança na conjuntura internacional logo se fez sentir no Brasil.

O Partido Comunista Brasileiro, mesmo a todo instante dando provas de que priorizava uma política de convivência pacífica e de defesa da legalidade democrática, não era bem visto pela classe dominante. Segundo Silva e Santana (2007), para as elites, o PCB ainda representava o “espectro do comunismo” e da subversão. Para Mazzeo (1999), o fato era que a burguesia brasileira assustava-se ante a ideia da possibilidade de uma revolução de caráter proletário.

Assim, no dia 7 de maio de 1947, o registro legal do partido é cassado.

O governo Dutra, seguindo a situação internacional, de aumento das hostilidades entre as duas potências mundiais, desfere golpes contundentes contra o PCB.

No início do ano de 1948, todos os mandatos conquistados pelos comunistas durante o período de legalidade também são cassados. Centrais sindicais e vários sindicatos, nos quais o partido tinha influência, são fechados. No entanto, é em meio a esta nova realidade que o PCB faz um giro de 180° para a esquerda. Os documentos que marcaram esta mudança de rota são: o Manifesto de Janeiro (1948), seguido pelo Manifesto de Agosto (1950).

Nestes documentos, o PCB faz uma autocrítica de suas posições anteriores, entendendo que se deixara seduzir por “ilusões reformistas” e que se desviara dos seus objetivos revolucionários. No documento de 1948, lemos:

É claro que essa preocupação de ordem e tranquilidade, as grandes ilusões reformistas em conquistas parlamentares ou dentro dos estreitos limites da democracia burguesa em país atrasado, semifeudal e semicolonial, levaram nosso Partido a se ver privado na prática do uso das grandes armas de luta do proletariado, particularmente a greve, e a só utilizar os métodos de luta quase idílicos de conferências, sabatinas, comícios, memoriais, festas etc.[...]. (PCB, 1982, p. 82 c).

O partido, então, abandona o comportamento pacifista e passa a atuar à margem da legalidade. Além disso, chega a pregar a luta armada no combate ao governo, que passa a adjetivar como sendo de “submissão ao imperialismo americano”. Afirma-se, nesse sentido, no Manifesto de Agosto, que, “diante da violência dos dominadores, a violência das massas é inevitável e necessária, é um direito sagrado e o dever ineludível (*sic*) de todos os patriotas. É o caminho da luta e da ação, o caminho da revolução” (VINHAS, 1982, p. 150).

Nesta nova fase, a ideia de uma União Nacional ampla cede espaço para a defesa de uma Frente Única, caracterizada por um leque de alianças mais restrito.

De acordo com Mazzeo, o partido voltava-se, agora, para “composições políticas que privilegiassem o proletariado, o campesinato e os setores da pequena burguesia, além de, marcadamente, buscar uma ação independente de classe” (MAZZEO, 1999, p. 75).

O que gostaríamos de destacar aqui é o fato de que, apesar das mudanças aparentemente drásticas na linha política do PCB, ainda assim continua predominante, em suas concepções teórico-práticas fundamentais, a perspectiva da centralidade da subjetividade, mas com uma forma diferente. Vejamos isso um pouco mais de perto.

O PCB, neste novo momento, não rompe com a leitura “consagrada” no partido da realidade brasileira. Continua, portanto, entendendo o Brasil como país semicolonial e semifeudal. Ainda defende a revolução realizada em etapas, voltando suas forças para o combate ao imperialismo e ao latifúndio, com a intenção de desenvolver plenamente o capitalismo nacional para, a partir daí, construir o socialismo.

Assim, mesmo propondo-se a trilhar outros caminhos, o objetivo estratégico continua sendo o mesmo: tomar o poder político para, a partir dele, realizar as transformações necessárias para ultrapassar as etapas prévias à instauração do socialismo. No Manifesto

de Janeiro é declarado que o objetivo estratégico fundamental do partido é “a instauração no país de um governo efetivamente democrático e progressista, capaz de iniciar a solução dos grandes problemas da revolução agrária e anti-imperialista [...]” (p. 86c).

Mazzeo, ao analisar as formulações presentes no documento de 1950, também percebe que, embora propondo outras vias, o fim para o partido continua o mesmo. Diz ele:

[...] a linha do Manifesto de Agosto privilegia a centralidade operária na construção da democracia e na ruptura com as formas institucionais da autocracia burguesa e do prussianismo-colonial, mediante a priorização da luta de massas como instrumento para a conquista do poder. (MAZZEO, 1999, p. 76).

O próprio Prestes, em um texto que data de 1950, discorrendo sobre a Frente Democrática de Libertação Nacional (FDLN), afirma que os comunistas não podem reear os choques violentos e os combates parciais na “luta vitoriosa pelo poder”. (p. 112 c).

Muitos intelectuais ligados ao partido empenharam-se em duras críticas a esta nova orientação política. Contudo, estas críticas quase sempre eram voltadas para as transformações da forma e nunca para a essência que, por sua vez, permanecia quase invariável em relação à fase anterior do PCB. Assim, criticam-se os meios, mas nunca os fins desejados.

Percebemos que, tal como no momento anterior da história do partido, está presente nesta nova fase uma visão instrumentalista do Estado e do poder político. Defende-se que o Estado é um “instrumento” neutro. Em outras palavras, continua presente a concepção de que o poder político pode ser “usado” tanto pelas classes dominantes, em favor de seus interesses, quanto pelo proletariado, na implementação de medidas que possam contribuir para a efetivação das etapas prévias e mesmo para a construção do socialismo propriamente dito.

Nesta linha de raciocínio, verificamos que o Partido Comunista intenta, simplesmente, substituir um governo, representante do imperialismo, por outro, que se comprometa com as necessidades do povo. Ou seja, nos parece que, segundo o PCB – mesmo em sua fase mais “radical” –, a essência de uma mudança profunda da sociedade encontra-se na substituição de um governo por outro. Várias passagens

do documento de Agosto de 1950 nos servem de base para esta interpretação. Lá podemos ler:

Neste momento de tanta gravidade para a vida e o futuro de nosso povo, o que precisamos fazer, todos os patriotas e democratas, é unir nossas forças (*sic*) e lutar para impôr (*sic*) a vontade do povo, derrotar a política de traição nacional de Dutra e fazer triunfar a política oposta, a política do povo (VINHAS, 1982, p. 152).

Também na exposição do programa do partido, o primeiro item já deixa claro o objetivo mais importante a ser perseguido pelos comunistas:

1. Por um governo democrático e popular – Substituição da atual ditadura feudal burguesa serviçal do imperialismo por um govêrno (*sic*) revolucionário, emanção direta do povo e legítimo representante do bloco de todas as classes e camadas sociais, de todos os setores da população do país que participem efetivamente da luta revolucionária pela libertação nacional do jugo imperialista, sob direção do proletariado. (VINHAS, 1982, p. 153).

Mais adiante também se afirma que:

A luta contra a guerra e o imperialismo é fundamentalmente uma luta pela derrocada das atuais classes dominantes, uma luta pelo Poder, que, quando alcançado, mesmo transitòriamente (*sic*) ou em âmbito restrito, deve sempre servir para mostrar às massas populares o que lhes pode dar o govêrno (*sic*) democrático popular – especialmente, pão, terra e liberdade. (VINHAS, 1982, p. 156).

Até este momento, observamos que mesmo em uma nova fase, com uma linha política aparentemente bem diferente da anterior, o PCB ainda busca o mesmo fim: a conquista do poder político. Mas, vimos também que para se chegar a este objetivo são propostos caminhos diferentes.

Em meio a esta reformulação pecebista, desenvolveu-se a ideia, das mais fecundas no período, da necessidade de uma reaproximação com o proletariado (e com o movimento dos trabalhadores em geral) sob uma nova ótica, sem o viés pacifista e de defesa da aliança de classes predominantes na fase anterior.

No entanto, o partido enfrentou uma série de contradições inerentes à linha política estabelecida. Gostaríamos de nos deter, agora, em algumas delas.

Como já frisamos acima, nesta fase o PCB argumentará, em seus documentos e nos discursos de seus principais líderes, que o bloco de alianças dos trabalhadores e, portanto, do partido que os representa, deveria ser mais restrito. E as batalhas travadas contra as classes dominantes deveriam ser mais agressivas.

Com este espírito, a partir de 1950, empenha-se em obstinados ataques ao governo Vargas. Acusa também os sindicatos de serem órgãos do Estado e do governo varguista e, por isso, instrumentos de dominação a serviço da burguesia e do latifúndio. Desta maneira, a orientação geral era de retirada dos comunistas dos sindicatos oficiais.

Ao mesmo tempo, tanto o Manifesto de Janeiro quanto o de Agosto salientavam a necessidade de uma maior integração com a classe operária e com os seus principais aliados: os trabalhadores rurais.

Segundo as diretrizes do PCB, esta maior integração deveria ocorrer por meio da criação de novas organizações, independentes e paralelas aos sindicatos, e estas, por sua vez, seriam responsáveis pelo planejamento e execução de ações mais combativas contra a burguesia e o poder estabelecido.

Mazzeo aponta que, nesta fase de sua trajetória,

[...] o partido chegou a praticar, até mesmo no que se refere ao aspecto central do confronto com a autocracia burguesa, uma posição que era travada na base material da sociedade, isto é, a disputa pela hegemonia do movimento operário consubstanciava-se na luta pela organização sindical independente do proletariado, na tentativa de se construir um sindicalismo descolado do Estado, buscando a consolidação dos Centros Operários como sindicatos autônomos (MAZZEO, 1999, p. 76).

Partindo desta interpretação, podemos compreender este curto interregno, em que o PCB não dá prioridade às conquistas parlamentares

e à defesa da legalidade democrática, ao mesmo tempo em que se dedica fundamentalmente a uma atuação mais efetiva no movimento dos trabalhadores, como sendo um momento de contradição na tendência geral seguida pelo partido (enquanto particularidade da esquerda em geral), no sentido de aderir de forma mais duradoura ao ponto de vista da centralidade da subjetividade.

Esta contradição encontra-se no fato de que, como vimos acima, o partido, neste período empenha-se, de forma prioritária, em uma atuação nas fábricas, junto ao proletariado, propondo uma luta contra o capital, justamente onde se encontram as verdadeiras forças da burguesia, mas também dos trabalhadores: no âmbito da produção material. Por isso, identificamos, neste instante da história do PCB, uma possibilidade de seguir um caminho oposto ao da esquerda mundial. Mas, esta possibilidade não se concretiza, e o cariz subjetivista, marcado pela centralidade dada à política, termina por se tornar dominante.

Isso demonstra como a trajetória da universalidade é constituída de um processo dinâmico e dialético (com idas e vindas, avanços e recuos), repleto de contradições e, a um só tempo, também é orientada por uma tendência definida.

Porém, há outra interpretação a respeito da política mais geral dos comunistas posta em prática a partir do Manifesto de 1948. Segatto (1989), Reis Filho (1989), Vinhas (1982), Santos (1988), entre outros, percebem neste período um forte sectarismo que trouxe, na verdade, enormes prejuízos para o partido.

Segundo este modo de ver, a tática de abandonar os sindicatos e colocar as eleições e a luta dentro da legalidade democrática em segundo plano foi um erro.

Moisés Vinhas, por exemplo, afirma que, como reflexo da orientação política adotada com o Manifesto de Janeiro,

A rede de militantes de base, tanto nos sindicatos como nos bairros e em outros setores sociais, se desfaz e muitos abandonam o partido – não conseguem se ajustar a essa política. Dos 200.000 inscritos em 1947, o Partido Comunista se vê reduzido, no início da década de 50, a cerca de 20.000, ou seja, a 10% dos seus efetivos. (VINHAS, 1982, p. 129-30).

Este período não seria, portanto, um momento em que se ensaiava um resgate do conteúdo primordialmente revolucionário do

socialismo. Mas, ao contrário, é apontado como um momento de desvio na correta trajetória que vinha fazendo o Partido Comunista na defesa da colaboração de classes (União Nacional) e da busca do poder político dentro dos limites da legalidade democrática.

Outra contradição enfrentada pelo PCB, neste momento de sua história, é o fato de que, se por um lado, vigorava oficialmente no partido a resolução de se afastar dos sindicatos, por outro, os militantes mais envolvidos com as lutas dos trabalhadores recusavam-se a cumprir esta determinação. Atuavam, dessa maneira, tanto nas novas organizações propostas pelo Partido Comunista quanto nos sindicatos já existentes.

Além disso, enquanto o Manifesto de Agosto e a própria posição do partido diante do governo Vargas refletiam e ressaltavam alianças restritas entre trabalhadores e outras classes sociais e partidos, os comunistas que participavam dos sindicatos estabeleciam, extraoficialmente, relações bastante próximas de cooperação com trabalhistas ligados ao PTB.

Para Santana e Silva,

[...] a linha política geral do partido ia mal, porém, contra e apesar dela, a militância consolidava seu trabalho. Os avanços da participação comunista no meio sindical eram visíveis, resultando na criação da primeira intersindical surgida na década de 1950[...] (SILVA; SANTANA, 2007, p. 118).

Por tudo que discutimos até aqui e pelo exame dos principais documentos do PCB, podemos constatar que a nova orientação estratégica e tática do partido não foi estruturada a partir de, ou acompanhada com, uma reformulação teórica profunda.

Isso, a nosso ver, refletiu em uma incapacidade, demonstrada pelo PCB, de, por um lado, consolidar e ampliar os aspectos positivos desta nova fase, como, por exemplo, a maior integração com o proletariado e a criação dos Centros Operários, que atuavam como sindicatos autônomos e revolucionários, e, por outro lado, de superar os elementos de continuidade em relação ao período de 1945-47.

Em meio a esta “fragilidade” teórica, somada às mudanças na conjuntura nacional,⁸ e ainda sob o impacto das denúncias contra o

⁸ Morte de Getúlio Vargas em 1954; ascensão de Juscelino Kubitschek à presidência da república em 1955; maior liberdade para atuação do partido etc.

stalinismo ocorridas no XX Congresso do PCUS, o Partido Comunista inicia uma nova mudança em sua linha política.

Esta nova viragem começa em seu IV congresso, realizado em 1954, e consolida-se apenas em 1958, com a Declaração de Março.

Muitas das posições assumidas entre 1945-47 são retomadas, outras concepções são remodeladas sem, no entanto, fugir daqueles princípios básicos.

Dessa maneira, o novo documento que orientou a prática do PCB, nesta fase de sua história,

[...] reiterava a visão da revolução brasileira em duas etapas (primeiro, a democrática e nacional; depois, a socialista); indicava o caminho das lutas pelas reformas estruturais (“reformas de base”), como meio de intensificar o desenvolvimento capitalista e precipitar a primeira etapa da revolução; definia o governo Kubitschek, eleito com apoio comunista, como uma composição heterogênea, em que o presidente oscilava entre a ala “nacionalista” (a qual se deveria dar todo apoio) e a ala “entreguista”; e, por fim, apontava o caminho pacífico da revolução. De fato, o partido abandona oficial e definitivamente a bandeira insurrecional e entra no caminho das reformas (SILVA; SANTANA, 2007, p. 124).

A Declaração de Março não só retorna às concepções anteriores (1945-47), mas também, as aprofunda e “aperfeiçoa”. O caminho democrático e pacífico para o socialismo é enfatizado de forma ainda mais contundente. No documento de 1958, afirma-se que:

Os comunistas consideram que existe hoje em nosso país a possibilidade real de conduzir, por formas e meios pacíficos, a revolução anti-imperialista e antifeudal. Nestas condições, este caminho é o que convém à classe operária e a toda nação. (PCB, p. 19).

Mais adiante, a necessidade de atuar nos limites da lei e da ordem é salientada:

O caminho pacífico significa a atuação de todas as correntes anti-imperialistas dentro da legalidade

democrática e constitucional, com a utilização de formas legais de luta e de organização de massas. É necessário, pois, defender esta legalidade e estendê-la, em benefício das massas. (PCB, p. 19).

No geral, o que constatamos é que, nesta nova fase, o Partido Comunista Brasileiro dá prosseguimento a uma política que o conduz, de uma forma pertinaz, ao reformismo.

A partir da década de 1950 o PCB empenha-se em propor reformas no capitalismo que possam melhorar a vida da população. Com esta linha de pensamento, pressupõe, também, que o acúmulo dessas reformas pode resultar em “transformações radicais” na sociedade capitalista.

Já no documento de 1958, o horizonte socialista é colocado em segundo plano. O partido, então, declara que, nas condições objetivas em que se encontrava o Brasil, a superação do capital não era possível. Por isso, apenas o desenvolvimento da economia capitalista corresponderia, naquele momento, aos interesses do proletariado e de todo o povo.

Como consequência dessas formulações, o partido também retoma e dá destaque especial à luta por conquistas parlamentares. As eleições tornam-se, novamente, e de maneira mais acentuada, o objetivo fundamental do partido. A esse respeito, lemos na Declaração de Março:

A experiência política do país vem demonstrando que o povo já alcançou importantes vitórias dentro do Parlamento (*sic*) e dos órgãos legislativos nos Estados e municípios. Esta experiência também já demonstrou que é possível eleger nacionalistas e democratas para os postos executivos. As eleições constituem, portanto, um acontecimento de excepcional importância em nossa vida política (PCB, p. 20).

Este novo relevo dado à participação política (com o máximo respeito à legalidade democrática) pode ser compreendido tendo como base o conceito de revolução que fora forjado, neste período, no interior do partido.

Ao contrário do que defendeu entre 1948-58, o PCB propõe, em seu momento de reformulação teórico-prática, que o processo revolucionário deve ser construído de forma lenta e gradual. Seria necessário acumular vitórias no âmbito da política e, a partir destas

conquistas, implementar reformas na estrutura social brasileira. Segundo o partido:

O povo brasileiro pode resolver pacificamente os seus problemas básicos com a acumulação, gradual, mas incessante, de reformas profundas e consequentes na estrutura econômica e nas instituições políticas, chegando até à realização completa das transformações radicais colocadas na ordem do dia pelo próprio desenvolvimento econômico e social da nação (PCB, p. 19).

Em uma autocrítica, escrita por um dos mais importantes dirigentes do PCB e publicada no jornal *Voz Operária* (29/03/1958), são apontados, dentro da nova orientação política, os principais erros na atuação do partido entre 1948-58. No texto são contrapostas a ideia de revolução anterior e a nova, chegando à conclusão de que esta última é mais condizente com a realidade do país, porque aponta, de forma mais realista, para um processo de caráter gradual. Afirma-se, neste artigo, que anteriormente os comunistas estavam tão preocupados com o “objetivo revolucionário” que não atentaram para as “formas intermediárias” de governo. Contrapunham, simplesmente, um governo a outro que julgavam capaz de levar adiante as reformas radicais propostas. O PCB, segundo esta autocrítica, não percebia que entre ambos os governos existe um período de transição, que deve ser atravessado de forma lenta e gradativa.

Diante disso, o dirigente do partido reconhece que:

A essência de nossos erros políticos, cujas raízes mergulham no subjetivismo, consiste, portanto, numa compreensão “esquerdista” do processo revolucionário, numa concepção falsa que nos levou a desconhecer o processo de desenvolvimento gradual, necessário e inevitável, admitindo tão-somente a transformação qualitativa, revolucionária, em que ela deve culminar. (PRESTES, 1982, p. 201c).

Além desta ideia de uma revolução lenta, gradual, e pacífica, que ocorreria por meio de reformas no interior do próprio capitalismo, gostaríamos de destacar, tomando como exemplo esta última citação, o

fato de que uma das acusações mais recorrentes, nas autocríticas do partido, contra a anterior linha política, é a de subjetivismo.

Condenava-se, assim, a ideia de que é possível fazer uma revolução socialista pela via insurrecional (a tomada do poder “de assalto”)

Na Declaração de Março lemos: “o subjetivismo, que exerceu longo domínio em nossas fileiras deve ser combatido em profundidade [...]” (p. 23). No artigo de autocrítica publicado no *Voz Operária*, em 1958, afirma-se que “os erros fundamentais da linha geral que seguimos nos últimos anos têm como fonte comum o subjetivismo, que impregnou todo nosso pensamento político” (PRESTES, 1982, p. 196c). Em um documento chamado Projeto de Resolução Sobre o XX Congresso, de 1956, o partido declara que sectarismo e subjetivismo são as tendências mais prejudiciais à atividade do partido. No mesmo texto, argumenta-se que o subjetivismo pode se manifestar sob duas formas: empirismo e dogmatismo, sendo esta última a que causou mais prejuízos ao PCB, segundo o documento. Na mesma linha de pensamento, Jacob Gorender, em um texto acerca do V Congresso do PCB, onde também identifica dogmatismo com subjetivismo, comenta que “a maneira chamada dogmática de raciocinar foi característica, durante muito tempo, dos comunistas brasileiros”. (GORENDER, 1982, p. 228c).

Em uma série de outros textos e documentos do partido, neste período, também encontramos muitas referências de que o maior erro da orientação política anterior era o subjetivismo.

Nós, também, argumentamos acima que o interregno de radicalização da política do PCB foi, de fato, caracterizado por uma compreensão subjetivista da realidade, que repercutiu em suas formulações teóricas e ações práticas. Mas, nosso entendimento do subjetivismo pecebista é bem diferente daquele apresentado pelo próprio partido em suas autocríticas. Está, em outro sentido, mais relacionado à prioridade dada à conquista do poder político para, por meio dele e de suas instituições, levar adiante a revolução socialista.

Seguindo nossa linha de argumentação, acreditamos que esta característica é reflexo do predomínio, nas formulações teórico-práticas do partido, de uma perspectiva filosófica em que a subjetividade é o momento predominante na constituição da realidade objetiva e na ação dos homens.

Dentro deste modo de entender o problema, não seria inverossímil asseverar que o “subjetivismo” é um traço de continuidade na trajetória do PCB, pelo menos desde a formulação de sua linha política mais duradoura. Ou seja, em todas as suas fases, desde 1945,

podemos identificar esta particularidade, que se expressa fundamentalmente na centralidade dada à esfera política, enquanto único meio de instaurar uma nova sociabilidade.

Assim, as acusações de subjetivismo voltadas para a linha política anterior a 1958 correspondem a uma análise débil dos fundamentos teórico-filosóficos que sustentam a prática partidária. Por outro lado, foi justamente no intervalo de 1948-58 que o PCB tentou uma maior aproximação com a classe operária e relegou a segundo plano as atividades voltadas para as eleições e o discurso de defesa da legalidade, dando maior ênfase na atuação junto aos trabalhadores nas fábricas e privilegiando, dessa maneira, a luta na “base material da sociedade – a luta econômica politizada – travada na disputa pela hegemonia do movimento sindical” (MAZZEO, 1999, p. 85). Diante disso, como já comentamos anteriormente, acreditamos que, neste período, o partido continha certa potencialidade para retomar o ponto de vista da centralidade da objetividade e, com isso, os princípios do socialismo revolucionário. Infelizmente, esta possibilidade continuou simplesmente como uma potência. Apesar da aproximação com o proletariado, o partido continuou priorizando a tomada do poder político e não o trabalho como meio privilegiado de transformação radical da sociedade.

Assim, verificamos que a concepção subjetivista a respeito da edificação do socialismo é uma característica presente na trajetória do PCB, pelo menos desde os anos 1940.

2.1.3 Conclusão

O início da década de 1960 foi bastante agitado. O PCB encontrava-se em pleno processo de revisão e reestruturação de sua linha político-teórica. Em 1960, dois documentos (*A Resolução Política da Convenção Nacional dos Comunistas* e o *V Congresso do PCB*) reiteraram e aprofundam as principais concepções presentes na Declaração de Março (1958).

Nestas reformulações, o Partido Comunista revela-se como uma particularidade inserida em um movimento mais amplo, realizado pela esquerda mundial, de deslocamento da centralidade da objetividade para a centralidade da subjetividade. Seguindo um movimento tendencial, os comunistas, enquanto totalidade, abandonam o socialismo revolucionário, caminham em direção ao socialismo democrático e, posteriormente, para o reformismo.

Mas, como já comentamos anteriormente, este evoluir não ocorre de forma uniforme e retilínea, sem contradições, disputas, dissidências e recuos momentâneos.

Aqui no Brasil, o PCB, nos anos 1960, enfrentará um intenso processo de fragmentação. Já em 1962, ocorrerá a primeira divisão interna de grande impacto. Alguns dirigentes descontentes com as últimas orientações políticas e outros expulsos das fileiras pecebistas formaram o PC do B (Partido Comunista do Brasil). Importante lembrar que antes mesmo da formação deste novo partido, no ano 1961, alguns dissidentes juntaram-se com outros comunistas para criarem a ORM-POLOP (Organização Revolucionária Marxista – Política Operária).

Durante o regime ditatorial vigente no Brasil (1964-1985), muitas foram as cisões no interior do PCB que deram origem a outros partidos e organizações de esquerda. Surgiram, também, algumas agremiações que não se originavam diretamente do histórico partido fundado em 1922, mas, nasciam por uma não afinidade de muitos comunistas com as diretrizes pecebistas. Muitos preferiam, então, fundar novas organizações a filiarem-se ao partido. Todos estes grupos comunistas proclamavam que seguiam uma linha política radicalmente diferente à do PCB.

No próximo capítulo, argumentaremos que todos esses partidos e organizações, embora tenham a aparência de representar uma ruptura frente às formulações teóricas e práticas do Partido Comunista, na verdade, mantêm e aprofundam a centralidade da subjetividade. Esta, no entanto, se manifestará entre todos eles de maneira diferente em relação ao PCB.

Nesse sentido, tentaremos demonstrar que as diferenças encontram-se mais no plano fenomênico do que no essencial, ocorrendo, por outro lado, uma considerável proximidade.

Passemos, agora, a discutir como se expressou o ponto de vista da centralidade da subjetividade nos partidos e organizações de esquerda formados da desagregação do PCB nos anos 1960.

CAPÍTULO 3 FRAGMENTAÇÃO DA ESQUERDA: PARTIDOS E ORGANIZAÇÕES QUE EMERGIRAM NAS DÉCADAS DE 1960/70 E O “SUBJETIVISMO HIPERBÓLICO”

3.1 INTRODUÇÃO

Os anos 1960 marcaram um período de forte fragmentação na esquerda e, portanto, de fim do monopolitismo pecebista, pois, até aquele momento, o Partido Comunista tinha praticamente o monopólio da representação dos comunistas do Brasil. Mas, com o golpe de 1964, uma série de outras organizações são formadas como alternativa a este partido.

Este processo foi desencadeado por uma conjunção de fatores. Gostaríamos de destacar três deles.

Primeiro, a derrota política da esquerda e das possibilidades de reformas de caráter democrático foram atribuídas, pela maior parte dos comunistas, à incapacidade do PCB em avaliar a situação objetiva e de propor ações que pudessem travar o movimento golpista. A insistência em uma aliança com a burguesia seria uma das maiores demonstrações desta incapacidade. Outro sinal de debilidade do Partido Comunista era visível no fato de que a ascensão de um governo militar, sustentado por um amplo movimento popular, em especial a classe média, representou a mais absoluta surpresa para os pecebistas.

Para termos uma ideia dos erros de avaliação cometidos pelo PCB, basta lembrarmos que diante de algumas vitórias do movimento popular “democrático”, com greves, pressão sobre o parlamento para aprovação de medidas consideradas progressistas etc., o partido, que estava na linha de frente destas movimentações, superestimou sua influência a ponto de afirmar, nas palavras de Luís Carlos Prestes, que “os comunistas estavam no governo, mas não eram governo”.

Meses depois os militares tomam o poder de assalto.

Antes de prosseguirmos com os fatores que determinaram a desagregação da esquerda pós-64, gostaríamos de fazer duas observações acerca deste ponto.

I – Acreditamos que, de fato, a linha política do PCB não correspondia, naquele instante (início dos anos 1960), às necessidades do movimento dos trabalhadores colocadas pela realidade objetiva. E, neste ponto, concordamos com Mazzeo, quando aponta que,

[...] a linha implementada pelo PCB, de caráter democrático-reformista – que, em sua concepção,

deveria estar sendo desenvolvida juntamente com outros segmentos sociais, e com frações da burguesia – objetivamente, obstaculiza qualquer tentativa de construção de espaços políticos populares que permitissem a desarticulação do polo autocrático-burguês, na medida em que, segundo essa visão, as tarefas democráticas deveriam estar sendo capitaneadas não pelo proletariado, mas pela burguesia “progressista” (MAZZEO, 1999, p. 140).

Aqui chegamos ao segundo ponto.

II – Não concordamos com a ideia de que os erros da esquerda, sobretudo do PCB, foram os principais responsáveis pela vitória dos golpistas em 1964. Ao contrário, entendemos que determinações objetivas relacionadas ao processo de reprodução do capitalismo mundial, somadas a uma necessidade de “reordenamento da dominação política burguesa” no âmbito nacional, estão na raiz da ascensão do governo militar instaurado no Brasil. Segundo Coutinho, “esse regime foi a forma política de que em determinada conjuntura, valeu-se o grande capital (nacional e internacional) para consolidar definitivamente o modo de produção capitalista no país” (COUTINHO, 1992, p. 49).

Por sua vez, Mazzeo, discutindo os problemas enfrentados pela burguesia nacional, afirma que:

As transformações externas do capitalismo mundial e do imperialismo aprofundam ainda mais as dificuldades dessa burguesia, forçando-a a entender que ela não podia reintegrar o Brasil no quadro da economia mundial sem romper também com a utopia da democracia burguesa em um país de tradição colonial – e com a ilusão de um nacionalismo burguês –, dada a subordinação estrutural da economia brasileira aos polos centrais do capitalismo (MAZZEO, 1999, p. 137).

Por outro lado, é importante lembrarmos que a fração da burguesia nacional não ligada ao capital externo encontrava-se alijada da participação no poder político no período pré-64. E, por isso, manifestava-se favorável à ampliação dos direitos democráticos. Esta é a base da aliança, defendida pelo PCB, com esse setor da burguesia considerado “progressista”.

Mas, na medida em que a legalidade burguesa abre espaços para uma maior participação popular na vida política do país e, conseqüentemente, intensifica-se a pressão ao governo (na época J. Goulart) por maiores reformas, a mesma burguesia “progressista” sente-se ameaçada e abandona o governo Goulart. A partir daí, consolida-se o “bloco político burguês” que apoia e torna possível a instauração de um regime autoritário.

Verificamos, então, que mais do que erros de avaliação ou de condução política do PCB as causas do êxito do golpe militar têm suas raízes mais profundas nas necessidades do desenvolvimento capitalista no país.

Para concluirmos nossa análise deste primeiro fator que influenciou a fragmentação da esquerda, é importante colocarmos mais uma questão.

Com os eventos de 1964 e com o descontentamento de muitos comunistas que acusavam a política adotada pelo PCB de “diretista” e a apontavam como uma das causas da fragorosa derrota da esquerda, seguiu-se certa desilusão com o tipo de organização política predominante até aquele instante e com qualquer tipo de discussão teórica. E o que se constatou, a partir de então, foi a propagação de um praticismo com forte viés empiricista⁹ que caracterizará as formulações teóricas e as ações práticas da esquerda em todo este período.

O segundo ponto importante para a compreensão da desagregação da esquerda foi o impacto das experiências internacionais de luta armada.

China e Cuba tornam-se modelos de ações revolucionárias bem sucedidas. Tenta-se aplicar seus princípios à realidade brasileira. Neste embalo, a luta armada é postulada como único meio de enfrentamento ao capitalismo. E a não consideração deste fato representaria um grave “desvio de direita”.

Por fim, é importante destacar a própria repressão desencadeada pelo regime militar, que praticamente impossibilitava a realização de encontros, reuniões e discussões mais amplas, e obrigando as organizações comunistas a agirem na clandestinidade e em pequenos grupos sem ligações entre si.

Diante de tudo isso, a esquerda socialista foi dividida em grandes blocos no decorrer dos anos 1960/70. Estes, por sua vez, subdividiam-se em uma infinidade de organizações. Havia os que ainda acreditavam que a revolução deveria ser encaminhada a partir das

⁹ Voltaremos a essa questão mais adiante.

brechas nas estruturas democráticas existentes com o apoio da burguesia nacional, sendo, portanto, uma revolução nacional-democrática conduzida de maneira pacífica.

Outras tantas organizações e partidos surgidos neste período entendiam que somente com a luta armada poderia se chegar à etapa nacional-democrática da revolução.

Alguns, ainda, defendiam a necessidade de se efetivar uma revolução socialista sem passar por nenhuma (ou passando muito rapidamente) etapa de transição. Também para estes grupos o processo revolucionário só poderia ser levado adiante por meio da luta armada.

Há, dessa forma, um embate, uma verdadeira batalha ideológica por corações e mentes dos comunistas, trabalhadores, estudantes etc. entre estas concepções aparentemente antagônicas.

Dentre aqueles que pregavam a luta armada e, com esta intenção, a formação de guerrilhas havia, ainda, uma subdivisão: A) para uns a guerrilha urbana era a mais apropriada para a revolução no Brasil; B) para outros, sob a influência da Revolução Chinesa, o ideal era o cerco das cidades pelo campo; C) já os entusiastas do processo revolucionário liderado por Fidel e Che Guevara queriam aplicar, em solo brasileiro, a concepção do foco guerrilheiro.

3.2 MUDANÇAS NA FORMA; CONTINUIDADE NA ESSÊNCIA

Embora a fragmentação da esquerda tenha dado origem a uma enorme quantidade de organizações, gostaríamos de argumentar que muitos e substanciais pontos de convergência podem ser identificados entre estes grupos e destes com as antigas concepções pecebistas que queriam combater.

Em nosso ponto de vista, o que está na base desta similitude é a perspectiva da centralidade da subjetividade, presente em todas estas organizações e que se expressa na hipervalorização da política, compreendida como esfera privilegiada (momento predominante) na construção de uma sociabilidade socialista.

Neste momento, destacaremos alguns destes pontos em comum na medida em que eles puderem contribuir com a nossa argumentação de que, mesmo demonstrando uma aparente ruptura com as concepções do PCB, estas organizações de esquerda, surgidas pós-1964, representavam, na verdade, a continuidade, sob uma forma diferente, do ponto de vista da centralidade da subjetividade na trajetória da esquerda no Brasil.

Dentre as convergências observadas nos grupos de esquerda dos anos 60/70 do século XX, destacaremos primeiramente a concepção de que a tarefa mais importante para a revolução seria tomar o poder político para, a partir dele, realizar as tarefas necessárias para a instauração do socialismo.

Já nas primeiras organizações que se formaram a partir de cisões do PCB, antes mesmo de 1964, é possível observar esta característica.

No Manifesto-Programa do PC do B de 1962,¹⁰ nos deparamos com afirmações do tipo: “a luta por um governo popular revolucionário, por um novo regime, não é somente uma necessidade para salvar o país, como também um direito sagrado do povo” (PC do B, IN: REIS FILHO, 1985, p. 32).

Um pouco mais à frente lemos, ainda:

Todos os movimentos democráticos e patrióticos devem ajudar a alcançar a grande meta – a conquista de um novo poder político, principal objetivo do povo. Mas só a luta decidida e enérgica, as ações revolucionárias de envergadura, darão o Poder ao povo. (PC do B, IN: REIS FILHO, 1985, p. 33).

Em outro documento do partido, *União dos Brasileiros para Livrar o País da Crise, da Ditadura e da Ameaça Neocolonialista*, datado de 1966, o PC do B desenvolverá análises da sociedade brasileira, da conjuntura da época, e propostas táticas muito próximas daquelas elaboradas pelo próprio PCB. Isto resultará, inclusive, em novas dissidências e cisões na esquerda. Da insatisfação acerca da linha política do PC do B surgem novos grupos: a Ala Vermelha do PC do B (PC do B-AV) e o Partido Comunista Revolucionário (PCR).

No documento de 1966, que originou as cisões, afirma-se que “a revolução fará surgir um autêntico governo do povo, um regime democrático e progressista” (1985, p. 65).

Em outra passagem, ao comentar as condições necessárias para a instauração de uma nova sociedade caracterizada por “independência, progresso e liberdade”, o PC do B postula que é possível e indispensável

¹⁰ Todas as citações de documentos das organizações de esquerda que faremos, a partir de agora, são extraídas de uma coletânea de documentos reunida por Daniel Aarão Reis Filho e publicada com o título: *Imagens da Revolução – documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*.

que seja erigido um governo democrático, “representativo de todas as forças patrióticas”.

A Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM – POLOP) que também é anterior ao golpe militar (foi o primeiro grupo a se separar do Partido Comunista, em 1961) segue uma orientação política bem parecida com a do PC do B.

Da mesma maneira, o grupo dissidente do PC do B, o Ala Vermelha, faz propostas e análises muito próximas daquelas realizadas pelo partido que pretende contestar. Nesse sentido, assevera que,

[...] a atual etapa da revolução brasileira objetiva instituir um regime democrático, sob a hegemonia do proletariado, e realizar transformações na estrutura da sociedade, correspondentes às necessidades da grande maioria da nação, ou seja, do povo brasileiro, o que a caracteriza como uma etapa de democracia popular. (PC do B-AV, IN: REIS FILHO, 1985, p. 121).

Por seu turno, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), fundado em 1968, a partir do PCB, propõe que “desempenhando o papel dirigente no poder revolucionário, a classe operária levará à prática as tarefas da revolução popular e passará em seguida, sem interrupção, às transformações de caráter socialista” (PCBR, IN: REIS FILHO, 1985, p. 166).

O Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), também formado em 1968 por setores descontentes com a orientação política do grupo Ação Popular (AP), não se afastam das demais organizações quanto às suas concepções de transição e socialismo. Em seu programa, expõe conceitos e propostas que são produtos de uma perspectiva fundada na centralidade da subjetividade revelada pelo papel predominante da política na transformação radical da sociedade.

Nesse sentido, encontramos no Projeto de Programa do PRT, escrito em janeiro de 1969, a seguinte ideia:

[...] as condições objetivas colocam na ordem do dia em nossa época a preparação direta do proletariado para a conquista do poder político, a fim de aplicar as medidas econômicas e sociais que constituem o fundamento da revolução socialista. (PRT, IN: REIS FILHO, 1985, p. 192)

Assim como estas citadas acima, todas as demais organizações de esquerda, que são formadas nos anos 1960-70, como resultado de dissidências do PCB e de cisões destas dissidências, também revelam em seus documentos, e em suas ações, um forte viés subjetivista, que se manifesta, essencialmente, na centralidade dada à política na transição e instauração do socialismo. Em consequência deste fato, todos concentram suas energias na tentativa de tomar o poder político. Podemos, ainda, inserir neste conjunto grupos como COLINA, POC, VPR, ALN,¹¹ entre outros.

Como consequência desta perspectiva subjetivista, podemos identificar a formulação de uma ideia que se revela como outro ponto de convergência entre todas as organizações comunistas da época. Qual seja: a concepção de que a URSS, a China, a Cuba e certos países do Leste Europeu estão efetivamente construindo o socialismo e, portanto, o objetivo a ser alcançado seria a instauração de um regime socioeconômico similar ao que existia nestas regiões.¹²

A ORM-POLOP, por exemplo, no primeiro parágrafo de um importante documento interno, de 1967, celebra: “hoje, um terço da humanidade está libertada da exploração capitalista. Um, em três seres humanos, vive e trabalha sob sociedades onde se edifica o socialismo.”

Mais adiante, ao analisar o “mundo socialista”, diz que:

Apesar das diferenças de condições existentes nos diversos países socialistas, todos eles têm em comum a abolição da velha sociedade exploradora e o seu desenvolvimento em direção a uma sociedade socialista (ORM-POLOP, IN: REIS FILHO, 1985, p. 92).

O Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), por sua vez, quando discute a situação internacional em um texto chamado “Linha Política e Orientação para Prática”, faz a seguinte colocação:

A experiência socialista vitoriosa em diferentes países do mundo, aliada às condições objetivas internas de cada país, desempenha um papel importante; as revoluções socialistas são

¹¹ COLINA – Comandos de Libertação Nacional; POC – Partido Operário Comunista; VPR – Vanguarda Popular Revolucionária; ALN – Ação Libertadora Nacional.

¹² Para uma discussão mais profunda e atual sobre a relação entre capitalismo, socialismo e capital ver: “A crise dos dois sub-sistemas do capital”, de J. Chasin, e “Para além do Capital”, de I. Mészáros.

consideradas como o coroamento da luta de classes [...] (MR8, IN: REIS FILHO, 1985, p. 342).

Já a AP-ML (Ação Popular Marxista Leninista),¹³ em seu Programa Básico, exalta uma “nova época revolucionária em que o socialismo avança para a vitória em escala mundial” e indica Mao Tse-Tung como “líder incontestável do proletariado do mundo inteiro”. Dessa forma, defende que o revolucionário oriental ao desenvolver, de maneira criativa, teorias da revolução, da nova democracia e da guerra popular prolongada está “dirigindo a luta do povo chinês para levar até o fim a revolução e a construção socialista da China” (AP-ML, IN: REIS FILHO, 1985, p. 294).

O PCBR, dentro desta mesma concepção, declara, em um documento de 1968, que a consolidação do socialismo, na segunda metade do século XX, modificou profundamente a correlação de forças entre capitalismo e socialismo. Assim, conclui que: “a superioridade do regime socialista, demonstrada nos altos índices de desenvolvimento, serve de inspiração aos trabalhadores e aos povos do mundo capitalista.” (PCBR, IN: REIS FILHO, 1985, p. 167).

Muitos outros grupos seguem esta mesma linha de raciocínio e entendem que as experiências revolucionárias do oriente e em Cuba são efetivamente socialistas.

Interessante observar, de passagem, que este ponto de vista, de alguma maneira, ainda está presente nos dias de hoje. Na direita, que tenta desacreditar o socialismo, apontando para as tentativas frustradas dos anos 1900. Mas também na esquerda, que quer demonstrar, com números de produtividade industrial, de desenvolvimento econômico e de avanços sociais, a superioridade do regime socialista, comparando-o com a atual situação dos países do ex-bloco soviético.

Ambas as posições, no entanto, partem da ideia de que, no âmbito da economia, o socialismo representou, de fato, um enorme avanço para aquelas sociedades atrasadas em que ele se efetivou. Entende-se, então, por socialismo a planificação econômica realizada pelo Estado e a distribuição mais justa dos bens produzidos. Porém, todos entendiam que o socialismo, para que se realizasse plenamente, ainda devia cumprir uma tarefa fundamental sob pena de inviabilizar

¹³ Este grupo surge de uma nova orientação dada à antiga AP. A novidade encontra-se no fato de que há, nesta nova fase, uma adesão explícita e direta ao “marxismo-leninismo”.

todo o sistema. Este passo essencial era a democratização do poder político.

Para a direita isto seria impossível, pois o socialismo, por sua própria natureza, tenderia ao autoritarismo.

Para a esquerda, este foi apenas um erro que poderia ter sido corrigido no interior do próprio regime. Este não ajustamento da prática política com os avanços conquistados no campo econômico teria sido o responsável pela derrocada do chamado “socialismo real”.

Continuando nossa discussão acerca dos pontos em comum existentes entre as organizações de esquerda nos anos 1960/70, gostaríamos de colocar em relevo, agora, o forte caráter stalinista de suas concepções teórico-práticas. E uma das principais consequências desta característica, compartilhada por muitos grupos e partidos socialistas, foi o fato de que a ação revolucionária quase se restringiu, neste período, a um “praticismo revolucionário” ineficaz e, por isso, inócuo. Ou seja, sob a égide stalinista, a esquerda, em geral e especificamente no Brasil, não consegue estabelecer uma justa relação entre teoria e prática. Ao contrário, “a prática é fetichizada até se transformar na esfera produtora e resolutive da teoria” (LESSA, 2008 p. 02).

Este praticismo revelou-se tanto no reformismo do PCB, que exauria todas suas energias na busca de inserção no quadro político institucional, mas também se manifestou nas ações dos diversos grupos que se dedicaram à luta armada.

Esta não foi a única consequência da influência do stalinismo na esquerda. Podemos, ainda, citar a formulação de teorias que fundamentavam as escolhas táticas e estratégicas a partir de uma concepção teleológica da história. Dessa maneira, argumentava-se que o processo histórico seria apenas o desenvolvimento mecânico das leis “implacáveis” da objetividade social. Estas leis, por seu turno, não eram produto das relações humanas, mas ao contrário, as determinavam de forma unilateral.

A conclusão imediata a esta ideia é a de que, independentemente do que os homens façam, a história segue o seu curso em direção a uma finalidade inerente a ela. Neste caso, a ação humana poderia apenas atrasar ou adiantar este percurso. O socialismo seria o fim inevitável para o qual segue a história e caberia aos verdadeiros revolucionários tentar adiantar este passo, enquanto o capitalismo seria o principal entrave.

Assim, munidos do “verdadeiro” entendimento das leis da história, que inferiam da “única” teoria capaz de tal compreensão da

verdade (o marxismo-leninismo), os comunistas brasileiros lançaram-se ao cumprimento de sua missão histórica: a luta para remover o obstáculo, o capitalismo, que atrasava a humanidade de alcançar seu objetivo final, o socialismo. A batalha poderia ser “longa e dolorosa”, mas “correspondia às leis mais profundas da história”. Apesar das numerosas derrotas, mortes, torturas etc., a vitória era inevitável.

Esta era a crença da maior parte das organizações de esquerda nas décadas de 60 e 70 do século passado no Brasil. Sua origem remonta ao próprio PCB que, por sua vez, fora influenciado pelo PCUS e pela Internacional.

Durante o regime autoritário, esta visão teleológica é exagerada e inspira ações práticas marcadas por um profundo voluntarismo. Vejamos alguns exemplos desta concepção.

A ORM-POLOP resume bem estas ideias quando diz que: “O socialismo é resultado da evolução histórica da humanidade, colocado na ordem do dia, quando a velha sociedade exploradora se torna um empecilho ao progresso geral [...]” (IN: REIS FILHO, 1985, p. 104).

Seguindo este mesmo raciocínio, a AP-ML defende que “a passagem necessária do capitalismo para o socialismo e o comunismo é uma lei objetiva do desenvolvimento histórico. Esta lei baseia-se nas leis científicas do desenvolvimento geral da história [...]” (IN: REIS FILHO, 1985, p. 298).

Por seu turno, o PCBR, em seu documento de 1968, ao fazer a análise do momento histórico que a partir do qual será realizada a Revolução Brasileira, argumenta que o mundo estaria passando, naquele momento, por um período de transição, irrefreável, do capitalismo para o socialismo.

Com esta concepção teleológica da história, a maior parte das organizações comunistas dedicou-se a ações extremamente voluntaristas. Notadamente, a luta armada em guerrilhas urbanas e rurais.

O COLINA, por exemplo, afirmava que todos sabiam “de cor” que a única forma de retirar o poder político da burguesia era a luta armada. E que esta deveria predominar sobre outras formas de luta.

A ANL rejeitava veementemente o que chamava de “proselitismo”, ou seja, discussões teóricas em torno de papéis escritos, programas subjetivos e doutrinas. Empenhava, desse modo, todas suas energias exclusivamente na “prática revolucionária” – por prática entendiam a guerrilha e o terrorismo com objetivos revolucionários. Afirmavam que o “dever de todo revolucionário era fazer a revolução”.

Já a VPR entendia que as ações armadas eram a forma de propaganda mais eficaz, e sustentava que a melhor panfletagem é “aquela que acompanha uma ação armada concreta; nada eleva o espírito de luta tanto como a própria luta.”

A VAR-PALMARES¹⁴ declara que, em virtude do atual estágio de desenvolvimento da sociedade brasileira, a revolução “só pode se desenvolver se adotar a luta armada como forma fundamental da luta de classes”. Sendo a necessária passagem do capitalismo para o socialismo a lei básica que orientaria esta luta.

Por fim, é importante que indiquemos, ainda, duas outras características compartilhadas entre os grupos comunistas que pululam nas décadas de 60-70 do século passado.

A interpretação da sociedade brasileira, consagrada no PCB, está presente em quase todas as organizações de esquerda neste período. Existem, é certo, algumas diferenças e especificidades, mas no essencial há mais continuidade do que novidade.

O Brasil continua sendo entendido como uma nação semifeudal e semicolonial e, por isso, o latifúndio e o imperialismo (burguesia internacional e os setores ligados a ela no país) são considerados os inimigos mais imediatos da revolução. Inclusive, várias destas organizações compreendem que seria necessária uma etapa nacional-democrática que precederia a efetiva construção do socialismo. Contudo, todo este processo só poderia ser realizado pela tomada violenta do poder. Nisto diferenciavam-se dos pecebistas.

Nesse sentido, afirmavam que revolucionários são aqueles que exigem a expulsão do imperialismo norte-americano e a eliminação, como classe, da alta burguesia nacional (PCR). Assim, a revolução caracterizaria-se, inicialmente, como uma revolução popular anti-imperialista e antilatifundiária (PCBR).

Com este pensamento, o PC do B – AV argumenta que:

[...] a atual etapa da revolução brasileira objetiva instituir um regime democrático, sob a hegemonia do proletariado, e realizar transformações na estrutura da sociedade, correspondentes às necessidades da grande maioria da nação, ou seja, do povo brasileiro, o que a caracteriza como uma etapa de democracia popular (IN: REIS FILHO, 1985, p. 121).

¹⁴ Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares.

Um último ponto tangencial, existente entre as organizações comunistas que resultaram da fragmentação da esquerda no Brasil, que gostaríamos de destacar é que todos estes agrupamentos e partidos dividiam a convicção de que representavam a vanguarda da revolução e que cada uma delas seria a mais bem preparada para ocupar este posto. Todas advogavam para si o título de únicas possuidoras da “verdade universal do marxismo-leninismo” que conduziria as massas ao seu objetivo histórico: o socialismo.

3.3 CONCLUSÃO

Nosso escopo neste capítulo foi o de tentar demonstrar que, embora com alguns traços diferenciadores, esta “nova esquerda”¹⁵ não só não rompe com as estruturas mais profundas que sustentavam teórica e praticamente os comunistas brasileiros desde os anos 40, como ainda aprofunda e amplia algumas de suas concepções básicas. Disso resulta o que chamaremos aqui de subjetivismo hiperbólico.

Dessa forma, ao examinarmos a nova esquerda, o que temos diante de nós não são transformações essenciais, mas apenas aparentes com relação à “esquerda comunista tradicional” no Brasil.

O que observamos é um avanço na trajetória que as organizações comunistas brasileiras já vinham fazendo, em direção à consolidação de uma perspectiva da centralidade da subjetividade. Esta, além se expressar-se na prioridade dada à esfera política, também se manifestou de forma acentuada em características como: concepção teleológica da história, voluntarismo, e praticismo ineficaz.

Nos próximos capítulos, estudaremos como a crise do “socialismo real”, somado às condições sociopolíticas do Brasil nos anos 1970-80 e ao retumbante fracasso da “nova esquerda”, fortalecerá o empenho dos comunistas brasileiros em repensar, positivamente, a questão da democracia.

Veremos também a origem do Partido dos Trabalhadores dentro desta conjuntura e como o PT vai inserir-se no movimento mais geral da esquerda mundial.

¹⁵ Termo utilizado por Aarão Reis (1985) e (1990) para designar as organizações comunistas que entram em cena nos anos 1960-70.

PARTE III – O PARTIDO DOS TRABALHADORES E A CENTRALIDADE DA SUBJETIVIDADE

CAPÍTULO 4 GÊNESE DO PT

4.1 CONTEXTO HISTÓRICO GERAL

Nos anos 1970, o modelo socioeconômico capitalista enfrentou uma séria crise que afetou a maior parte das economias centrais e, consequentemente, também os países pobres e aqueles “em desenvolvimento”.

Desse modo, após um intervalo de tempo relativamente longo de grande acumulação, dentro do qual o capital pode fazer algumas concessões aos trabalhadores, o sistema capitalista de produção encontra-se diante de importantes limitações que, ao se aprofundarem, o constroem a um período de recessão um pouco diferente em relação às demais crises cíclicas do capital.

Segundo Antunes (1999), os sinais mais evidentes deste movimento descendente são: queda na taxa de lucro; esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção; hipertrofia da esfera financeira; maior concentração de capitais; crise do Estado de bem estar; e aumento das privatizações.

Diante desse quadro e analisando seus desdobramentos, um dos mais importantes teóricos sociais da atualidade, István Mészáros, defende a ideia de que o capitalismo, percebido em sua totalidade, não está mais desenvolvendo-se em ciclos, mas entrou em uma nova fase de crise longa e duradoura, sistêmica e estrutural.¹⁶

Um dos aspectos mais relevantes desta fase é a falência dos dois mais importantes sistemas estatais de controle e regulação do capital: o keynesiano, materializado no Estado de bem-estar social (Welfare State), desenvolvido nas sociedades capitalistas, e o de tipo soviético, presente nas sociedades pós-capitalistas.

Assim, sem controle, o capital aprofundou ainda mais o seu movimento descendente, de crise estrutural.

Segundo Mészáros, esta nova fase da economia capitalista caracteriza-se por: 1) ter um caráter universal; 2) seu âmbito é verdadeiramente global; 3) sua escala temporal é prolongada, permanente; 4) seu modo de evolução é “rastejante”, diferente das erupções e colapsos dramáticos do passado. (MÉSZÁROS, 2006).

Quando comparamos uma crise cíclica, comum ao sistema, com a atual, verificamos que uma crise não estrutural afeta apenas algumas partes de um complexo social, por isso não coloca em risco a

¹⁶ Ver Mészáros (2000) e Antunes (1999).

sobrevivência continuada da estrutura global. Já uma crise estrutural põe em causa a própria existência do complexo social em que atua, colocando na ordem do dia a sua transcendência e substituição.

O autor húngaro nos afirma, ainda, que no interior de uma crise, e em especial da crise estrutural do capitalismo em que vivemos, três características *intrínsecas* ao capital tornam-se mais visíveis: a) expansionismo: busca crescente e desmedida de mais-valia; b) produção destrutiva: produção e consumo de supérfluos geram precarização do trabalho e desemprego estrutural. Além disso, impulsiona uma destruição da natureza em escala ampliada; c) incontrolabilidade: por sua insuperável necessidade de expansão e de produzir destrutivamente, torna-se, no limite, incontrolável.

Mészáros, em sua análise, aponta também outro mecanismo próprio do capital e absolutamente essencial para a sua reprodução, em meio a uma crise estrutural: a taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias. Consequentemente, a esta lei da economia capitalista há uma acentuação do caráter destrutivo desta formação social.

A atual crise, que segundo o filósofo autor de *Para Além do Capital*, é apenas uma erupção violenta em meio a um movimento maior e contínuo de declínio, tem a aparência do sistema financeiro. Ou seja, o complexo das finanças internacionais é a máscara que revestiu a estrutura crítica do sistema produtivo global a partir dos anos 1980.

Importante também enfatizarmos que tal crise resvala, em alguma medida, sobre todos os complexos sociais e, portanto, tem profunda influência sobre todos os aspectos da vida dos homens. Podemos, então, afirmar junto com Mészáros, que:

[...] esta crise estrutural não está confinada à esfera socioeconômica. Dadas às determinações inevitáveis do ‘círculo mágico’ do capital referidas anteriormente, a profunda crise da ‘sociedade civil’ reverbera ruidosamente em todo espectro das instituições políticas (MÉSZÁROS, 2000, p. 800).

Diante deste quadro, o capital tenta se adaptar e superar os limites impostos pela crise prolongada, à sua reprodução.

A reação do capitalismo mundial volta-se para a tentativa de uma profunda reorganização de suas estruturas básicas. É nesse sentido que são formulados e aplicados os princípios da chamada reestruturação

produtiva. Por outro lado, verificamos o advento do neoliberalismo que desmontou o Estado de bem-estar e foi responsável por ideias e práticas de desregulamentação dos direitos do trabalho. Some-se a isso a incrível corrida tecnológica realizada pelo capital, neste período, que contribuiu de forma efetiva para o significativo aumento do desemprego e intensificação da precarização do trabalho.

Devemos destacar, ainda, dois processos que se encontravam dentro deste “plano” de reação do capitalismo e que repercutiram de forma considerável na esfera da política no século XX.

Por um lado, seguindo uma orientação neoliberal, verificamos uma constante e progressiva desregulamentação do sistema financeiro realizada pela maioria dos estados capitalistas em crise. Isto acarretará em uma hegemonia da burguesia financeira.

De outro lado, há uma política agressiva por parte das economias centrais de tentativa de reincorporação da URSS e de seus “satélites”, bem como da China, ao sistema capitalista global. Este processo culminará com a queda do muro de Berlin e a subsunção plena da China às leis de mercado.

Todas essas medidas, somadas a algumas outras,¹⁷ representaram uma enorme ofensiva do capital contra os trabalhadores. Para, simplesmente, se cogitar a ideia da perpetuação das relações capitalistas de produção seria vital a eliminação dos principais direitos e benefícios concedidos aos trabalhadores no momento de expansão econômica.

Quando lançamos nossos olhares sobre a estrutura socioeconômica existente no Brasil, neste período de crise global do capitalismo, podemos observar que o país mal havia consolidado seu processo de industrialização já se encontrava enredado em uma fase de forte desaceleração econômica e encaminhado-se para uma profunda recessão.

De um lado, esta realidade é resultado do esgotamento de um modelo de desenvolvimento que predominou desde os anos 1950 e que foi continuado pelos gestores da economia durante o regime autoritário civil-militar que ascendeu ao poder com o golpe de 1964. Por outro lado, a retração do mercado mundial, dada a crise estrutural do sistema, também influenciou fortemente os péssimos resultados da economia brasileira, especialmente a partir de 1974.

É importante que façamos, agora, rápidas considerações acerca do período crítico da recessão econômica no Brasil neste momento,

¹⁷ Ver Mézsaós (2000); Antunes (1999); Chesnais (1996).

sobretudo entre os anos 1974-1981, a fim de compreendermos com maior profundidade o contexto histórico que serviu de fundamento para a emergência do Partido dos Trabalhadores e para sua afirmação enquanto uma das maiores forças políticas no país.

No intervalo entre 1967-1973, o Brasil destaca-se por um importante desenvolvimento industrial. Este, por sua vez, pode ser entendido como uma continuidade do projeto desenvolvimentista, iniciado nos anos 1950.

Assim, tendo como base para o crescimento a predominância do setor produtivo de bens de consumo duráveis, o financiamento externo e a exploração cada vez mais acentuada dos trabalhadores, o produto interno bruto do país cresce a uma taxa de 11,3%. Este fenômeno ficou conhecido como “milagre brasileiro”, em referência ao rápido processo de desenvolvimento alcançado por Alemanha e Japão que, por suas características gerais, foi nomeado como “milagre econômico”.

Contudo, a partir de 1974, as ilusões com “o milagre” no Brasil começam a se desfazer. O modelo estruturado na produção de bens de consumo duráveis dá claros sinais de esgotamento.

O fato de a produção de bens duráveis ser voltada, fundamentalmente, para o mercado interno, somado à predominância do capital estrangeiro neste setor, consubstanciará uma crise no balanço de pagamentos que, por sua vez, encontrará como única saída a expansão da dívida externa.

O crescimento da produção de bens duráveis, sob controle estrangeiro, requer um aumento na produtividade dos bens de capital que, em parte, eram produzidos aqui mesmo no Brasil. Porém, este setor não consegue acompanhar a constante elevação da produção dos bens duráveis. Dessa maneira, além das remessas enviadas às matrizes estrangeiras, os lucros também são remetidos para a circulação internacional de capital por meio das, cada vez maiores, compras de equipamentos importados.

Para cobrir o déficit que se delineava diante deste quadro, recorre-se à dívida externa. Assim,

O recurso à dívida externa soluciona, nessa etapa, contradição assinalada entre um processo de expansão de realização interna controlado por propriedade externa, e mais, entre aquele processo e a exportação de estímulos para os Departamentos I das economias capitalistas centrais (OLIVEIRA, 1989, p. 99).

Uma das consequências mais importantes, e que mais influenciaram na insatisfação de amplos setores da sociedade contra o regime autoritário, foi o aumento vertiginoso da inflação. Este fenômeno pode ser indicado como resultado inerente a uma economia fundamentada na produção de bens de consumo duráveis, tal como tivera sido a brasileira desde a década de 1950.

Podemos, ainda, verificar que, no momento em que este modelo entra em crise, a própria inflação fora adotada como medida anticíclica, com o objetivo de manter ou recuperar a taxa de lucros. Inácio Rangel afirma, sobre esta questão, que a inflação torna-se um instrumento de defesa do processo de acumulação.

Bresser Pereira também argumenta que no Brasil “a inflação é fundamentalmente fruto da permanente tentativa da classe capitalista de elevar ou pelo menos manter, na desaceleração cíclica, sua taxa de lucro”. (PEREIRA, 1985, p. 226).

Observamos, então, que, na segunda metade dos anos 1970, a ordem social capitalista entra em uma crise, que, por sua natureza estrutural, irá repercutir, de alguma maneira, em todos os países do mundo. Em meio a esta conjuntura, a ofensiva do capital contra os trabalhadores toma corpo e aprofunda-se na tentativa de resistir à crise.

Nos países centrais, os direitos dos trabalhadores são frontalmente atacados. Em países “periféricos”, e no Brasil especificamente, onde o estado de bem-estar nem chegou a se desenvolver plenamente, os poucos direitos concedidos aos trabalhadores também são alvo da sanha neoliberal. Mas, em tais regiões, além deste expediente, o capital ainda intensificou de maneira acentuada a exploração aos trabalhadores. Para isso, em muitos casos, foi necessária a implementação de ditaduras, como ocorreu, por exemplo, em muitos países na América Latina.

No Brasil, cujo desenvolvimento econômico era capitaneado, desde os “anos JK”, pelo capital estrangeiro, a ditadura civil-militar impôs à nação todas as medidas que poderiam contribuir para salvaguardar o processo de acumulação capitalista. O governo brasileiro, neste momento, lança mão da violência, cada vez mais presente no cotidiano dos trabalhadores, para garantir a ampliação e aprofundamento da exploração do trabalho.

Constatamos, também, que a própria estrutura econômica do Brasil, na esteira da realidade internacional, entra em um período de recessão a partir de 1974. Desta data em diante, a economia brasileira perfaz uma trajetória descendente. Após alguns anos de enorme

crescimento, baseado no endividamento externo e na intensa exploração dos trabalhadores, o Brasil se vê mergulhado em uma grave crise econômica.

Até aqui apontamos alguns elementos importantes no contexto geral que serviu de solo sobre o qual o Partido dos Trabalhadores (PT) irá se originar. Podemos, dessa maneira, resumir tal contexto nos seguintes termos: no plano internacional – crise estrutural do capitalismo;¹⁸ no plano nacional – crise do “milagre” brasileiro, intensificação da exploração dos trabalhadores, crescente insatisfação social ante as políticas econômicas dos sucessivos governos militares (especialmente a partir de 1974).

Vejamos um pouco mais de perto dois elementos desta conjuntura que serão fundamentais para a emergência do PT.

Primeiro, o regime autoritário no Brasil teve por característica a manutenção das instituições democráticas que, de alguma maneira, serviam para legitimar o poder instituído, a partir do golpe de 31 de março de 1964. Segundo Meneguello:

Se o regime militar instaurado no país em 31 de Março de 1964 expressou-se de forma eminentemente ostensiva em períodos específicos, por outro lado fundou-se institucionalmente na manutenção de mecanismos liberal-representativos: no funcionamento de partidos políticos e no jogo eleitoral. (MENEGUELLO, 1987, p. 8).

Com a sequência de vitórias eleitorais, especialmente em 1970 e 1972, momento em que o país ainda vivia a euforia do “milagre”, o governo passa a realizar uma estratégia de “distensão” lenta e gradual do autoritarismo.

Contudo, isso não significa que o poder governamental não manipulava e alterava as regras do jogo democrático conforme os seus interesses. Os militares e parte da burguesia, que se aliara a eles e ou que se beneficiavam com o regime (especialmente a burguesia financeira), entendiam muito bem qual é a função social do Estado e como este deveria se comportar diante das tensões existentes entre capital e trabalho.

¹⁸ No plano internacional poderíamos, ainda, destacar o choque do petróleo (1973), e o choque financeiro (1979), mas lembremos que ambos são expressão de em uma crise que acomete o próprio sistema de reprodução do capital.

Por isso, ao sentirem a mínima ameaça, as regras democráticas eram revistas e todo o poder repressivo do Estado voltava-se contra os trabalhadores e contra aqueles considerados como uma ameaça ao poder estabelecido.

Em poucas palavras, durante todo o regime autoritário, o Estado nunca deixou de cumprir o seu papel essencial, tal como descrito anteriormente. Em alguns momentos, manifesta-se de maneira mais ostensiva e violenta, mas boa parte do tempo mantém as instituições e regras democráticas que, por sua vez, não são antagônicas com a exploração e opressão dos trabalhadores e nem com a desigualdade.

Esta característica da ditadura brasileira possibilitou a formação de um partido de esquerda (PT) ainda no período em que o Brasil era governado por generais.

O outro aspecto importante da conjuntura que pode ser indicado como elemento essencial para a constituição do Partido dos Trabalhadores foi a ascensão de novos movimentos sociais urbanos, que ocorreu nos anos 1970 e, de forma mais intensa, a partir da segunda metade desta década.

Desde os anos 1930, o Brasil vinha passando por um forte processo de industrialização, intensificado no período que vai dos 1950 até o “milagre” da década de 70. Neste período, o país já possuía um parque industrial relativamente sofisticado e, conseqüentemente, um número crescente de trabalhadores que atuavam nestas indústrias de ponta, que constituíam um proletariado moderno. É na organização destes trabalhadores que se desenvolverá um dos mais importantes movimentos sociais deste contexto histórico: o chamado *Novo Sindicalismo*.

4.2 A FORMAÇÃO DO PT

A crise do milagre terá como uma de suas inúmeras conseqüências um forte processo de assalariamento da classe média. Tal fenômeno conduz este grupo social a uma organização enquanto classe, que se estruturou em torno de um amplo conjunto de demandas. Parte se sindicalizou e outra parte se organizou em movimentos sociais que, lutando por suas reivindicações, também pressionavam o governo.

Setores populares, por sua vez, formavam grupos para reclamar por melhores condições de vida e contra a marginalização a qual o regime os colocara. Boa parte destas manifestações contou com o importante apoio da Igreja Católica por meio das comunidades eclesiais de base (CEB's).

Ressaltemos que “esses movimentos tinham como essência de sua novidade a busca de sua própria identidade, no sentido de constituírem-se de forma autônoma frente às organizações políticas tradicionais.” (MENEGUELLO, 1987, p. 17).

Além disso, são constituídos “desde baixo, sobre a base de uma prática social consciente e autodeterminada” (EVERS apud MENEGUELLO, 1987, p. 17).

Dentre todos os movimentos reivindicatórios que se desenvolveram nos anos 1970, o que mais influenciou a formação do PT foi o novo sindicalismo. O operariado moderno do estado mais industrializado do país foi, portanto, a base sobre a qual se constituiu o Partido dos Trabalhadores. Mas a emergência do PT não aconteceu de maneira retilínea, homogênea, sem contradições. Desde a ideia inicial, em 1978, até a fundação, em 1980, há uma série de grandes embates, dúvidas, avanços e recuos.

No interior da própria esquerda, a necessidade de formação de um novo partido não era consenso.

O PCB, que por muito tempo predominou no que diz respeito à representatividade dos trabalhadores, perceberá a formação do PT como a emergência de uma instituição política concorrente, que enfraqueceria a luta dos trabalhadores.

Porém, a maior parte dos representantes do Novo Sindicalismo, que tinham enorme influência, sobretudo entre os operários, não concordavam com a política geral adotada pelo Partido Comunista.

O fato é que, enquanto o PCB defende cada vez mais a perspectiva da centralidade da política e, assim, se apegava às regras do jogo institucional-democrático comandado, desde meados dos anos 60, pela burguesia financeira e pela burocracia militar, o Novo Sindicalismo defende que o campo fundamental (não único) da luta contra o capital deve ser o mundo do trabalho. Mais adiante retornaremos a essa “disputa” entre PCB e PT.

Importante neste momento é indicar o fato de que a própria ideia de um partido dos trabalhadores tem sua gênese em meio à reação dos trabalhadores brasileiros à ofensiva desencadeada pelo capital. Esta, por sua vez, é resultado da crise estrutural do próprio sistema de modo geral. E, no caso do Brasil, também de uma crise do modelo de desenvolvimento capitalista predominante no país.

Nesse contexto, uma série de greves e manifestações são deflagradas no ABC paulista, em 1978, e seguem com bastante força até o ano de 1980.

Estas movimentações revestiam-se de grande importância para a lutas sociais no Brasil na medida em que os trabalhadores ocupavam novamente um lugar central nestas lutas, especificamente no combate ao regime autoritário.

Aqui nos cabe fazer uma observação importante. As reivindicações dos operários, durante este período de efervescência grevista, ultrapassavam as demandas econômicas imediatas, englobando também uma pauta de exigências de caráter essencialmente político e que, por isso, contemplava os anseios de diversos setores sociais, além dos operários do ABC.

Tais greves, ao combinar a reivindicação pela transformação do sistema de relações de trabalho e a demanda pela democratização do sistema político, atingiram elementos novos no cenário da luta político-sindical, que tinham como ponto comum o sentimento antiautoritário, fundado nos então quinze anos de regime militar. (MENEGUELLO, 1989, p. 46).

Este fato é decisivo para que os movimentos grevistas transformem-se em um amplo movimento social.

É nesta realidade de greves e lutas sociais contra o regime autoritário que a ideia de fundar uma organização política que representasse os explorados do sistema, emergirá.

Segundo Meneguello, tal ideia será gestada em meio à percepção dos limites das mobilizações reivindicatórias materializadas em greves. Esta percepção orientou o Novo Sindicalismo a uma mudança de estratégia. Mudança que deveria ser capaz de possibilitar aos trabalhadores:

[...] escapar da rigidez das estruturas trabalhistas e que se mantivesse sustentado na força política de seu caráter reivindicativo generalizador.

Nesse sentido, a direção tomada pelo novo sindicalismo indicava o âmbito político-partidário, que naquele momento erigia-se sobre novas forças políticas no país, através da reforma de partidos de 1979. (MENEGUELLO, 1989, p. 48).

Se, de um lado, as greves de 1978-9 recolocaram os trabalhadores no centro do palco político brasileiro, por outro lado, os

resultados imediatos destas movimentações influenciaram decisivamente na concepção dos líderes sindicais de que somente a greve era insuficiente para se alcançar todos os objetivos propostos.

Perceberam, neste quadro, que por mais forte que fosse o movimento grevista voltado contra o capital, o Estado sempre interviria em favor deste último. Ou seja, os patrões constantemente buscavam meios extraeconômicos de impor seus interesses. Desse modo, lançavam mão de toda influência política para, por meio desta, submeter os grevistas a importantes derrotas.

E, para obter sucesso com esta forma de reprimir as ações dos trabalhadores, sem desgastar todo o sistema, era fundamental a manutenção mínima das regras institucionais-democráticas, que, como vimos, foi uma característica peculiar do regime autoritário brasileiro.

O movimento operário acertava, quando entendia o poder político como instrumento de dominação da classe dominante, mas se equivocava quando defendia a possibilidade deste instrumento poder ser “utilizado” pelos trabalhadores para defender seus interesses de classe.

Esta ideia já está presente nos primeiros documentos e nas falas dos fundadores do PT. Por exemplo, ao serem questionados a respeito do porquê da concordância em fundar um partido naquele momento, Jacó Bittar afirma:

Começamos a perceber que no Congresso Nacional não havia uma defesa real dos interesses dos trabalhadores, das greves do ABC, por parte dos homens públicos, dos políticos. Isso provocou uma certa desilusão daquelas lideranças em que tínhamos votado. (BITTAR apud HARNECKER, 1994, p. 62).

Sobre a mesma questão, Djalma Bom completa:

Chegou um momento que os próprios trabalhadores, aqueles mais conscientes, começaram a perceber que precisavam de um instrumento maior para dar um salto de qualidade. Das conquistas, das reivindicações por melhores condições de trabalho e por melhores salários, para uma conquista maior que seria num plano mais global nas suas reivindicações mais gerais [...] (BOM apud HARNECKER, 1994, p. 62).

Estas falas indicam que, já na própria concepção do PT, a esfera política é compreendida como “palco” de disputas entre a classe dominante e os trabalhadores e, por isso, conforme a sua composição poderia favorecer a um ou a outro.

Dessa maneira, entre os anos de 1978-9 são realizadas discussões a respeito do Partido dos Trabalhadores, inclusive com a produção de alguns documentos importantes que antecedem a existência formal do partido. E, em 1980, nasce oficialmente o PT.

Como dissemos anteriormente, as primeiras iniciativas de formação de uma organização política dos trabalhadores não ocorreram sem grandes embates e oposições.

De um lado, o próprio regime político brasileiro, dominado por militares e respaldado pela burguesia, especialmente a financeira, não admitia a estruturação de um novo partido. Uma maior abertura, nesse sentido, apenas se consolidaria nos anos 1980. Por outro lado, a própria esquerda brasileira desconfiava de uma nova organização que se autoproclamasse representante dos trabalhadores.

O Partido Comunista Brasileiro foi, por exemplo, um forte opositor da formação do PT. Anteriormente já tecemos alguns comentários sobre esta questão. Importante, agora, é indicar que o PCB, ao defender arduamente uma política de “frente” contra a ditadura, pela democracia, entenderá que o Partido dos Trabalhadores poderia levar à perda das conquistas alcançadas até aquele momento. Assim, “o PCB buscará constantemente esvaziar o debate acerca do PT e indicar o caminho, a seu ver, mais correto” (SANTANA, 2001, p. 199).

Diante desta postura, o PCB vai “cada vez mais se vinculando aos setores conservadores do movimento sindical e distanciando-se de sua parcela mais ativa e viva” (SANTANA, 2001, p. 209).

Segundo Santana (2001), o resultado desta linha de ação será a derrota do partido em termos de hegemonia e representatividade. É justamente nesta lacuna deixada pelo Partido Comunista que o PT penetrará de maneira contundente no cenário político brasileiro.

Antes de prosseguirmos com a análise de alguns documentos elaborados anteriormente à fundação oficial do PT, que resultaram de discussões a respeito das possibilidades de formação do partido, acreditamos ser necessário levantarmos, de maneira breve, algumas questões relativas às transformações que vinham ocorrendo no âmbito da esquerda socialista mundial. Nossa intenção será ressaltar a influência destas transformações na esquerda brasileira e, especialmente, no processo de constituição do Partido dos Trabalhadores.

Até meados do século XX, a maior parte da esquerda socialista mundial seguia, de maneira firme e disciplinada, as determinações da Internacional Comunista (IC), sendo esta, por sua vez, dominada pelo partido comunista soviético (PCUS). Nesse contexto, as concepções stalinistas do socialismo em um só país e, conseqüentemente, da necessidade de toda esquerda mundial de trabalhar, prioritariamente, para defender a “pátria do socialismo” eram predominantes.

Porém, no final dos anos 1950, por ocasião do XX congresso dos PCUS, uma série de graves denúncias contra o regime stalinista fizeram estremecer as bases da IC. A própria ideia de que a União Soviética era, de fato, socialista foi, a partir de então, motivo de grandes debates.

Os partidos comunistas de todo mundo não ficaram indiferentes à publicização dos crimes cometidos por Stalin e pelo PCUS. Dessa forma, como reação às denúncias, a esquerda socialista, no mundo inteiro, passa nos anos 1960-70 por profundo processo de reformulação teórico-prática.

Um dos desdobramentos mais importantes deste processo e que mais influenciou o movimento comunista internacional foi a emergência do chamado eurocomunismo.

Ao observar os caminhos trilhados pela Revolução Russa, muitos partidos comunistas espalhados pelo mundo e, principalmente, as mais importantes agremiações de esquerda da Europa (PCF, PCI, PCE)¹⁹ passam a combater de maneira contundente a falta de liberdade política existente no regime soviético. Mas, por outro lado, reconhecem os avanços conquistados na esfera econômica e entendem que a economia foi socializada na União Soviética sem que ocorresse a correspondente socialização no âmbito da política.

A partir desta ideia geral, os mais importantes partidos de esquerda da Europa, e muitos outros influenciados por eles, passam a combater o próprio “modelo” de revolução que se realizou na União Soviética e, também, o conceito de socialismo elaborado e efetivado pelo PCUS.

Por um lado, estas organizações rejeitavam a ideia de uma revolução violenta, de um “assalto ao poder”, por outro, entendiam que o socialismo apenas poderia ser construído tendo como base insuperável a democracia. “Para os eurocomunistas, o caminho para o socialismo deve ser pacífico, gradativo, sem rupturas e, por consequência, profundamente democrático.” (TONET; NASCIMENTO, 2009, p. 96).

¹⁹ Partidos comunistas da França, Itália e Espanha.

Enrico Berlinguer, um dos mais destacados teóricos do eurocomunismo, afirma que:

A democracia é hoje não apenas o terreno no qual o adversário de classe é obrigado a retroceder, mas é também o valor historicamente universal sobre o qual fundar uma original sociedade socialista. E, precisamente por ser universal, o valor da democracia não se limita a áreas geográficas. (BERLINGUER apud COUTINHO, 1984, p. 18-19).

Verificamos, então, que, diante das denúncias feitas contra o regime soviético e da constatação de que todas as experiências socialistas decaíram para alguma forma de autoritarismo, a esquerda em todo mundo dedica-se a uma defesa apaixonada dos valores democráticos. A democracia é “canonizada”, sendo colocada como ideal supremo a ser buscado.

No Brasil, o ensaio “Democracia como valor universal”, de Carlos Nelson Coutinho (1984), pode ser considerado como um marco inicial desta nova maneira da esquerda pensar a democracia. No caso brasileiro, é importante também lembrar que vivíamos, nos anos 1970, em um governo militar de restrição dos direitos civis, o que influenciou, decisivamente, a maior difusão das concepções eurocomunistas no interior da esquerda nacional.

O Partido dos Trabalhadores nascerá em meio a esta conjuntura de “canonização” da democracia.

Nesse contexto, já em seu momento genético, podemos identificar algumas contradições que serão marcantes em toda a história do partido.

O PT se posicionará como um partido socialista, mas lutará a todo instante para não ser identificado com o bolchevismo e o socialismo real. Por outro lado, também não se aprofundará nas obras de Marx ou de qualquer outro teórico socialista para definir um conceito. Haverá, desde o início, uma grande imprecisão nos documentos e obras teóricas petistas acerca da ideia de socialismo.

Também observamos, em vários documentos do partido, muitas referências à democracia. Mas, não é possível distinguir, de maneira clara, nos primeiros documentos, se esta é um meio para o socialismo ou um fim em si mesma. Qual a relação entre esses dois conceitos

(socialismo e democracia)? Esta foi uma questão a qual a produção teórica do partido sempre se mostrou insuficiente para resolver.²⁰

As concepções eurocomunistas estiveram presentes em toda trajetória do Partido dos Trabalhadores. Porém, podemos também observar que, em seus momentos iniciais, uma série de agrupamentos comunistas mais radicais estavam presentes no partido e, de alguma maneira, disputavam a hegemonia dentro do PT. E tais grupos, inclusive, influenciaram fortemente os primeiros documentos e produziram um relevante número de obras teóricas.

Passemos, agora, a analisar, um pouco mais de perto, todos esses conflitos que já se manifestavam nos documentos e discussões anteriores à fundação oficial do partido. Tentaremos, assim, identificar os elementos importantes que, ao se desenvolverem, explicitarão a contradição fundamental por nós aqui estudada, ou seja, aquela contradição existente entre a centralidade da subjetividade, que se materializa em uma hiper-valorização da política como campo resolutivo dos problemas sociais, e a centralidade da objetividade, presente em uma perspectiva de que o mundo do trabalho seria a esfera privilegiada para qualquer proposição de transformação radical da sociedade.

Segundo Keck (1991), a ideia de fundação de um partido político dos trabalhadores foi levantada pela primeira vez em janeiro de 1979, a partir do Encontro de Metalúrgicos do Estado de São Paulo, em Lins.

Neste evento, foi aprovado um documento, anteriormente discutido com trabalhadores de Santo André, que lança as bases para a futura formação do PT: a Tese de Santo André-Lins.

Ao analisar este escrito, podemos observar como tanto as influências do eurocomunismo quanto a intenção de se afastar do bolchevismo já estão presentes, de maneira marcante, nas primeiras discussões que originarão o Partido dos Trabalhadores. Contudo, em algumas passagens também identificamos algumas ideias e propostas que poderíamos apontar como sendo herdeiras de uma tradição propriamente revolucionária.

Já no primeiro parágrafo do documento, afirma-se a necessidade, por parte dos trabalhadores, de conquistar o poder político. Esta conquista é prioritária na medida em que, submetidos a um

²⁰ Mais adiante voltaremos a estas questões. Na medida em que analisaremos os documentos e obras teóricas do partido, discutiremos os conceitos de socialismo e democracia do PT.

“governo de padrões”, os trabalhadores não podem experimentar nenhum avanço social, pois:

Enquanto vivermos sob o capitalismo, este sistema terá como fim último o lucro, e para atingi-lo utiliza todos os meios: da exploração desumana de homens, mulheres e crianças até a implantação de ditaduras sangrentas para manter a exploração. (PT, 1999 p. 47).

Entende-se, portanto, que substituindo um governo da classe dominante por outro, mais comprometido com as causas sociais poderíamos caminhar para uma superação deste sistema que tem como fim último o lucro.

Um parágrafo abaixo lemos ainda:

A história nos mostra que o melhor instrumento com o qual o trabalhador pode travar esta luta é o seu partido político. Por isso, os trabalhadores têm que organizar os seus partidos que, englobando todo o proletariado, lutem por efetiva libertação da exploração (PT, 1999 p. 47).²¹

Assim, inferimos que a conquista do Estado deve acontecer por meio do partido político e, portanto, dentro das regras do jogo democrático. Tal como os eurocomunistas, a ideia, neste primeiro documento que inicia efetivamente as discussões acerca da formação do PT, é a de que o Estado não precisa ser destruído, mas seria necessário, e possível, modificar sua estrutura de classe.

Desse modo, a estratégia que se delineia já nos primeiros textos que tratam da formação de um Partido dos Trabalhadores é a mesma que vinha sendo defendida pela esquerda mundial àquela época, a saber: a de ocupar o Estado para colocá-lo a serviço da classe trabalhadora, sem rompimento com a legalidade democrática.

No mesmo documento, quando são levantadas algumas propostas de ação, por dois momentos fala-se de uma “democracia operária”. Diz-se que os órgãos sindicais, bem como o futuro partido devem se pautar por este tipo de exercício do poder. Entretanto, este

²¹ Todas as citações referentes aos documentos oficiais do PT, daqui para frente, são retiradas de uma reunião de textos oficiais do partido publicada pela Fundação Perseu Abramo, em 1998.

conceito de democracia operária não está bem definido. Mas, no decorrer do texto, podemos concluir que se trata de uma igualdade na participação, discussão, e tomada de decisões no interior destas agremiações.

Podemos, ainda, destacar neste texto uma passagem que, contraditoriamente ao que foi visto acima, defende a não prioridade da ação no âmbito das instituições políticas vigentes. Nesse sentido, lemos que o Partido dos Trabalhadores não pode ser;

Um partido eleitoreiro que, simplesmente eleja representantes na Assembleia, Câmara e Senado, mas que, além disso e principalmente, seja um partido que funcione do primeiro ao último dia do ano, todos os anos, que organize e mobilize todos os trabalhadores na luta por suas reivindicações e pela construção de uma sociedade justa sem exploradores nem explorados. (PT, 1999 p. 48).

Esta contradição entre uma postura que enfatiza uma atuação dentro das instituições democráticas em busca da conquista do poder político e outra que se orienta para a organização das massas e das lutas dos trabalhadores permeará toda a vida do Partido dos Trabalhadores, teórica e prática, até meados dos anos de 1980, quando a busca por vitórias eleitorais tornar-se-á predominante no cotidiano do PT.

Outros documentos, também anteriores à fundação oficial do partido, expressam esta mesma contradição. São eles: A Carta de Princípios, de maio de 1979; Declaração Política, de outubro de 1979; e a Plataforma Política e Normas Transitórias, de outubro de 1979.

Na Carta de Princípios, lemos que o PT “buscará apoderar-se do poder político e implantar o governo dos trabalhadores, baseado nos órgãos de representação criados pelas próprias massas trabalhadoras com vistas a uma primordial democracia direta.” (PT, 1999 p. 53). Mas, por outro lado, expõe-se que “o PT proclama que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão a seu objetivo maior, que é o de estimular a aprofundar a organização das massas exploradas” (PT, 1999 p. 53).

Outro ponto a ser destacado neste texto é que verificamos várias alusões à democracia. Em alguns momentos ela é qualificada e em outros não. Aparece como democracia formal e parlamentar, sendo esta fruto do pacto das elites; democracia direta, que é a que provém das massas; democracia plena, desejável pelo partido; ou simplesmente

democracia, que é conceituada como sendo “participação organizada e consciente”.

Pontuemos dois elementos importantes para nossa discussão que estão presentes neste documento.

Pela primeira vez aparece, em um escrito que discute a formação do PT, o termo socialismo. Quando se defende a democracia plena, justifica-se esta defesa afirmando que “não há socialismo sem democracia e nem democracia sem socialismo” (PT, 1999 p. 54).

Mais uma vez, podemos observar a forte influência do movimento comunista internacional na gênese do Partido dos Trabalhadores aqui no Brasil. Canonização da democracia, em oposição ao autoritarismo stalinista, e o entendimento de que o Estado pode ser utilizado em favor dos trabalhadores, são dois aspectos fundamentais da esquerda mundial que, como estamos vendo, estão presentes no PT desde a sua concepção.

Na Declaração Política nos deparamos novamente com a dicotomia entre a atuação político-institucional e organização das massas no mundo do trabalho.

De uma mão, diz-se que o PT surge como uma verdadeira necessidade de

[...] conquistar a política como atividade própria das massas populares, que desejam participar, legal e legitimamente, de todas as esferas de poder na sociedade, não apenas nos momentos de lutas eleitorais, mas também e principalmente nos momentos que permitem, a partir de sua prática no dia a dia a construção de uma nova concepção de democracia com raízes nas bases da sociedade e sustentada pelas decisões das maiorias. (PT, 1999, p. 56).

De outra mão, lemos que “o PT luta para que todo poder econômico e político venha a ser exercido diretamente pelos trabalhadores, única maneira de pôr fim à exploração e à opressão.” (PT, 1999 p. 56).

Neste último trecho, o documento vincula o poder político ao poder econômico exercido pelos trabalhadores e aponta que somente estando estes organizados de forma livre na produção poder-se-á por fim à exploração e à opressão.

Mas, em uma outra passagem, voltamos novamente à defesa da legalidade democrática. Nesse sentido, o texto nos indica que “o

Movimento pelo PT reivindica, no entanto, o direito democrático de se constituir como partido legal [...] Não há democracia sem liberdade de organização política e a organização política é um direito de todos”. (PT, 1999 p. 57).

Aqui, também, verificamos algumas referências à democracia sem, com isso, tornar o conceito mais claro. Afirma-se que as massas populares, em sua prática cotidiana, devem construir uma “nova concepção de democracia”. Mais adiante, o escrito aponta o PT como órgão que criará as condições para a luta pela “democratização real” da sociedade.

Para tanto, o partido deve fundar-se em uma estrutura interna democrática, apoiada em decisões coletivas e colegiadas.

Participação e decisão são os dois termos que melhor traduzem o conceito de democracia exposto pelo PT até agora. No entanto, a ideia petista de democracia ainda não tem nada de novo em relação à concepção moderna burguesa predominante. Mais adiante voltaremos a esta questão.

Na Plataforma Política, vale destacar que alguns itens ali presentes têm um forte caráter anticapitalista, e a luta por tais conquistas não poderia ser entendida separadamente de uma batalha pela própria superação do capital. Dentre estes pontos, podemos ressaltar os seguintes: erradicação dos latifúndios improdutivos e distribuição de terras aos trabalhadores sem terra; estatização generalizada dos meios de produção e de todas empresas estrangeiras e dos bancos; controle popular dos fundos públicos; legalização das comissões e delegados de fábrica etc.

Antes de passarmos para o exame de um outro momento do PT, é importante frisarmos que todos esses documentos que antecedem a sua fundação foram elaborados a partir de discussões e debates que ocorreram fundamentalmente no meio operário. Os trabalhadores da indústria e seus representantes sindicais foram os principais responsáveis por conceber e realizar o PT. A Tese de Santo André-Lins nasce de um congresso de operários de São Paulo. A Carta de Princípios é constituída por um comitê composto por sindicalistas atuantes, sendo alguns já antigos militantes da esquerda histórica brasileira. Foram eles: Paulo Skromov, Jacó Bittar, Henos Amorina e Wagner Benevides, todos trabalhadores do setor produtivo.

Também é importante chamarmos a atenção para o fato de que o Partido dos Trabalhadores, antes mesmo do seu nascimento formal, já era palco de enormes contradições e lutas internas que colocavam em confronto duas concepções diferentes em relação à estratégia e à ação

políticas. Uma vertente, sob a influência do eurocomunismo, coloca a ideia de que seria necessário lutar, de forma prioritária, pela conquista do poder estatal e, a partir daí, implementar mudanças estruturais, e esta ideia é defendida e vista como único caminho para a transformação radical da sociedade.

Outra vertente sinaliza que a luta parlamentar é secundária e considerada subordinada às ações junto aos movimentos sociais e, sobretudo, nos sindicatos, tendo a classe operária como condutora do processo de construção de uma nova sociedade.

Passemos, a partir de agora, a analisar como, ao longo dos anos 1980, um destes pontos de vista vai se desenvolver e se tornar dominante, enquanto o outro não passará de uma possibilidade, que se abriu na gênese do partido, mas que nunca se realizou enquanto política predominante no interior do PT. Veremos, também, como o predomínio de uma destas perspectivas, ao fim de sua trajetória, irá excluir, novamente, os trabalhadores das lutas políticas de resistência ao capital.

Antes, contudo, é importante indicarmos que este movimento, no qual certa posição teórica e prática torna-se predominante, deveu-se fundamentalmente a fatores objetivos. Ou seja, a própria realidade de uma determinada fase do desenvolvimento capitalista é que colocou limites e possibilidades para a ação política dos trabalhadores neste momento histórico que passaremos a analisar. Por isso, é justamente nesta realidade que devemos buscar, prioritariamente, a explicação para a trajetória do Partido dos Trabalhadores e não em questões predominantemente subjetivas.

O que tentaremos argumentar, então, é que faltavam nos anos 1980 certas condições objetivas para a formação de um partido efetivamente revolucionário. E estas limitações podem ser verificadas não só no âmbito nacional, mas também no cenário mundial. É justamente nos anos 1980 que nos deparamos com uma pesada ofensiva do capital contra o mundo do trabalho que repercutirá, de forma negativa, em todas as suas organizações. Inclusive, é claro, nos partidos políticos que se pretendem defensores de seus interesses. Vejamos isso mais de perto.

CAPÍTULO 5 O PT E A DIALÉTICA ENTRE AS CONDIÇÕES OBJETIVAS E SUBJETIVAS NO INÍCIO DE SUA TRAJETÓRIA

No capítulo anterior, analisamos as condições objetivas, mais gerais, dentro das quais o Partido dos Trabalhadores emergiu como representante dos trabalhadores no cenário político nacional. É importante lembrarmos que destacamos a crise estrutural do capital, iniciada nos anos 1970, nesta análise. Agora tentaremos fazer alguns apontamentos acerca de como o desdobramento desta crise, nos anos 1980/90, exerceu um papel decisivo na subjetividade do movimento dos trabalhadores, determinando, inclusive, a própria forma de ser do PT.

Aqui, no entanto, nos limitaremos, por um lado, a indicar como algumas transformações significativas na economia capitalista, que, por sua vez, podem ser entendidas como desdobramentos da reestruturação produtiva comentada acima, tiveram um forte impacto na subjetividade da classe trabalhadora e, por outro lado, faremos uma exposição sucinta das consequências destes impactos que, a nosso ver, são perceptíveis nas mudanças ocorridas nas concepções teóricas, sobretudo no que diz respeito ao conceito de trabalho e que terá incidência direta na ideia de luta de classes, e suas consequências na prática política das organizações de esquerda.

Começemos, então, apontando alguns aspectos da tentativa, realizada pelo capital, de recuperação das taxas de lucro em meio à crise iniciada nos anos 1970 e que, posteriormente, vão se demonstrar decisivos para a compreensão das transformações subjetivas da classe operária.

Em outro momento já fizemos alusão ao processo de reestruturação produtiva e à inserção de novas tecnologias na fabricação de mercadorias. Agora gostaríamos de destacar que, a partir da década de 1970, o capitalismo não encontrará mais saídas para suas crises, de maneira que possa reequilibrar o ciclo econômico, possibilitando um novo período de acumulação fundamentado na esfera produtiva.

Há, dessa forma, a necessidade de criar novos “espaços” de valorização. Verificamos que na busca de condições mais favoráveis para a valorização produtiva do capital a URSS, os países em sua zona de influência e a China são reincorporados ao sistema capitalista global. E isso não ocorre sem uma acentuada exploração do trabalho e um consumo predatório do meio ambiente, facilitados pelo caráter autoritário de tais sociedades que não possuíam movimentos relevantes de oposição ao Estado.

Porém, a principal “válvula de escape” para o capitalismo e a que desencadeou as consequências mais importantes e duradouras para o sistema como um todo foi o processo contínuo de “financeirização” da economia.

Assim, o mais importante “espaço” de valorização do capital, desde os anos 1980, e, mais efetivamente, na década de 1990, tem sido o mercado financeiro. Este cumpre o papel de buscar, manter e ampliar a lucratividade com o capital excedente que os capitalistas não conseguem aplicar na esfera produtiva (SANTOS, 2007).

Vemos, então, que quando os limites do capital, que se impõem nos últimos 30 anos do século XX, não podem mais ser superados a partir da base produtiva, a saída é a criação de capital fictício e a consequente desregulamentação do sistema financeiro. Há, aqui, uma acumulação de títulos que são “sombras de investimentos” já feitos na produção que, na forma de títulos de bônus e ações, aparecem com o aspecto de capital aos seus detentores.

Mas, seu caráter fictício revela-se em situações de crise como a de 2008/09. Percebe-se que estas quantias nunca tinham existido como capital propriamente dito (CHESNAIS, 2008).

O que notamos, enfim, é que em conjunturas de sobreacumulação permanente, recuo das taxas de lucro e aumento da composição orgânica do capital, as decisões de investimento tendem cada vez mais para a acumulação fictícia. Isto resultou em uma nova característica do capitalismo pós anos 70. Os grandes grupos econômicos passam a reproduzir seu capital de forma produtiva e, também, fictícia. Ou seja, o excedente gerado na esfera produtiva é aplicado, em grande medida, em atividades financeiro-especulativas, que nesta nova configuração do capitalismo torna-se a forma mais eficaz de aumentar os lucros.

A financeirização da economia é de tal importância para a atual forma de ser do sistema que David Harvey, tratando de todo processo de reestruturação do capital com sua flexibilização da estrutura produtiva, chega à seguinte conclusão:

Estou, portanto, tentando a ver a flexibilidade conseguida na produção, nos mercados de trabalho e no consumo antes como resultado da busca de soluções financeiras para as tendências de crise do capitalismo do que o contrário. Isso implicaria que o sistema financeiro alcançou um grau de autonomia diante da produção real sem

precedentes na história do capitalismo, levando este último a uma era de riscos financeiros igualmente inéditos. (HARVEY, 1993, p. 181).

Na atual fase do modo de produção capitalista, o sistema financeiro aparece, para os homens, como fonte inesgotável de produção de valor.²²

Neste quadro, pintado aqui ao estilo impressionista, gostaríamos de destacar um processo importante para nosso estudo. Trata-se da conquista da hegemonia econômica e política por parte da burguesia financeira. E, com isso, podemos observar que as grandes instituições financeiras, dos anos 80 e 90, passam a definir caminhos e ditar regras na estrutura econômica do capitalismo global.

Esta nova aparência do capital irá causar confusão nas organizações ligadas aos trabalhadores e, especialmente, naquelas que historicamente defendiam a superação do capital e a luta pelo socialismo. A ideia de que, atualmente, a acumulação de capital teria como eixo central o mercado financeiro, e não mais a produção de mercadorias, criou a falsa imagem de que o trabalho já não seria a categoria fundamental da sociedade capitalista em sua nova fase e que, portanto, os trabalhadores já não eram tão essenciais para o capital. Nesse contexto, os trabalhadores não representariam mais a classe revolucionária. As transformações radicais, necessárias para se construir uma sociedade melhor, deveriam ser feitas por outras classes.

Seguindo outro caminho, muitos intelectuais, que ainda defendiam a superação do capitalismo, afirmavam que os trabalhadores continuavam a ser o pilar de sustentação do sistema. No entanto, para estes pensadores,²³ a nova realidade impôs uma ampliação do conceito de trabalhador.

Acreditamos que ambas as ideias têm enormes impactos para as organizações dos trabalhadores e para a luta pelo socialismo. E, posteriormente, veremos como estas perspectivas também refletirão na forma de ser do Partido dos Trabalhadores aqui no Brasil. Por enquanto, passemos a entender como estas transformações do sistema capitalista, ocorridas a partir dos anos 70, influenciaram o debate e a prática na esquerda, vista em uma perspectiva mais ampla.

²² Isto, no entanto, é apenas uma aparência, pois a economia política clássica já nos deixou a lição de que o valor é resultado da produção material, ou seja, da ação do homem sobre a natureza que tem o trabalho como base fundamental.

²³ Mais adiante trataremos de alguns deles.

Nosso ponto de partida agora é a ideia, já citada acima, de que, além das mudanças observadas no âmbito da objetividade, percebemos também que, na esteira destas mudanças, ocorreram profundas transformações na subjetividade da classe operária. Sindicatos, partidos e demais órgãos de representação do proletariado foram, em sua maioria, cedendo à ofensiva capitalista até a sua incorporação plena às engrenagens do sistema.

A nova realidade pode ser resumida como sendo um momento: a) de ampliação de um desemprego estrutural, deixando pouco espaço para as reivindicações dos trabalhadores; b) de inserção de novas tecnologias na produção; c) de ascensão do mercado financeiro como aparente base fundamental da economia capitalista. Estas características, juntas, criavam a falsa imagem de que o proletariado, por exercer atividades manuais, poderia ser facilmente substituído, o que resultou em uma significativa diminuição das atividades dos organismos de representação dos trabalhadores e a adoção, por parte destes, de uma perspectiva de integração ao capitalismo.

Todo este quadro produziu em muitos ciclos intelectuais a sensação de que estaríamos passando por um período de transição, ao qual o ponto final seria o fim da “sociedade do trabalho”.

É importante que nos detenhamos, neste momento, nesta questão. Por que pensamos que as concepções de que o trabalho, enquanto produção material, não seria a categoria central do mundo dos homens ou que o processo de trabalho não estaria restrito ao proletariado, mas abarcaria um sem número de outros atores e atividades, influenciaram, de maneira incisiva, a maioria das organizações de esquerda que emergiram a partir da década de 1980.

Ambas as ideias têm como uma de suas consequências principais a negação do proletariado como sujeito fundamental das transformações revolucionárias da sociedade. Ao não considerar sua centralidade ontológica não se pode reconhecer a centralidade política da classe operária.

Segundo Lessa (2007b), há um duplo movimento, no campo teórico, de contestação do trabalho como categoria fundante do ser social. Há, conforme este autor, dois “adeuses ao proletariado”.²⁴

²⁴ Para o professor Sérgio Lessa, o primeiro “adeus ao proletariado” ocorre entre os anos 1950-70 e, o segundo, a partir da década de 80. Estes dois momentos de produção teórica, inclusive na esquerda, são caracterizados por uma incompreensão das teses marxistas das relações entre trabalho material/imaterial e produtivo/improdutivo. Tais equívocos conduzem muitos autores a concluir pelo fim da sociedade do trabalho ou pela diminuição da importância desta atividade na constituição da sociedade.

Embora existam muitas diferenças entre os principais autores em cada momento há, também, alguns traços de continuidade. Dentre estes podemos destacar a crença de que a ciência e a tecnologia tornaram-se a força produtiva mais importante e que, por isso, os próprios quadros de controle e planejamento nas fábricas deveriam ser identificados como trabalhadores. E, em uma ampliação desta ideia, o proletariado termina por ser identificado com o conceito de trabalhador assalariado. Como consequência, as classes sociais já não podem ser pensadas a partir da matriz teórica marxiana, tendo em vista que esta já não responde aos novos desafios postos pela produção capitalista.²⁵

Retomemos as discussões mais importantes feitas até aqui para avançarmos na compreensão de aspectos importantes da história do Partido dos Trabalhadores.

Para montarmos um quadro satisfatório das condições objetivas e subjetivas presentes na formação e desenvolvimento do PT, é importante que tenhamos em mente a crise estrutural do capital e as respostas dadas a esta crise. Devemos lembrar que a base de sustentação deste processo de reação do capital foi o avanço tecnológico, especialmente das tecnologias informacionais.

A forma de ser da esquerda, em geral, também não pode ser entendida sem atentarmos para outro conjunto de questões que giram em torno do fim do socialismo real.

Em meio à implantação de um novo padrão de acumulação, representado pelo modelo produtivo toyotista, e a grave crise de identidade da esquerda, nos anos 1980-90, outro elemento traz ainda mais complicações para este cenário: as teorias que proclamam o fim do trabalho, ou que afirmam que o mundo do trabalho tem uma nova configuração, caracterizada pela centralidade do trabalho imaterial (engenheiros, cientistas, técnicos em geral etc.).

Soma-se a tudo isso algumas especificidades do contexto social brasileiro que se apresentaram como fundamentais para delinear as principais orientações teórico-práticas da esquerda nacional, inclusive do PT.

Em primeiro lugar, a ditadura civil-militar possibilitou a união de variados setores da sociedade, com suas ideologias e concepções de mundo diversificadas, em torno da luta por direitos democráticos. Por outro lado, a representatividade, quantitativa, da classe operária era, ainda, muito restrita até os anos 1980, se levarmos em consideração a

²⁵ Para um maior aprofundamento neste assunto ver: *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*. (LESSA, 2007b).

população total do Brasil. E o agravante desta situação era que o proletariado urbano estava concentrado especialmente no centro-sul. Verifica-se, também, que a ofensiva do capital contra os trabalhadores (mecanização, precarização, terceirização etc.) teve sérias repercussões por aqui. E um dos mais importantes resultados deste processo foi justamente a cooptação de sindicatos ou pelo menos a perda do caráter agressivo que estes possuíam até o fim da década de 1970.

A partir de tudo isso que descrevemos acima e tendo em mente à formação do PT e seus primeiros anos de vida, tratados no capítulo anterior, podemos sugerir algumas conclusões que podem nos ajudar a entender melhor a trajetória do partido.

O regime autoritário efetivado no Brasil, fundamentado em grandes restrições aos direitos civis e políticos, juntamente com a observação, no plano internacional, da existência de ditaduras igualmente restritivas nos países do chamado bloco socialista determinaram o florescimento de um modelo de raciocínio político na esquerda que, como já citamos anteriormente, “canonizava” a democracia e, inclusive, afirmava convictamente o valor geral dos direitos democráticos e a necessidade de consideração destes para fundamentar a construção do socialismo no país.²⁶ Estas ideias e a necessidade de se afastar das experiências autoritárias da maioria dos partidos comunistas moldaram a própria forma de ser do Partido dos Trabalhadores. A democracia interna foi uma prática que diferenciava esta agremiação de todas as outras do país, tanto as de esquerda quanto as de direita. Esta “inovação” apresentava-se como uma importante virtude de uma organização que se pretendia socialista. E, de outra mão, a produção teórica também era marcada por uma defesa incansável dos valores democráticos. Mas, é importante registrar que sempre existiram correntes minoritárias que, ou pela proximidade a uma concepção “marxista leninista” ou por uma leitura mais fiel dos autores clássicos do socialismo, contestavam, dentro do partido, esta “canonização” da democracia.

Igualmente importante para a conformação do PT foi o número reduzido, e concentrado em uma região, do proletariado urbano. Para a estruturação de um partido propriamente dito (dentro dos moldes legais estabelecidos), era fundamental que possuísse filiados, militantes e simpatizantes em praticamente todo território nacional e, com isso, obter os índices eleitorais mínimos exigidos pela legislação vigente. Só assim

²⁶ No próximo capítulo, ao tratarmos de alguns dos teóricos mais importantes do PT, voltaremos a essa questão e a discutiremos de forma mais aprofundada.

a existência legal seria garantida. Esta realidade contribuiu para que o partido aqui estudado fosse impelido a compor alianças com outras classes sociais mais conservadoras.

Além de tudo isso, verificamos, também, que as concepções teóricas que identificavam trabalho com atividade assalariada retiraram do proletariado a sua posição de sujeitos primordiais da transformação revolucionária da sociedade.

Assim, para garantir sua existência legal e, ao mesmo tempo, se ajustar a um novo momento da produção capitalista, do qual a alta tecnologia e a financeirização da economia são características fundamentais, o PT, tal como aconteceu com muitas outras organizações de esquerda mundo afora, assimila um conceito ampliado de trabalho e de trabalhador.

Em um texto que expõe e comenta documentos do partido, Gadotti e Pereira, tratando do processo de formação do PT, afirmam que:

O PT é de TODOS OS TRABALHADORES comprometidos com o sonho (porque não?) de uma sociedade no mínimo mais justa e igualitária: operários, camponeses, estudantes, jovens, velhos, padres, comerciantes, mulheres, donas de casa, artistas, professores, médicos [...] Partido da classe trabalhadora. Não só do operariado urbano. (GADOTTI; PEREIRA, 1989, p. 16).

Em outra passagem, discutindo a ideia de socialismo, tendo como base um documento do partido de 1983, os autores apontam que o trabalhador no processo de descoberta do seu conceito próprio de socialismo, ao qual o partido seria o portador, foi fundamental à

[...] ampliação, desde as origens do partido, do conceito de trabalhador desmistificando primeiramente as distancias impostas, às vezes impregnadas no marco da luta, entre o trabalhador braçal e o intelectual, assim como o militante, o camponês, o estudante etc., [...] É pela decantação necessária e urgente desse conceito tão rico que deve começar a compreensão de socialismo e de suas possibilidades históricas no seio da classe. Porque se começa exatamente com um novo e fundamental entendimento sobre o próprio sujeito

que deve construir o socialismo. (GADOTTI; PEREIRA, 1989, p. 87-88).

Citamos aqui estes autores pelo fato de entender que este era o pensamento corrente no partido, no interior do qual ambos os teóricos militavam. Poderíamos nos estender em citações de intelectuais e dirigentes do partido que propõe esta ampliação do conceito de trabalhadores. Mas, muitos pensadores não vinculados ao partido também entendem que a identificação entre trabalhador e assalariado foi uma virtude do PT. Cláudio M. Batalha, importante pesquisador dos movimentos operários no Brasil, analisando o sucesso eleitoral do PT, nos anos 1990 e em 2002, vê como uma virtude o fato de que, no Partido dos Trabalhadores,

[...] a ampliação de sua base política e eleitoral ocorreu através de um alargamento da noção de quem eram os trabalhadores que o partido representava. Essa mudança de concepção conduziu à incorporação dos assalariados de modo geral (com particular penetração entre o funcionalismo público), de setores de classe média e mesmo de – inicialmente poucos – empresários. (BATALHA, 2003, p. 12).

Os reflexos desta ampliação do conceito de trabalhador na prática partidária e na escolha de candidatos podem ser observados logo nas primeiras eleições enfrentadas pelo partido. Em 1982, de 38 candidatos do PT/SP à câmara federal, somente 06 eram operários. Já os candidatos à assembleia legislativa, do total de 67, os que se encontravam na base produtiva contavam 23.²⁷

Nas eleições de 1985, verificamos que não só os candidatos, mas também o discurso volta-se para a classe média urbana, que também era entendida como classe trabalhadora, na medida em que a maioria era assalariada. Mas, para isso, o partido deveria parecer, agora, mais aberto, menos sectário. Percebemos, então, que

[...] o fracasso de um discurso eleitoral de base classista em 1982 produziu, a partir de 1985, uma disposição para um chamamento partidário de um eleitorado mais amplo. Embora a noção de

²⁷ Meneguello (1989).

construção de uma maioria da classe trabalhadora não desaparecesse, mudou o que isso significava. Não só o seu sentido deslocou-se para uma concepção de classe em vias de se tornar organizada, como também ampliou-se a compreensão, pelo partido, do conceito de classe trabalhadora: de operários das fábricas a novas formas de organização, tanto no meio rural quanto entre trabalhadores de colarinho branco.[...] Neste contexto mais amplo, o discurso sobre cidadania e o acesso ao poder, que em 1982 havia sido subsumido pelo discurso de classe, ganhou vida própria. (KECK, 1991, p. 192).

Nas eleições subsequentes, este quadro não mudou de forma significativa. Ao contrário, a necessidade de sucesso nas urnas aproximava, cada vez mais, o partido, em seu discurso e suas práticas, das camadas médias da sociedade. Isto, acreditamos, também é decorrência da desarticulação dos sindicatos e a diminuição de suas possibilidades de luta no transcurso das décadas de 1980/90. E o partido, desse modo, torna-se o polo aglutinador das insatisfações dos mais variados matizes.

Com a redução das ações dos sindicatos e, ao mesmo tempo, com a ofensiva do capital contra o mundo do trabalho, o proletariado perde seu papel hegemônico exercido no momento genético e nos primeiros anos de vida do Partido dos Trabalhadores.

Após estas rápidas considerações acerca do contexto objetivo-subjetivo mais geral do período de formação e nos anos iniciais da história do PT, é importante analisarmos a produção teórica do partido de forma mais aproximada, entendendo-a como “reflexo” de todo este contexto e como elemento determinante das elaborações táticas e ações práticas desta organização. Além disso, compreendemos que as concepções teóricas mais importantes presentes no PT foram fundamentais na constituição da própria forma de ser do partido em sua evolução.

CAPÍTULO 6 TEÓRICOS PETISTAS E A RELAÇÃO ENTRE DEMOCRACIA E SOCIALISMO

Após termos analisado o contexto histórico existente na origem do Partido dos Trabalhadores, ao mesmo tempo em que tentávamos compreender a influência desta conjuntura na estruturação e nas práticas partidárias, gostaríamos, neste momento, de discutir algumas das concepções teóricas mais importantes do patrimônio cultural petista e que, de alguma forma, moldaram o próprio modo de ser do partido. Procuramos, então, analisar as ideias de intelectuais que se destacaram não só pela produção teórica relevante, mas também pela militância política no interior do partido. Desse modo, examinaremos alguns dos pensadores que mais contribuíram, cada um a seu modo, para constituir a visão de mundo e as formas de ação que, ao longo destes mais de 30 anos de história, formaram a identidade do PT.

Contudo, nos limitaremos, no presente texto, a tratar das ideias esboçadas pelos autores que destacaremos, relativas aos limites e possibilidades da política, e da democracia em particular, e, também, das concepções acerca do conceito e das vias de realização do socialismo.

Como já referimos acima, os autores aqui tratados estiveram ou ainda estão ligados ao Partido dos Trabalhadores. Começaremos com a filósofa Marilena Chauí, que participou, inclusive, das discussões que deram origem ao PT. Seguiremos com o pensamento de Carlos Nelson Coutinho, que formulou uma teoria que influenciou toda uma geração de ativistas de esquerda, a saber: a da “democracia como valor universal”. E continuaremos, com nossa análise, discutindo o texto “Por que Democracia?”, de um dos intelectuais mais ativos dentro do partido, Francisco C. Weffort. Por fim, focalizaremos as ideias de um pensador e político bastante conhecido no meio acadêmico e que chegou a ocupar, inclusive, o cargo de deputado constituinte pelo PT. Estamos falando do sociólogo Florestan Fernandes.

Antes de iniciarmos, porém, é importante esclarecer que as discussões que serão feitas a partir de agora não têm a pretensão de ser um estudo exaustivo das ideias destes autores. Nosso objetivo é só identificar alguns conceitos fundamentais que exerceram uma influência duradoura na história do PT e compreender como estes conceitos contribuíram para a formação e consolidação de uma perspectiva da centralidade da subjetividade no interior do partido.

6.1 MARILENA CHAÚÍ E O APELO INTERNO DA DEMOCRACIA AO SOCIALISMO

Marilena Chauí, filósofa que participou da fundação do PT, expõe algumas de suas principais ideias acerca da democracia e socialismo em dois textos que datam de 1978: “A questão democrática” e “Democracia e socialismo: participando do debate”.

De maneira geral, o que a autora tenta fazer é demonstrar a sua hipótese de que, entre a democracia e o socialismo, há um vínculo interno de tal monta que um só pode existir mediante a existência do outro. Vejamos isso mais de perto.

Discutindo a crítica do conceito de utopia presente na obra de Marx e Engels, Chauí afirma que o socialismo criticado por estes autores é utópico pelo fato de ser parcial. Ou seja, os socialistas utópicos caracterizavam-se por imaginar que uma mudança em “uma das partes da vida social e política possa trazer alterações em todas as outras” (CHAÚÍ, 2007, p. 162).

Diante disso, fazendo referência às perspectivas socialistas do século XX, aponta que todas padeceram de um duplo erro utópico. Os socialistas, que imaginavam transformar a sociedade por meio de um igualitarismo político, eram utópicos tanto quanto aqueles que pensam em mudar o mundo apenas pela socialização da propriedade.

No primeiro equívoco utópico, podemos enquadrar os reformismos de várias colorações que estiveram presentes nas formulações teóricas e práticas da esquerda, e especialmente na social-democracia, durante todo o século XX. Já o segundo erro, conforme a caracterização da autora, é característica de todos aqueles que defendem o modelo bolchevique de revolução como sendo universal.

De uma mão, há uma demasiada ênfase na política e, de outra, na economia. Democracia e socialismo foram, nesse sentido, entendidos, pela esquerda, de maneira parcial durante todo século XX. E, para a autora, seria um risco separar abstratamente estes dois conceitos (CHAÚÍ, 2007).

E estes conceitos não podem ser teoricamente separados porque “a questão do trabalho envolve não apenas a desigualdade e a divisão econômica das classes, mas também a dominação e a exploração” (CHAÚÍ, 2007, p. 168).

Aqui devemos deixar claro alguns pontos que nos ajudarão mais adiante. Podemos inferir, das afirmações da autora, que em sua visão a democracia representa uma “parte” da vida social: a esfera da política. Já o socialismo representa outra “parte”: a esfera econômica. Uma se

expressa na realização da liberdade e outra na realização da igualdade. Em uma sociedade na qual os homens possam realizar-se plenamente, estes dois polos não podem se separar e nenhum deles deve ser priorizado em detrimento de outro. E foi justamente esta priorização que conduziu ao fracasso tanto o “socialismo real” quanto a social-democracia.

Socialismo e democracia possuem, então, um vínculo que não pode ser rompido sob pena de se constituir uma sociedade autoritária ou injusta.

Toda essa discussão nos leva a sugerir que a concepção de socialismo, segundo a qual este se identifica com a igualdade no âmbito da economia, tem como consequência necessária o postulado de que, na URSS e nos países do leste europeu, o socialismo realizou-se efetivamente, no que diz respeito à produção e à distribuição dos bens. Porém, todas estas experiências não obtiveram sucesso pelo fato de que não conseguiram, concomitantemente à socialização da economia, socializar a política.

Chauí afirma, nesse sentido, que “as experiências socialistas já empreendidas evidenciam que a nacionalização, o planejamento econômico e a socialização dos meios de produção através do estado não trazem de modo imediato a socialização do poder político.” (CHAUÍ, 2007, p. 171). E, em outra passagem diz ainda que

[...] a socialização dos meios de produção não traz por si mesma a democracia socialista. Não, como pensam alguns, porque a transformação econômica não gera transformação política, mas porque a expressão ‘socialização dos meios de produção’ não carrega consigo, de modo imediato, a exigência de desfazer o abismo entre igualdade e liberdade [...]. (CHAUÍ, 2007, p. 192).

Antes de prosseguirmos, gostaríamos de sugerir uma outra interpretação do problema.

Diante do que foi exposto até aqui, podemos indicar que a autora deixa margem para que interpretemos sua concepção de socialismo como sendo um modo de relação econômica em que os meios de produção são socializados. O socialismo seria então uma organização social sem propriedade privada. Com isso, não seria ilógico afirmar que o socialismo realizou-se, de fato, em alguns países como, por exemplo, a URSS. Ou seja, no campo da economia, o leste europeu

já tinha alcançado as relações socialistas. Faltou-lhe apenas a socialização da política, em outras palavras, a democracia.

Seria, portanto, o problema de tais experiências a não socialização do poder político. Já tentamos argumentar, anteriormente, o equívoco desta compreensão. Importante, agora, é ressaltarmos que esta ideia corresponde a uma interpretação parcial do que ocorreu nos países do bloco soviético, pois não atenta para algo que é fulcral: uma transformação radical só pode ocorrer quando a estrutura fundante da sociedade, as relações de trabalho, muda.

O trabalho alienado continuou sendo uma constante no “socialismo real”. A apropriação privada da produção coletiva continuou existindo nestas sociedades. Por isso, o poder político teve que ser cada vez mais centralizado. A opressão ao trabalhador era uma realidade nestas sociedades e só aumentava na medida em que os países da “cortina de ferro” tinham a necessidade de competir no mercado internacional com as nações capitalistas.

Mas, em nosso ponto de vista, a ideia de socialismo deveria ser analisada a partir de outra linha de raciocínio.

Já apontamos anteriormente e enfatizamos agora que a questão fundamental não é a mera socialização dos meios de produção, o fim da propriedade privada. Para se pensar em um conceito de socialismo deve-se, antes de tudo, considerar a necessidade de superação das relações alienadas de trabalho. Por isso, o elemento central para a formação de uma nova sociabilidade não é simplesmente a coletivização da propriedade, mas sim a instauração do trabalho associado.²⁸

José Chasin, ao argumentar que uma das características mais importantes das relações de capital é a regência do trabalho vivo pelo trabalho morto, indica que

O que caracteriza a transição para além do capital é precisamente a inversão dos termos desta equação: trabalho vivo passa à condição de regente do trabalho morto. Mudança estrutural decisiva que não veio a ocorrer nos processos sofridos pelos países pós-capitalistas. (CHASIN, 1989, p. 15-16).

Dentro deste foco interpretativo, não podemos considerar que, na URSS e nem em qualquer outra nação, o socialismo tenha

²⁸ Já nos referimos ao conceito de trabalho associado em capítulos anteriores.

efetivamente sido realizado. Também, jamais poderíamos imaginar uma situação na qual trabalho alienado tenha sido superado em uma sociedade, sem que esta se torne, ao mesmo tempo, e necessariamente, uma ordem social na qual os homens disponham de liberdade plena, inclusive abolindo qualquer forma de exercício de poder de uns sobre os outros.

O que ocorreu na URSS e em outros lugares sob sua influência foi o fim, “por decreto”, da propriedade privada, mas a continuidade das relações de capital. Desse modo, “não ocorria, nem poderia estar ocorrendo, uma transição para o socialismo, mas um processo inusitado de formação de capital, mais especificamente, um processo de formação de capital industrial, sob gestão político-estatal-partidária.” (CHASIN, 1989, p. 17).

Em outras palavras: o chamado “socialismo real” foi o modo encontrado pelo capital de se reproduzir, de forma intensa e rápida, em sociedades não industrializadas. Por isso, não é certo que aquelas experiências sejam entendidas, nem mesmo parcialmente, como sendo de caráter socialista.

Gostaríamos, agora, de discutir a concepção de Chauí que acusa de economicismo a formulação de que a liberdade se realiza, necessariamente, na medida em que a igualdade é efetivada. Nesse sentido, afirma que “Bobbio tem toda razão ao criticar o economicismo marxista por aceitar que a democracia política se realiza apenas pela democracia econômica, pois ‘o autogoverno dos cidadãos não é o autogoverno dos produtores’” (CHAUÍ, 2007, p. 201).

Se entendermos esta relação economia-política ou igualdade-liberdade de maneira mecânica e unilateral, então, seríamos forçados a concordar com as afirmações de Bobbio e Chauí. Contudo, acreditamos que a realidade se estrutura de uma outra maneira. Analisando a obra de Marx a partir do modelo interpretativo de G. Lukács, podemos indicar que a esfera econômica, ou seja, o conjunto das relações estabelecidas entre os homens e destes com a natureza na produção e reprodução da vida, corresponde à estrutura fundamental do ser social. E esta estrutura fundamental influencia e, também, recebe influências de todos os outros complexos sociais (política, educação, ciência, direito etc.) em uma relação de “determinação reflexiva”.

Isto não significa que nesta ininterrupta interação todos os elementos tenham idêntico poder de determinar os demais. Ao contrário, pensamos junto com Marx e Lukács, que as relações sociais responsáveis pela constante produção e reprodução da vida correspondem ao “momento predominante” da existência social. E,

nesse sentido, representam o fundamento último de toda sociedade. Não há, pois, uma determinação mecânica, de mão única, mas sim um polo da relação que orienta e põe limites no decorrer do processo interativo estabelecido entre os complexos sociais.

Dentro dessa perspectiva, não enxergamos nenhuma contradição em afirmar que, ao serem superadas as relações de exploração e poder no âmbito da estrutura econômica, necessariamente ocorrerá uma transformação igualmente radical nas relações de poder como um todo e, sobretudo, no campo do poder político.

Outra concepção importante da filósofa em destaque é a de que a democracia é, atualmente, antagônica ao capitalismo. Nesta medida, a luta pela democracia representaria a luta pela superação do capital. Esta ideia é comum nas teorias, assim como na orientação prática, de grande parte da esquerda socialista no decorrer do século XX. Reconhece-se, de maneira geral, que a democracia vigente é burguesa, resultado do complexo processo de transição do feudalismo para o capitalismo que, por sua vez, terminou com a burguesia ocupando o lugar de classe dominante. Mas, por outro lado, há a crença que o aprofundamento e radicalização dos direitos democráticos podem conduzir a uma mudança qualitativa da sociedade.

Chauí, por exemplo, afirma que o sistema capitalista tem a necessidade intrínseca de, em sua prática econômica, estender a igualdade e a liberdade abstratas a todos os homens. A atual representação jurídico-política (ou seja, meramente formal) destes direitos garante a reprodução do capital sem, no entanto, ameaçar o sistema em sua totalidade.

Mas, as lutas populares para a realização concreta e ampliação dos direitos à igualdade e à liberdade têm como consequência última a luta pelo fim do próprio capitalismo, tendo em vista que este não pode realizá-las concretamente sob pena de autodestruição. Segundo a autora, apenas o socialismo pode realizar efetivamente a democracia. (CHAUÍ, 2007).

Imaginar que o socialismo, na esfera da economia, pode ocorrer sem que a liberdade o acompanhe de maneira necessária é demonstração de que o conceito marxiano de centralidade ontológica do trabalho na gênese e reprodução do mundo social não foi levado em consideração em toda sua profundidade.

Diante das discussões feitas até agora, podemos concluir que Chauí, ao refletir sobre a passagem do capitalismo ao socialismo, acentua a importância da democracia neste processo. Ela dá prioridade, em suas análises, à ação política que se desenvolveria ainda no interior

da sociedade capitalista. Dessa forma, as lutas populares deveriam se orientar para a conquista de direitos democráticos e, ao acumularem certo número de vitórias, uma mudança qualitativa ocorreria na vida social.

6.2 CARLOS NELSON COUTINHO E O VALOR UNIVERSAL DA DEMOCRACIA

Outro importante intelectual que exerceu enorme influência durante muito tempo para o Partido dos Trabalhadores foi Carlos Nelson Coutinho.

A matriz teórica que sustenta as reflexões deste autor é a obra de A. Gramsci e, mais especificamente, as interpretações eurocomunistas do pensador italiano.

Em 1979, Coutinho publica um ensaio chamado *Democracia como valor universal*. Nas décadas de 1980 e 90, o autor escreveu, ainda, várias obras que continham o desenvolvimento das teses centrais esboçadas no pequeno texto do final dos anos 70.

A partir de agora, tentaremos expor estas ideias principais juntamente com alguns de seus desdobramentos posteriores. Faremos, também, algumas indicações de conceitos que, de alguma forma, se aproximem daqueles defendidos por Marilena Chauí.

O autor, agora em discussão, apresenta como ideia central, em *Democracia como valor universal*, a afirmação de que a democracia tem um valor permanente e que, independentemente da formação social, ela se faz necessária. Assim, deve ter um papel de destaque na construção de uma teoria marxista de transição.

Nesse sentido, concorda com o político eurocomunista E. Berlinguer, quando este afirma que a democracia tem um valor histórico universal e que somente a partir dela o socialismo pode se erguer.

Em defesa de suas ideias, Coutinho discutirá a própria noção de valor, tomando como referência a filósofa Agnes Heller. Desse modo, afirmará que pode ser considerado valor os elementos que constituem o ser genérico do homem ou que contribuam para a explicitação destes elementos, ou seja, do próprio ser genérico do homem. Citando Heller, o autor afirma que “os componentes da essência genérica do homem são, para Marx, o trabalho (objetivação), a sociabilidade, a universalidade, a consciência e a liberdade” (HELLER apud COUTINHO, 1984, p. 24).

A democracia seria, então, um valor na medida em que contribui, segundo Carlos Nelson, para explicitar os componentes essenciais presentes no ser genérico dos homens (COUTINHO, 1984).

Além disso, a democracia seria universal, pois pode promover, segundo este ponto de vista, a explicitação de tais componentes em formações sociais distintas. Contudo, a demonstração destas afirmações não são encontradas no texto de Coutinho de 1979 e nem em outras obras do autor referentes ao tema. Dessa forma, a concepção de que a democracia é um elemento de explicitação do ser genérico dos homens e que é capaz de o ser em qualquer sociedade aparece como um pressuposto que tem em sua defesa apenas formulações lógicas (mais adiante veremos as raízes destas formulações). O que deveria ser demonstrado aparece como axioma.

Para o autor agora analisado, a partir da perspectiva da universalidade da democracia, seria necessário fazer uma crítica a uma relevante parte da esquerda que sempre teve uma visão instrumental com respeito aos valores democráticos. Segundo o autor, “a maioria da esquerda afirmou durante muito tempo que a democracia seria, quando muito, apenas uma etapa preliminar no caminho para o socialismo, algo a ser descartado no momento em que se desse a implantação de uma ‘ditadura do proletariado’” (COUTINHO, 2008b, p. 19).

Mas seria um erro considerar os institutos democráticos como sendo próprios da formação social capitalista. Nesta sociedade ocorre apenas uma manifestação particular de tais complexos políticos.

Por seu turno, sempre conforme o autor, esta percepção falsa da esquerda deve-se antes de tudo a uma interpretação equivocada da teoria marxista do Estado. Há, assim, uma falsa e mecânica identificação entre democracia e dominação burguesa (COUTINHO, 1984).

Na argumentação que se segue, percebemos mais claramente a filiação do autor a uma particular interpretação da obra de Gramsci.

Ainda segundo Carlos Nelson, a ideia predominante na esquerda a respeito do Estado o entenderia apenas em seu sentido restrito, ou seja, como um comitê executivo da classe dominante, a expressão e afirmação dos interesses de classe. Nesse entendimento, o poder estatal seria exercido por meio da coerção. “O Estado, assim, é um Estado de classe: não é a encarnação da razão universal, mas sim uma entidade particular que, em nome de um suposto interesse geral, defende os interesses *comuns* de uma classe *particular*” (COUTINHO, 2008a, p. 19, grifo do autor).

Em consequência desta teoria restrita de Estado, uma transformação radical da sociedade em direção ao socialismo só poderia acontecer mediante uma revolução de caráter explosivo. Desse modo, a esquerda tradicional chegaria às suas principais concepções políticas a partir do seguinte raciocínio:

De duas premissas – (a) o Estado como “comitê da burguesia” monopoliza toda esfera legal da política e (b) as leis da acumulação capitalista não permitem nenhuma concessão aos interesses da classe proletária no interior da atual sociedade –, segue-se uma conclusão: já que a forma política da luta de classe é a guerra civil, a transição ao socialismo implica uma explosão insurrecional e uma ruptura súbita e violenta com a ordem burguesa. (COUTINHO, 2008a, p. 21).

Mas, para nosso autor, esta concepção restrita, indicada acima, não pode mais dar conta da realidade concreta. Nas sociedades mais desenvolvidas, dentro das quais os trabalhadores já conquistaram certos direitos e dispõem de espaços para mais conquistas, a realidade mostra que é necessário repensar as possibilidades e limites do Estado, da política e das lutas sociais. Assim, aponta para o imperativo de uma consideração ampliada do Estado.

Entende, então, que nas sociedades mais desenvolvidas, o Estado não se restringe à defesa de interesses da classe dominante, realizada por meio da coerção. Nestas sociedades, ocorre uma constante socialização da política, emergindo daí uma “esfera pública ampliada”, uma sociedade civil dinâmica e articulada.²⁹ Nesse contexto, a sociedade civil seria o espaço da disputa pela hegemonia e estaria aberta a todos os grupos sociais, inclusive aos trabalhadores. E o grupo que conquistasse a direção e o consenso se tornaria hegemônico e, assim, poderia alcançar a dominação que seria exercida por meio da “sociedade política” (Estado em sua concepção restrita).

Podemos, então, verificar que, nesta teoria “ampliada”, o Estado não é composto apenas pela “sociedade política” (que se funda na dominação e coerção); também o compõe a “sociedade civil” (conjunto de instituições representativas dos interesses dos diversos grupos sociais e que tem como elementos essenciais a direção e o consenso).

²⁹ “Em Marx e Engels, que nisso seguem essencialmente Hegel, ‘sociedade civil’ (ou *bürgerliche Gesellschaft*) designa sempre o conjunto das relações econômicas capitalistas, o que eles também chamam de ‘base material’ ou de ‘infraestrutura’. Em Gramsci o termo ‘sociedade civil’ designa, ao contrário, um momento ou uma esfera da ‘superestrutura’. Designa, mais precisamente, o conjunto das instituições responsáveis pela representação dos interesses de diferentes grupos sociais, bem como pela elaboração e/ou difusão de valores simbólicos e de ideologias [...]”. (COUTINHO, 2008a, p. 53-54).

A esta teoria impõe-se uma nova concepção de revolução. Ao contrário de uma revolução explosiva, deve-se priorizar uma “guerra de posição”. Isto significa que o objetivo imediato seria, agora, conquistas progressivas de espaços no interior da, e por meio da, sociedade civil. Nesse sentido, Carlos Nelson Coutinho afirma que nas sociedades em que encontramos uma

relação equilibrada entre “sociedade política” e “sociedade civil”, a luta de classe tem como terreno prévio e decisivo os aparelhos “privados” de hegemonia, na medida em que essa luta visa à obtenção da direção político-ideológica e do consenso (COUTINHO, 2008a, p. 58).

Esta leitura específica do pensamento de Gramsci acentua o caráter lento e gradual do processo revolucionário. Aponta que este se inicia ainda dentro do sistema capitalista. E paulatinamente as lutas dos trabalhadores, e das classes a eles associadas, organizadas a partir de instituições da sociedade civil e, portanto, dentro da “ordem” estabelecida, acumulariam certo número de vitórias que, em dado momento, representaria uma mudança qualitativa. Emergindo daí o socialismo. Um importante teórico italiano do eurocomunismo comenta sobre este assunto: “ao aceitar a perspectiva [...] do avanço para o socialismo na democracia e na paz, introduzimos o conceito de um desenvolvimento gradual, no qual é bastante difícil dizer precisamente quando tem lugar a mudança de qualidade” (VACCA apud COUTINHO, 2008a, p. 63).

A partir das ideias destacadas até aqui, podemos identificar, nas concepções de Coutinho, uma priorização da luta política para a superação do capital. A sociedade civil, conforme esta particular leitura da obra gramsciana, seria o espaço privilegiado de construção do socialismo, e a política seria o meio de conduzir a sociedade a um processo revolucionário.

E este processo deve se estruturar, segundo o pensador em relevo, na formação de novos “sujeitos políticos coletivos”. O nascimento e desenvolvimento destes, por sua vez, estão relacionados a uma constante socialização das forças produtivas inerentes à evolução do capitalismo. Isso porque este fenômeno tem duas consequências fundamentais para a questão. De um lado, proporciona uma concomitante socialização da política e, de outro, uma diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de

mercadorias que implicaria uma redução da jornada de trabalho que, por seu turno, resultaria em uma maior possibilidade de organização popular, que lutaria, dessa forma, com mais eficácia, por uma cada vez mais ampla socialização da política.

Em suma, a socialização das forças produtivas, próprias ao desenvolvimento capitalista, necessariamente levaria, nas sociedades mais industrializadas, a uma socialização da política. Vejamos a esse respeito uma breve passagem de um texto escrito em 1982, onde o autor relaciona a contínua socialização dos meios de produção com a política:

Um outro aspecto da dinâmica capitalista – organicamente relacionado com esse – nem sempre, porém, foi percebido com a mesma acuidade: refiro-me ao que poderia ser chamado de socialização da política, ou seja, à crescente participação das massas na vida política. A história do capitalismo, se vista desse ângulo, é a história de uma crescente ampliação do número de pessoas direta ou indiretamente envolvidas em atividades políticas. (COUTINHO, 2008a, p. 74).

Uma constante socialização da política representaria, também, uma ação no sentido da ampliação da socialização do poder. O que nos levaria à superação do capital. Desse modo,

[...] o socialismo não consiste *apenas* na socialização dos meios de produção, o que se tornou possível pela prévia socialização do trabalho realizada sob impulso da própria acumulação capitalista; consiste *também* – ou deve consistir, se pretende explicitar todas as suas potencialidades – numa progressiva socialização dos meios de governar (COUTINHO, 1984, p. 29).

A partir destas últimas ideias discutidas acima, podemos, agora, tentar encontrar pontos de aproximação dos dois autores tratados aqui.

Tal como Coutinho, Chauí entende que o próprio capitalismo, em seu desenvolvimento intrínseco, cria os espaços necessários para a atuação organizada dos trabalhadores e das “classes subalternas” em geral. E, tendo como base os institutos democráticos, seria possível a superação da ordem vigente. Nesse caso, o sistema, para seu melhor

funcionamento, necessitava da universalização dos direitos à liberdade e à igualdade. Mas, estes deveriam existir apenas na forma abstrata. A luta pela realização concreta deles representaria a luta pelo fim do capitalismo, tendo em vista que a reprodução deste é incompatível com a concretização de tais direitos. Os movimentos sociais, em geral, e os partidos políticos de esquerda em especial, deveriam conduzir estas lutas, que levariam ao socialismo. Há, portanto, a ideia de que a democracia é por si, antagônica ao capital.

Ambos os autores afirmam que a constante ampliação da participação política dos movimentos sociais, dentro da lógica democrática, pode resultar em conquistas graduais que, em dado momento, levaria a uma passagem dialética em direção ao socialismo.

Os movimentos sociais, sejam eles diretamente vinculados à classe operária, sejam eles mais amplos e de cunho popular, sejam, enfim, movimentos de minorias oprimidas, podem não destruir o sistema capitalista, mas são momentos decisivos na história de sua reprodução. Quando tais movimentos chegarem a adquirir uma fisionomia revolucionária, isto é, quando tornarem inviável a reprodução do sistema, o socialismo se tornará possível. (CHAUI, 2007, p. 185).

Outra discussão importante diz respeito ao novo caráter que a democracia apresentará em uma sociedade socialista. Para Coutinho, mesmo quando ocorrer a superação do capital existirá situações em que somente com a democracia política os homens encontrarão a justa solução. Mas, esta se manifestará de maneira diferente. Seria, então, uma “democracia de massas”. E mais, segundo este autor, esta nova forma política já estaria se desenvolvendo no interior do próprio capitalismo. Sendo que os elementos desta democracia chocam-se diretamente com os interesses da burguesia.

Tal como as forças produtivas necessárias para a construção de uma nova sociedade desenvolvem-se no interior da velha, assim também acontece com a nova democracia. E esta, por sua vez, busca “eliminar o domínio burguês sobre o Estado” (COUTINHO, 1984, p. 26), a fim de que instituições verdadeiramente democráticas alcancem seu máximo florescimento.

A “democracia de massas” seria, nesta acepção, aquela que articularia as formas de representação tradicionais (parlamento) e aquelas de representação direta (partidos, sindicatos, movimentos

sociais etc.). Isto significa que tal democracia deve ser: “uma articulação organizada entre democracia representativa e democracia de base, que favoreça a projeção permanente do movimento popular no Estado, transformando-o” (INGRAO apud COUTINHO, 1984, p. 31).

Esta articulação deve ter como resultado uma síntese de várias instituições e sujeitos políticos que se orientam para a transformação social. E tal síntese tem que ser a expressão da hegemonia da classe trabalhadora.

Uma questão relevante, já comentada anteriormente, é que nesta perspectiva a hegemonia dos trabalhadores pode, e mesmo deve, ser construída antes da “plena conquista do poder estatal pelas massas trabalhadoras” (COUTINHO, 1984, p. 32).

Não voltaremos a discutir a ideia de que dentro do capitalismo é que se deve lançar os pressupostos da ação que conduzirá à edificação do socialismo. Mas, é importante frisar dois aspectos relevantes para nossa pesquisa na afirmação feita acima.

Primeiro, podemos inferir que a conquista do poder estatal é o ponto de chegada dos movimentos e lutas sociais. Assim, o socialismo estaria em vias de se realizar quando os trabalhadores, enfim, tomassem o poder político.

Segundo, as relações sociais socialistas só seriam estabelecidas na medida em que os trabalhadores obtivessem uma posição hegemônica. Isto, então, significa que os trabalhadores, por meio da ação política, harmonizariam os interesses plurais conflitantes em uma busca constante por unidade da vontade coletiva. “E essa unidade democraticamente conquistada será o veículo de expressão da dominação dos trabalhadores, a manifestação concreta de uma nova direção política do conjunto da sociedade.” (COUTINHO, 1984, p. 34).

Podemos, neste momento, afirmar que tanto Coutinho quanto Chauí, quando discutem a superação do capitalismo e a estruturação do socialismo, colocam em relevo os aspectos políticos desta transição. Em outras palavras, nossa leitura destes dois importantes autores da esquerda revela que a esfera econômica, que tem como seu pilar de sustentação o trabalho, não é acentuada como “momento predominante” da vida social e que, por isso, não poderia ser a mola propulsora desta transição.

Em seu lugar, ou dividindo igualmente a importância na fundamentação da sociedade, encontramos o complexo social da política. Nesse sentido, lemos em Coutinho:

[...] só numa democracia de massas, onde o protagonismo político passa cada vez mais para um Estado controlado pela sociedade civil e seus atores, é possível fazer com que uma política consequente de reformas de estrutura conduza gradualmente à superação do capitalismo. (COUTINHO, 2008b, p. 48).

Percebemos nos dois autores já analisados uma perspectiva teórica, com muitas implicações práticas, que prioriza a esfera política como campo resolutivo dos problemas humanos.

6.3 FRANCISCO C. WEFFORT: AMPLIAÇÃO DA DEMOCRACIA E SOCIALISMO

Francisco Weffort foi, nos anos de 1980, um dos mais atuantes intelectuais do Partido dos Trabalhadores. Sua produção teórica esteve, neste período, fortemente ligada à construção prática de caminhos para a consolidação do PT, enquanto agremiação voltada para os interesses dos trabalhadores. Com a intenção de entrar no debate acerca da relação entre socialismo e democracia e, ao mesmo tempo, propor alternativas de ação que diferenciassse o partido, tanto da direita liberal quanto da esquerda tradicional, escreve um texto chamado “Por que democracia?”.

O autor, de maneira geral, apresenta alguns pontos em comum, no decorrer do texto, com os teóricos antes discutidos.

Tal como Chauí e Coutinho, Weffort, em seu livro, faz críticas à concepção instrumental de democracia. Afirma que, no Brasil, esta ideia seria um legado de um passado autoritário da política no país. Dessa forma, a democracia foi compreendida no cenário político brasileiro como um “instrumento de poder”. Assim, “a concepção da democracia como instrumento vem, em linha direta, do privatismo conservador, *soi disant* liberal, das oligarquias da República Velha” (WEFFORT, 1984, p. 35).³⁰

Existem alguns outros pontos de contato como, por exemplo, a afirmação de que a democracia não representa apenas uma forma de dominação. Para o autor, agora em evidência, a ideia de que a democracia é um instituto especial da burguesia que garante a sua dominação é resultado de leituras mal feitas da obra de Marx. Diz ele

³⁰ Já vimos que Chauí e Coutinho também fazem esta crítica, mas voltam-se prioritariamente ao autoritarismo do pensamento e ação da esquerda.

que tal conceito era válido para o século XIX, mas nos dias de hoje isso teria mudado.

Weffort não declara abertamente, mas, nestas e outras ideias, percebemos sua filiação ao pensamento de Gramsci, seguindo o mesmo viés interpretativo de Carlos Nelson Coutinho. Neste ponto de vista, a democracia não seria mais uma forma política de dominação burguesa porque, desde o início do século XX, as conquistas populares (sufrágio universal, criação e consolidação de sindicatos e partidos políticos, diminuição da jornada de trabalho etc.) realizavam uma mudança nos próprios fundamentos dos regimes democráticos.

As sociedades modernas, nos termos do autor (ou ocidentais conforme Coutinho, a partir de Gramsci), proporcionaram um outro, e mais livre, espaço para atuação dos movimentos sociais (sociedade civil). Em consequência disso, para Weffort:

Chamar as modernas democracias europeias atuais de burguesas só é possível à custa de um enorme empobrecimento da análise e, por consequência, da perspectiva política. [...] O problema dos trabalhadores nas democracias modernas é o de conquistar a hegemonia no campo de uma democracia que consideram sua. E é assim, de fato. (WEFFORT, 1984, p. 38).

Arrematando a ideia descrita acima, lemos, ainda no mesmo texto, a afirmação de que a democracia teria se tornado, no decorrer do século XX, a “forma por excelência da rebeldia popular” (WEFFORT, 1984, p. 39).

Mostrando mais uma aproximação com o pensamento de Chauí e especialmente de Coutinho, Weffort, seguindo as interpretações eurocomunistas da obra de Gramsci, defende, no texto, a democracia como valor universal.³¹ Para ele, como para os outros, a democracia é um terreno no qual grupos que representam interesses diversos lutam pelo poder e, por isso, seria o objetivo “comum geral”. E mais, além da luta pela democracia a questão fundamental do conjunto das forças políticas representativas dos trabalhadores deveria ser o empenho na conquista da hegemonia no interior do regime democrático.

Para tornar mais clara sua argumentação, o teórico petista faz uma comparação entre as ideias de democracia e desenvolvimento. É

³¹ O autor diz “valor geral”, sendo que o sentido é precisamente o mesmo.

importante observarmos estes comentários, pois poderemos, posteriormente, inferir algumas discussões importantes das afirmações do autor.

Weffort (1984, p.60) afirma que, desde os anos 1950, a ideia de desenvolvimento econômico constitui-se um valor geral. Isto implica que, por maiores que sejam as divergências entre políticos, partidos, movimentos sociais etc., todos concordam que o desenvolvimento é fundamental para melhorar a vida de todos.³² Seria, portanto, um “objetivo que vale por si mesmo”. Para o autor:

Mais investimentos, mais empregos, melhores salários, maiores oportunidades de consumo – tudo isso vai muito além de qualquer preferência por este ou aquele sistema econômico. Temos o direito de preferir o socialismo ou o capitalismo como caminho para o desenvolvimento. Mas, em qualquer hipótese, entendemos o desenvolvimento como uma condição para a conquista de uma vida mais digna. (WEFFORT, 1984, p. 61).

Detenhamo-nos um pouco sobre esta passagem para levantarmos algumas questões.

Em primeiro lugar, o conceito de desenvolvimento expressa uma perspectiva própria da sociedade capitalista, mas que o autor defende como sendo um “valor geral”. Ou seja, um valor inerente à sociedade capitalista é reconhecido como sendo universal.

Segundo, se tanto no capitalismo quanto no socialismo a ideia de desenvolvimento é a mesma, então ambos devem possuir a mesma base econômica e, consequentemente, diferenciam-se apenas nas formas superestruturais.

De um lado, podem se distinguir na administração desta economia, baseada na exploração do trabalho (que se revela, inclusive, na existência de salário) e no mercado como mediador das relações sociais. E, por outro lado, instauração da democracia “plenamente realizada” diferenciará o socialismo do capitalismo. Em outras palavras, os fatores administrativos e políticos serão os elementos mais importantes para a construção do socialismo, desde que se mantenha o mesmo conceito de desenvolvimento econômico já observado na sociedade capitalista.

³² Hoje em dia, o próprio conceito de desenvolvimento é discutido. Um consenso a respeito de que tipo de desenvolvimento precisamos e como alcançá-lo está longe de acontecer.

Temos aqui uma concepção profundamente subjetivista sobre a realização do socialismo.

Terceira observação, se a democracia, como afirma o autor, segue o exemplo do desenvolvimento, ela já existe na formação social capitalista, mas seus princípios ainda não são aplicados em toda sua amplitude ou são efetivados de forma deficiente. Por isso, basta que as lutas políticas, no espaço da sociedade civil, aprofundem as conquistas democráticas e alcancem a hegemonia para os trabalhadores para que se faça um ajuste, uma correção das falhas, e esta mesma democracia presente nas relações burguesas pode ser o ponto de partida e motor de uma transformação radical que conduzirá ao socialismo.

Podemos ainda observar que, dentro deste ponto de vista, a URSS e seus satélites embora tenham alcançado um desenvolvimento econômico capaz de melhorar a vida de muitas pessoas não teria sido uma experiência socialista simplesmente porque não foi capaz de aprofundar e ampliar as franquias democráticas.

A partir destas ideias, o intelectual em tela faz alguns apontamentos a respeito do processo revolucionário e do período de transição. Afirma que um momento pós-revolucionário, tal como observado nas experiências reais no século XX, suscita dois problemas fundamentais que, ao não serem considerados, condenam, necessariamente, qualquer tentativa de construção do socialismo ao fracasso. A primeira questão é a de construir um novo Estado. A segunda é a de, construindo um novo Estado, abrir caminho para a nova democracia (WEFFORT, 1984). O autor, então, afirma que “para quem quer realmente mudar a sociedade, o caminho é mais participação, ou seja, mais democracia, e não menos” (WEFFORT, 1984, p. 113).

Além disso, quando defende a íntima ligação entre o processo revolucionário e a democracia, diz que, “em ambos os casos, o que está em causa são os fundamentos do poder, isto é, da organização política da sociedade” (WEFFORT, 1984, p. 113).

Em todas estas ideias, podemos identificar a proposição de que a política é a categoria central na transição e construção do socialismo. Nesse sentido, todos os autores até aqui examinados aproximam-se. Em todos, a política é o momento predominante, ou pelo menos divide esta posição com o trabalho, na estruturação da vida social.

6.4 FLORESTAN FERNANDES: A RECUPERAÇÃO DA CATEGORIA REVOLUÇÃO

Após termos exposto algumas concepções de Chauí, Coutinho e Weffort, discutindo como, para estes autores, a democracia ocupa lugar central em suas reflexões e propostas, sendo, inclusive, apontada pelos três como valor universal, vamos, agora, dedicar alguns parágrafos a um pensador e militante político que ocupou lugar de destaque na trajetória do Partido dos Trabalhadores. Estamos falando de Florestan Fernandes.

Dentre os autores discutidos anteriormente, Fernandes pode ser considerado o que se encontrava mais à esquerda. Ele dava voz a uma ala do PT que estava mais próxima da “esquerda tradicional” (nos moldes bolcheviques) do que do eurocomunismo.

A atuação intelectual e militante de Florestan não pode ser compreendida sem considerar suas origens teórico-políticas, especialmente a sua participação, nos anos 1940, no Partido Socialista Revolucionário (PSR), agremiação que possuía um forte cariz trotskista.

Somente nos anos 1960, Fernandes vai, de maneira mais ampla e profunda, tomar Marx como referencial analítico-explicativo da sociedade. (NETTO, 2004). A contextualidade histórico-social, dentro da qual se defronta com a realidade do que ele próprio denominou “contrarrevolução burguesa”, foi determinante para este acento dado na obra de Marx, e de alguns marxistas, a partir da década de 1960. Segundo Netto, esta nova fase significou

[...] uma alteração substantiva que afeta o inteiro pensamento de Florestan, seu ideário socialista e sua vocação teórica – e uma simultaneidade que só o artifício da abstração pode distinguir: por um lado, a potenciação constante das ideias socialistas através de um confronto direto com a ordem autocrático-burguesa, no obstinado ofício do que ele retomou como ‘desobediência civil’; por outro lado, a retotalização do seu conhecimento da sociedade brasileira num processo de nova investigação que, lançando-o para além dos limites da análise sociológica, condu-lo a redialogar com o legado de Marx. (NETTO, 2004, p. 208).

Neste “novo dialogo” comentado acima, o autor retoma e coloca no centro de suas preocupações uma importante categoria da obra marxiana. Trata-se da categoria, revolução.

Nesse sentido, Fernandes, diferentemente dos intelectuais anteriormente examinados, postula que somente um processo revolucionário seria capaz de imprimir um caráter efetivamente socialista às relações humanas. Não aceita, portanto, a possibilidade de superação do capitalismo apenas por meio de reformas democráticas.

O conceito de revolução defendido pelo autor não deixa muito espaço para dúvidas. O processo revolucionário, em seu entender, corresponde a uma transformação radical e violenta da estrutura social. É, então, um processo que subverte a ordem social predominante na sociedade (FERNANDES, 2003). Assim, “a revolução anticapitalista e antiburguesa é uma revolução proletária e socialista. Ela nega a ordem existente em todos os níveis e de modo global” (FERNANDES, 2003, p. 63).

Além da compreensão de que a revolução é um conjunto de mudanças drásticas e violentas da sociedade, verificamos, na passagem acima, que os sujeitos responsáveis por todo processo de transformação radical é o proletariado. Dessa forma, afirma que:

[...] quem faz a revolução é a grande massa proletária. Não se trata de uma categoria social como ‘povo’ – mas da parte proletária do povo e daqueles que, não sendo proletários, identificam-se politicamente com o proletariado na destruição das formas burguesas de propriedade e de apropriação social. (FERNANDES, 2003, p. 70).

É importante ressaltarmos que para o sociólogo petista a revolução é um processo necessariamente violento que implica a ação armada dos trabalhadores. Em uma entrevista ao jornal *Folha de São Paulo*, no ano de 1986, afirma que

a revolução total dentro de uma sociedade capitalista num dado momento tem que se tornar luta armada. [...] a revolução social num momento decisivo vai exigir que os antagonismos de classe levem a uma guerra civil a descoberto, a uma guerra civil armada. (FERNANDES, 2006, p. 190).

Estas rápidas considerações a respeito do pensamento de Florestan, já são suficientes para o identificarmos com o rico patrimônio conceitual elaborado por Lênin. Mas justamente aqui gostaríamos de levantar algumas questões importantes para o prosseguimento de nossa discussão.

Primeiro, mesmo diferenciando-se dos autores que defendem a possibilidade de superação do capital através de reformas e/ou ampliação dos direitos democráticos, há uma concepção fundamental que os aproxima, qual seja: a convicção de que somente com a tomada do poder político, e por meio dele, seria possível construir uma sociedade emancipada.

Fernandes aponta a política como elemento central para a constituição do socialismo. Podemos, mesmo, afirmar, junto com Netto, que “a priorização do político – e, aqui, a carga semântica é estritamente a que remete a Lênin – passa a comandar o marxismo de Florestan” (NETTO, 2004, p. 218). Esta prioridade da esfera política o liga a Chauí, Coutinho e Weffort.

Tentaremos, agora, expor alguns argumentos que venham a reforçar esta hipótese.

Um primeiro aspecto importante para nossa argumentação é o exagerado relevo dado, pelo autor, para a necessidade da tomada do poder político no processo revolucionário e na instauração do socialismo. Como dissemos anteriormente, a ideia é a de que, ao assumir o poder estatal, os trabalhadores imporiam, a partir dele, medidas, no âmbito político, que conduziriam a transformações estruturais que, por sua vez, redundariam na emancipação humana. Assim, quando comenta as tarefas dos trabalhadores em uma revolução diz Fernandes: “[...] o proletariado precisa, *antes de mais nada*, conquistar o poder. E, mais tarde, *a partir daí*, é que poderá construir sua versão de democracia e, em seguida, dedicar-se à constituição de uma sociedade igualitária e socialista”. (FERNANDES, 2003, p. 62, grifo nosso).

Atentemos que, na citação acima, o autor afirma que é só a partir de, e por meio da, conquista do poder que os trabalhadores vão edificar o socialismo. Ele reconhece, portanto, que o Estado pode exercer uma função positiva na constituição de uma sociedade emancipada.

Em outro trecho de “O que é revolução”, isto fica ainda mais claro: “*só depois de conquistar o poder* teria o proletariado possibilidades de alterar sua relação com a sociedade capitalista e de usar o poder político para levar até o fim a destruição da ordem existente

ou de encetar a fundo a construção de uma nova ordem social.” (FERNANDES, 2003, p. 81, grifo do autor).

E em uma palestra, em abril de 1983, que lembrava o centenário da morte de Marx, o sociólogo em tela afirma, de forma categórica, que o objetivo supremo de todo movimento proletário e do comunismo era a conquista do poder. (FERNANDES, 1995, p. 56).

Poderíamos reproduzir uma série de outras citações que expressam a supervalorização da política, inclusive aceitando-a como elemento positivo na construção do socialismo. Porém, acreditamos que estas passagens, formuladas em momentos diferentes, e em textos com objetivos e alvos distintos, já são suficientes.

Por agora gostaríamos de ressaltar outro aspecto do pensamento de Fernandes que também representa uma linha de continuidade em relação às formulações de Chauí, Coutinho e Weffort. Lembrando, mais uma vez, que estes elementos de aproximação dizem respeito, fundamentalmente, a uma perspectiva focada na centralidade da política. Ao se aproximar desses autores, no que tange o papel central da esfera política na constituição de uma nova sociedade, o sociólogo em destaque também comete alguns erros de avaliação da realidade concreta, que se assemelham a alguns dos equívocos cometidos pelos demais.

Desse modo, afirma (em 1989!) que a URSS “é uma potência em transição para o socialismo e nada poderá desviá-la do seu curso, ao qual se vê impelida pela própria natureza da economia e da sociedade soviéticas.” (FERNANDES, 1995 p. 192).

Em outro texto de 1990, que seria de divulgação de sua campanha eleitoral, Fernandes faz afirmações ainda mais claras no que diz respeito à posição central da política em seu pensamento e que expressam de maneira mais evidente ainda o erro que se comete ao avaliar um fenômeno social a partir desta ótica. Fazendo referência às transformações que estavam ocorrendo da URSS (Glasnost e Perestroika), diz que

Hoje, a União Soviética dispõe de uma base econômica e social capaz de oferecer lastro para inovações na estrutura e funcionamento do Estado que foram excluídas no passado, sob a falsa bandeira do combate à contrarrevolução. O avanço na implantação de medidas democráticas terá fatalmente de impor constrangimentos e sacrifícios. Mas não pairam dúvidas de que tal

avanço indica que a transição para o socialismo ganhará novo impulso, o qual ajudará a remover os estigmas (tão difundidos no exterior pela contrapropaganda política) de que o socialismo e democracia não se conciliam. (FERNANDES, 1995, p. 206-207).

A ideia explícita nestas afirmações é a mesma já encontrada nos autores examinados acima, qual seja, o modelo soviético já era socialista no que tange a economia (já havia igualdade), mas o socialismo não foi plenamente implantado por que faltava uma socialização do poder político (liberdade). Bastava, portanto, realizar as transformações no âmbito político que as relações sociais socialistas emergiriam necessariamente.

Outra questão que gostaríamos de ressaltar, para prosseguirmos em nossa argumentação, é a da supervalorização dada por Fernandes, sobretudo a partir de meados da década de 1980, a ação parlamentar. Isto se revelará não só em seus textos, mas também em sua prática partidária.

De início a ideia de participar do jogo político, seguindo as regras dadas pela burguesia, era apenas a de exercer alguma atividade de propaganda e de lutar por pequenas conquistas, na expectativa de que uma situação revolucionária viesse possibilitar uma luta mais ofensiva dos trabalhadores contra o capital.

Não é outro o sentido da distinção feita, pelo autor, entre “revolução dentro da ordem” e “revolução contra a ordem”.

Em um período contrarrevolucionário, no qual os elementos necessários para uma revolução ainda não estão plenamente desenvolvidos, há, na sociedade, uma “guerra civil latente”. Uma luta velada entre trabalhadores e as classes dominantes. Conforme Florestan, neste momento, o único meio de reagir contra a burguesia é dentro dos marcos da legalidade. O proletariado limitaria-se a defender sua autonomia de classe e a possibilidade de participar coletivamente do sistema de poder (FERNANDES, 2003, p. 77). Dentro das próprias instituições burguesas e, a partir de seus instrumentos, “os de baixo” poderiam travar uma luta em oposição ao domínio da burguesia, daí a “revolução dentro da ordem.”

No entanto, quando uma situação revolucionária se apresentasse evidente, a guerra civil oculta se tornaria uma guerra civil aberta. E, neste momento, os trabalhadores deveriam se empenhar em uma “revolução contra a ordem.” Para Florestan,

[...] deste nível em diante o proletariado terá de hostilizar todas as criações do capitalismo; sua relação com a revolução burguesa mudará de qualidade, porque então passará a importar-se em como passar da ‘guerra civil oculta’ para a ‘guerra civil aberta’, ou seja, a derrubada da ordem e a constituição de uma democracia proletária. (FERNANDES, 2003, p. 116).

Em um momento como este, o objetivo central do proletariado deve ser, então, a conquista de assalto do poder político, para submeter à burguesia, que reagirá violentamente contra a perda de seus privilégios a uma nova ordem social.

Esta “revolução contra a ordem”, como já afirmamos anteriormente, assumirá a forma de uma luta armada (FERNANDES, 2003; 1995; 2006).

Porém, esta dialética entre revolução dentro e fora da ordem, com prioridade desta última, cede lugar, ao longo dos anos 1980, para um acento cada vez mais forte na revolução dentro da ordem. Neste movimento, podemos observar que Fernandes volta-se cada vez mais para ação dentro do parlamento demonstrando, inclusive, uma crença nas possibilidades de superação do capitalismo pela via institucional.

Em um texto que trata da necessidade de participação dos trabalhadores na Assembleia Nacional Constituinte, o autor discute a articulação entre reforma e revolução. Afirma que, com uma constituição avançada, a reforma da ordem social poderia ser “sustentada e legitimada por tal carta constitucional prevendo punições para aqueles que a transgredisse” (FERNANDES, 2006, p. 69). E como desdobramento desta ideia diz, ainda,

[...] que esse é o aspecto o qual a ligação entre o proletariado e a reforma social decorre do grau maior ou menor de avanço democrático da Constituição e que permite justificar o envolvimento do trabalhador em seu apoio, em termos do desencadeamento de uma revolução democrática. (FERNANDES, 2006, p. 69).

Podemos sublinhar, aqui, duas ideias contidas nesta passagem que são importantes para nossa argumentação. Primeiro, o autor afirma que para os trabalhadores é fundamental apoiar a nova constituição pelo

fato de que é necessário desencadear uma revolução democrática que, por sua vez, favoreceria o avanço das reformas sociais. Aqui nos parece que antigas teses da esquerda tradicional, especialmente as do PCB, são retomadas por Fernandes. Não seria inverossímil indicar que há uma proposição de que a revolução deve ser realizada por etapas. Esta maneira de pensar expressa-se na seguinte afirmação:

O que se punha em questão era a natureza da sociedade burguesa e quanto à própria revolução da burguesia teria de ser acelerada pelo proletariado. No fim do século XX, constatamos que, no Brasil, a burguesia brecou ou perverteu todas as revoluções e reformas inerentes ao capitalismo, e que as classes trabalhadoras, das cidades e do campo, têm de impor essas revoluções e reformas para conquistar, para si, peso e voz na sociedade civil, controles externos sobre um Estado capitalista despótico e espaço político para propagar outras lutas sociais, que podem conduzir à destruição da presente ordem das coisas e à elaboração histórica de uma sociedade nova. (FERNANDES, 2006, p. 86-87).

Mas, diferentemente das linhas teóricas do PCB, Florestan pensava que a revolução democrática deveria ser uma tarefa realizada pelos trabalhadores sem a composição com a burguesia.

Em segundo lugar, ao apontar que as reformas poderiam estar ligadas à revolução propriamente socialista diz que isso apenas poderia ser possível com o fortalecimento das ações representativas dos trabalhadores na sociedade civil. Esta concepção está muito mais próxima das interpretações eurocomunistas de Gramsci do que da perspectiva lenineana que orientou o texto “O que é revolução”, de 1981.

Fernandes também se aproxima destas interpretações quando expressa uma ideia instrumental do Estado e das instituições democráticas. Nesse sentido, afirma, em 1986, que a nova constituição poderia servir como uma “arma” tanto nas mãos de uma reação conservadora quanto nas mãos dos trabalhadores. Estes últimos poderiam usar esta arma para dar prosseguimento a uma revolução democrática “com significado socialista”.

Em um escrito que fundamenta sua candidatura a deputado constituinte pelo PT em 1986, o autor defende que é necessário acabar

com a tradição burguesa de monopolizar o poder político-estatal. Diz que os trabalhadores devem superar o modelo burguês de Estado a fim de conquistarem “peso e voz” na sociedade civil e, assim, construir uma forma de participação que lhes dê acesso a um “controle ativo das estruturas e funções do Estado” (FERNANDES, 2006, p. 141). Também podemos ler, no mesmo texto, que, em lugar do Estado dominado pela burguesia, os trabalhadores devem contrapor e lutar para a formação de um “Estado democrático de múltiplas funções”. Isto significa que o Estado é um “espaço” em disputa. E se hoje é dominado pela burguesia, um dia, conforme as lutas sociais evoluam no seio da sociedade civil, poderá não sê-lo mais. Poderíamos, então, chegar a um Estado democrático com predomínio dos trabalhadores.

Nesse contexto, “um Estado democrático com uma face proletária e popular – além de sua face burguesa vem a ser um Estado capacitado para atender às aspirações de classe dos oprimidos” (FERNANTES, 2006, p. 142).

Seguindo este mesmo diapasão teórico em outros escritos do autor, especialmente os que datam da segunda metade dos anos 1980 em diante, a ideia de conquista e manutenção dos direitos do cidadão aparecem de maneira destacada.

Assim, em um texto chamado “compromisso político”,³³ Fernandes diz que é fundamental aos trabalhadores em geral tomarem uma posição firme em relação à assembleia constituinte, pois só assim seria possível implementar medidas que venham garantir o “pleno exercício da cidadania” por parte dos oprimidos. (FERNANDES, 2006, p. 136). Afirma, também, que se garantidas as regalias do cidadão aos trabalhadores, estes saberão usar a constituição como arma política.

Para o sociólogo petista, lutar no congresso constituinte em nome do Partido dos Trabalhadores significaria o estabelecimento de uma ponte entre a nova constituição e a “revolução democrática em processo”.

No estabelecimento desta ponte, um dos aspectos principais, para Florestan, era aproveitar sua campanha para mostrar aos trabalhadores o significado da cidadania plena.

E quando “os de baixo” impuserem às classes dominantes a obediência aos seus direitos cívicos e políticos, por meio da constituição, o Estado perderia seu caráter de “fortaleza dos privilegiados”. Seguindo um ponto de vista etapista, já apontado acima,

³³ Este texto foi escrito para o jornal de lançamento da campanha de Florestan Fernandes para deputado constituinte.

esta revolução democrática seria, para o autor, o primeiro passo em direção ao socialismo. E aconteceria a partir da atuação dos parlamentares de esquerda que se empenhariam em preparar as “bases legais” para este processo.

Nestas rápidas observações a respeito do pensamento de Fernandes, podemos constatar que, tanto em momentos que mais se aproxima da concepção lenineana de revolução e construção do socialismo quanto nos escritos que mais parecem influenciados por certa tradição interpretativa da obra gramsciana, o sociólogo e político analisado sempre expressa uma perspectiva marcada pela centralidade da política. Tomar o poder de forma abrupta, em uma ruptura radical, ou pela conquista gradual de espaços nas instituições democráticas, sempre foi o foco principal das preocupações e da prática política de Fernandes, enquanto militante do PT.

Após esta discussão, acerca das concepções de alguns dos mais importantes intelectuais vinculados ao Partido dos Trabalhadores, vamos passar para análise da evolução teórica e prática do PT, tentando perceber como os conceitos de socialismo e transição tratados neste capítulo vão orientar este desenvolvimento histórico do partido, representando um movimento no qual a perspectiva da centralidade da subjetividade manifestada na hipervalorização da política.

CAPÍTULO 7 TEORIA, PRÁTICA E A CENTRALIDADE DA POLÍTICA NO PT

Vejam, agora, como as formulações teóricas anteriormente analisadas, que, como observamos, em grande medida, foram influenciadas pelo eurocomunismo, fundiram-se com uma prática partidária que, a partir do segundo lustro da década de 1980, volta-se prioritariamente para a conquista, via institucional, do poder político. E esta fusão, por sua vez, constituirá a marca indelével do Partido dos Trabalhadores até os anos 1990, a partir dos quais abandonará qualquer manifestação efetiva da ideia de socialismo. Distanciando-se, desse modo, das concepções eurocomunistas, que ainda apontavam o socialismo como horizonte que seria alcançado a partir da ascensão dos trabalhadores ao comando do Estado e com a constante ampliação das franquias democráticas.

Discutiremos como o PT vai agir diante dos processos eleitorais dos anos 1980 e a relação desta prática com a produção teórica e as orientações presentes em seus documentos.

Faremos isso com a intenção de continuar nossa demonstração de que o Partido dos Trabalhadores realizará, em sua trajetória, um movimento que, desde a segunda metade da década de 1980, segue firme e irreversivelmente para uma total priorização da conquista do poder político dentro dos marcos da legalidade institucional. E isto se dará, em nosso ponto de vista, porque a potencialidade de se tornar uma verdadeira organização política, que atua dentro da perspectiva radical do trabalho, ou seja, um partido que viesse a se constituir como “o instrumento de mediação política da atividade social conscientemente transformadora, que assume a potência regencial da lógica do trabalho e a este como protoforma de toda prática social” (CHASIN, 1989, p. 143), será suplantada pela realização efetiva de uma outra potencialidade, igualmente existente na origem e primeiros anos de vida do partido. Esta podemos identificar como a possibilidade de se constituir como um órgão de luta política integrado à ordem estabelecida. Mas, é bom advertir que não pensamos que estas possibilidades tinham iguais chances de se concretizar. É obvio que muitos fatores (objetivos-subjetivos) convergiam para aumentar as probabilidades de realização de uma em detrimento da outra.³⁴

³⁴ Trataremos mais detalhadamente desta problemática das potências presentes no PT no próximo capítulo.

Em nosso entendimento, a ideia fundamental, que perpassa toda nossa argumentação, é a de que a causa primeira deste fenômeno está relacionada com o fato de que o PT não conseguiu se diferenciar, em sua essência, da esquerda tradicional, tanto da brasileira quanto da mundial de maneira geral. Em muitos aspectos, na verdade, assimilou ideias e práticas das mais perniciosas de um e de outro.

Sua própria estrutura fundamental foi assentada na concepção de que era necessário conquistar o poder político para, a partir dele, imprimir mudanças radicais na sociedade. Mas, é importante frisarmos, e mais adiante voltaremos a esta questão, que em seus primeiros momentos, devido a uma série de fatores (como a confluência de diferentes atores sociais, a estrutura interna inovadora do partido, determinações objetivas etc.), o PT poderia sim ter tomado outro rumo. Como veremos à frente, o partido, como qualquer outro ente social, passou por um processo de formação que construiu os dois polos de sua existência: essência e fenômeno. Nesse processo, estas dimensões do ser poderiam ter se constituído de maneira diferente. Na hipótese de ter se consubstanciado como um partido socialista revolucionário, o ponto de partido teórico-prático deveria ter sido outro que não a perspectiva da centralidade da política.

Nos próximos parágrafos analisaremos como o ponto de vista politicista foi tornando-se predominante e como foi orientando a trajetória do PT na direção de uma plena integração à ordem.

Já tratamos anteriormente da luta encampada pelos seus militantes para legalizar o partido. Percebemos que, na sua própria origem, a valorização das formas institucionais de participação política dentro da ordem era já um elemento presente, mas não ainda predominante. Neste processo, as eleições de 1982 eram extremamente importantes, pois para ganhar existência legal era necessário obter um mínimo de votos: 5% em nível nacional e 3% em 9 estados. Desse modo, os militantes do partido lançaram-se na campanha eleitoral com afinco. Neste momento, havia, dentro do PT, certa tensão entre os que pensavam as eleições apenas como meio de propaganda do programa do partido e, em consequência, como forma de recrutar novos filiados, e aqueles que já afirmavam a possibilidade e necessidade de conquistar posições no parlamento e no poder executivo. Segundo Keck:

Em 1982, o PT adotou posturas contraditórias com relação ao processo eleitoral, afirmando, de início, que concorria para consolidar a organização partidária, já que não se podia esperar

que as eleições trouxessem mudanças reais para os trabalhadores, e então, mais tarde decidiu – especialmente em São Paulo – que concorria para ganhar. (KECK, 1991, p. 146)

Os próprios documentos do partido neste período e a prática de seus militantes refletem a contradição, presente nos seus primeiros anos de vida, entre participação na política institucional como eixo central de suas atividades e, de outro lado, a ênfase em ações extrainstitucionais, junto aos movimentos sociais.

Boa parte deste conflito deve-se, a nosso ver, à enorme indeterminação, por parte do PT, em relação aos objetivos imediatos (e, dentre eles, a conquista do poder político) e o horizonte mais distante: o socialismo. A reflexão acerca desta articulação era, ainda muito incipiente. Isto pode ter ocorrido pelo fato de que o próprio conceito de socialismo era indefinido, vago. Não se compreendia e, portanto, não se expunha com precisão o que significava socialismo, embora a palavra fosse muito utilizada nos discursos e documentos petistas. Esta indefinição permanecerá em toda trajetória do partido enquanto o socialismo permaneceu como horizonte.

Diante das contradições internas aludidas acima, verificamos que muitos membros do PT, às vésperas das eleições de 1982, percebiam o processo eleitoral apenas como um momento, não único e nem mais importante, da vida partidária. Nesse contexto, expressavam certos termos de que a organização se tornasse meramente “eleitoreira” e abandonasse seus objetivos finais. Assim,

[...] o medo de que a campanha fizesse o partido desviar-se de seus objetivos a longo prazo demonstra que as eleições ainda eram vistas com alguma suspeita – não só como um aspecto **particular** da atividade partidária, mas também como algo potencialmente perigoso. (KECK, 1991, p. 155, grifo da autora).

Não obstante estes conflitos, a campanha desenvolveu-se com ampla participação dos integrantes do partido.

Chegaram às eleições e com elas uma monumental decepção. O otimismo daqueles que defendiam a participação do PT no processo eleitoral e que acreditavam em significativas vitórias não se confirmou. Os enormes comícios e passeatas que envolveram milhares de pessoas, mais do que qualquer outro partido, e o grande apoio popular

vislumbrado na campanha não se traduziram em votos. O PT só conseguiu mais de 3% de votos em dois estados; São Paulo e Acre. Em nível nacional, apenas 3,3% foram direcionados ao partido (Ver tabelas abaixo).

Tabela 1: Votos dados para o governador aos partidos nas eleições gerais de 1982. Por unidade de federação

<i>Unidades de Federação</i>	<i>PDS</i>	<i>PDT</i>	<i>PT</i>	<i>PTB</i>	<i>PMDB</i>	<i>Em Branco</i>	<i>Nulos</i>	<i>Total</i>
AC	39,1	---	5,3	3,6	42,0	4,8	4,9	100
AL	45,7	---	---	---	36,7	13,4	4,2	100
AM	41,0	---	1,3	1,0	50,1	3,5	3,0	100
BA	52,0	---	0,8	---	33,0	11,7	3,2	100
CE	58,7	---	0,5	---	24,5	14,1	2,1	100
ES	34,2	0,1	1,3	---	54,2	7,7	2,4	100
GO	30,1	0,05	0,6	---	62,0	5,3	2,1	100
MA	63,7	1,2	0,8	0,06	17,0	14,0	3,0	100
MT	47,3	0,2	0,2	---	44,0	5,0	3,4	100
MTS	42,8	1,0	0,8	---	46,6	6,0	2,7	100
MG	41,6	0,2	1,9	---	45,8	7,9	2,5	100
PA	42,5	---	1,0	0,6	46,1	5,8	3,9	100
PB	52,8	---	0,4	---	37,1	7,3	2,3	100
PR	35,2	0,2	0,4	0,4	53,5	7,4	2,3	100
PE	46,8	---	0,2	0,4	41,8	7,9	2,9	100
PI	50,6	---	0,7	---	34,8	11,0	2,8	100
RJ	28,1	31,4	2,8	9,8	19,7	4,5	3,6	100
RN	52,0	---	0,4	0,4	37,8	7,5	2,1	100
RS	34,1	20,4	1,3	---	33,5	8,8	1,9	100
RO	---	---	---	---	---	---	---	---
SC	45,7	0,2	0,4	0,1	45,0	6,6	1,8	100
SP	23,5	0,8	9,8	12,5	44,9	5,7	2,6	100
SE	66,8	0,3	0,3	---	20,3	9,5	2,6	100
AP	---	---	---	---	---	---	---	---
RR	---	---	---	---	---	---	---	---
Total	37,3	5,4	3,3	4,2	39,6	7,5	2,7	100

Fonte: TRE-SP apud MENEGUELLO, 1989, p. 124.

Tabela 2: Votos dados para deputados, vereadores e prefeitos ao PT nas eleições gerais de 1982. Por unidade de federação

<i>Estado</i>	<i>% de Votos do PT no Total de Votos</i>	<i>Número de Votos do PT para cada Filiado</i>	<i>Número de Eleitos pelo PT</i>				
			<i>Deputados Federais</i>	<i>Deputados Estaduais</i>	<i>Prefeitos</i>	<i>Vereadores na Capital</i>	<i>Vereadores no Interior</i>
São Paulo	9,0%	14,5	6	9	1	5	73
Minas Gerais	1,8	2,8	1	1	0	1	13
Rio de Janeiro	2,6	2,9	1	2	0	1	1
Acre	5,2	4,4	0	1	0	2	1
Rondônia	3,0	2,8	0	0	0	0	2
Rio Grande do Sul	1,1	3,1	0	0	0	1	0
Paraná	0,3	0,8	0	0	0	0	0
Santa Catarina	0,3	1,1	0	0	0	0	0
Mato Grosso do Sul	0,7	0,5	0	0	0	0	0
Mato Grosso	0,2	1,3	0	0	0	0	0
Goiás	0,6	0,9	0	0			
Bahia	0,7	2,6	0	0	0	0	6
Espírito Santo	1,2	1,9	0	0	0	0	
Sergipe	0,3	1,3	0	0	0	0	0
Alagoas	---	---	---	---	---	---	---
Pernambuco	0,2	0,7	0	0	0	0	0
Paraíba	0,3	0,7	0	0	0	0	0
Rio Grande do Norte	0,4	0,6	0	0	0	0	0
Ceará	0,5	1,7	0	0	0	0	0
Maranhão	0,8	1,6	0	0	1	0	9
Piauí	0,6	1,8	0	0	0	0	3
Pará	1,1	1,7	0	0	0	0	5
Amazonas	1,2	2,0	0	0	0	0	4
Total	3,0	5,6	8	13	2	10	117

Fonte: RAIMUNDO PEREIRA apud MENEGUELLO, 1989, p. 126-127.

Os impactos do que fora considerado um retumbante fracasso foram muito profundos. Aqueles que viam o processo eleitoral com reservas tinham mais argumentos para propor um afastamento destas disputas no campo institucional e, por outro lado, uma maior aproximação com os movimentos sociais e, fundamentalmente, com os sindicatos. Abre-se um período em que a palavra de ordem é “retorno às bases”.

Nesse sentido, “o partido deveria orientar suas energias para dar apoio à organização do movimento operário e dos movimentos sociais, como se a campanha eleitoral tivesse representado um **desvio** dos objetivos normais da atividade partidária” (KECK, 1991, p. 179, grifo da autora).

Ainda em 1983, um grupo de militantes petistas, que comporia a tendência interna chamada Articulação (1983), lança um documento chamado de “manifesto dos 113,” no qual propõe uma ampla renovação das direções do partido para fazer frente a um “momento muito difícil” vivido pela agremiação naquele instante.

O reconhecimento desta “crise” e a proposta de renovação das direções nos dão uma dimensão dos impactos sofridos pelo partido por causa dos resultados das eleições de 1982.

Os conflitos, comentados acima, tornaram-se ainda mais fervilhantes. Para uns, as eleições não deveriam ser priorizadas, para outros, a luta parlamentar tinha que ser colocada como eixo da ação partidária.

Ao aproximar-se o pleito de 1985, o PT ainda encontrava-se imerso neste debate. Verificamos, então, que “a dificuldade de unir a ação institucional à ação no plano social causava uma ampla crise de identidade no partido” (KECK, 1991, p. 180).

Mas as eleições representariam, neste momento, uma contra prova para os petistas. Em caso de sucesso, o partido poderia continuar pensando e agindo no sentido de colocar a luta política institucional como elemento fundamental de sua existência. Porém, no caso de uma nova derrota, ainda que não tão acentuada como a primeira, parece verossímil afirmar que boa parte de seus militantes definitivamente tenderiam a concentrar suas energias em organizar e atuar no interior dos movimentos sociais e dos sindicatos principalmente. Muitos analistas, inclusive, vislumbravam, neste caso, a possibilidade de fenecimento do PT.

No entanto, o que se viu foi um resultado extremamente positivo. Contra todos os prognósticos, o Partido dos Trabalhadores conseguiu alcançar, com folga, os índices exigidos pela legislação

eleitoral em vigor.³⁵ Além disso, conquistou a prefeitura da quinta maior cidade do Brasil: Fortaleza. E chegou em segundo lugar em duas outras capitais: Vitória e Aracaju.

A nova força existente no interior do PT, organizada ao redor da Articulação, saiu deste processo bastante fortalecida e se tornaria, em pouco tempo, a corrente hegemônica no partido.

Outro aspecto importante a ser destacado é o fato de que parte dos líderes do PT, principalmente aqueles filiados à Articulação, imputaram o resultado positivo nas eleições à postura menos radical e sectária adotada pelos candidatos petistas em 1985. Em estreita relação com este novo “tom” adotado na campanha está a enorme presença de candidatos pertencentes à classe média. Para se ter uma ideia, nas cinco cidades em que o Partido dos Trabalhadores foi mais bem votado, todos os candidatos eram profissionais liberais.

Esta fórmula vai ser repetida em todas as eleições que se seguiram até a vitória de Lula à Presidência da República. Desse modo, o PT vai, de pleito em pleito, adotando um discurso menos “radical” e ampliando, cada vez mais, o número de candidatos de classe média ou tornando os que ainda estavam na esfera produtiva mais palatáveis à pequena burguesia. É importante indicar que por discurso menos radical entendia-se um progressivo distanciamento da ideia de socialismo que se expressava por uma clara recusa em definir tal conceito de tal maneira que este pudesse seduzir tanto os trabalhadores quanto a camadas médias da sociedade.

O sucesso nas eleições de 1985 e a consequente hegemonia da Articulação vão se mostrar determinantes na constituição da própria forma de ser do partido e, portanto, de sua trajetória deste momento em diante.

Neste sentido, concordamos com Keck quando afirma que “as eleições para as prefeituras em 1985 prenunciaram uma nova era, tanto para as relações do PT com outras forças políticas no Brasil, quanto para a vida interna do partido” (KECK, 1991, p. 183).

Detenhamo-nos um pouco mais nesta questão.

Ao conquistar significativas vitórias nas urnas, ganha força dentro do PT a ideia de que seria possível, aos trabalhadores, alcançar o poder político pela via institucional. E, ao ocupar cargos no legislativo e executivo, os interesses da classe trabalhadora seriam, enfim, defendidos. Assim, verificamos que a partir da segunda metade da

³⁵ As exigências propostas para as eleições de 1982 foram transferidas, por sorte do PT, para o pleito de 1985.

década de oitenta, o partido vai, paulatinamente, dando maior ênfase ao processo eleitoral e defendendo, cada vez mais, a participação política das classes subalternas dentro dos limites da legalidade democrática. E, na medida em que ocorriam novos sucessos, mais se fortalecia esta tendência.

O que gostaríamos de destacar, neste momento, é que do início deste caminho até a década de 1990, o PT será fortemente influenciado pelas concepções e exemplos práticos do eurocomunismo, que serviriam, antes de tudo, como forma de justificar e legitimar as escolhas do partido neste período.

Nesse contexto, a partir de 1985, verificamos que, em seus documentos oficiais e nos debates na imprensa partidária, dois conceitos vão se destacar. O primeiro é o de “acúmulo de forças” e o segundo, de “hegemonia”. Ambos são muito caros aos eurocomunistas e têm como referência uma interpretação específica do pensamento de Antonio Gramsci.

Passemos a observar como estes conceitos vão se manifestar nos documentos do partido e como se tornaram ideias essenciais no início da década de 1990.

Antes de nos dedicarmos à análise de textos e documentos oficiais, nos quais o PT expressará sua tentativa de apropriação da teoria política gramsciana, é importante enfatizarmos que é justamente neste período que a potencialidade de se tornar um partido fundado na centralidade da política, como todos os outros, começa a se tornar realidade. E, uma vez desencadeada, esta tendência tornar-se-á predominante e determinará a própria essência da organização.³⁶

Se a história do PT, até 1985, foi marcada por conflitos e possibilidades, a partir desta data o que verificamos é uma tendência à homogeneização, com o amplo predomínio de uma única corrente interna com suas teorias e práticas particulares. As ideias que passaram a predominar no PT, em um primeiro momento, serviam para justificar a demasiada importância dada ao processo eleitoral indicando que a ampliação da democracia e a ascensão ao poder político, via eleição, eram fundamentais para a luta dos trabalhadores na busca pelo socialismo. Mas veremos que posteriormente os mesmos conceitos serviriam para defender as reformas no capitalismo como meio mais adequado de construir uma sociedade melhor. O horizonte socialista é, então, completamente abandonado, tendo como fundamento conceitual as mesmas ideias que antes eram base para a sua defesa.

³⁶ No próximo capítulo voltaremos a esta questão.

Vejamos como tais conceitos (acúmulo de forças e hegemonia) apareceram na história do partido, ao mesmo tempo em que gradualmente a participação política dentro da legalidade institucional é priorizada.

A nossa tese, que argumentaremos nos próximos dois capítulos, é que já no primeiro encontro nacional do PT, após as eleições de 1985, podemos verificar o início da *atualização*, para usar os termos aristotélicos, da potencialidade acima referida (de se tornar um partido em que a ação eleitoral-parlamentar predomina teórica e praticamente terminando, assim, por ser totalmente integrado à ordem).

O 4º Encontro Nacional ocorre em 1986, ano em que também se realizariam eleições para governadores e senadores. Na esteira do sucesso alcançado no pleito anterior, o partido, dentre outras resoluções, lança um documento eleitoral. Neste, logo no início, podemos ler:

O PT considera fundamental formar bancadas petistas expressivas e significativas, não só do ponto de vista numérico, mas também da representatividade e da qualificação de seus componentes, nas casas legislativas.

No caso da Assembleias Legislativas, é fundamental concentrar esforços para que haja uma bancada em cada estado do País, porque isso permite uma base de atuação parlamentar para a defesa dos interesses da classe trabalhadora e para a luta por mudanças concretas. (PT, 1999, p. 227).

Mais adiante, afirma-se, também, que “o PT deve entrar nas eleições de 1986 com a disposição e o empenho necessários para conquistar governos estaduais” (PT, 1999, p. 227).

No capítulo 3 deste documento, referente às recomendações para campanha, um dos pontos destacados como objetivo principal do partido na campanha eleitoral é: “eleger o maior número possível de candidatos petistas para postos majoritários e proporcionais, a fim de aumentar a força política das teses petistas e criar condições de avanço da democracia e das conquistas da classe trabalhadora” (PT, 1999, p. 236).

Nestas passagens, já podemos perceber a mudança de tom do discurso do PT com relação àquele exposto nos primeiros documentos. Lembremos que, nestes últimos, afirmava-se que o partido não se tratava de uma organização “eleitoreira” e que seu objetivo principal seria mobilizar e organizar os trabalhadores todos os dias, todos os anos.

E dizia-se, ainda, que o PT era diferente pelo fato de que estaria presente nas lutas sociais e não apenas nas eleições.

Esta nova visão é, por sua vez, consequência de uma interpretação particular da realidade brasileira, pretensamente fundada no referencial teórico gramsciano.

No mesmo documento, já citado, algumas formulações devedoras da interpretação eurocomunista do autor italiano já despontam e se aprofundarão nos encontros posteriores.

Por exemplo, a ideia de que o Brasil é uma sociedade de tipo “Ocidental”. No 4º Encontro, ela emerge e, no 5º (em 1987), é consolidada. No texto de 1986, lemos que:

Acompanhado esse desenvolvimento, e como fenômeno intimamente a ele vinculado, os últimos cem anos foram marcados pela formação das atuais classes sociais brasileiras, que tendem, cada vez mais, a confirmar estrutura de classes de uma sociedade capitalista [...] (PT, 1999, p. 247).

Já no 5º Encontro, afirma-se que:

[...] é preciso levar em conta que a sociedade brasileira já foi capaz de desenvolver razoavelmente algumas organizações da sociedade civil, que jogam determinado peso na determinação das políticas do Estado. E de que o Estado brasileiro, embora tenha se reforçado muito, contando com modernos aparelhos coercitivos (Forças armadas, Serviços de Informação etc.) e de concessões à participação (Legislativos, assistência social, centros comunitários etc.) não tem condições de se fechar completamente à participação das classes subalternas em seu interior. (PT, 1999, p. 316).

E mais adiante, o documento revela, ainda, que na sociedade civil acontece algo parecido. Ou seja, a burguesia criou “organizações sólidas” para defender seus interesses, inclusive o domínio sobre o aparelho de Estado. Mas os trabalhadores também criaram organizações atuantes na sociedade civil, tendo em vista que esta não pode se fechar às massas. E, com isso, passa a disputar a hegemonia com as classes opressoras (PT, 1999, p. 317).

Em 1989, esta transposição do pensamento de Gramsci para fundamentar a interpretação da realidade brasileira já era predominante, e se torna cada vez mais presente nos documentos do partido. E além dos documentos oficiais nos espaços de discussão teórica do partido, estas ideias apareciam com bastante frequência. Na revista *Teoria & Debate*, do final de 1990, por exemplo, Augusto Franco afirma que:

Um processo consequente de acumulação de forças no Brasil, que tenha desdobramentos no sentido da constituição de um Estado com nova estrutura democrática e protagonizado por novos atores populares, não é possível se desarticulado de um processo de um processo de ‘acumulação’ de hegemonia (FRANCO, 1990, p.04).

Entendendo que o Brasil é uma formação social Ocidental, conforme a tipificação de Gramsci, e que, em consequência, existiria uma sociedade civil sólida e aberta a disputas, o PT chega à conclusão de que a tática para se alcançar primeiro o socialismo e depois, ao abandonar esta pretensão, simplesmente as reformas necessárias no capitalismo deveria ser a da conquista de hegemonia por meio de um longo processo de acúmulo de forças. Conceitos que se tornam recorrentes nos documentos e textos publicados nos órgãos de imprensa partidária.

No Plano de Ação Política e Organizativa do partido, referente ao período de 1986/87/88, em um subitem chamado “O caminho para o socialismo”, lemos que naquele momento a classe trabalhadora teria pela frente “um longo e dificultoso processo de acúmulo de forças e fortalecimento de sua organização” (PT, 1999, p. 252).

No 5º Encontro, em 1987, ocorrerão longas discussões a respeito da tática a ser adotada para se alcançar o socialismo. Havia a compreensão de que naquele instante não era possível a chegada dos trabalhadores ao poder e, por isso, nem a construção de uma sociedade socialista. De forma que o fundamental seria a luta para acumular forças. Assim, se afirma que:

A luta por uma alternativa democrática e popular exige uma política de acúmulo de forças, que parte do reconhecimento de que não estão colocadas na ordem do dia, para as mais amplas massas de trabalhadores, nem a luta pela tomada

do poder, nem a luta direta pelo socialismo. (PT, 1999, p. 321).

José Dirceu, em uma discussão publicada pela revista *Teoria & Debate*, também propõe que:

[...] a proposta de um governo democrático e popular é a mais correta para a conjuntura, pois consegue dar conta de um programa radical de transformações econômicas, políticas e sociais, que abarca os assalariados e setores médios da cidade e do campo, impondo como tarefa uma política de acúmulo de forças. (DIRCEU, 1987).

Já nas Diretrizes para Elaboração do Programa de Governo, de 1989, verificamos a seguinte afirmação:

O PT não acredita na possibilidade de uma etapa de capitalismo popular no País. Ao contrário, por meio de um processo simultâneo de acúmulo de forças, enfrentamentos e conquistas dos trabalhadores criaremos as condições para dar início às transformações socialistas no Brasil (PT, 1999, p. 401).

Além da ideia de “acúmulo de forças”, o conceito de hegemonia também foi bastante utilizado pelo partido a partir de 1985.

Nas resoluções do 5º Encontro, observamos que, no parágrafo 28, há a afirmação de que para realizar uma mudança radical na sociedade, no sentido da construção do socialismo, seria necessário, aos trabalhadores, tornarem-se “classe hegemônica no poder de Estado”. Isto porque não seria possível construir uma nova organização social sem colocar, antes, o poder político a serviço dos trabalhadores.

Já no parágrafo 40, argumenta-se que para alcançar a hegemonia é importante estabelecer uma política de alianças. E, mais adiante, o texto esclarece o conteúdo destas alianças. Os trabalhadores assalariados deveriam se unir às camadas médias da sociedade e à pequena burguesia. Estas, embora apresentassem interesses comuns à grande burguesia, também estavam se tornando antagônicas ao modelo de capitalismo dependente predominante no Brasil e encontravam-se por ele ameaçadas (PT, 1999, p. 325).

A política de alianças é derivada diretamente da proposta de acúmulo de forças para a conquista do Estado.

Outra questão interessante de ser destacada é que nas Diretrizes para Elaboração do Programa de Governo (1989) há um entendimento de que, durante toda a década de 1980, a correlação de forças no interior da sociedade civil foi mudando e isso abriria “um novo período na disputa pela hegemonia da sociedade brasileira” e, neste processo, o PT e a CUT seriam as forças fundamentais.

Esta compreensão da realidade leva à convicção de que naquele momento, final dos anos 1980, havia uma real possibilidade do Partido dos Trabalhadores conquistar o governo federal. E, ao alcançar o poder executivo, a disputa pela hegemonia dar-se-ia em outro patamar amplamente mais favorável aos oprimidos.

Mas, muitos membros do partido ainda guardavam ressalvas em relação à luta parlamentar. Raul Pont, por exemplo, que em 1989 era presidente do PT/RS, escreve um artigo, em pleno ano de disputa eleitoral, onde afirma que:

O parlamento burguês amortece, corrompe, e mina partidos que se coloquem no campo anticapitalista. Sabemos que essa é uma frente de luta que precisa ser respondida, mas a tensão e os riscos que um desvio eleitoral-parlamentarista carrega são enormes para um partido como o PT (PONT, 1989, p. 04).

No entanto, o predomínio da perspectiva da centralidade da política já era bastante efetivo. E o que observamos é que, de maneira geral, havia uma exaltação, por parte das direções partidárias, da luta institucional como forma privilegiada de luta pela hegemonia. Ao mesmo tempo, dava-se um sinal de alerta direcionado àqueles militantes que ainda insistiam em defender a ideia de que o processo eleitoral deveria ser tratado como algo secundário na vida da organização. Afirma-se, nas resoluções do 6º Encontro Nacional (1989), que se deve abandonar “qualquer tipo de preconceito que ainda sobreviva entre nós diante da ação eleitoral, através de vias legais” (PT, 1999, p. 399).

Um pouco mais adiante, no mesmo documento, lemos o arremate destas ideias: “a ocupação de espaços institucionais e a constituição de um projeto socialista igualmente dizem respeito a disputa de hegemonia e contribuem para o acúmulo e a mudança na correlação de forças” (PT, 1999, p. 401).

É importante notarmos, mais uma vez, que para o PT, a partir de 1985, a concepção de que o poder político pode ser um instrumento de defesa dos interesses dos trabalhadores e de construção do socialismo torna-se predominante. E, por isso, a dedicação de seus dirigentes e militantes na busca por cargos no legislativo e executivo aumentará em cada eleição. Isto ocorrerá de tal maneira que nos anos 1990, a vida partidária vai girar, definitivamente, em torno das disputas eleitorais.

Entende-se que, somente a partir do poder estatal, uma nova sociedade poderia estruturar-se. Dado este fato, em um documento chamado “Socialismo Petista” (1990), afirma-se que a estratégia de acúmulo de forças e a conquista da hegemonia política têm como objetivo colocar “o aparelho de Estado, com todas as suas limitações e características a serviço dos setores oprimidos da sociedade” (PT, 1999, p. 450).

É com esse espírito e fundamentado em uma interpretação particular das categorias gramscianas que o Partido dos Trabalhadores vai participar das campanhas eleitorais a partir de 1985.

Mas, é importante salientar que a consolidação definitiva deste conjunto de concepções, que terminam por determinar a essência do PT, vai ocorrer no 1º Congresso Nacional em 1991. Mais adiante, discutiremos este importante momento na trajetória petista.

Às eleições de 1985 se seguiu um período de reformulação na prática partidária da agremiação aqui estudada. Como já comentamos em outros momentos, a política eleitoral foi bastante valorizada. E ocorrerá, a partir de então, uma grande campanha de filiação, a fim de ampliar a participação dos eleitores petistas na vida da organização. Segundo Keck, esta atitude sinalizava “que a fase de construção dos movimentos do PT poderia dar lugar a uma concentração maior de esforços na construção do partido” (KECK, 1991, p. 183).

Esta tendência foi impulsionada pelos sucessos eleitorais posteriores. Em 1986, os representantes do partido no congresso aumentaram de 5 para 16. Lula foi o congressista mais bem votado do país com 651.763 votos.

O pleito de 1988 representou novas conquistas para o partido. Em 1982, o PT havia alcançado a administração de uma prefeitura. Mas, a partir de 1988, foram 31! E dentre estas algumas das cidades mais importantes do Brasil, como São Paulo (SP), Vitória (ES), Porto Alegre (RS) e três municípios da região do ABCD também no estado de São Paulo.

Um outro aspecto importante nestas eleições (1988) é que:

[...] esta foi a primeira vez que as lutas rurais tiveram uma influência significativa sobre a votação do PT. Nas eleições para Câmaras municipais, os números foram particularmente surpreendentes: estima-se que 40% dos vereadores eleitos pelo partido em 1988 eram trabalhadores rurais ou trabalhavam com a Pastoral da terra da Igreja. (KECK, 1991, p. 184).

Todos estes resultados crescentemente positivos para o PT foram interpretados, no interior do partido, de maneira parcial e tendenciosa. Afirmava-se que tais conquistas eram derivadas de uma crescente insatisfação do povo para com a ordem estabelecida, com os direcionamentos da política econômica, com as insuficiências da transição democrática etc. Isto até poderia ser verdade, mas era apenas parte dela.

O outro lado raramente foi tema de discussão nos encontros ou órgãos de divulgação teórica do partido. Assim, o movimento de abrandamento do discurso e da prática partidária e, consequentemente, a gradual “suavização” de seu programa, de tal forma que se tornasse aparentemente compatível com interesses de vários setores da sociedade, não são considerados como fatores decisivos para a sequência de vitórias do PT a partir da metade dos anos 1980.

O partido chega às eleições de 1989 com plena convicção de que, pela primeira vez, as possibilidades de se conquistar a Presidência da República são reais.

Sob este espectro, o discurso na campanha torna-se ainda mais identificado com as perspectivas reformistas. Transformações na sociedade são propostas, mas sem rupturas ou maiores “radicalismos”. Lula ainda definia-se como socialista, no entanto enfatizava que esta organização social não estava na ordem do dia, não era para agora. E, também, não poderia ser implantada “por decreto”.

Há, neste momento, a proposta de um governo democrático-popular que pudesse implantar um novo modelo de desenvolvimento econômico, mas sem romper imediata e definitivamente com o capitalismo. Dessa forma, nas Diretrizes para Elaboração do Programa de Governo, afirma-se que o governo democrático-popular deve ser aquele que:

[...] redistribua renda, que lute pela erradicação da pobreza, pela eliminação das desigualdades sociais e regionais; que redefina o papel do

Estado, hoje sob o controle de interesses privados e de seus prepostos, que manipulam a burocracia civil e militar; que promova o crescimento econômico, condição indispensável para assegurar emprego, casa, comida, acesso à educação e possibilidade de expressão cultural para todo o povo (PT, 1999, p. 398).

O Plano de Ação de Governo, por sua vez, inicia afirmando o compromisso do partido de construir uma “democracia efetiva da maioria”. Nesta mesma linha, há em todo o documento propostas para reformar o capitalismo existente no sentido de torná-lo mais voltado para os interesses coletivos. Fala-se, então, de distribuição de renda, de mudanças no papel do Estado (indicando com isso a necessidade de uma maior intervenção na economia), reformulação do sistema financeiro, medidas de defesa do capital nacional etc.

Embora olhando em retrospectiva seja mais perceptível este movimento de constante “suavização” do discurso e da prática petista, que resultou em uma priorização absoluta da participação em eleições, no momento em que ele acontecia, nem todos atores envolvidos conseguiam (ou não queriam) enxergar este processo.

Em 1989, José Chasin, pensador de esquerda bastante arguto, já tecia críticas aos caminhos pelos quais o PT estava trilhando, inclusive dando indicações de como seria o seu desenvolvimento posterior.

Olhando para o Partido dos Trabalhadores no período eleitoral do último ano da década de 1980, Chasin afirmará que “o PT, cujo perfil prático e ideológico está inscrito na esfera da radicalidade política do capital, convive com essa sua realidade autêntica à condição hipotética e fantasiosa de santuário possível ou germinal da radicalidade do trabalho” (CHASIN, 1989, p. 139). Assim, a ideia de que o PT seria um partido socialista, para o autor, é falsa, uma ilusão. Não obstante às referências, que nesta época já não eram muito numerosas, feitas em seus documentos e por militantes em debates teóricos.

Desse modo, conforme o analista citado, toda radicalidade do PT resumiria-se a uma “revolução dos procedimentos”. Ou seja, a transformação mais drástica proposta girava em torno da ideia de participação, especialmente interna.

O próprio Plano de Ação de Governo do partido confirma estas colocações. Vejamos.

Já destacamos uma série de medidas propostas, pelo documento petista, que objetivavam reformas no capitalismo. Porém, agora

gostaríamos de destacar uma destas proposições que tem o seguinte título: “Estímulo a mais ampla participação popular nas decisões do governo, criação de mecanismos de controle social sobre os órgãos da administração pública e empresas estatais”. Seus principais pontos eram:

- estimular a organização do poder popular;
- participação dos trabalhadores na gestão das empresas estatais;
- introdução de mecanismos de participação popular na gestão dos serviços públicos [...];
- participação dos trabalhadores e usuários nas decisões e controle da previdência [...];
- incentivo aos mecanismos de participação popular [...] (PT, 1999, p. 404/405).

Verificamos que o grande diferencial do PT, em 1989, com relação aos demais partidos, de esquerda ou não, encontrava-se na intenção de tornar as instâncias decisórias internas mais abertas à participação das bases. E esta forma particular de organização, entendida como expressão mais profunda de democracia, termina por ser defendida como modelo para a ação política em geral. E, com esta defesa, os petistas mantêm o discurso de que estão lutando com radicalismo em favor dos interesses da classe trabalhadora. Sobre este aspecto, afirma Chasin:

[...] o PT é o próprio extremismo da ‘revolução dos procedimentos’. Alicerça sua *novidade* na participação, enfatiza ao máximo a *mudança de procedimentos*, professa a idolatria dos empuxos pela base, faz-se suporte de traços da democracia popular ou direta; reverberações, por assim dizer, da radicalidade rousseuniana que, todavia, em seu apreciável porte *plebeu*, só podem confirmar a natureza dessas práticas e de seus correspondentes momentos ideais como expressões de polaridade no arco político do capital, uma vez que essas modalidades de conduta não reconvertem, nem poderiam reverter tais atos à substância

política centrada sobre alógica do trabalho.
(CHASIN, 1989, p. 146/147, grifos do autor).

O Partido dos Trabalhadores não ultrapassa as formas de radicalismo burguês. Ele tentará, nesse sentido, ocupar a lacuna deixada pela burguesia nacional que, em virtude da forma específica do desenvolvimento capitalista ocorrido no Brasil, nunca apresentou um conjunto de ideias e práticas efetivamente radicais e, muito menos, formou um partido com tais características.

Com suas propostas de reformar o capitalismo e sua “revolução dos procedimentos”, o PT se propõe a realizar, no Brasil, o que a burguesia deveria ter realizado e não o fez. E, dessa forma, se encontrará em um campo demasiadamente próximo da esquerda tradicional, da qual sempre tentou se afastar.

Concordamos, então, com a afirmação de Chasin quando, analisando a campanha eleitoral de 1989, afirma que “[...] o PT com seu capitalismo mais justo e humano, supostamente realizável por atos certos da vontade política, sucumbe ao velho mal da esquerda, feito prisioneiro no ardil da completção (*sic*) do sistema do capital” (CHASIN, 1989, p. 151).

Detenhamo-nos um pouco mais nesta problemática.

Anteriormente já havíamos observado que mesmo um importante intelectual como Florestan Fernandes ainda apresenta, em suas teorias, resquícios do etapismo que marcou tão profundamente o pensamento e a ação de esquerda socialista no Brasil no decorrer de século XX.

Agora argumentaremos que esta herança não se restringe a um ideólogo do PT em particular. Este passado vai assombrar a vida de todo o partido e terminar por constituir sua própria forma de ser.

Mas é importante deixarmos claro, antes de tudo, que não há, a nosso ver, uma simples continuidade. O Partido dos Trabalhadores tenta sim superar as concepções etapistas das organizações anteriores. Existem elementos novos e diferenciadores em relação ao passado. Contudo, a ideia central, acreditamos, permanece: desenvolver o máximo possível as relações sociais burguesas para criar condições que possibilitem um próximo passo em direção à construção de uma nova ordem social. Isto se justificaria pela certeza de que não seria viável, no Brasil, passar do capitalismo diretamente para o socialismo.

No Plano de Ação Política, documento de 1986, há, por exemplo, a afirmação de que:

[...] os elementos do desenvolvimento capitalista brasileiro, mesmo estando muito longe de serem completos, indicam que no processo de construção socialista não se podem seguir mecanicamente os preceitos de substituição imediata, por meios administrativos ou executivos, da propriedade privada dos meios de produção e circulação pela propriedade social (PT, 1999, p. 254).

No parágrafo posterior, lemos ainda:

No Brasil, ainda não foram esgotadas, pelo desenvolvimento capitalista, as formas econômicas pequeno-burguesas nem a economia mercantil simples. A própria expansão diferenciada do capitalismo e seu grau médio de desenvolvimento não permitiram que a economia mercantil capitalista alcançasse um patamar elevado (PT, 1999, p. 254).

Gostaríamos de destacar dois aspectos importantes a partir destas passagens. Primeiro, subjacente a estas afirmações está a ideia de que no Brasil o capitalismo não havia se desenvolvido suficientemente para respaldar a construção do socialismo. Chamaremos esta ideia de teoria do desenvolvimento incompleto. Segundo, é importante notar a contradição desta teoria com relação à concepção, concomitantemente defendida pelo PT (enquanto instituição e por muitos de seus militantes particularmente) de que o país corresponde a uma sociedade de tipo “Ocidental”, com um capitalismo moderno e uma sociedade civil dinâmica.

Assim, quando se quer justificar ações táticas, que vão no sentido de buscar reformas e de priorizar a ação parlamentar, enfatiza-se o caráter “Ocidental” de nossa sociedade. Mas, de outro lado, quando são discutidas as possibilidades de constituição do socialismo e quais alianças devem ser formadas para se alcançar tal objetivo, ou mesmo para apenas engendrar uma alternativa de poder, então o discurso é outro. É ressaltado, então, o fato de que o capitalismo brasileiro está longe de ser completo, que tem, no máximo, um grau médio de desenvolvimento etc. Por isso, o partido deveria se empenhar em estabelecer um governo democrático-popular buscando alianças com a classe média e a pequena burguesia a fim de promover o

desenvolvimento econômico no país e só então pensar em erigir um novo ordenamento da sociedade.

Nesse sentido, lemos nas resoluções do 5º Encontro Nacional:

É preciso, então, definida uma correta política de alianças, atrair esses setores (*médios*), numa tática centrada na mobilização popular, para engrossar a luta dos trabalhadores contra a transição conservadora e pela instalação de um governo democrático e popular. (PT, 1999, p. 305, grifo nosso).

No 6º Encontro, já próximo às eleições de 1989, também é dito que “contra o projeto das classes dominantes, o PT reafirma o seu caminho para resolver a crise do ponto de vista dos trabalhadores, que á a instauração de um governo democrático-popular” (PT, 1999, p. 372).

Nas passagens acima, que remetem a formulações elaboradas em dois momentos distintos, mas que manifestam uma linha de continuidade, o partido aponta para a necessidade de formação de um governo democrático-popular. Pensemos um pouco sobre este conceito.

Recordemos algo que vimos anteriormente. A esquerda tradicional, especialmente o PCB, imbuída de sua concepção etapista de transformação da sociedade, pensava a revolução em “dois tempos”. Primeiro criava-se as condições básicas para, a partir delas, realizar as mudanças das estruturas sociais. Esta primeira fase deveria ser de desenvolvimento das forças produtivas. Então, o papel do revolucionário no Brasil deveria ser, antes de tudo, contribuir e ser o agente da ampliação e aprofundamento da “Revolução Burguesa”.

Mas, tal revolução, pensavam os comunistas, só seria possível se o capitalismo monopolista internacional fosse combatido em favor do setor produtivo nacional. Poderíamos, dessa forma, ter uma sociedade capitalista que seria capaz de estender os avanços sociais, econômicos e políticos a maior parte das pessoas.

Para a construção de tal arranjo seria necessário organizar um governo nacional-popular. Ou seja, o Estado deveria ser conquistado por uma força política que aglutinasse os trabalhadores e a burguesia nacional, ambos marginalizados pelo capitalismo monopolista.

Por fim, com o desenvolvimento econômico promovido por um programa que desse prioridade aos interesses nacionais, o governo nacional-popular poderia implementar as transformações que iriam conduzir o país ao socialismo.

Pois bem, o PT, quando afirma o imperativo de se formar um governo democrático-popular como primeiro passo que possibilitaria, a partir de reformas no capitalismo, uma transição para o socialismo, está seguindo, a nosso ver, o mesmo princípio. Com uma diferença. A aliança para a composição do governo não seria mais com a burguesia nacional em geral. Esta já teria perdido o “bonde da história” e não estaria mais interessada em governar ao lado dos trabalhadores, pois se associou ao capital internacional. Os trabalhadores, na ótica do PT, deveriam, então, se unir apenas às camadas médias da sociedade e à pequena burguesia.

Nesse sentido, nas Diretrizes de 1989, podemos ler que “um governo popular terá de se colocar a serviço dos interesses populares, dos trabalhadores, dos pequenos produtores e pequenos proprietários, das camadas médias da sociedade” (PT, 1999, p. 398).

Esta política de alianças, que deveria guiar o governo democrático-popular, não foi elaborado sem grandes debates, controvérsias e disputas no interior do partido. Para alguns, o PT deveria compor apenas com os trabalhadores, para outros deveriam ser incorporadas as camadas médias e ainda existiam aqueles que pensavam em alianças com quaisquer grupos que aceitassem o programa do partido. Mas, mesmo com tantas manifestações de abrandamento no discurso, o PT, embora tenha se aproximado,³⁷ não vence as eleições de 1989. Porém, ficou a certeza de que a conquista do governo federal era absolutamente possível.

É com essa convicção que o partido vai encarar os processos eleitorais nos anos 1990. Esta década marcará a vitória e consolidação de um reformismo ameno, com a perda, em definitivo, do horizonte socialista, que aparecerá nos documentos oficiais de maneira cada vez mais abstrata, indefinida; apesar do termo ser ainda utilizado. Contudo, mais do que nunca, ele não expressaria conteúdo significativo algum. Manifestava apenas uma impostação de caráter moral para protestar contra as injustiças deste mundo e conclamar os cidadãos a consertar estas injustiças por meio da aplicação de certos valores. Daí a ênfase dada, em todas as eleições dos anos 1990, à campanha de moralização da política. O PT cria uma imagem de partido da honestidade no interior do qual seus membros seriam incorruptíveis e, por isso, únicos com capacidade de conduzir uma política honesta que contribuiria para construção de uma sociedade mais justa. Tendo como fio condutor para

³⁷ Lula alcançou 37,86% dos votos no segundo turno.

tal tarefa a melhor utilização dos recursos públicos e a redistribuição de renda. Nisto se encerrava o socialismo petista da década de 1990.

Por outro lado, sob o espectro da possibilidade de uma conquista, via eleições, do poder executivo federal, o partido passará, a partir dos últimos dois lustros do século XX, a exaltar cada vez mais os institutos democráticos e tentar afastar a imagem anterior de organização de esquerda radical.

Nas resoluções do 7º Encontro Nacional (1990), o partido evidenciará o que defenderia como socialismo dali em diante.

Importante apontarmos algo interessante neste documento que nos dá pistas da trajetória seguida pelo partido. No item dedicado ao “Socialismo Petista”, o conceito mais discutido é, na verdade, o de democracia. No início, o texto é dedicado a deixar claro o projeto partidário. Este consiste em: “fazer do Brasil uma democracia digna deste nome. Porque a democracia tem, para o PT, um valor estratégico. Para nós, ela é, a um só tempo, meio e fim, instrumento de transformação e meta a ser alcançada” (PT, 1999, p. 429).

Há um visível esforço, não só neste trecho, mas em todo documento, em afirmar o caráter democrático da agremiação, em oposição aos demais partidos oriundos da esquerda tradicional. Observemos mais uma passagem que fortalece esta percepção. Diz o documento:

Refratário ao monolitismo e verticalismo dos partidos tradicionais – inclusive de muitas agremiações de esquerda – o PT esforça-se por praticar a democracia interna como requisito indispensável ao seu comportamento democrático na vida social e no exercício do poder político (PT, 1999, p. 429).

Quanto à concepção de socialismo, como afirmamos acima, a abstração e a indeterminação permanecem e sob vários aspectos acentuam-se. Em um determinado momento, fazendo alusão às conquistas da década anterior, diz-se que “com o sentido geral da nossa política – democrático e anticapitalista – perfeitamente assegurado, optamos pela construção progressiva da nossa utopia concreta, isto é, da sociedade socialista pela qual lutamos” (PT, 1999, p. 432).

Ressalte-se que a afirmação indica que, com uma política democrática e anticapitalista, estava-se encaminhando a construção de uma utopia: o socialismo.

Tendo como base estas afirmações, é importante indicarmos, agora, que a realização e ampliação dos direitos democráticos começam a ocupar o lugar do socialismo como objetivo final a ser alcançado pelo partido. Esta tendência vai marcar toda a trajetória do PT nos anos 1990. E, para que este movimento aconteça, seria fundamental esvaziar cada vez mais o conceito de socialismo e se opor a qualquer tentativa de precisar o seu significado.

Esta necessidade de indeterminação exigiu que o partido e seus militantes fizessem algumas afirmações que, de um lado, teoricamente não apresentam o menor sentido, e de outro, têm a função de negar qualquer identificação do PT com uma classe social em particular, para que pudesse se tornar atraente a um maior número de pessoas e, assim, conquistar possíveis eleitores.

Dentre estas afirmações podemos destacar uma que está presente no documento referido acima. Quando se discute a democracia interna do partido e o caráter tolerante para com qualquer corrente de pensamento democrático e transformador, desde o marxismo até o “cristianismo social”, podemos ler a afirmação de que “o ideário do partido não expressa, unilateralmente nenhum desses caudais, o PT não possui filosofia oficial” (PT, 1999, p. 430).

Esta estranha ideia, de que a defesa de uma visão de mundo específica seria indesejável para o partido, já era defendida por importantes intelectuais petistas antes de se tornar opinião oficial. Em 1988, na revista *Teoria & Debate*, nº 04, Francisco Weffort, que era membro da executiva nacional do PT, postulava que: “temos necessidade de melhor definição do partido no sentido ideológico, sim; mas isso não significa que tenhamos qualquer necessidade de definição do partido no sentido teórico ou filosófico” (WEFFORT, 1988, p. 02).

O PT seria, portanto, um partido de perfil ideológico definido, mas laico do ponto de vista teórico e filosófico.

Curioso é que o pensador citado afirma que o Partido dos Trabalhadores só poderia ser constituído com um perfil ideológico socialista. Assim, para Weffort é imprescindível um horizonte ideológico socialista, mas indesejável uma teoria socialista! E mais inapropriado ainda seria uma visão de mundo socialista.

Dáí inferimos que o socialismo defendido pelo intelectual petista constitui-se em um objetivo distante e intangível e que, por isso, qualquer pessoa poderia defendê-lo sem, no entanto, vislumbrar a sua realização efetiva. Socialismo como impostação moral. Somente assim poderia ser o fundamento ideológico partidário sem se fundamentar em uma teoria específica.

No mesmo sentido, Marco Aurélio Garcia afirma que: “distintamente da social-democracia, no entanto, o PT não reivindica uma filiação doutrinária, marxista ou de qualquer outro tipo. Ao contrário, afirma seu pluralismo ideológico, ou seu caráter ‘laico’” (GARCIA, 1990).

O autor toma como sendo uma grande virtude e, mesmo, o diferencial do PT, a defesa de uma ideia de socialismo, sem que esta esteja relacionada a qualquer teoria socialista.

Verificamos, diante do que foi exposto, que na medida em que avançam as conquistas parlamentares e as possibilidades de novas e maiores vitórias nas urnas, o socialismo petista, que nunca foi bem definido, vai se tornando cada vez mais abstrato e vazio de sentido real. E no decorrer da década de 1990 se esvai como fumaça ao vento.

Em 1989, um crítico do partido, José Chasin, já expressava em que ponto estava o conceito de socialismo da agremiação, e as consequências para as suas ações práticas. Dizia ele:

[...] pelo socialismo o PT simplesmente se define pela indefinição, não mais do que pela vaga e grosseira alegoria de um dia ‘o povo dirá o socialismo que quer’. É muito pior do que não dizer nada, uma vez considerado o voluntarismo escapista da expressão, seu caráter de ofensa à inteligência e, o que é ainda pior, sua forma leviana de confundir os de baixo, no próprio plano de suas maiores debilidades. Em sua perplexidade, sem ser capaz de emitir uma nota significativa, a voz do PT sobre socialismo é um sopro acanhado, que alude sem eira nem beira a mais batida e raquítica das promessas, um futuro bom, remoto e sem fisionomia, o equivalente às mais esgarçadas e ritualistas remissões aos céus, muito menos até do que o mais simplório doutrinário de cartilha (CHASIN, 1989, p. 145).

Esta realidade não se modificaria no decorrer da década de 1990.

O 1º Congresso Nacional do partido, realizado em 1991, expressa, de forma definitiva, todos os elementos discutidos até agora: vida partidária girando em torno das eleições, propostas de reforma do capitalismo, profunda indeterminação do conceito de socialismo, utilização de categorias gramscianas mal assimiladas (como acúmulo de

forças e hegemonia) para justificar uma prática voltada, quase exclusivamente, para a conquista de cadeiras no executivo e legislativo, “canonização” da democracia, proposta de um governo democrático e popular etc.

O congresso tomou, efetivamente, o caráter de organização e estabelecimento de diretrizes para as ações do partido nas eleições subsequentes (1992-1994).

As resoluções do evento não deixam espaços para dúvidas, pois afirma que seu objetivo principal é “remobilizar as energias do partido e mostrar alternativas a tudo isto que está aí. Este é o caminho para derrotar o Governo Collor, avançar nas lutas sociais e vencer as eleições de 1992, abrindo campo para, em 1994, assumir o governo do Brasil” (PT, 1999, p. 483).

No que tange a ideia de socialismo, além da indefinição, também verificamos que há, no documento, a continuação e o aprofundamento da perspectiva de que o capitalismo seria superado com a ininterrupta ampliação dos direitos democráticos. Vemos então que “para o PT, socialismo é sinônimo de radicalização da democracia” (PT, 1999, p. 499). Além disso, mais uma vez o socialismo é compreendido apenas como conjunto de orientações valorativas que deveriam servir de guia para ação política. Ainda nas resoluções do 7º Encontro em 1990, lemos que para o partido a recuperação da “dimensão ética da política é condição essencial para o restabelecimento da unidade entre socialismo e humanismo” (PT, 1999, p. 434). Sendo esta fusão o fundamento de uma sociedade sem os “vícios” do capitalismo e do socialismo real.

Esta perspectiva, de fundamentação moral do socialismo, retorna em vários momentos nos documentos do I Congresso de 1991. Em um destes trechos verificamos a afirmação de que a “utopia socialista” não era entendida, no PT, apenas como uma postura teórica, mas “principalmente como um novo modo de fazer e viver a política, uma nova práxis partidária e social, que incorpore, de fato, os valores libertários e socialistas” (PT, 1999, p. 497).

Também os conceitos de hegemonia e acúmulo de forças são retomados e consolidados como meios definitivos para alcançar o objetivo central vislumbrado pelo partido: a conquista do governo federal. Nesse sentido, o documento daquele congresso propõe que a “disputa de hegemonia é parte fundamental da estratégia de transformação revolucionária do Brasil – já que entendemos que o poder político se constrói no cotidiano das lutas [...]” (PT, 1999, p. 503).

Alguns parágrafos depois há uma exposição sobre o desenvolvimento desta estratégia no final da década de 1980 e início dos anos 1990. Lemos, então, que

Até 1987, a disputa pela hegemonia era colocada, basicamente como uma política de acúmulo de forças, a partir da avaliação de que não estava na ordem do dia a tomada do poder ou uma crise revolucionária. Depois de 1989, a disputa pela hegemonia passa, necessariamente, a incluir a disputa pelo governo federal em 1994, a gestão das administrações municipais, a luta pela democratização do Estado e por reformas sociais, assim como a organização e o crescimento dos movimentos sociais (PT, 1999, p. 505).

Novamente podemos perceber claramente como o Partido dos Trabalhadores transforma a disputa eleitoral no elemento primordial de sua existência. A prioridade da luta pela conquista de posições no parlamento e no poder executivo é assumida sem nenhum constrangimento a partir do I Congresso.

Em outros momentos, o documento referente a este evento também fala de mudanças sociais pretendidas, sem fazer qualquer alusão ao socialismo como objetivo final. Tais modificações seriam, portanto, apenas reformas no capitalismo na tentativa de melhorar a vida das pessoas sem ultrapassar os limites deste sistema. Partindo desta ideia afirma que

[...] disputar hegemonia, hoje, significa construir um enorme movimento social por reformas em nosso país, essencial para viabilizar um caminho alternativo de desenvolvimento, que tenha entre suas principais características a incorporação à cidadania e ao trabalho de milhões de marginalizados e deserdados sociais existentes no Brasil (PT, 1999, p. 512).

Se olharmos um pouco mais de perto como o PT imagina que vai levar adiante as transformações sociais, por ele propostas, perceberemos o quão reformista é o conteúdo de suas concepções naquele instante.

O primeiro ponto que gostaríamos de destacar é que há uma convicção de que o mercado pode ser controlado e servir aos interesses coletivos. Vejamos o seguinte trecho do documento de 1991: “o PT entende que só uma combinação entre planejamento estatal e um *mercado orientado socialmente* será capaz de propiciar o desenvolvimento econômico com igualdade na distribuição das riquezas [...]” (PT, 1999, p. 501-502, grifo nosso). E, um pouco à frente, vai-se ainda mais longe nesta convicção: “o mercado sob controle do planejamento democrático e estratégico e orientado socialmente, é compatível com nossa concepção de socialismo.” (PT, 1999, p. 502)

Ou seja, com base em um mercado controlado poderíamos construir uma nova ordem social!

Além do controle sobre o mercado, a distribuição de renda aparece em todo o texto das resoluções do I Congresso como o outro pilar que sustentará a constituição da nova sociedade pretendida pelos petistas. Ao propor um novo modelo de crescimento econômico, o partido tenta distinguir seu plano dos demais, que indica como sendo próprios de um capitalismo sem controle. Ao contrário do que já foi tentado antes, o partido assevera que “trata-se de distribuir renda para crescer, e crescer distribuindo renda; trata-se de fazer do Estado um instrumento de repartição cada vez mais igualitária.” (PT, 1999, p. 514).

Diante destas afirmações, concordamos com Chasin quando aponta que as propostas de mudança social do PT têm no distributivismo sua espinha dorsal.

Mas, é importante ressaltar que a ideia subjacente a essa postura é a de que, por meio de uma maneira diferente de pensar e agir, quando alçado ao poder político, seria possível amenizar os males sociais provocados pela própria natureza da sociabilidade dominada pelo capital. Em outras palavras, a política feita com boas intenções poderia diminuir os efeitos negativos do capitalismo. Este modo de entender a política e a sociedade capitalista é reflexo, pensamos, de um ponto de vista marcado pela centralidade da subjetividade, que, por sua vez, conduz a uma consideração superestimada da política (politicismo), na qual se afirma que este complexo social é capaz de realizar coisas que não estão, efetivamente, ao seu alcance.

No distributivismo petista há a ideia de que a distribuição pertence a certo espaço social que não tem relação com a esfera produtiva. E somente partindo desta constatação é possível pensar em alterar radicalmente um lado sem fazer o mesmo na outra ponta. Porém, o PT, com sua proposta de distribuição de renda, compreende que a

produção está relacionada com a base econômica da sociedade, mas a distribuição é um assunto político-institucional.

Como já comentamos anteriormente, estas concepções expostas no I Congresso sintetizam e aprofundam as teorias e práticas que o PT já vinha desenvolvendo desde a segunda metade dos anos 1980. Importante frisar que, nesta trajetória, até o último ano da década, o socialismo ainda aparecia nos documentos e discussões do partido como objetivo final. E, embora sempre existisse uma acentuada imprecisão com relação ao conceito, entendia-se a ordem socialista como sendo, em sua essência, algo diferente do capitalismo. Durante os anos 1990, no entanto, verificamos que de ideia indefinida e pouco clara o socialismo obterá o status de conceito vazio, uma simples palavra que significará, quando muito, uma sociedade capitalista com preocupações sociais, com menos desigualdade e mais democracia.

Esta tendência seguirá até um ponto em que mesmo a palavra será apagada do discurso petista e a necessidade de conquistar o poder político, via eleições, toma proporções que obrigam o partido a esquecer até mesmo as propostas de reforma mais abrangentes e o colocará, definitivamente, como agente promotor do desenvolvimento capitalista no Brasil.

O ponto culminante desta trajetória é a “Carta ao povo brasileiro”, assinada por Lula, nas vésperas das eleições de 2002, ano em que venceria as eleições presidenciais (LULA, 2002). O objetivo principal do documento era “acalmar” o mercado, demonstrando que as mudanças, se ocorressem, seriam encaminhadas no sentido de melhorar e beneficiar o funcionamento do capitalismo no Brasil.

Na carta, são explanadas as intenções, de um possível governo do PT, em promover o desenvolvimento econômico com o máximo de respeito aos contratos e à ordem social estabelecida.

Nesse sentido, logo no primeiro parágrafo, podemos ler que a intenção do PT é promover uma mudança “para conquistar o desenvolvimento econômico que hoje não temos”. No parágrafo 35, afirma, ainda, que o “Brasil precisa navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social” (LULA, 2002).

Para alcançar esta meta seria fundamental um incentivo às exportações e, consequentemente, ao agronegócio e à ampliação do mercado interno. Desse modo, o partido coloca-se, neste documento, como melhor alternativa para resolver a crise do capital no interior de sua própria lógica. Mas alerta que só poderá realizar tal objetivo contando com a adesão de amplos setores da sociedade, inclusive a alta

burguesia. É com orgulho que Lula nos esclarece que “parcelas significativas do empresariado vêm somar-se ao nosso projeto”.

Com tal base de apoio, a afirmação de que não haveria rupturas, em seu governo, com relação às regras da economia capitalista seria redundante. No entanto, o então candidato e seu partido fazem questão de enfatizar este aspecto de suas propostas. No décimo primeiro parágrafo da Carta aos Brasileiros, indica-se que a “premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país” (LULA, 2002). Mais adiante, no vigésimo terceiro e vigésimo quarto parágrafos, nos diz que “superando a nossa vulnerabilidade externa poderemos reduzir de forma sustentada nossa taxa de juros [...] Esse é o melhor caminho para que os contratos sejam honrados.” (LULA, 2002).

Por outro lado, a palavra socialismo não aparece uma única vez em todo texto, tão pouco os termos hegemonia e acúmulo de forças.

Constata-se que acumular forças para a conquista da hegemonia dos trabalhadores no exercício do poder com o objetivo de promover reformas que conduzissem a instituição de uma sociedade socialista foi um discurso relegado ao passado. O que ficou foi a supervalorização do processo eleitoral como meio de alcançar o poder político e a ideia de, que por meio deste, seria possível agir sobre a sociedade no sentido de melhorar a vida das pessoas, e, neste momento, na concepção petista isto deveria ser feito com respeito irrestrito aos limites legais da ordem estabelecida.

Quando olhamos para esta trajetória do PT, do final dos anos 1980 até o início do século XXI, percebemos que o discurso e a prática do partido vão gradualmente ganhando uma orientação que aponta para um completo domínio de uma perspectiva subjetivista que propõe a participação política institucional como eixo central da atuação petista. O que representava um conflito interno entre dois pontos de vista diferentes, que expressavam duas possibilidades igualmente distintas de desenvolvimento histórico, termina, por fim, com a efetivação, e pleno domínio, de uma delas em detrimento da outra. A concepção da centralidade da política torna-se predominante nas teorias e na prática do PT.

Para entender esta trajetória, muitos autores já se debruçaram sobre a história do partido e produziram uma série de explicações que dão pistas sobre o que aconteceu. No decorrer deste texto, já demos algumas indicações de como entendemos este fenômeno. No próximo capítulo, faremos uma discussão final com a intenção de sintetizar e organizar as ideias e argumentos expostos aqui. Isto na tentativa de

tornar mais inteligível nosso ponto de vista acerca da trajetória do Partido dos Trabalhadores.

E para iniciarmos esta tarefa faremos uma rápida exposição de algumas explicações desenvolvidas no sentido de compreender este fenômeno, com o objetivo de demarcar aproximações e distanciamentos entre tais teorias e a nossa interpretação particular.

CAPÍTULO 8 O DEBATE SOBRE A TRAJETÓRIA DO PT

Anteriormente seguimos a trajetória do PT dos anos 1980 até a década de 1990. Para guiar nosso estudo, tomamos como referência os principais documentos produzidos pelo partido bem como as concepções de alguns de seus mais importantes teóricos e textos publicados por seus militantes em seu órgão de imprensa e de difusão de ideias. Fizemos, ainda, alusões sobre a variação do comportamento petista com relação às eleições no decorrer deste caminho.

Muitos livros, teses, artigos etc. foram produzidos na intenção de tentar explicar o desenvolvimento histórico do PT. Os autores, por sua vez, partem dos mais diferentes referenciais teóricos para argumentar em favor de suas, igualmente variadas, hipóteses.

Neste capítulo tentaremos discutir algumas propostas de explicação para a história do PT e, também, expor as bases teóricas que fundamentam muitas explicações acerca deste fenômeno.

Aqui trataremos apenas da estrutura fundamental de alguns dos grandes campos em que se inserem as interpretações mais recorrentes no que tange a evolução do Partido dos Trabalhadores.

Iniciaremos com alguns conceitos mais gerais que sustentam as teorizações no campo da direita e que têm por base uma sociologia política conservadora. Posteriormente, analisaremos algumas reflexões realizadas no próprio campo da esquerda, inclusive feita por autores que atuavam no partido e que, de acordo com a particular interpretação de cada um, afastaram-se da agremiação em épocas diferentes.

Finalmente, levantaremos algumas questões com relação às explicações propostas anteriormente e apontaremos uma outra possibilidade de entendimento do evoluir histórico do partido, que, se não desautoriza os demais (fundamentalmente os de esquerda), ao menos traz para o debate alguns elementos que, a nosso ver, ainda não foram devidamente considerados.

No âmbito da sociologia política de direita, encontramos algumas das concepções mais insistentemente utilizadas para compreender as transformações do Partido dos Trabalhadores. Neste campo conceitual, podemos destacar, primeiramente, a influência das ideias de Gaetano Mosca, que aparecem como referência em muitas explicações do fenômeno em foco. Vejamos isso mais de perto.

Ao observar que o PT parte de um estágio em que a democracia interna e a participação das bases eram elementos vigorosos e que decisões fundamentais eram discutidas em grandes encontros nacionais nos quais todos, de alguma forma, tinham o direito de participar, deste

ponto de partida chega-se, fundamentalmente nos anos 1990, em um momento em que uma única corrente interna, a Articulação, toma para si a direção do partido e marginaliza os demais grupos das instâncias decisórias e age independentemente das bases. Então, tendo em mente este movimento, muitos autores recorrem à teoria da “necessidade” da classe dirigente de Mosca.

O autor italiano afirma que é uma lei insuperável da vida social a formação de um grupo capacitado a dirigir a sociedade, as instituições etc. e outro que, de maneira imperativa, deve se colocar como grupo dirigido. Em suas palavras:

Entre os fatos e tendências encontrados de maneira constante em todos os organismos políticos, um é tão óbvio que é visível até ao observador menos atento. Em todas as sociedades – desde as parcamente desenvolvidas, que mal atingiram os primórdios da civilização, até as mais avançadas e poderosas – aparecem duas classes de pessoas: uma classe que dirige e outra que é dirigida. A primeira, sempre menos numerosa, exerce todas as funções políticas, monopoliza o poder e goza das vantagens que o poder traz consigo, enquanto a segunda, mais numerosa, é dirigida e controlada pela primeira, de maneira ora mais ou menos legal, ora mais ou menos arbitrária e violenta, e supre aquela, pelo menos aparentemente, com meios materiais de subsistência e com o instrumental necessário à vitalidade do organismo político (MOSCA, 1966, p. 51).

O PT, portanto, não poderia escapar desta lei universal. Assim, quando a minoria dirigente passa a monopolizar o poder, em face da maioria dirigida, o partido torna-se melhor, mais eficaz eleitoralmente e menos propenso à dissolução. O que ocorreu daquele momento inicial, marcado pela democracia interna, até o outro, em que havia o predomínio total de apenas uma corrente e que um grupo dirigente se perpetuava no poder, foi apenas um processo natural e inexorável.

Com a mesma matriz teórica, outro autor, o alemão Robert Michels, indicará que na vida social em geral e nas instituições particularmente, há sempre um movimento de formação de oligarquias. Para o autor, “existe uma tendência que leva estratos sociais no

desempenho de funções específicas a se isolarem, a produzirem órgãos apropriados para a defesa de seus próprios interesses específicos. A longo prazo tenderiam a sofrer uma transformação em classes distintas” (MICHELS, 1966, p. 102). Em outra passagem diz, ainda, que a “oligarquia é, como tem sido, uma forma preordenada de vida comum de grandes agregados sociais” (MICHELS, 1966, p. 102).

Ao analisar o que chamamos de partidos de esquerda, o autor conclui que sua teoria não se antagoniza com a estrutura interna destas organizações. Ao contrário, propõe que até mesmo os partidos inspirados nas concepções de Marx estão submetidos à lei universal que prevê a constituição de oligarquias em qualquer instituição social. Nesse sentido, afirma que o materialismo histórico não se opõe à sua teoria, mas a completa e a reforça. Desse modo, “não há contradição necessária entre a doutrina de que a história seja o registro de continuadas séries de lutas de classes e a doutrina de que as lutas de classes culminem invariavelmente com a criação de novas oligarquias que se fundem às anteriores” (MICHELS, 1966, p. 102).

Socialismo, capitalismo, ou qualquer outra forma de organização social, não estão livres da “lei de ferro da oligarquia”. Também as organizações políticas de direita ou de esquerda não poderiam se esquivar dela.

Além disso, Michels propõe que as agremiações políticas têm como fim último a conquista do poder e, sendo o poder inevitavelmente conservador, qualquer partido sempre se fundamentará em uma base conservadora. Não interessa se possui um caráter socialista, social-democrata ou liberal.

A partir desta consideração e do exame dos partidos de seu tempo, entende que “a política interna das organizações partidárias, nos dias de hoje, ou é totalmente conservadora ou está em vias de sê-lo” (MICHELS, 1966, p. 106).

É possível extrair destas concepções o instrumental analítico para compreender a trajetória petista. Neste ponto de vista poderíamos, junto com alguns estudiosos, ponderar que na medida em que a possibilidade de alcançar vitórias eleitorais, dentro dos limites institucionais, fica mais próxima de se tornar realidade o seu caráter conservador vai se impondo de maneira cada vez mais clara. E ocorre que:

Ao invés de ganhar energia revolucionária com aumento de força e solidez da sua estrutura, acontece exatamente o contrário; resultou, *pari*

passu a seu crescimento, um contínuo aumento na prudência, e timidez, mesmo, em que sua política se inspira. O partido, continuamente ameaçado pelo Estado, do qual depende sua existência, evita cuidadosamente (já que atingiu sua maturidade) tudo o que poderia em excesso irritar o Estado (MICHELS, 1966, p.109-110).

É neste momento que o partido deixa de ser meio para alcançar certos fins, como o socialismo, por exemplo, e se transforma em fim em si mesmo. E este movimento representará, segundo o sociólogo alemão, um desligamento da instituição para com a classe que representa. Para o partido aqui estudado normalmente indica-se, como momento de desconexão com a classe, meados dos anos 90 do século passado.

E, desse modo, as atividades do partido, quase em sua totalidade, serão voltados para sua perpetuação e fortalecimento. Em seus primeiros anos de existência, o Partido dos Trabalhadores, que se proclamava socialista, estava a todo instante afirmando seu caráter revolucionário e propunha medidas radicais como meio de transformar a sociedade. Mas, quando a possibilidade de assumir o poder tornou-se real, a coisa mudou de figura, e o socialismo alardeado restringiu-se ao papel e, por fim, sumiu definitivamente da vida da instituição.

Podemos ainda seguir um pouco mais com a interpretação da história petista, a partir das ideias de Michels. Conforme este autor, no estágio de “maturidade”, o partido de esquerda desperta para a noção de “responsabilidade” e reprime os grupos mais radicais que existem em seu interior. Neste processo, o partido, ao perder o ímpeto transformador, torna-se inerte, ocioso, não só no que se refere à ação, mas também no pensamento. (MICHELS, 1966). Neste patamar do desenvolvimento da organização, teríamos um “partido conservador ótimo que (já que o efeito sobrevive a causa) continuaria a empregar a terminologia revolucionária, mas na prática real ocupa as funções de uma oposição constitucional” (MICHELS, 1966, p. 113).

Se olharmos para o PT nas eleições dos anos 1990 e na de 2002, poderíamos ser tentados a classificá-lo como partido conservador ótimo.

Diante de tudo isso, o autor conclui, sem espaços para dúvidas, que a tendência conservadora e o processo de oligarquização presentes em todas as sociedades e instituições manifestam-se da mesma maneira em partidos que defendem o socialismo.

Uma rápida visualizada na história dos partidos da esquerda socialista no Brasil, e inclusive no PT, poderia nos levar a concordar

com a maior parte das ideias do autor alemão. Porém, uma análise mais aproximada nos conduziu a outras vias explicativas. Mais adiante, retornaremos a estas questões e as apresentaremos sob um ponto de vista diferente.

Outro autor que tem sido fonte para pesquisadores brasileiros para explicar a história petista é o italiano Angelo Panebianco.

Este autor oferece um modelo de análise das transformações institucionais em que dois fatores se combinam: os “ambientais” e os “internos”. Os primeiros estimulam reações internas nos partidos e provocam um conjunto de novas situações que, por sua vez, estimulam a organização a agir de uma maneira, até então, inédita. Em todo esse processo de mudança há três fases distintas: “1º deflagra-se uma crise interna devido às pressões ambientais; 2º ocorre uma mudança na composição de forças do grupo dirigente do partido e, 3º o novo grupo hegemônico procede a uma reestruturação organizacional, em dois aspectos principais: a) mudam-se as regras institucionais intra partidárias e b) redefini-se as metas oficiais da agremiação” (PANEBIANCO apud RIBEIRO, 2004, p. 114-115).

Ribeiro (2004) nos traz um interessante resumo das argumentações que tomam as concepções de Panebianco como ponto de partida explicativo para o problema do desenvolvimento histórico do PT. Afirma que, em meados dos anos 1990, o Partido dos Trabalhadores deixa de se constituir como um partido “antissistema” para se afirmar como uma agremiação “legitimadora do sistema”.³⁸

Seguindo o modelo de Panebianco, Ribeiro afirmará que esta transformação ocorrerá por causa de certos estímulos externos – de um lado a derrota de Lula em 1994 e, por outro lado, as crescentes conquistas de cargos eletivos que aumentavam as “responsabilidades governativas”. Tais fatores colocaram-se em meio a algumas condições internas preexistentes. Ou seja, estava ocorrendo, no interior do PT, desde 1993, uma polarização que se desenvolvia para uma hostilização ao grupo que dirigia o partido naquele momento.³⁹ E estes conflitos agravavam-se na medida em que os dirigentes da agremiação tentavam

³⁸ O autor segue, neste aspecto, a caracterização de G. Sartoi em que aponta como um partido antissistema aquele que visa “causar *impactos deslegitimadores* sobre o sistema”. Exercem, assim, uma “oposição irresponsável”.

³⁹ Importante lembrar que, em 1993, o grupo interno que fora hegemônico desde a primeira metade dos anos 1980, a Articulação, perde a direção do partido. Isto representou um curto período em que o PT tenta retomar o discurso mais à esquerda. Porém, logo a Articulação une-se a outros grupos e forma um “campo majoritário” que dominará o PT até sua ascensão ao poder executivo federal.

implementar uma política partidária que recuperasse a antiga vestimenta de esquerda e, assim, radicalizava-se e perturbava o desenvolvimento “natural do partido”. Este novo grupo dirigente foi apontado como responsável pela derrota nas eleições presidenciais, sofrendo duras críticas, inclusive do próprio Lula.

Instaurou-se, então, uma crise interna. Em consequência vai ocorrer uma mudança na estrutura de poder no interior do partido. No caso, verificaremos a formação do chamado “Campo Majoritário”, que foi hegemonizado pela Articulação. Esta então retorna ao comando do PT e promove consideráveis alterações nas regras institucionais da agremiação, inclusive dificultando ao máximo a ascensão de outras correntes à direção partidária.

Além disso, o “novo” grupo hegemônico irá reorientar os objetivos e os meios para alcançá-los, que orientarão o partido daquele momento em diante.

Após todo esse processo, o PT deixaria de ser um partido antissistema para se tornar uma organização legitimadora do sistema, ou pró-sistema.

Mas, é importante ressaltarmos que Ribeiro, tendo como base, além de Panebianco, também as concepções de G. Sartori, aponta que este movimento é irresistível. É, portanto, uma lei universal e necessária que rege o desenvolvimento de qualquer organização partidária que se proponha, em um primeiro momento, antissistêmica. Há um impulso natural para o arrefecimento de sua postura contrária ao sistema que se segue, consequentemente, para uma integração plena a este.

Quando os partidos de esquerda tornam-se instituições “relevantes” no quadro político vigente, a agremiação, necessariamente, abandona a “oposição irresponsável” e passa a fazer uma “oposição responsável”, pois percebe que tem chances reais de conquistar cadeiras no parlamento e, por isso, regula seu discurso de oposição, moderando-o.

Este modelo pode, segundo alguns autores, perfeitamente esclarecer o porquê da trajetória particular do PT no Brasil.

Contudo, gostaríamos de expor outra possibilidade de explicação deste fenômeno que ainda se encontra no campo ideológico liberal-conservador.

O ponto de partida para a compreensão do caminho percorrido pelo Partido dos Trabalhadores que destacaremos agora é a ideia de que ocorreu, com o passar dos anos, um progresso teórico e prático do conceito de socialismo democrático. O partido, na medida em que

desenvolvia esta concepção, tornava-se cada vez mais moderno e preparado para gerir os negócios públicos.

Dentro deste ponto de vista, entende-se que a história petista é resultado de uma constante tentativa de se afastar tanto das experiências socialistas existentes quanto da social-democracia, propondo uma nova articulação entre socialismo e democracia.

Nesse sentido, sua história teria sido marcada pela constante tentativa de aplicar esta “nova” concepção e, concomitantemente, o constante aprimoramento de sua perspectiva política.

Portanto, o que muitos apontam como mudança de orientação, metamorfose, desvio, transformações institucionais etc., é entendido apenas como um processo contínuo de aperfeiçoamento que qualificará, por fim, o partido para assumir o poder político.

A agremiação em sua maturidade teria chegado a uma ideia de socialismo mais apropriada e condizente com a realidade brasileira. Além disso, estava cada vez mais atenta às verdadeiras possibilidades de realização de seu programa.

É com este viés que intelectuais como Weffort (1988), Garcia (1988) etc., e também pesquisadores com Brandão (2003) compreendem a história petista.

Dentro do campo da esquerda também há uma variedade de interpretações acerca da história do PT.

Parte significativa de pensadores e militantes que ainda mantêm um referencial teórico-político à esquerda quando refletem acerca deste fenômeno apontam um “desvio” das direções petistas como sendo responsável por sua inflexão à direita.

Assim, a responsabilidade pelo caminho traçado pelo partido estaria nas decisões tomadas pela direção partidária. Ocorre que a classe dirigente petista burocratizou-se e conquistou certos privilégios e tentariam a todo custo mantê-los e ampliá-los. Por outro lado, vislumbrado reais possibilidades de conquistas eleitorais, a direção orientaria o partido no sentido de evitar o máximo possível o confronto com o Estado e com os valores democráticos. Neste processo de integração, o partido penderia cada vez mais para a direita.

Valério Arcary, intelectual socialista atuante e ex-militante do PT, em recente artigo sobre a trajetória do partido, afirma que, no início dos anos 1980, o Partido dos Trabalhadores havia sido o maior partido da classe trabalhadora brasileira e que Lula e a direção partidária, de então “foram capazes de empolgar um partido” (ARCARY, 2011, p. 01).

A questão levantada é que o partido em 2011 é bem diferente daquele dos anos 1980. Não obstante, conforme Arcary, o núcleo dirigente continua essencialmente o mesmo.

O problema é que, apesar dos avanços conquistados no início, possibilitados fundamentalmente por certas condições objetivas e subjetivas particulares, o PT fora dirigido, desde a fundação, por um “bloco político que uniu uma fração da burocracia sindical com aspirações de classe pequeno-burguesas” (ARCARY, 2011, p. 05).

Para o ex-militante do partido, a classe trabalhadora não tinha efetivamente o controle das lutas sociais, “não dirigia, foi acaudilhada”. Sendo que a fração dirigente “aceitava o papel de caudilho de Lula, simultaneamente, como porta voz público e como Bonaparte interno de suas variadas agrupações” (ARCARY, 2011, p. 05).

Nesta perspectiva, o início da transformação do PT é indicada em 1988, quando o partido assume a prefeitura de São Paulo (ARCARY, 2011). Em 1989, já é possível verificar um total compromisso da direção com a institucionalidade e, a partir deste momento, o partido caminharia cada vez mais em direção à sua integração ao sistema, mesmo se para isso tivesse que se posicionar contra os interesses da classe trabalhadora.

Coelho (2005) também enfatiza o papel das direções na história petista. Porém, este autor sugere que o que devemos considerar em primeiro lugar para compreendermos a reorientação das direções é o abandono, por parte destas, do referencial teórico marxista.

Ao estudar a trajetória das correntes internas que formaram o que ficou conhecido como “campo majoritário” (composto pela Articulação e a Nova Esquerda), Coelho argumenta que ao desconsiderarem a perspectiva teórica de Marx estas organizações passam para a “zona de hegemonia da classe dominante”. E como constituíam o núcleo central da direção petista conduziram o partido, como um todo, a um caminho que terminou na completa integração ao sistema. O PT tornou-se, então, “uma esquerda para o capital”. Nesse sentido, referindo-se a estas frações dirigentes, Eurelino Coelho afirma que:

De intelectuais orgânicos e pretendentes à condição de vanguarda comunista elas passaram à negação da revolução e à produção da desorganização política da classe trabalhadora. Os elementos marxistas anteriormente vigentes nos projetos políticos foram cancelados, e em seu

lugar vigoram noções pós-modernas e liberais da política, da sociedade e da história. (COELHO, 2005, p. 513).

Gostaríamos de destacar, também, outra linha argumentativa acerca da particular trajetória petista que possui uma estrutura de raciocínio diferente das demais. A ideia fundamental é a de que o PT, em um dado momento de sua história, deixa de ser o representante político dos trabalhadores e passa à expressão dos interesses de outra classe social. Isto, claro, não ocorrerá de maneira abrupta, mas será o resultado de um longo processo em que fatores objetivos e subjetivos contribuirão para a configuração final do quadro.

Dentro desta abordagem, Francisco de Oliveira nos traz indicações interessantes.

Para este autor, a partir dos anos 1990, o Partido dos Trabalhadores se constituiu como representante de uma “nova classe social”. Neste momento, verificamos que a classe trabalhadora sofre sérios impactos da reestruturação produtiva do capital e, por isso, perde significativamente a “força social” conquistada nas décadas de 70 e 80 do século XX. Juntamente com isso vê-se o declínio de sua “força política”, tendo em vista que “difícilmente tais mudanças deixariam de repercutir na formação da formação da classe” (OLIVEIRA, 2006 p. 145).

Tendo como pano de fundo este recuo das lutas sociais e políticas, levadas a cabo pelos trabalhadores, e uma nova realidade do capitalismo mundial, ocorre uma transformação na própria estrutura de classe emergindo, deste contexto, um grupo que, tendo sua origem entre os trabalhadores, se destacará deles pelo papel dirigente que ocupará no PT e nos sindicatos. Formando-se como uma “elite”, logo se empenharão em organizar e administrar fundos de previdência complementar. Dessa maneira, tornaram-se, em alguma medida, agentes do capital financeiro.

Conforme Oliveira:

Tal simulacro produziu o que Robert Kurz chamou de “sujeitos monetários”: trabalhadores que ascendem a essas funções estão preocupados com a rentabilidade de tais fundos, que ao mesmo tempo financiam a reestruturação produtiva que produz desemprego (OLIVEIRA, 2006 p. 146).

Tais sujeitos monetários formarão o que o autor da *Crítica da Razão Dualista* chamou de “nova classe social” que seria, então, representada politicamente pelo PT. Este fenômeno, segundo Oliveira, esclareceria a aproximação existente entre PT e PSDB, pois ambos representariam os interesses desta nova classe. Nesse sentido, afirma:

É isso que explica recentes convergências pragmáticas entre o PT e o PSDB, o aparente paradoxo de que o governo de Lula realiza o programa de FHC, radicalizando-o: não se trata de equívoco, nem de tomada de empréstimo de programa, mas de uma verdadeira nova classe social, que se estrutura sobre, de um lado, técnicos e economistas doublés de banqueiros, núcleo duro do PSDB, e trabalhadores transformados em operadores de fundos de previdência, núcleo duro do PT (OLIVEIRA, 2006, p. 147).

Desse modo, a explicação para singular trajetória do Partido dos Trabalhadores encontra-se na ascensão de uma nova classe que, por sua vez, encontrava-se fortemente representada na direção partidária. Este fato impôs ao partido, a partir dos anos 1990, uma inflexão no sentido de melhor integração deste órgão político com as necessidades desta nova classe social e, conseqüentemente, do capitalismo, tal como se manifesta nos países periféricos, principalmente de seu extrato financeiro.

Mauro Luis Iasi, em seu importante estudo, *As Metamorfoses da Consciência de Classe*, também identifica as transformações no PT com uma mudança na representação de classe ocorrida no partido.

Afirma, como Oliveira, que as camadas dirigentes mudaram de classe social. Porém, diferentemente do autor tratado acima, não propõe que tenha emergido uma nova classe social. Defende, ao contrário, que os dirigentes petistas passaram a compor a já bem conhecida pequena burguesia.

Iasi, em seu texto, analisa a definição que Marx oferece no *18 Brumário* sobre a pequena-burguesia e propõe a existência de uma aproximação entre o caráter geral desta classe, tal como caracterizada pelo pensador alemão e as mudanças verificadas na trajetória do PT. Afirma, então, que

A síntese, pedindo emprestadas as palavras de Marx, de um programa que quebra o “aspecto

revolucionário das reivindicações proletárias”, dando a elas uma “feição democrática”, ao mesmo tempo em que despe a “a forma meramente política” das ambições democráticas da pequena burguesia para apresentá-las como “socialistas”, afigura-se-nos extremamente adequada para descrever, em sua contraditoriedade e complexidade, o movimento que culmina na inflexão moderada (*do PT*). (IASI, 2006, p. 557, grifo nosso).

Mas, o autor levanta ainda algumas questões importantes para melhor compreensão deste fenômeno. Se a maioria dos representados pelo partido, bem como seus dirigentes são oriundos das classes trabalhadoras, como foi possível esta transformação pequeno-burguesa?

Há duas respostas para isso e elas se complementam. Por um lado, houve realmente uma “mudança de classe”, alguns trabalhadores tornaram-se efetivamente pequeno-burgueses. E, por outro lado, segundo o autor, “é possível uma classe, sem deixar de ser trabalhadora, ser hegemonizada por uma orientação pequeno-burguesa” (IASI, 2006, p. 558).⁴⁰

A formação deste quadro, por sua vez, ocorreu de maneira bastante complexa. Acompanhemos o raciocínio do autor.

Nos anos 1990 há uma enorme ofensiva do capital contra o trabalho. Isto determinou um importante refluxo nas lutas dos trabalhadores. Contudo, a classe trabalhadora continuou reconhecendo no PT uma referência política, influenciada fundamentalmente pela lembrança da atuação do partido nos anos 1980 e de seus principais dirigentes nas greves do final da década de 1970.

Frente à perda de força social da classe trabalhadora, o PT começa um movimento defensivo e de “inflexão moderada”. Ainda assim, os trabalhadores continuam, de alguma forma, dando respaldo ao partido.

É justamente neste processo que se forma um setor que seria o elemento central nas transformações ocorridas no Partido dos Trabalhadores. Nas palavras de Iasi: “a base social do influxo moderado do PT, e que torna possível a prevalência de um horizonte pequeno-

⁴⁰ Iasi, em todo seu texto, argumenta de forma instigante como a formação da consciência de classe se constitui de uma forma muito mais complexa e mediada do que a simples posição ocupada na produção. Contesta, também, as teses que apresentam a classe trabalhadora e sua consciência como sendo ontologicamente revolucionária ou, no extremo oposto, ontologicamente reformista. (IASI, 2006).

burguês no projeto deste partido, está na *burocracia partidária sindical*" (IASI, 2006, p. 559, grifo do autor).

Chegamos à conclusão de que as mudanças ocorridas no PT estão ligadas fundamentalmente ao crescimento e à ampliação da atuação de uma camada que se destaca da classe trabalhadora, formando uma "classe" burocrática que tem uma evidente aproximação com a pequena-burguesia. Conforme o autor, o processo de reorientação teórica e prática do Partido dos Trabalhadores coincide com o "amadurecimento" desta camada no interior do PT.

Importante também ressaltarmos que para IASI o momento que pode ser apontado como início desta inflexão é o ano de 1990, em que o partido realizou seu 7º Encontro Nacional.

Até aqui expomos diferentes compreensões da particular trajetória seguida pelo Partido dos Trabalhadores. Todas as análises foram realizadas a partir de estudos e reflexões realizadas *post festum*. Ou seja, os autores olharam para trás e puderam distinguir o período anterior à transformação e o partido depois do processo de mudança, em sua nova configuração. E, tendo como base de pesquisa estes dois momentos, desenvolveram hipóteses explicativas para tentar responder por que e como se deu tal fenômeno. Investigações assim realizadas facilitam a apreensão do objeto em seu movimento dialético.

Agora, gostaríamos de chamar a atenção para algumas ideias de um pesquisador que se encontrava no campo de reflexão da esquerda e que, diferentemente dos demais, desenvolveu sua argumentação acerca da evolução histórica do PT no momento mesmo que ela estava se realizando. Estamos nos referindo ao professor José Chasin.

Este autor, em 1989, faz uma análise extremamente interessante do PT naquele momento e consegue apreender alguns elementos constitutivos desta organização política que, a nosso ver, são tão importantes quanto pouco estudadas. Tais elementos, estamos convictos, podem servir de base para uma melhor compreensão da história do partido. Pensamos, desta maneira, por que muitas de suas afirmações, consideradas muito duras à época, não só foram comprovadas pelo evoluir histórico como ampliadas em seu alcance.

Para Chasin, um autêntico partido do trabalho não pode se restringir aos limites políticos estabelecidos pelo capital. Deve, por outro lado, operar tendo como ponto de partida a própria radicalidade do trabalho e, dessa maneira, configurar-se como: "instrumento de mediação política da atividade social conscientemente transformadora, que assume a potência regencial da lógica do trabalho e a este como protoforma de toda prática social [...]" (CHASIN, 1989, p. 143).

Tal partido deveria, então, ser voltado principalmente não para representar uma parte da sociedade, mas para afirmar continuamente a universalidade humana “expressa na potência de uma nova ordenação da vida societária”.

Por isso, para o autor, “o partido do trabalho, o órgão da atividade política *de esquerda* é aquele que anuncia a emancipação do trabalho e o fim do poder político” (CHASIN, 1989, p. 144, grifo do autor).

Detenhamo-nos um pouco mais sobre esta última afirmação.

Primeiro, é importante notar que o autor enfatiza a ideia de uma ação *de esquerda*. Em outras passagens do texto, ele contrapõe este tipo de atividade com outra realizada *na esquerda*. Esta última refere-se ao conjunto de práticas e teorias construídas pelo partido que se localizam no interior do campo político do capital. Embora se encontrem em uma posição de crítica ao sistema, não contém, em sua essência, uma contradição antagônica com ele. Caracteriza-se, conforme o autor, por uma acentuada politização dos movimentos sociais. Há, portanto, uma ênfase pela busca de espaços políticos e na participação na política institucional.

Poderíamos, então, apontar que as organizações partidárias, na medida em que têm seu campo de atuação situada na esquerda, fundamentam-se na perspectiva da centralidade da política. E, por isso mesmo, não conseguem ultrapassar o “extremo do arco político compreendido pela equação social da lógica do capital” (CHASIN, 1989, p. 140).

Por outro lado, um partido que age conforme a lógica intrínseca do trabalho, na qual a luta pela superação da práxis humana alienada é o elemento central de sua atividade e produção teórica, e que enxerga como única possibilidade de realização de tal objetivo a radical eliminação da atual forma de produção e reprodução social, estruturada no capital, uma organização desta natureza seria um verdadeiro partido de esquerda. E, neste caso, sua forma de ser estaria estruturada em uma perspectiva da centralidade do trabalho.

Na continuação da frase o autor diz, ainda, que a ação política de esquerda é a que “anuncia a emancipação do trabalho”, como vimos acima, e também o “fim do poder político”. Ou seja, a práxis política fundada da centralidade do trabalho constitui-se, ao mesmo tempo, em uma negação da política. Não seria cabível neste âmbito uma luta pela inserção na institucionalidade parlamentar em si mesma, ou uma imposição teórico-prática que defenda a possibilidade de, a partir do poder político, promover profundas transformações na sociedade.

Estas ações poderiam até ter um posicionamento na esquerda do sistema. Mas, dificilmente, constituiriam uma práxis efetivamente de esquerda.

A conclusão que chegamos é a de que os partidos políticos considerados *de esquerda* (e aqui falamos especialmente daqueles que se apresentam com um caráter socialista) sempre foram, quando muito, organizações que se colocaram *na esquerda*, contudo, continuaram no interior do espectro político do capital.

E podemos afirmar este fato com mais propriedade ainda quando falamos do PT. Chasin questionando, já em 1989, a possibilidade de o Partido dos Trabalhadores ser, de fato, uma agremiação de esquerda diz que:

Não há no PT qualquer dimensão dessa ordem de radicalidade, qualquer traço – ideal ou prático – de identificação consistente com o diapasão teórico e analítico e, por coerência, com os timbres de uma prática perspectivada pelo estatuto da lógica humano-societária do trabalho (CHASIN, 1989, p. 145).

Porém, em oposição a esta constatação, o partido alardeava uma falsa imagem de verdadeiro representante da lógica radical do trabalho. E isto serviu mais para confundir do que para levar a luta dos trabalhadores até as últimas consequências. Sobre esta questão, o autor, agora em destaque, afirma: “[...] o PT, cujo perfil prático e ideológico está inscrito na esfera da radicalidade política do capital, condiz com essa realidade autêntica a condição hipotética e fantasiosa de santuário possível ou germinal da *radicalidade do trabalho*” (CHASIN, 1989, p. 139, grifo do autor).

Em outra passagem volta a colocar que “o PT é recoberto por uma espuma fantasiosa *de esquerda*, sem ter ideologia ou prática *de esquerda*” (CHASIN, 1989, p. 141, grifo do autor).

Aqui, contudo, cabe uma reflexão. Sendo o PT um partido que nasce das lutas encampadas pelos trabalhadores contra o capital e que tem boa adesão principalmente dos operários e, posteriormente, de um grande número de assalariados, que reivindica para os explorados em geral uma maior participação no poder político e que propõe reformas as quais sendo efetivamente aplicadas poderiam, certamente, desencadear abalos sísmicos na ordem social, por que uma organização com estas características não se efetivou como “autêntico” partido do trabalho?

José Chasin indica como um dos pontos mais importantes a serem considerados o fato de que o PT, desde sua origem, não ter sido capaz de diferenciar movimento sindical de movimento operário. Há, mesmo, uma identificação entre ambos. Assim, o partido compreendia que o “movimento operário é o movimento sindical operando politicamente”. Importante notarmos que aquela falsa imagem criada ao redor do PT, comentada acima, tem como fundamento esta identificação. A partir dela pensa-se que a “simples proximidade física dos trabalhadores, por suposto, faria do PT a trincheira de todos os sonhos revolucionários” (CHASIN, 1989, p. 140).

Tomando como referência o ponto de vista do autor em foco, podemos constatar que o Partido dos Trabalhadores não pode ser entendido como uma organização que modificou sua própria essência ao longo dos anos. O que aconteceu foram transformações em sua forma, mas suas características fundamentais permaneceram e se manifestaram de múltiplas maneiras no decorrer de sua trajetória.

Como já dissemos acima, o Partido dos Trabalhadores, desde seu nascimento, não foi capaz de perceber as particularidades e, portanto, a diferenciação entre os movimentos operário e sindical, ocorre que:

Pela indistinção entre legítima ação corporativa de setores e frações profissionais e a atuação societária de classe que visa à reconfiguração cabal do universo de convivência, é que se esvai a possibilidade do PT se objetivar como uma organização política de esquerda, e ganha corpo, em contrapartida, sua configuração qualitativamente diversa de partido representativo dos trabalhadores situado na esquerda, extremo do arco político compreendido pela equação social da lógica do capital (CHASIN, 1989, p. 140).

A linha de continuidade que, em meio às transformações aparentes, vai permanecer em todo desenvolvimento histórico do partido é a centralidade da política como ponto de vista teórico-prático. É nesse sentido que podemos afirmar que o Partido dos Trabalhadores pode até se escorar nas lutas sociais como base elementar de ação, mas efetuará uma transposição destas lutas “para uma política meramente assentada sobre si mesma, isto é, uma transferência politicista para a política, que a própria origem do PT condiciona e explica” (CHASIN, 1989, p. 141).

O partido, então, não estava modificando a sua essência no final dos anos 1980. Mas, ao contrário, reafirmava, de forma consequente, os elementos que pertenciam a sua própria forma de ser.

Esta interpretação é substancialmente diferente daquelas comentadas anteriormente. Isto porque não há, aqui, a compreensão de que ocorreu um processo de mutação no partido, dentro do qual o ponto de partida seria essencialmente diferente de um outro momento em que a organização estivesse constituída em uma nova estrutura existencial. Em suma, o movimento do PT seria o de um momento inicial que possuía um caráter anticapitalista e um horizonte socialista para, após alguns anos, se tornar um partido integrado à ordem e, por isso, não consegue ir além da defesa de reformas no capitalismo.

Na contramão desta ideia, a visão do autor destacado nos últimos parágrafos é a de que certas características já existentes na origem do partido, mas que ainda encontravam-se latentes, foram manifestando-se de forma cada vez mais evidente na medida em que a realidade objetiva do capital em crise colocava certos limites e possibilidades para a ação partidária.

Isto, no entanto, não significa que não aconteceram transformações no PT. Na dialética entre mudança e permanência, alterações na forma podem ser bastante significativas.

O próprio Chasin, em 1989, examinando as posições do partido com relação às eleições presidenciais que se aproximavam já vaticinava que o PT assumindo ares “emblemáticos” e querendo ser a síntese do novo não passaria de um “erro composto” e estava se convertendo “de negação de um projeto de esquerda em obstáculo principal até mesmo de uma solução eleitoral na esquerda” (CHASIN, 1989, p. 157). Quando analisamos a história petista no decorrer dos anos 1990, podemos acompanhar como esta “conversão” foi tornando-se cada vez mais real.

Levando em consideração o que já foi discutido em capítulos anteriores deste trabalho e acrescentando as observações feitas acima podemos, agora, afirmar que tanto as discussões de Iasi quanto de Chasin, embora em ângulos diversos, nos dão uma base importante para compreender a história do PT.

Agora gostaríamos de levantar outra questão, que talvez possa contribuir para a melhor compreensão do fenômeno aqui discutido.

Em outros momentos já expusemos a nossa percepção sobre o particular desenvolvimento histórico do Partido dos Trabalhadores. Gostaríamos de trazer de volta algumas argumentações, somando-as com outros elementos evidenciados nos últimos capítulos, e cotejar nossas conclusões com as concepções dos autores discutidos acima.

Nossa proposta é a de tentar entender o PT dos dias de hoje não como resultado de uma metamorfose, na qual suas estruturas fundamentais teriam se transformado no transcurso de sua trajetória, ou como o desenvolvimento de uma essência, que já estaria presente em sua origem e que se manifestaria com mais ou menos intensidade conforme as condições objetivas de cada momento.

Pensamos que, ao emergir das lutas dos trabalhadores do final dos anos 1970, o partido era marcado por um conflito interno entre duas perspectivas que representavam duas possibilidades de desenvolvimento para esta agremiação.

De um lado, estavam presentes no PT, embora este o negasse, muitas das concepções da esquerda tradicional que se caracterizavam por um forte acento politicista. Mas, de outro lado, também havia uma corrente significativa de militantes que defendiam uma ação partidária mais voltada para os espaços extraparlamentares e, portanto, mais próxima dos movimentos sociais, especialmente do movimento operário.

Acreditamos, como tentamos argumentar em outros momentos, que havia um conflito e uma disputa entre estes dois pontos de vista no interior do partido.

Na dinâmica destes embates, duas perspectivas emergiam como possíveis norteadoras dos caminhos pelos quais trilharia esta organização partidária. A luta política centrada na lógica do trabalho e o politicismo existiam, durante os primeiros anos do partido, como potenciais elementos orientadores da história petista. E somente um deles se efetivaria, em ato. Pois, se é possível a coexistência destas duas perspectivas enquanto são, ainda, potências, a realização de uma implica a não efetivação da outra.

Podemos, neste momento, propor a seguinte ideia: de 1980 até 1985 ocorria, dentro do PT uma disputa entre dois pontos de vista teórico-práticos: o da centralidade do trabalho e da centralidade da política. Ambos se apresentavam como possibilidades de se tornarem polo norteador da trajetória do partido. Porém, é certo que estas potencialidades não se encontravam com chances exatamente iguais de se realizarem. Havia diferenças tanto com relação aos aspectos objetivos quanto subjetivos. Mas isso, a nosso ver, não desautoriza a afirmação de que ambas as possibilidades existiam.

Contudo, a partir da segunda metade dos anos 1980, a perspectiva politicista passa a constituir a própria essência do Partido dos Trabalhadores e anula outras possibilidades de orientação do

partido. Desde então, o que verificamos é uma contínua afirmação e aprofundamento do ponto de vista da centralidade da política.

Assim, acreditamos que até 1985 o PT estava passando por um processo de formação, que construiu sua própria essência e identidade. E, durante este período, o partido ainda não era nem *essencialmente* de esquerda, nem era voltado, *essencialmente*, para ações na esquerda. Tinha, sim, a *possibilidade* de ser um ou outro.

Cabe-nos, então, refletir novamente acerca de uma questão: por que uma dada perspectiva, que apenas tinha a potência de se tornar predominante, efetiva-se como fundamento do partido em detrimento de outra, igualmente possível de se constituir enquanto essência da organização?

Para tentar responder a esta pergunta, retomaremos algumas ideias já anteriormente expostas.

A construção da identidade própria do PT, nos primeiros anos de sua existência, foi um processo em que fatores objetivos e subjetivos interagiram dialeticamente e que teve como resultado a constituição das estruturas fundamentais do partido.

No que tange a realidade objetiva, já indicamos que a crise do capitalismo acompanhada da tentativa de recuperação do sistema expressada na reestruturação produtiva e, conseqüentemente, o reflexo das lutas sociais do mundo do trabalho são os elementos mais importantes para o justo entendimento da formação do PT.

Soma-se a isso à incompreensão ou mesmo resistência aberta às concepções teóricas de Marx e Engels também determinaram, em alguma medida, a forma de ser do partido que se proclamava socialista, mas que não queria se identificar com nenhuma teoria socialista. Desse modo, ao mesmo tempo em que os mais importantes teóricos do socialismo eram lidos a partir de uma interpretação “marxista-leninista” (deformada), por outro lado, suas ideias eram identificadas com o socialismo real e, por isso, pouco apreciadas.

Outro elemento importante, que contribuiu para que as potencialidades, presentes no PT de uma orientação prática e teórica fundada na centralidade do trabalho não se efetivassem, foi a confusão, referida por Chasin, entre movimento operário e movimento sindical. A indistinção destes dois fenômenos proporcionou as bases politicistas sobre as quais o partido se ergueu.

Dessa forma, a partir de meados dos anos 1980, com sua essência e identidade constituídas, o PT segue uma trajetória orientada pela perspectiva da centralidade da política. E sua história vai girar em torno da busca pela conquista do poder político.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em todo nosso trabalho, tentamos desenvolver uma proposta explicativa para a trajetória do Partido dos Trabalhadores que pudesse dar conta das modificações observadas no decorrer de sua história e que teve seus momentos decisivos na virada da década de 1980 para a de 1990.

Verificamos que para alguns intérpretes ocorre, de fato, uma transformação radical na própria forma de ser do partido. Mas, para outros, o que aconteceu foi um desenvolvimento de algumas características que já estavam presentes em sua origem.

Aqui procuramos pensar um terceiro termo entre as ideias de que, já na origem, está inscrito o que seria a história do partido, e as outras que defendem que ocorreu uma metamorfose, na qual a organização deixa de ser o que é e se constitui com uma nova estrutura ontológica em seu desenvolvimento.

Argumentamos, nesse sentido, que no processo de entificação do PT, como de qualquer outro ser, foram construídos os dois polos fundamentais de sua existência: essência e fenômeno. Um que permanecerá por tempo mais prolongado e outro que se afirmará por meio de um constante devir. Na constituição histórica de seu próprio ser, o partido termina por se estruturar, em sua dimensão essencial, em uma perspectiva da centralidade da política, marcada, consequentemente, por um forte acento na subjetividade no que diz respeito às concepções teóricas e às ações práticas.

Também indicamos que as organizações partidárias que objetivavam, em seus programas, a superação do capitalismo e a instauração do socialismo, mas que eram, essencialmente, presas a pontos de vista subjetivistas nunca alcançaram os objetivos propostos ou, o que aconteceu com a maioria deles, integraram-se à ordem.

Isto porque imaginavam que as ações no âmbito da política poderiam conduzir a novas relações sociais desprendidas das amarras do capital. Apontavam, nesse sentido, ou para a tomada do poder de “assalto” ou de maneira gradual, sem rupturas, mas sempre afirmando a necessidade de conquistar o Estado para, a partir dele, efetivar as transformações que fundariam o socialismo.

A essência do PT, tal como fora construída, o impeliu, também, para um caminho parecido com o da maior parte da esquerda socialista do século XX, qual seja: a integração ao sistema. A possibilidade de organização de uma ação política centrada na lógica do trabalho cedeu

lugar para uma práxis politicista. Mas é importante notar que nem toda atividade política tem um cariz subjetivista.

A luta política dos trabalhadores travada fundamentalmente na esfera da produção, contra as várias formas de alienação, em nosso ponto de vista, seria uma ação estruturada pela perspectiva da centralidade do trabalho e, por isso, não marcada pelo subjetivismo politicista.

Seria, portanto, uma práxis política voltada para “afirmação universal do homem” e poderia expressar a potencialidade de superação da atual forma de sociabilidade. E a estas lutas poderiam se somar a participação de representantes dos trabalhadores nas esferas institucionais, mas agora como único espaço da ação transformadora e não como polo regencial das batalhas travadas extrainstitucionalmente. Ao contrário, estas ações parlamentares deveriam se subordinar às lutas travadas no âmbito da produção.

O filósofo húngaro István Mészáros nos dá uma boa indicação de como é possível, nos dias atuais, um embate com as forças do capital a partir da radicalidade da perspectiva do trabalho. Vejamos isso um pouco mais de perto.

O autor de *Para Além do Capital*, discutindo o problema do tempo em nossa sociedade, afirma que:

Um dos aspectos mais degradantes da ordem social do capital é que reduz os seres humanos à condição reificada, a fim de adequá-los aos estreitos limites da *contabilidade do tempo* do sistema: o único gênero de contabilidade – extremamente desumanizadora – compatível com a ordem social do capital. (MÉSZÁROS, 2009 p. 42, grifo do autor).

Mas, por outro lado, indica que;

[...] uma das conquistas mais importantes da humanidade está na forma do *tempo livre* potencialmente emancipatório, incorporado no trabalho excedente produtivamente crescente da sociedade, precondição e tesouro promissor de todo avanço futuro, se libertado de seu invólucro capitalista alienante (MÉSZÁROS, 2009 p. 43, grifo do autor).

O tempo livre constitui-se como elemento central de uma vida não alienada e com possibilidades de desenvolvimento multidimensional dos homens. Tal tempo disponível pode ser colocado “em uso criativo por eles como indivíduos autorrealizadores, contanto que os propósitos significativos a que suas ações servem emergjam de suas próprias deliberações autônomas” (MÉSZÁROS, 2009 p. 53).

Porém, para o capital, a ideia de disponibilidade de tempo para atividades não relacionadas à produção ou ao consumo não faz o menor sentido e é, mesmo, indesejável.

Nesse sentido, as lutas dos trabalhadores pela redução da jornada de trabalho pode se revestir de um conteúdo político anticapitalista, na medida em que o capital, alcançado determinado limite, não pode mais expandir este tempo livre sem ameaçar a sua reprodução, especialmente se este tempo não puder ser assimilado pelo sistema, por meio do consumo alienado.

Podemos, também, citar a luta pela preservação do meio ambiente. Na maior parte das vezes, a questão ecológica é tratada sem a devida radicalidade. Indicam-se, como causas da degradação ambiental, fatores ligados a decisões políticas ou erros na administração dos recursos naturais. Por isso, as discussões e ações que visam à proteção ambiental ocorrem eminentemente no campo político (pressão aos parlamentares, leis de proteção, criação de partidos “verdes” etc.).

Mas se, por outro lado, partimos da constatação de que o consumo predatório do meio ambiente é consequência necessária das relações de produção próprias da sociabilidade regida pelo capital, então inferiríamos que somente com a superação do capital seria possível salvaguardar os recursos naturais de um possível esgotamento que inviabilizaria, inclusive, a existência humana.

Então a luta ecológica tem, em si, um caráter universal. E o único conjunto de pessoas que ao reivindicarem sua libertação realiza, também, os interesses universais humanos é o da classe trabalhadora. Desse modo, a defesa do meio ambiente apenas se tornará eficaz na medida que for incorporada à ação política fundamentada na radicalidade da lógica do trabalho. E esta só pode configurar-se, efetivamente, como uma luta eficaz pela preservação dos recursos naturais se agir no sentido de transformar radicalmente toda a estrutura produtiva e, conseqüentemente, também o padrão de consumo, adequando-o a uma outra ordem de necessidades que não as do capital.

Reivindicar mudanças estruturais que possam efetivamente garantir a preservação do meio ambiente é, em sua essência, revestida de caráter anticapitalista. Isto porque o capital, nos dias de hoje, não pode

responder favoravelmente a nenhuma demanda de reestruturação de seu parque produtivo que possibilite a fabricação e circulação de objetos sem o desgaste predatório dos recursos naturais. Ao contrário, na medida em que a crise estrutural avança, a necessidade de um consumo cada vez mais rápido e destrutivo na natureza aumenta na mesma proporção.

O que queríamos deixar bem claro é que: a) o mais importante campo de luta para a superação da ordem social capitalista é a esfera da produção; b) por isso as lutas políticas têm de assumir a dimensão da radicalidade do trabalho; c) os trabalhadores é que devem ser responsáveis por tais lutas, ou seja, da centralidade ontológica do trabalho na constituição do ser social podemos inferir a centralidade política dos trabalhadores no processo de transformação social.

Esta ideia da centralidade ontológica da categoria trabalho foi, a propósito, o eixo norteador de nossas reflexões. O ponto de partida e a referência em todos os capítulos foram justamente esta concepção de Marx (e desenvolvida por Lukács) de que o trabalho é a “protoforma do agir humano”.

Isto posto, pensamos ser importante o esclarecimento de que em nenhum momento nossa intenção foi repudiar, por princípio, a ação política institucionalizada. O que quisemos propor foi que há enormes dificuldades, teórico-práticas, em colocá-la como centro das lutas pelo socialismo. Então, é a subordinação das lutas sociais à participação em eleições que nos parece problemática.

Igualmente discutível é a concepção de que o Estado pode ser “tomado” e utilizado a favor dos trabalhadores, executando tarefas positivas na construção do socialismo.

Diante disso, é importante pontuar que o nosso ponto de vista não é o de abandonar absolutamente as disputas parlamentares ou afirmar categoricamente que seja viável uma revolução sem a conquista do poder estatal. Mas entendemos que não é possível construir efetivamente o socialismo, nem de uma maneira nem de outra.

Portanto, priorizar as lutas políticas ou a necessidade de tomar o poder estatal com a intenção de constituir uma nova ordenação da vida social foi, em nosso entendimento, o grande equívoco da esquerda mundial e, como vimos, também no Brasil, especialmente no maior partido de esquerda do país: o Partido dos Trabalhadores.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. *Adeus ao trabalho?* São Paulo: Cortez, 1995.

ARCARY, Valério. Notas para uma interpretação histórica da trajetória do PT. *Revista Herramienta*, Buenos Aires, 2011. Disponível em: <<http://www.herramienta.com.ar/herramienta-web-8/notas-para-uma-interpretacao-historica-da-trajetoria-do-pt>>. Acesso em: 10/10/2011.

ARTICULAÇÃO. *Manifesto dos 113*. São Paulo, 1983. Disponível em <<http://www.ptmatao.org.br/noticia01.html>>. Acesso em: 25/07/2010

BATALHA, Claudio. Apresentação. In: BRANDÃO, Marco Antonio. *O socialismo democrático do partido dos trabalhadores*: a história de uma utopia (1979-1994). São Paulo: Annablume-FAPESP, 2003.

BIHIR, Alain. *Da grande noite à alternativa*. São Paulo: Boitempo, 1998.

BOBBIO, Norberto. *Ensaaios sobre Gramsci*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BRANDÃO, Marco Antonio. *O socialismo democrático do partido dos trabalhadores*: a história de uma utopia (1979-1994). São Paulo: Annablume-FAPESP, 2003.

BRUM, Argemiro. *O desenvolvimento brasileiro*. Rio de Janeiro, Vozes, 1995.

CARONE, Edgar. *O P.C.B (1943-1964)*. São Paulo, DIFEL, 1982.

CHASIN, José. *A Superação do Liberalismo*. Maceió: Mimeo, s/d.

CHASIN, José. Da razão do mundo ao mundo sem razão. *Revista Ensaio*, ano V, n. 11/12, São Paulo, Ed. Escrita, 1983.

_____. A Sucessão na Crise e a Crise na Esquerda. *Revista Verinotio – Espaço de Interlocução em Ciências Humanas*, 1989. Disponível em: <<http://www.verinotio.org/>>. Acesso em: 17/04/2009.

_____. Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica (posfácio). In: TEIXEIRA, Francisco José Soares. *Pensando com Marx: uma leitura crítico-comentada de O capital*. São Paulo: Ensaio, 1995.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez, 2007.

CHESNAIS, François. A fisionomia das crises no regime de acumulação sob dominância financeira. In: *Novos Estudos CEBRAP*, nº 52, Novembro/1996.

_____. O capitalismo tentou romper seus limites históricos e criou um novo 1929, ou pior. Disponível em: www.portalesquerda.net, consultado em 10/04/2008.

CICONE, Reinaldo Barros. *Da intenção ao gesto: um olhar gramsciano sobre a possibilidade de integração do PT à ordem*. 1995. Dissertação de mestrado em Sociologia – UNICAMP, Campinas, 1995.

COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital: crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)*. 2005. Tese (Doutorado em História - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

COUTINHO, Carlos Nelson. *A Democracia como valor universal e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.

_____. *Democracia e Socialismo*. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. *Contra corrente: ensaios sobre democracia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez, 2008b.

DEL ROIO, Marcos. Prefácio. In: TONET, Ivo. *Educação, cidadania e emancipação humana*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2005.

DEMIER, Felipe. *As transformações do PT e os rumos da esquerda no Brasil*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2003.

DIRCEU, José. 1988 está aí. O PT deverá fazer coligações? *Revista Teoria e Debate*, n. 01, São Paulo, 1987.

ENGELS, F. *A origem da família da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Global, 1984.

_____. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). *A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels*. São Paulo, Expressão Popular, 2004.

FERNANDES, Florestan. *Em busca do Socialismo: últimos escritos e outros textos*. São Paulo: Xamã, 1995.

_____. *Pensamento e Ação: o PT e os rumos do socialismo*. São Paulo: Globo, 2006.

_____. *O que é revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

_____. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Ed. Globo, 2006.

_____. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. São Paulo: Global, 2009.

FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *As esquerdas no Brasil*. 3 v. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FIQUEIREDO, Vinicius de. *Kant e a crítica da razão pura*. São Paulo: Zahar, 2005.

FOLADORI, Guillermo. *Limites do desenvolvimento sustentável*. Campinas: ED. UNICAMP, 2001.

FRANCO, Augusto. Revolução: que ruptura? *Revista Teoria e Debate*, n. 12, São Paulo, 1990.

FURTADO, Olavo Henrique Pudenci. *Trajeto e perspectivas social-democratas: do modelo europeu para o PSDB e o PT no Brasil*. 1996. Dissertação Mestrado em Ciência Política - UNICAMP, Campinas, 1996.

GADOTTI, Moacir; PEREIRA, Otaviano. *Pra quê PT, origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Cortez, 1989.

GARCIA, Marco Aurélio. Terceira via – A social-democracia e o PT. *Revista Teoria e Debate*, n. 12, São Paulo, 1990.

GENRO, Luciana; ROBAINA, Roberto. *A falência do PT e a atualidade da luta socialista*. Porto Alegre: L&PM, 2006.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HARNECKER, Marta. *O sonho era possível: a história do Partido dos Trabalhadores narrada por seus protagonistas*. São Paulo, MEPLA, 1994.

HARVEY, David. *Condição Pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.

IASI, Mauro. *As Metamorfoses da Consciência de Classe (o PT entre a negação e o consentimento)*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. São Paulo: Nova Cultural, Col. Os pensadores, 1996.

KECK, Margareth E. *PT: A lógica da diferença*. São Paulo: Ática, 1991.

LEAKEY, Richard. *A origem da espécie humana*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

LÊNIN. *O Estado e a revolução*. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. *O Estado e a revolução*. São Paulo: Centauro, 2007.

LEONTIEV, Alexis. *O desenvolvimento do psiquismo*. Lisboa: Horizonte, 1978.

LESSA, Sérgio. *Mundo dos homens*. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. *Para compreender a ontologia de Lukács*. Ijuí: UNIJUI, 2007a.

_____. *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Cortez, 2007b.

_____. *Trabalho e ser social*. Maceió: EDUFAL, 1997.

_____. *Crítica ao praticismo revolucionário*. Disponível em www.sergiolessa.com, Consultado em 23/05/2008.

LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. *Revista de Ciências Humanas*, n. 4, São Paulo, 1978.

_____. *Os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. Cap. IV do volume I de *Zur ontologie des gesellschaftlichen seins*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

_____. Capítulo II do volume II de *Per una ontologia dell' essere sociale: La riproduzione*. Tradução de Sergio A. Lessa. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1990.

_____. Capítulo I do volume II de *Per una ontologia dell' essere sociale: Lavoro*. Tradução de Ivo Tonet. Maceó: UFAL, 1996.

LULA, Luiz Inácio. *Carta ao Povo Brasileiro*. São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www2.fpa.org.br/carta-ao-povo-brasileiro-por-luiz-inacio-lula-da-silva>>. Acesso em: 20/07/2008.

MARX, Karl; ENGELS, F. Manifesto do partido comunista. In: MARX; ENGELS. *Obras escolhidas*. v. I. São Paulo: Alfa-omega, sd.

_____. *Ideologia Alemã*. Lisboa: Ed. 70, 1984.

MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In. Col. *Os pensadores*: Karl Marx. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

_____. *A Guerra civil na França*. São Paulo: Global, 1986a.

_____. *As Lutas de Classes na França*. São Paulo: Global, 1986b.

_____. *O capital*. 2 v. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. *O capital*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1994.

_____. Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”. De um prussiano. *Revista Práxis*, n. 05, Projeto Joaquim de Oliveira, 1995. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1844/08/07.htm>>. Acesso em: 28/11/2008.

_____. *Para a crítica da Economia Política*. In: Col. Os pensadores, São Paulo, Abril Cultural, 1996.

_____. *Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”*. De um prussiano. São Paulo: Expressão popular, 2010.

_____. *Manuscritos econômicos filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MASCARO, Alysson Leandro. *Introdução à filosofia do direito*. São Paulo: Atlas, 2005.

MAZZEO, Antonio Carlos. *Sinfonia incabada: a política dos comunistas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1999.

MENEGUELLO, Rachel. *PT: Inovação no sistema partidário brasileiro*. Tese Doutorado em Ciência Política - UNICAMP, Campinas, 1987.

_____. *PT: a formação de um partido 1979 – 1982*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MÉSZÁROS, Istvan. A crise estrutural do capital. *Revista Outubro*, n. 04, São Paulo, Xamã, 2000.

_____. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. *O desafio e o fardo do tempo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. A crise estrutural da política. Disponível em: http://resistir.info/meszaros/crise_estrutural_da_politica.html, consultado em 02/01/2007. Original em *Monthly Review* vol.58, nº04, Setembro 2006.

MICHELS, Robert. A Lei de ferro da oligarquia. In: *Sociologia política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966. (Col. Textos Básicos de Ciências Sociais).

MOSCA, Gaetano. A Classe Dirigente. In: *Sociologia política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966. (Col. Textos Básicos de Ciências Sociais).

NASCIMENTO, Adriano; TONET, Ivo. *Os descaminhos da esquerda: da centralidade do trabalho à centralidade da política*. Maceió: mimeo, 2006.

NASCIMENTO, Adriano. *A “via democrática para o socialismo” na obra de Carlos Nelson Coutinho*. 2003. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas / Universidade Federal de Pernambuco, Recife / Maceió, 2003.

NETTO, J.P. *Marxismo impenitente*. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. *Democracia e transição socialista: escritos de teoria política*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

NETTO, J.P., BRAZ, M. *Economia política: uma introdução*. São Paulo: Cortez, 2010.

OLIVEIRA, Francisco de. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

_____. *Crítica à razão dualista: o onitorrinco*. São Paulo: Boi Tempo, 2006.

OLIVEIRA, Isabel Ribeiro de. *Trabalho e Política: as origens do partido dos trabalhadores*. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

OLIVEIRA, Manfredo. *A filosofia na crise da modernidade*. São Paulo: Loyola, 1995.

_____. *Ética e sociabilidade*. São Paulo: Loyola, 1996.

PCB. *Declaração sobre a política do PCB*. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/tematica/1958/03/pcb.htm>. Consultado em 24/10/2009.

PEDROSA, Mário. *Sobre o PT*. São Paulo: Ched editorial, 1980.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *Desenvolvimento e crise no Brasil: 1930-1983*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PONT, Raul. Pluralismo, disciplina e internacionalismo. *Revista Teoria e Debate*, n. 05, São Paulo, 1989.

PT. *Resoluções de Encontros e Congressos (1979-1998)*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 a 1971*. Rio de Janeiro: Marco zero, 1985.

RIBEIRO, Pedro José Floriano. *Um partido em mutação: transformação do PT e seus reflexos sobre as campanhas presidenciais (1989, 2002)*. São Carlos: UFSCar, 2004.

SADER, Emir (Org.). *E agora PT, caráter e identidade*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SAES, Décio. *República do Capital: capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boi Tempo, 2001.

SANTANA, Marco Aurélio. *Homens Partidos: Comunistas e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Boi Tempo, 2001.

SAMPAIO, Plínio Arruda (Org.). *Clássicos sobre a revolução brasileira*. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

SANTOS, Marcos Antonio. O mais recente crash financeiro. *Uma análise marxista-leninista da crise*. Disponível em: www.cecac.org.br, consultado em 02/10/2007.

SECCO, Lincoln. *Gramsci e o Brasil, recepção e difusão de suas idéias*. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, F.T.; SANTANA, M.A. O equilibrista e a política: o “Partido da classe operária” (PCB) na democratização (1945-1964), IN: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). *As esquerdas no Brasil*, Vol. 2: nacionalismo e reformismo radical 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. *Pensando com Marx: uma leitura crítico-comentada de O capital*. São Paulo: Ensaio, 1995.

TONET, Ivo. *Sobre o Socialismo*. Curitiba: HD, 2002.

_____. *Educação, cidadania e emancipação humana*. Ijuí: UNIJUI, 2005.

TONET, Ivo; NASCIMENTO, Adriano. *Os descaminhos da esquerda: da centralidade do trabalho à centralidade da política*. São Paulo: Alfa-Omega, 2009.

VIANA, Luiz Werneck. *Esquerda brasileira e tradição republicana, estudos de conjuntura sobre a era FHC – Lula*. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

VINHAS, Moises. *O partidão: a luta por partido de massas*. São Paulo: Hucitec, 1982.

WEFFORT, Francisco. *Porque Democracia?* São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. Consolidar o partido, construir a democracia. *Revista Teoria e Debate*, n. 04, São Paulo, 1988.